Redes Urbano-Ribeirinhas na Amazônia

Parintins (AM) e sub-região



Estevan Bartoli
Crizan Graça de Souza
Arenilton Serrão
Rildo Marques (orgs.)

ALEXA CULTURAL
Embu das Artes
2026

Redes Urbano-Ribeirinhas na Amazônia

Parintins (AM) e sub-região

Estevan Bartoli
Crizan Graça de Souza
Arenilton Serrão
Rildo Marques (orgs.)

ALEXA CULTURAL
Embu das Artes
2026

Comitê Científico Alexa Cultural

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (USP/EcA - São paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

NÚCLEO DE ESTUDOS TERRITORIAIS
DA AMAZÔNIA

EDITOR
Karel Langermans
COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO E PLANEJAMENTO GRÁFICO
Estevan Bartoli
VINCULAÇÃO NO CNPq
Núcleo de Estudos Territoriais na Amazônia
(NETAM)
REVISÃO TÉCNICA
Estevan Bartoli
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Estevan Bartoli
ARTE DA CAPA
Estevan Bartoli (2020)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Redes urbano-ribeirinhas na Amazônia [livro eletrônico] : Parintins (AM) e sub-região / organizadores Estevan Bartoli, Crizan Graça de Souza, Arenilton Monteiro Serrão, Rildo Oliveira Marques. – 1. ed. – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2026.
335 p. : il. color.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5467-816-6

1. Geografia. 2. Populações tradicionais – Amazônia. 3. Rio Andirá (AM). I. Bartoli, Estevan. II. Souza, Crizan Graça de. III. Serrão, Arenilton Monteiro. IV. Marques, Rildo Oliveira.

CDD 918.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índice para catálogo sistemático
Rio Andirá
Populações Tradicionais
Geografia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização da organização e/ou editora

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Índice

Seção 1 – Redes Urbano-Ribeirinhas

1 - Redes de sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM) **.....12**
Estevan Bartoli

2 - Redes comerciais e a trajetória camponesa na Amazônia, o caso do município de Urucará/AM **..... 33**
Arenilton Monteiro Serrão, Manuel de Jesus Masulo da Cruz e Crizan Graça de Souza

3 - Moradia e Redes Territoriais Urbano-Ribeirinhas em Parintins-AM **.....54**
Crizan Graça de Souza, Estevan Bartoli, *Paola Verri de Santana e* Arenilton Monteiro Serrão

4 - Navegando em bajaras: Territorialidades urbano -ribeirinhas em Parintins (AM) **.....87**
Helivelton Lima, Estevan Bartoli e Paulo Arcanjo

5 - Dinâmicas urbanas da comunidade Bom Socorro do Zé Açú – Parintins (AM) **..... 106**
Ramiro Ribeiro Costa, Estevan Bartoli, Fredson Bernardino Araújo da Silva e Fernando Monteiro Melo

6 - Redes de festas religiosas nas comunidades ribeirinhas do rio Andirá - Barreirinha (AM) **..... 124**
Carlos Daniel Pontes de Negreiros e Estevan Bartoli

7 - Dinâmica comercial e redes de sociabilidade entre a comunidade São Sebastião do boto e Parintins (AM) **..... 149**
José Rian Cruz Gonçalves, Estevan Bartoli, Rildo Oliveira Marques e Luís Fernando Belém da Costa

8 - Redes de artesãos **em Parintins (AM): uma análise sobre práticas espaciais 166**
Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli

Seção 2 – Redes familiares: estudos de caso

9 - *Redes de sociabilidade entre as comunidades no Paraná do Ramos e a cidade de Barreirinha (AM): territorialidades da família Andrade* 185
José Francisco dos Santos Andrade, Estevan Bartoli, Crizan Graça de Souza, Arenilton Monteiro Serrão, Oliver Silva

***10 - Rede de sociabilidade e* atividades *produtivas de um núcleo familiar da vila de Juruti-Velho/PA* 208**
Eliane de Abreu Pereira, Robert Santana Santos e Crizan Graça de Souza

***11 - Entre cidades e a Terra Indígena Sateré-Mawé: relações entre Parintins, Barreirinha e a Aldeia de Ponta Alegre* 234**
Joelton Silva dos Santos, Suani Ferreira da Silva, Estevan Bartoli e Patrício Azevedo Ribeiro

12 - *Relação entre as redes de sociabilidade e a produção regional na Amazônia nos Sistemas Territoriais Urbanos-Ribeirinhos em Parintins (AM)* 249
Itacinara Paulain Smith, Estevan Bartoli, Arenilton Monteiro Serrão e Crizan Graça de Souza

13 - Redes de sociabilidade da comunidade Santana do Miriti, assentamento de Vila Amazônia, em Parintins (AM) 272
Adailson Barroso de Souza, Estevan Bartoli, Arenilton Monteiro Serrão e Crizan Graça de Souza

***14 - Redes de sociabilidade no contexto agrário amazônico: o caso da comunidade do Paraíso - Urucará-AM.* 292**
Juane Serrão Nunes e Arenilton Monteiro

***15 - Relações familiares entre a cidade e a zona rural: dinâmicas socioterritoriais da família Trindade em Barreirinha (AM)* 312**
Rafael Beltrão Bahia, Estevan Bartoli, Rildo Oliveira Marques e Luís Fernando Belém da Costa

INTRODUÇÃO

Desde a divulgação dos primeiros resultados dos estudos sobre os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos - STUR (Bartoli, 2017), paulatinamente as ideias, conceitos e abordagens sobre essa temática foram ganhando novas nuances e contribuições no meio acadêmico. Conforme as pesquisas avançaram, outros autores passaram a dialogar com maior profundidade sobre as dinâmicas relacionais entre as sedes municipais e as vastidões interioranas. Com pesquisas situadas partindo de sujeitos moradores dos interiores de Parintins e entornos (incluindo as pequenas cidades da sub-região), os trabalhos de campo foram compostos por egressos do curso de geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que reconheciam naquela metodologia certa familiaridade, reconhecendo o potencial analítico. A presente coletânea faz parte dos avanços recentes de pesquisadores do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM), e alunos formados no curso da licenciatura em geografia de 2025 da UEA.
Aprofundando a análise do STUR, a presente coletânea almeja contribuir com maior nível de detalhamento sobre dinâmicas de camponeses, o papel das moradias e principalmente, as dinâmicas das redes de sociabilidade de famílias que transitam entre as cidades e interiores.

Na **Seção 1 – Redes Urbano-Ribeirinhas**, autores que dialogam direta ou indiretamente com o modelo STUR apresentam:

Capítulo 1, Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM), Estevan Bartoli avança na temática do STUR, descrevendo e analisando redes de sociabilidade de famílias que transitam entre cidades em interiores de Parintins (AM). Propõe convergências teórico-metodológicas entre a análise de redes sociais (ARS) e a abordagem dos sistemas territoriais em geografia. A metodologia parte da colaboração de estudantes do curso de geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cujas dinâmicas familiares fazem parte do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho. A descrição das trajetórias de vida, estruturas das redes de sociabilidade, aspectos relacionais e ambientais, proporciona construção de um quadro metodológico que, relacionado aos resultados, permite interpretar tais redes como territorialidades ativas, passíveis de serem convertidas em mecanismos descentrados de governança.

Capítulo 2, Redes comerciais e a trajetória camponesa na Amazônia, o caso do município de Urucará/AM, Arenilton Monteiro Serrão, Manuel de Jesus Masulo da Cruz e Crizan Graça de Souza buscam compreender o contexto histórico da formação do campesinato e das redes socioespaciais estabelecidas no médio rio Amazonas, município de Urucará/AM. Os procedimentos metodológicos adotados incluíram pesquisa bibliográfica, levantamento de campo sobre a formação do campesinato local e entrevistas com moradores mais antigos. Para embasar a análise, foram utilizados conceitos de autores que discutem temas como campesinato, redes e monopolização do território pelo capital. Os resultados

indicaram que a formação das redes socioespaciais na região, estiveram historicamente ligadas às atividades camponesas e suas interações com a terra, a floresta e a água. A agricultura de subsistência, as práticas extrativistas e a pesca foram fundamentais para a organização territorial e social dos camponeses, permitindo que o ambiente de várzea assumisse um papel central em suas dinâmicas de vida e relações territoriais.

Capítulo 3 - Moradia e Redes Territoriais Urbano Ribeirinho em Parintins-AM, Crizan Graça de Souza, Estevan Bartoli, Paola Verri de Santana e Arenilton Monteiro Serrão, analisam a dinâmica das moradias palafíticas e das redes territoriais urbano-ribeirinhas na cidade de Parintins-AM. A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, onde concentrou a investigação nas formas de produção, apropriação e organização espacial das áreas palafíticas e ocupações informais Castanhal e Nova Conquista no processo de urbano local. Os resultados evidenciam que as palafitas constituem espaços de resistência e adaptação sociocultural, organizados em redes territoriais que articulam mobilidade fluvial, vizinhança e solidariedade. A ausência de políticas habitacionais efetivas, a exclusão do planejamento urbano formal e a concentração fundiária são apontadas como fatores determinantes da vulnerabilidade socioambiental dessas populações. Conclui-se que compreender a moradia palafítica ribeirinha amazônica implica reconhecer as territorialidades locais como parte constitutiva da produção do espaço urbano e requer políticas públicas sensíveis às especificidades ambientais e culturais da Amazônia.

Capítulo 4 - Navegando em bajaras: territorialidades urbano -ribeirinhas em Parintins (AM), Helivelton Lima; Estevan Bartoli e Paulo Arcanjo caracterizam a estruturação dos sistemas territoriais, em Parintins (AM), dando destaque aos territórios, territorialidades e redes estabelecidas a partir da utilização de embarcações tipo bajaras, assim como as características de pescadores, que demandam de maiores espaços em seu interior. O objetivo principal é entender como as bajaras realizam papel de mediação na constituição de territorialidades. Os resultados obtidos foram a construção de gráficos e mapas elaborados através da aplicação de questionários que retratam as atividades econômicas do proprietário da embarcação, frequências dos deslocamentos entre a cidade e interiores, redes e rotas, territórios esses ‘’ativados’’ ou ‘’atingidos’’ pela pratica do navegar em bajaras.

Capítulo 5 – Dinâmicas urbanas da comunidade Bom Socorro do Zé Açú – Parintins (AM), Ramiro Ribeiro Costa, Estevan Bartoli, Fredson Bernardino Araújo da Silva, Fernando Monteiro Melo objetivam entender as funções urbanas da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, em sua articulação com a cidade de Parintins e com as comunidades adjacentes, analisando seus papéis e relações no contexto regional. Para isso, foram aplicados questionários junto a comerciantes, donos de embarcações e lideranças comunitárias, complementados por observações de campo. Os resultados apontam que o perfil de serviços e

infraestrutura do Bom Socorro diferencia-se das demais comunidades da microbacia, apresentando maior complexidade funcional e posição hierárquica mais elevada na rede local. Sua localização estratégica, às margens navegáveis do rio Zé Açú, confere-lhe o papel de nódulo de absorção e redistribuição de produtos, tanto oriundos da cidade quanto das comunidades vizinhas. O estudo evidencia, assim, a presença de dinâmicas urbanas em territórios ribeirinhos, revelando a expansão de conteúdos urbanos para além dos limites formais da cidade.

Capítulo 6 - Festas religiosas nas comunidades ribeirinhas do rio Andirá: um estudo de caso no distrito de Piraí, Barreirinha (AM), Carlos Daniel Pontes de Negreiros e Estevan Bartoli apresentam uma análise das festas religiosas nas comunidades na bacia do Rio Andirá, com ênfase na festa religiosa do Distrito de Piraí, município de Barreirinha (AM). Analisam a festa religiosa no Distrito de Piraí sob uma perspectiva cultural e examinam as dimensões econômica associadas ao evento. A pesquisa desenvolvida, abre janelas para investigações futuras, pois as festas religiosas são parte de um esforço coletivo com diversas redes de sujeitos envolvidas. Um outro tipo de "governança" pode ser detectado na trama das atividades desenvolvidas nas festas. Essa energia pode ser canalizada para projetos que melhorem a interação/comunicação interna na calha de rios como o Andirá, propiciando que as comunidades usem os espaços das festas para discussões e construção de projetos comuns.

Capítulo 7 - Dinâmica comercial e redes de sociabilidade entre a comunidade São Sebastião do Boto e a sede municipal de Parintins (AM), José Rian Cruz Gonçalves; Estevan Bartoli; Rildo Oliveira Marques; Luís Fernando Belém da Costa analisam aspectos produtivos e as redes de comércio e sociabilidade e as redes de ajuda mútua e troca, que interligam o interior com a área urbana. A pesquisa foi realizada na comunidade São Sebastião do Boto, com foco principal na família Souza, que reside em um igarapé nas adjacências do núcleo comunitário. A pesquisa possui uma abordagem quali/quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, usando como metodologia a pesquisa de campo. Foi possível compreender as dinâmicas de sociabilidade e os fluxos comerciais entre os dois espaços, considerando as perspectivas da própria família.

Capítulo 8 - Redes de artesãos em Parintins (AM): uma análise sobre práticas espaciais, Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli exploram os desafios enfrentados pelo artesanato tradicional, compreendido como uma prática cultural enraizada na transmissão intergeracional de saberes e técnicas. A produção artesanal, utiliza materiais como palha, cipó, barro e madeira, representa não apenas uma expressão estética e funcional, mas também um elemento de identidade e resistência cultural. A pesquisa destaca depoimentos de artesãos que reforçam a importância do ofício como um legado intergeracional, essencial para a manutenção da memória coletiva e a sustentabilidade das comunidades envolvidas. Conclui-se que a preservação do artesanato tradicional depende de um equilíbrio

entre inovação e respeito aos conhecimentos populares, garantindo sua relevância para as gerações futuras.

A seção 2 – Redes familiares: estudos de caso, apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas no curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), entre os anos de 2024 e 2025. Os capítulos articularam atividades de campo e reflexões teórico-metodológicas oriundas das disciplinas de Geografia Regional, Geografia Urbana e Geografia Econômica, ministradas pelo professor Dr. Estevan Bartoli. Alguns textos receberam aprofundamentos e geraram Trabalhos de conclusão de curso.

Capítulo 9 - Redes de sociabilidade entre as comunidades no Paraná do Ramos e a cidade de Barreirinha (AM): Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, José Francisco dos Santos Andrade, Estevan Bartoli, Arenilton Monteiro Serrão, Crizan Graça de Souza e Oliver Silva, analisam as redes de sociabilidade a partir da dinâmica de um núcleo familiar residente nas comunidades das margens do Paraná do Ramos no município de Barreirinha (AM). Os resultados demonstraram que, embora as relações entre espaço urbano e rural sejam dicotômicas, ainda, assim tornam um sistema integrado, sustentado por fluxos contínuos de pessoas, mercadorias e práticas culturais. Constatou-se que os laços familiares são bases estruturantes dessas redes, articulando estratégias de mobilidade, produção e reprodução social. A economia local revela caráter dual, combinando produção para o sustento e mercado local, além de práticas extrativistas e criação de animais, diretamente condicionadas pela sazonalidade do rio e pelas características ambientais da várzea amazônica. Isso permitiu identificar o território local em um mosaico de microterritorialidades, no qual dimensões socioculturais e naturais se entrelaçam.

Capítulo 10 - Rede de sociabilidade e atividades produtivas de um núcleo familiar da vila de Juruti-Velho/PA, Eliane de Abreu Pereira, Robert Santana Santos e Crizan Graça de Souza analisam as atividades produtivas desenvolvidas por um agricultor, pescador e criador de animais na vila de Juruti Velho, no município de Juruti (PA). A pesquisa buscou compreender as múltiplas atividades e a rede de sociabilidade estruturam a família. Os resultados apontam que tais atividades da agricultura, pesca e criação de animais de pequeno porte formam um sistema integrado de produção, consumo, sustentado em redes familiares e comunitárias funcionando como mecanismos de troca, solidariedade e reprodução social local. As atividades tornam-se uma estratégia central de resiliência frente às adversidades ambientais, como as estiagens e às pressões externas associadas à implantação de grandes projetos. Constata-se que a rede de sociabilidade e as práticas produtivas expressam múltiplas territorialidades, nas quais o saber tradicional, o manejo ambiental e a cooperação familiar configuram um modelo próprio de economia popular amazônica.

Capítulo 11 - Entre cidades e a Terra Indígena Sateré-Mawé: relações entre Parintins, Barreirinha e a Aldeia de Ponta Alegre, Joelton Silva dos Santos, Suani Ferreira da Silva, Estevan Bartoli e Patrício Azevedo Ribeiro analisam as redes de sociabilidade de um dos membros da família Miquiles, pertencente ao povo Sateré-Mawé, sob a premissa das relações que se estabelecem com as cidades de Barreirinha e Parintins, por meio da constituição de uma rede conectada à Terra Indígena via navegação fluvial, na sub-região do Baixo Amazonas. Como artifício teórico-metodológico, considera-se as categorias espaço e território, para perceber as dimensões das mudanças e as relações de trocas que ocorrem entre as cidades e a TI através da navegação. Dentre os resultados, registra-se que o sistema territorial de Ponta Alegre se organiza em torno de uma rede policêntrica, onde o fluxo de pessoas, mercadorias e informações não ocorre apenas em direção à cidade, mas também entre as próprias comunidades aldeias e ou comunidades ribeirinhas. Nesse processo o território se expressa por meio de conexões múltiplas e interdependentes, sustentadas pela mobilidade fluvial e pelos laços familiares.

Capítulo 12 - Relação entre as redes de sociabilidade e a produção regional na Amazônia nos Sistemas Territoriais Urbanos-Ribeirinhos em Parintins-AM, Itacinara Paulain Smith, Estevan Bartoli, Arenilton Monteiro Serrão, Crizan Graça de Souza, analisam a região e os sistemas territoriais, considerando o processo urbano e a produção de moradias como mediadores entre cidade e territórios de pescadores urbanos. Os relatos têm como foco a rede de sociabilidade e territorialidades dos setores populares, comércio e pesca. Os resultados indicam que a dinâmica das atividades pesqueira e de suas territorialidades provenientes de setores populares, às tornam elementos imprescindíveis na compreensão entre os diversos territórios urbanos e seu entorno.

Capítulo 13 - Redes de sociabilidade da comunidade Santana do Miriti-assentamento de Vila Amazônia, Parintins (AM), Adailson Barroso de Souza, Estevan Bartoli, Arenilton Monteiro Serrão, Crizan Graça de Souza analisam as redes de sociabilidade da Comunidade Santana do Miriti, localizada no Assentamento de vila Amazônia no Município de Parintins-AM, com objetivo de descrever as relações sociais e produtivas que moldam o fluxo entre o espaço rural e o urbano. Os resultados evidenciam que as redes de sociabilidade compõem a cooperação comunitária, sustentando as práticas produtivas e de comercialização dos produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo da localidade. Constata-se ainda que as redes existentes são interdependentes ao espaço urbano, revelando a integração socioespacial característica dos territórios amazônicos contemporâneos.

Capítulo 14 - Rede de sociabilidade no contexto agrário amazônico: o caso da comunidade do Paraíso, município Urucará-AM, Juane Serrão Nunes e Arenilton Monteiro Serrão objetivam compreender as redes de sociabilidade estabelecidas entre duas famílias residentes na comunidade Paraíso, zona rural do município de Urucará-AM. Os resultados evidenciam que as redes de sociabilidade da comunidade do Paraíso, historicamente associadas à atividade camponesa e ao

modo de vida rural, vêm sofrendo transformações significativas nas últimas décadas. Fatores como o avanço da urbanização, a inserção de aparatos técnicos e o êxodo rural têm impactado as relações sociais e econômicas, promovendo um processo contínuo de reconstrução e ressignificação das redes de sociabilidade e das relações com o território.

Capítulo 15 - Relações familiares entre a cidade e a zona rural: dinâmicas socioterritoriais da família Trindade em Barreirinha (AM), Rafael Beltrão Bahia, Estevan Bartoli , Rildo Oliveira Marques e Luís Fernando Belém da Costa, analisam as relações socioterritoriais entre o espaço urbano e o rural a partir do estudo da família Trindade, residente na comunidade ribeirinha de Yapuna, no município de Barreirinha - AM. O capítulo discute a importância das redes de sociabilidade e das práticas tradicionais como a pesca, caça, extrativismo e agricultura familiar, bem como os fluxos materiais e simbólicos que conectam a zona rural à cidade. A análise fundamenta-se nos aportes teóricos da Geografia, considerando os aspectos multidimensionais que definem as redes de sociabilidade na Amazônia (BARTOLI, 2025), economia e cultura no território amazônico. Os resultados evidenciam uma forte interdependência entre o espaço urbano e o rural no município de Barreirinha, marcada pelas relações socioterritoriais que conectam a comunidade ribeirinha de Yapuna à cidade. As práticas tradicionais — como pesca, caça, extrativismo e agricultura familiar — revelam-se não apenas como atividades de subsistência, mas como expressões culturais e identitárias que organizam a vida comunitária.

1 - Redes de sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)[1]

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

1 Introdução

O artigo visa contribuir com avanços nos debates recentes realizados nos Colóquios Geografia Fora do Eixo I (Castro *et al.*, 2022), e II (Gonçalves; Saquet, 2023)[2], que versam, entre outros assuntos, da valorização de *abordagens situacionais*, refletindo sobre os paradigmas que as alicerçam: (i) propostas de práxis territorial de pesquisa-ação-participativa, que embasam a ciência popular vinculada ao povo de cada território e lugar (Saquet, 2022); (ii) valorizar abordagens do lugar com escalas nas quais o sentido de pertencimento, de identidade, de 'ser' são fundantes (Castro; Sodré, 2022); (iii) a busca pela autodecolonialidade pautada no entendimento do cotidiano, permitindo realizar a ciência pós-ocidental, decolonial, ética, democrática e situada (Ferreira, 2022); (iv) análise das apropriações territoriais e a territorialização dos movimentos sociais, em suas múltiplas dinâmicas, em como transformam identidades e criam valores, normas e instituições (Fernandes, 2022); (v) renovação teórico-metodológica para estudos do processo urbano na Amazônia, com centralidade nos sistemas territoriais situacionais e suas complexas interações co-evolutivas (Bartoli, 2022, 2023).

Como fenômeno espacial relacionado a avanços da colonização do território, o processo de urbanização regional tem sido marcante na Amazônia. Por ocorrer de modo mais acelerado do que no restante do país nas últimas três décadas, o processo vem causando desigualdades socioespaciais gritantes[3],

[1] Dossiê III Colóquio Geografias fora do eixo e decolonialidade. Texto publicado na Revista Campo território (Bartoli, 2025) https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/79885

[2] Dossiê: II Colóquio Geografias fora do eixo e decolonialidade, v. 40 n. 4 (Especial) (2023): https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/issue/view/3592

[3] A recente publicação do Atlas de cidades pequenas brasileiras, da rede MIkripoli, demonstra a gritante disparidade socioeconômica da Amazônia em relação ao restante do país. Disponível em: https://iperfileditora.com.br/produto/atlas-de-pequenas-cidades-mikripolitanas

gerando aumento da pobreza, da violência, e a consolidação da região no mapa da insegurança alimentar. As lutas de povos indígenas, quilombolas, e populações tradicionais tem ganhado relevância cada vez maior, conseguindo protagonismo de lutas territoriais. Mas, com a centralidade nesses movimentos socioterritoriais[4] (Fernandes, 2022), ofusca-se numerosas outras manifestações socioespaciais dinâmicas, advindas de populações residentes em extensos bolsões de pobreza urbanos (com intensas conexões com entornos florestais e ribeirinhos), cujo estado do Amazonas desponta com o maior número de pessoas residindo em favelas no Brasil (IBGE, 2022). Essas margens invisíveis, para além das metrópoles, formam periferias em cidades pequenas e médias com dinâmicas ribeirinhas e fluviais, possuindo manifestações territoriais extremamente dinâmicas.

Com manutenção e/ou retomada de vínculos com territórios de origem e de afetos, populações das periferias urbanas conformam desenhos territoriais situacionais considerados com trunfos de resistência. Nesse contexto urbano-ribeirinho, o objetivo do texto é analisar as estratégias e práticas utilizadas para mobilizar redes de sociabilidade em ambientes de rápida transmutação (migrações recentes para cidades imprimindo mudanças no tamanho e densidade das redes).

Como objetivo específico, busca alicerçar a necessidade da proposição de estatutos de territórios, embasado na ocorrência de micro governanças e co-construídos por, e para as populações locais a partir da análise de suas redes de sociabilidade. Visa-se contribuir para o debate sobre formas de inovações institucionais, considerando as diversas iniciativas em andamento na Amazônia. Como hipótese, afirma-se que o recente processo urbano em curso na Amazônia tem impactado em trajetórias de vida das populações, onde oportunidades de estudo e trabalho, remodelam redes entre cidades e interiores, alterando conteúdos e formas de vínculos socioespaciais. Mas, pela forma incompleta com que as oportunidades relacionais se manifestam nas cidades, a manutenção e a reconstrução de redes pretéritas tornam-se necessárias, conformando o que denominamos como Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

Nesse cenário de intensificação do processo urbano, as análises centram nas territorialidades de populações que transitam entre as cidades e interiores. Trata-se da continuidade de estudos relativos à existência do STUR, contando com duas publicações nos Colóquios Geografia Fora do Eixo (Bartoli, 2022, 2023). Como tem se manifestado a construção de alternativas de vida? Como o processo de urbanização influencia no tipo de escolhas dos indivíduos (trajetórias de vida), afetando suas redes de sociabilidade? Como tais escolhas implicam em consequências que afetam os vínculos territoriais? Enfim, quais aspectos de micro governanças nas redes de sociabilidade podem ser aportes para planejamentos territoriais? Como podem auxiliar no âmbito de políticas territoriais conformando propostas de estatutos territoriais?

Para isso, usa-se artifícios do diagnóstico e mapeamento colaborativo, a partir da análise multidimensional, com aplicação de formulários e construção de cartografias colaborativas e narrativas de trajetórias de vida. O aprofundamento

[4] Como escolha conceitual, opta-se usar o termo socioespacial durante o texto, para diferenciar de socioterritorial, mais vinculado a reivindicações territoriais advindas de movimentos sociais.

analítico ocorre em investigações realizadas por discentes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA - campus de Parintins), cujas famílias residem nos chamados "interiores" (termo êmico que corresponde às zonas rurais, comunidades, vilas e territórios indígenas ou quilombolas), que apresentam intensificação das relações com as cidades. Essa construção de pesquisa participante, partido de realidades "marginais", busca elucidar situações de redes de sociabilidade e suas dinâmicas no STUR (com "olhares" posicionados tanto a partir das cidades e/ou dos interiores), considerando as complexas tramas territoriais multidimensionais e escalares.

Apresenta-se, no primeiro momento, reflexões sobre cenários relativos ao controle do território, enfatizando embates paradigmáticos, disputas por imaginações geográficas (novos paradigmas de acumulação capitalista), e, principalmente, as lacunas existentes para avanços de planejamentos participativos e rebeldes de ordenamentos territoriais. No segundo momento, apresenta-se reflexões sobre sistemas territoriais, os papéis das redes de sociabilidade, aportes teórico-metodológicos e o entendimento das situações geográficas. Como famílias oriundas de ambientes rurais e urbanos reconstroem estratégias relacionais em redes de sociabilidade, constituindo territorialidades e tramas territoriais? Para isso, elenca-se resultados relativos às vertentes do STUR, base da investigação de situações particulares das comunidades dos grupos dos discentes, considerando os contextos em que as redes estão submetidas: i) aspectos físicos e topológicos; ii) estratégias e escalas de ação; iii) produção e configuração do espaço urbano; iv) formação de circuitos econômicos duais e complementares; v) elementos simbólico-culturais; vi) contextos situacionais; vii) polarização e centralidades; viii) conflitos e disputas territoriais.

No terceiro momento apresenta-se resultados e discussões sobre as redes no STUR, cujo balizamento relativo ao entendimento de aspectos co-evolutivos no interior das vertentes, corrobora com a necessidade da análise situacional. Apresenta-se o quadro metodológico com as vertentes do STUR relacionadas aos critérios de análise das redes de sociabilidade. A partir da síntese de 14 relatórios oriundos de exemplos de cartografias colaborativas, demonstra-se a densidade e complexidade das territorialidades. Constata-se o impacto das recentes migrações para as cidades, assim como a influência do fenômeno urbano, onde a possibilidade de construção de estatutos de territórios, considera aspectos de governança existentes nesses territórios-rede.

2 Novas faces do controle do território e disputas paradigmáticas na Amazônia: a cidade e o processo urbano em questão

Durante a invasão colonizadora da Amazônia, a geopolítica garantiu ao governo português o controle do território, mesmo sem obter correspondente aumento populacional ou dinamização da economia (Becker, 2004). Com o acirramento das disputas interestatais entreguerras no século XX, avanços das frentes de ocupação e colonização capitalistas intensificados pelo período ditatorial empresarial-militar (pós 1964), estratégias diversas foram adotadas para o assegurar a soberania nacional sobre o espaço amazônico. Acelerando a

implementação de projetos que reforçavam paradigmas fossilista-fordista e neodesenvolvimentistas, a conversão da natureza em mercadoria, e o estabelecimento de frentes mercantis/empresariais, continuam avançando (Castro, 2016).

Frente à irrequieta produção espacial capitalista, cujas contradições foram aceleradas por crises neoliberais a partir da década de 1990 (Harvey, 2005), diversas concepções e paradigmas sobre ordenamento de territórios, vem formando frentes variadas, como destaca estudos de Vinha (2021). Na Amazônia, embasado na valoração da "floresta em pé", o paradigma biotecnológico flexível visa apropriação de estoques de matérias-primas genética, energética, mineral, com configurações flexíveis e de financeirização, que pretendem valoração de serviços ecológicos ecossistêmicos (Malheiro; Porto-Gonçalves; Micheloti, 2021). Entre outras vertentes, cujos posicionamentos são perpetrados por agentes hegemônicos, uma miríade de termos como a indústria 4.0, as tecnologias verdes, biocosméticos (entre tantos outros), visam propiciar a reprodução do capital com pretensa conservação. Bioeconomia, empreendedorismos, inclusões digitais, "*smartificação*" de territórios, e um extenso cabedal de termos "da moda", ratificam a nova roupagem de um capitalismo "verde" (Cardoso, 2020). A maneira como tais processos tem causado desestruturação social, étnica e espacial, acelerando processos de alienação territorial e o neo-extrativismos de commodities, são temáticas importantes para pesquisas visando propostas alternativas.

Recentemente, junto aos paradigmas supracitados (que se fundem e se sobrepõem, confundindo a sociedade a partir de discursos liberais, neo-coloniais e/ou sustentáveis), presenciamos uma guerra cultural, política e econômica implementada por setores da extrema direita nacional e global. Legitimando práticas socioambientais destrutivas, realizando desmontes de instituições e setores de regulação estatais (desde órgãos ambientais aos institutos federais e universidades), praticam a permissividade da violência generalizada, induzindo ao massacre de povos originários. Com acentuação do desmatamento e proliferação de padrões arcaicos de exploração regional (desde garimpos às estratégias de milicianização e redes de ilegalidades diversas), o território amazônico sofre aumento vertiginoso da presença do crime organizado com aumento da violência socioambiental (Lima e Aiala, 2023).

Essas configurações atingem populações amazônicas que passam a ser afetadas em suas territorialidades, se submetendo a estruturas espaciais de poder que interpretamos como sistemas territoriais. Alguns sistemas territoriais da economia popular, passam a ser permeados e articulados por práticas de ilegalidade (Simas, Bartoli, 2023; Bartoli, 2023). Isso instiga a Geografia e demais ramos das ciências humanas, a realizar esforços para co-construção, junto às sociedades locais, de "ferramentas" que visem melhorias da governança popular. Essa construção "de dentro", e/ou "das margens", como preferimos nomear, deve ir de encontro com as dominantes estratégias da "modernidade-colonialidade", que impõem a objetificação dos sujeitos, tornando-os passivos (Dussel, 2018).

Corroborando com os processos coloniais, inúmeras iniciativas de economia florestal e bioeconomia tem introduzido uso de aplicativos de *smartphones*. A proliferação dessas ferramentas digitais pelo universo corporativo

(frações do capital comercial e financeiro), tendem a acelerar o processo de *smartificação do território* (Covas; Covas; Dallabrida, 2019). Isso causa progressiva implementação de signos distintivos e iconografias digitais para representar realidades complexas (que passam a ser simplificadas), excluindo populações do direito de representação própria. Esse tipo de estratégia absorve populações para a "gestão" mercadológica do território, cuja intenção é a de esvaziar sentidos de suas lutas sociais (vide recentes escândalos envolvendo os mercados de crédito de carbono[5]), retirando das populações locais o protagonismo para formação de resistências. Nesse interim, é prudente estarmos alertas em como as ferramentas de governança no território podem se tornar enviesadas por interesses alheios aos das populações interioranas, cujas frentes hegemônicas podem articular a produção da imaginação geográfica a partir da concepção neoliberal (com uso das ferramentas digitais), gerando uma pseudoparticipação (Souza, 2006).

Com participação crescente de empresas, setores do estado, organizações não governamentais (ONGs) e universidades, o galopante processo em curso prepara terreno para novas etapas de "governança", destituindo e camuflando os embates pelos *comuns*[6] recursivos amazônicos. Tais cenários reforçam a necessidade da criação de inovações institucionais, com entendimento das redes de sociabilidade.

Formam-se, portanto, nessa miríade de interferências territoriais colonizadoras, situações geográficas, definidas por Cataia e Ribeiro (2015) como nexos entre horizontalidades e verticalidades nos lugares, precipitados por impulsos globais por um lado e, por outro, cristalizações de heranças de usos populares que se atualizam. Interessa-nos averiguar a maneira com que redes de sujeitos que transitam entre as cidades e interiores, resistem ao processo de des-re-territorialização.

Becker (2009; 2013) desenvolve um paradigma analítico para o desenvolvimento da Amazônia com base em cidades. O comércio existente baseado apenas em recursos locais, não seria hoje capaz de estimular rede necessária para a dinamização dos fluxos. A autora frisa que as cidades devem superar os imperativos dos lugares centrais ao se inserir na rede de cidades com base no trabalho novo, associado aos serviços de alto valor agregado. Isso ocorre quando novas tecnologias permitem a comunicação em quase todas as cidades, e as relações passam a ser mais horizontais, tornando o espaço de fluxos determinante na produção socioespacial contemporânea (Ibid., p. 22). A proposta, inclui estratégias produtivas (num sentido voltado à competição global), e não apenas a conservação florestal. Seria necessária a recuperação de cidades como nós logísticos das redes tangíveis e intangíveis para a criação de cadeias produtivas completas com base em produtos regionais, com embasamento em Ciência, Tecnologia e Informação. Além

---

[5] Escândalo como a fraude em mercado de carbono que grilou 500 mil hectares de terras no sul do Amazonas, foram muito divulgados recentemente https://amazoniareal.com.br/fraude-de-mercado-de-carbono/. Acesso em 30 abr. 2025.

[6] Uso do termo *comuns* no plural visa distinguir do debate sobre o *comum* feito por Dardot e Laval (2014), muito mais amplo e também necessário.

disso, outras possibilidades são levantadas como o desenvolvimento de serviços específicos em cultura e formação de indústria criativa.

Becker (2008; 2009) destaca que ocorreu nas últimas décadas do século XX, uma transposição de paradigma para busca de desenvolvimento. A novidade reside na emergência do chamado vetor tecno-ecológico na busca de desenvolvimento sustentável, que seria o novo modo de produzir valorizando a natureza como realização atual e/ou futura da reprodução do capital. Destaca ainda a emergência de projetos de múltiplos atores, cuja viabilidade repousa, em grande parte, na tecnologia das redes de comunicação. A sociedade civil em organização, passou a construir experiências alternativas comunitárias embasadas na sócio-biodiversidade, resultando em novos recortes territoriais.

Bertha Becker (2009) esclarece que a articulação do complexo urbano ao complexo verde na Amazônia deve ocorrer a partir da iniciação de um novo modelo pós-fordista. Ressalta a utilização do capital natural com base em C&T, com cidades conectadas em rede que comporão uma frente de inovação. Afirma ainda que, para o desenvolvimento de cidades, não bastaria ocorrer o crescimento da produção de *commodities*, novas ou existentes, com a permanência da divisão do trabalho e reprodução e reciclagem da economia passada, "trabalho velho" no dizer da autora (Ibid. p. 72). Defende a produção de "trabalho novo" que, capaz de alterar tal divisão do trabalho, leva ao território à inovação e maior dinâmica econômica (Becker, 2009).

Com méritos de ressaltar a urgência de articular as cidades em rede, fortalecendo-as como lugares centrais, organizando cadeias produtivas e complementares, nota-se que pouca atenção é dada à "constelação" de comunidades ribeirinhas, vilas e territórios indígenas que circundam diversos centros urbanos. Áreas de povoamento antigo com padrões específicos de uso da terra e territorialidades ligadas ao uso de rios, matas, várzeas, lagos e diversos outros socio-ambientes, tem sido cada vez mais considerados em estudos sobre a cidade e o urbano na Amazônia[7]. É necessário entender como ambientes interativos existentes na cidade, influenciam funcionalmente (e simbolicamente), territórios circunvizinhos, remodelando divisões territoriais e sociais em atividades mais valorizadas (Bartoli, 2017, 2020). Julga-se insuficiente o binômio analítico referente ao trabalho velho/ trabalho novo. Ao interpretarmos as redes de sociabilidade, compondo sistemas territoriais mais amplos, entende-se que há evolução e hibridização contínua nas relações internas junto ao ambiente urbano. A difusão de esferas de consumo e extração de excedentes partindo das cidades (processo de urbanização extensiva – Monte-Mór, 2009), tem impactado redes de famílias (Moraes, 2012, 2014).

3 Sistemas Territoriais, redes de sociabilidades e o entendimento das situações geográficas

[7] O Observatório Amazonicidades tem realizado esforços para construção de uma visão integrada do território, abrangendo pesquisadores de núcleos de pesquisa de toda a Amazônia brasileira.

O intuito do presente item é sistematizar resultados empíricos de nossa trajetória de pesquisas nos últimos cinco anos, visando realizar diálogo com teorias sociais que nos auxiliem na análise das trajetórias das famílias estudadas. Retoma-se contribuições de componentes e vertentes de estudos sobre redes sociais, traçando convergências e complementaridade com a abordagem territorial.

Desde 2019, dando sequência à proposta metodológica sobre o STUR (Bartoli 2017, 2018a, 2018b), estudos sobre o processo urbano foram aprofundados nas cidades pequenas do entorno de Parintins. Os resultados apresentados em publicações diversas (Bartoli, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021a; 2021b; 2022; 2023; Bartoli; Pinheiro, 2022) resumidamente, apontam características comuns entre os municípios pesquisados:

1) Aspectos físicos sub-regionais (relevo e relação com cursos fluviais): os principais rios navegáveis, condicionam o tipo de uso do solo e a distribuição da população, concentrando a maior parte da circulação e dos aglomerados humanos (rurais e urbanos) na faixa dos entornos do rio Amazonas[8], onde: i) a dinâmica sazonal condiciona relações econômicas; ii) papéis na divisão territorial do trabalho são estruturados também pelos tipos de circulação fluviais e ribeirinhas; iii) comunidades situadas nos altos cursos dos rios são mais "fechadas" e voltadas para mediações e mercados das sedes municipais (cidades pequenas), possuindo baixa complexidade de funções produtivas e comerciais, mas apresentando variegada atividade extrativista, de caça, pesca e produção rural de subsistência; iv) comunidades e distritos localizadas nas proximidades do principal afluente (rio Amazonas), são mais "abertas" e dinâmicas na relação com a rede urbana.

2) Na análise dos espaços intraurbanos, sítios e morfologia urbana, disputas territoriais ocorrem: i) no controle das margens fluviais (privatizações das beiras de rio), fruto da territorialização que o capital mercantil tem sido preponderante; ii) apropriação desigual das beiras de rios, com não adequação do plano urbano às nuances do relevo, que não atende às necessidades locais de mobilidade por transporte fluvial (Bartoli, 2018 b; Marques; Bartoli, 2020; Silva; Bartoli, 2019); iv) conflitos por atracagem de embarcações[9].

3) Atividades laborais multifuncionais, compondo "forças" partindo das cidades para interiores e no sentido inverso, compõem a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial: a) força centrípeta: populações que migram dos interiores na busca de melhorias de renda e acesso a serviços e mercados ofertados nas cidades, são induzidas a novos contextos na cidade; b) força centrífuga: a economia urbana "impulsiona" novamente parte dos sujeitos aos interiores, que retornam com uma série de produtos industrializados, adquiridos nos comércios das cidades. A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a

[8] Para melhor entendimento do perfil e das dinâmicas da microrregião resumidos, indica-se aos leitores a consulta ao Atlas de Parintins (BARTOLI; PINHEIRO, 2022) que possui capítulos específicos sobre cada sessão.

[9] No documentário Pescadores Urbanos apresenta-se resultado de um exercício de cartografia participante que evidenciou os conflitos por acessos de beiras de rios devido à intensa privatização. Acesse o Canal do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM): https://www.youtube.com/watch?v=jQX6uTE3EUg&t=40s

economia mercantil dominante influencia, financia, incentiva e de certa maneira "impulsiona" a economia popular do STUR usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar, etc.

4) As centralidades dos municípios e das comunidades conectadas a circuitos são afetadas por novos tipos de transporte e intensificação das trocas: a) lanchas de alumínio denominadas localmente como "expresso" ou "a jato" proliferaram reduzindo percursos dependendo da sazonalidade fluvial, que transformam centralidades tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos; b) as cidades pequenas do entorno de Parintins possuem centralidade baixa[10], limitando-se a atender demandas de seus entornos.

5) Perda de soberania alimentar com marcante a presença de produtos industrializados: a) alteração nos itens da dieta regional, cuja relação com os fluxos de embarcações do STUR (força centrífuga) possibilitam a distribuição de produtos.

Tais constatações foram analisadas a partir dos estudos de caso de subsistemas territoriais (coletivos de pesca, extrativistas, artesãos diversos e produtores de embarcações de madeira, etc.), não abarcaram uma das manifestações socioespaciais mais densas na Amazônia: as intrincadas e amplas redes familiares e de sociabilidade que transitam entre interiores e cidades, foco do presente texto. Necessitando de balizamentos teórico-metodológicos e adaptações, aprofundar a transescalaridade e a multidimensionalidade são aspectos necessários para a abordagem territorial (Dallabrida; Rotta; Bunttende, 2023).

Para isso, realiza-se diálogo teórico-metodológico com as ciências sociais, particularmente a sociologia. A tradição na análise de redes sociais (ARS), propicia entendimento de que as relações sociais produzem trocas de conhecimentos recíprocos entre os indivíduos, que a partir de interações repetitivas, favorecem a circulação de recursos (materiais e imateriais). Para Grossetti (2004), três escalas de ação são usadas para definir a categoria de análise pertinente ao objeto em investigação: a) autonomia dos indivíduos, que estão ligados uns aos outros por relações sociais, com posições em diversas redes e grupos em permanentes construções segundo contextos ao longo do tempo; b) autonomia dos recursos (material ou cognitivo), elemento primordial do capital social e também relacionados à autonomia na rede; c) autonomia das formas sociais, como agrupamentos de atores sociais que recombinam-se permanentemente em grupos ou em sistemas de relações, por meio dos laços estabelecidos entre os indivíduos. Para "medir" tais escalas de ações, McCarty (2010) elenca como metodologia, descrever a densidade da rede, o grau de centralidade, a proximidade, a intermediação e os componentes a rede.

Em Scherer-Warren (2021), o estado da arte de estudos de redes sociais, deságua em adequações aos problemas de cada analista, onde emergem duas vertentes. A primeira privilegiando explicações para a estrutura social, e a segunda visando descrever as relações sociais primárias do cotidiano. Para unir as duas as vertentes, a autora propõe categorias (dimensões) para um entendimento integrado: (i) reciprocidade, relacionadas ao ciclo vital, sobrevivência, extensão e

[10] Sugere-se a leitura do Atlas de Pequenas Cidades Mikripolitanas para comparação com outras regiões brasileiras.

apoio às tarefas domésticas, apoio afetivo e fluxos migratórios (porém, não explicando as relações de poder); (ii) solidariedade, analisando desde ajudas mútuas (microescala) até a economia solidária e escalas nacionais de solidariedade; (iii) estratégica, com ênfase na dimensão política das redes (movimentos sociais e esferas públicas), cujos articulações da sociedade civil (empoderamentos diversos); (iv) dimensão cognitiva, buscando entender o sentido das transformações sociais, onde surgem novas narrativas descentradas, dialógicas e interculturais, abordando tempos sociais diferenciados.

Para Marques (2013), sobre a relação entre redes de sociabilidade, segregação e pobreza, ao reduzir diretamente o acesso dos indivíduos a bens e serviços e ajudas que promovem seu bem estar, torna-se necessário a análise de mecanismos, que contribuem para a produção (e reprodução) de desigualdades de resultados. Ao mediar diferentemente o acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades, contribuem para a constituição de desigualdades de oportunidades. Mecanismos (socioambientais, cognitivos ou relacionais – Tilly, 2001), são regularidades observadas em dinâmicas sociais que, diante de certas situações, levam a determinados resultados ou causam processos específicos.

> As mudanças nas redes podem seguir padrões mais localizados e conjunturais ou mais estruturais, associados à trajetória e aos tipos de ambientes relacionais que os indivíduos tem acesso. As mudanças podem tanto criar (ou destruir) oportunidades para relações (o que podemos denominar oportunidades relacionais), como mudar o ambiente em que elas ocorrem, contribuindo para a alteração dos conteúdos dos vínculos (Ibid, p.176).

Esse é um ponto chave em nossa discussão, presente em nossa hipótese. Para Marques (2010), a análise resulta em tipologias de redes, umas mais isoladas e precárias, outras com média integração, variando de acordo com gênero, faixa etária e classe social. Conclui apresentando significativa diversidade em termos de forma de estruturação das redes sociais e padrões de sociabilidade e diversidade, sugerindo elevada heterogeneidade de situações. Enfatiza que "é a propriedade das redes que dá formato conceitual à evidência empírica de que, por mecanismos diversos, pessoas com atributos comuns têm maior probabilidade de criar e manter vínculos entre si (Marques, 2010, p.44)". Em diálogo sobre o método para esse tipo de pesquisa, propõe uma ontologia relacional, partindo das redes pessoais de famílias, apontando dimensões temporais das redes (mais longas, mais fortes, mais ou menos coesas, etc.). A estrutura territorial, os espaços e a pobreza heterogênea permitiram caracterizar a pobreza na cidade de São Paulo, cujo padrão é radial e concêntrico. Nesse sentido, esferas de sociabilidade são espaços reconhecidos na constituição das redes: amizade, família, vizinhança, estudos, profissão/trabalho, diversão e associatividade.

Como aponta Marques (2010), ao trazer os padrões de relações das redes de sociabilidade para o centro da investigação das situações sociais, permite-se construir um nível intermediário de análise. As redes sociais estudadas pelo autor, buscaram se afastar tanto de interpretações estruturalistas e holistas (com ênfase na economia e mercado), assim como das perspectivas individualistas e atomistas,

focadas nos atributos individuais dos sujeitos, propondo dimensões relacionais que buscam articular análise dos sujeitos nos contextos concretos, a partir dos quais eles operam. Essa abordagem é útil pois, nos sistemas territoriais amazônicos, o estudo das situações sociais, buscam esclarecer o intermédio entre verticalidade e horizontalidades (Santos, 2004). Incorporar na análise dimensões macro e micro referentes às redes de sociabilidade, requer análise das dimensões das práticas espaciais e do cotidiano.

Para caracterizar as redes, variáveis atributivas são usadas para entendimento de redes intencionalmente construídas, como associações, movimentos sociais e grupos de identitários, ou, para a natureza de relacionamentos entre sujeitos. Sobre esse segundo grupo de variáveis, investiga-se os mudanças e permanências nos atributos de parentesco, vizinhança, amizade e migração relacionados a atividades laborais.

A espontaneidade das relações sociais como formas de resistência, tem sido um dos maiores desafios para ciências sociais. Estudos de formas não institucionalizadas de governança de territórios na Amazônia, demonstram que há gestão coletiva em ambientes rurais, ocorrendo governança fora do aparelho estatal. Rezende, Fraxe e Witkoski (2020), abordam a gestão do território não formal numa comunidade amazônica, onde camponeses-ribeirinhos produzem conjecturas pautadas no etnoconhecimento, com criação de estratégias de conservação populares não formalizadas institucionalmente. Economias étnicas e coletivos situacionais, na maior parte liderados por mulheres, tem propiciado outras vertentes acadêmicas pós-coloniais visando demonstrar a potência contestatória dessas redes de movimentos (Cusicanqui, 2006). Insurgências diversas não institucionais, foram mapeadas por Zibechi (2010), que analisa a capacidade de ação de setores às margens da sociedade. O autor coloca as famílias como elementos dinâmicos e centrais nas periferias populares, onde existem infinidades de empreendimentos que conformam uma economia paralela. Sobre a propriedade familiar ou coletiva dos meios de produção:

> En algunos casos, consiguen crear mercados populares, como espacios en los que predominan los valores de uso, que permiten tejer vínculos horizontales entre productores urbanos y rurales, y entre las más diversas producciones de las periferias: desde mercancias hasta formas de comunicación, entretenimiento, afirmación de las identidades, de los cuerpos. (Ibid, p 135).

O foco nesse tipo de cooperação reticular entre cidades e interiores é trivial para pensarmos patrimônios relacionais das famílias. Recomposições de relações sociais são interpretadas por Zaoul (2010) a partir da noção de sítios de pertencimento, onde ativações de práticas não mercantis preenchem as fraquezas do mercado, que ocorrem na ausência da diversidade de modos de coordenação que mobilizem regras, convenções, práticas e instituições que garantam laços coletivos. Para Zaoul (2010), tais "economias dissidentes" apoiam-se na capacidade auto-organizativa dos atores locais, cuja espessura antropológica do território é assegurada por uma coesão cognitiva, que cria confiança entre os sujeitos.

Em análise de rede temática[11], relativa ao manejo do pirarucu no município de Fonte Boa (calha do rio Solimões - AM), Carvalho (2014) aponta ser o manejo da espécie o principal elo articulador entre a cidade, o urbano e a região. A produção e organização espacial engendradas são construídas por movimentos sociais, Igreja Católica, comunidades ribeirinhas, etc., onde a rede urbana se consolida.

Padoch *et al.* (2008) encontram evidências de novas formas de arranjos familiares conectando áreas urbanas e rurais na Amazônia paraense, respondendo às oportunidades e restrições criadas pela infraestrutura limitada de serviços, emprego e mercados para produtos regionais na cidade. Os recém migrados para as cidades permanecem membros de famílias dispersas e multilocalizadas, mas continuam a participar de redes rurais-urbanas e de decisões sobre o uso do solo rural. Constatam que a manutenção de laços com lares rurais pelos novos moradores urbanos e a persistência de preferências, gostos e padrões de moradia rurais têm sido, em alguns sentidos, uma "ruralização" das cidades amazônicas.

Sobre essas relações entre cidade e campo na Amazônia, Schwade (2016) afirma que toda a borda da cidade em contato com o rio é espaço no qual se procura garantir vivência, envolvendo trocas materiais e imateriais, não constituindo apenas como fonte de matéria-prima. A partir do estudo de um bairro periférico na beira rio de Itacoatiara (AM), constatou que 60,33% dos moradores têm em suas propriedades e/ou rios e florestas fora de sua propriedade, fonte de recurso para abastecimento doméstico e 39,67% não tem nenhum deles como fonte de produtos para consumo próprio. Constata ainda (Ibid, p.112), que 45% dos moradores possuem moradia fora da cidade (sitio) / idas semanais, com relações intensas com parentes, que garantem acesso a espaços fora da cidade.

Em relações sociais fundadas em interações repetitivas, produzindo conhecimentos recíprocos entre sujeitos, favorecem a circulação cidade-entornos como um recurso. Contudo, relações recíprocas são permeadas de conflitos e disputas territoriais, comprometendo as trocas e interações recursivas (economia dos vínculos). Segundo Grossetti (2004), aí reside o grande problema da ARS, que é o de saber em que medida um determinado conflito inibe a troca ou o compartilhamento dos recursos. Portanto, a contribuição da análise geográfica pautada na categoria territorialidade, propicia descrição de estratégias dos indivíduos em suas redes, guiadas por racionalidades, decisões de outros indivíduos e constrangimentos relacionais (mudanças de pessoas, desemprego, etc.).

O conceito de territorialidade para análise do processo urbano na Amazônia (Bartoli, 2017), enquanto chave interpretativa, nos permite averiguar ocorrência de territorialidades ativas, mais conscientes e com maior grau de liberdade de ações, ou territorialidades passivas, submissas a esferas locais de poder e com baixa capacidade de formulação de projetos e ações (Dematteis; Governa, 2005). O sistema territorial local é entendido como produto do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente

[11] Esse tipo de metodologia é extremamente importante se quisermos reinterpretar o papel das cidades na Amazônia. É preciso investigar outros conjuntos de variáveis para melhor compreensão da rede urbana, propondo tipologias de cidades e superando recursos analíticos que se apoiam na dicotomia "rural-urbano".

(Magnaghi, 2010), consolidado pela mediação do trabalho e da informação (Raffestin, 2009) e interpretado como sistema ativo (Dematteis; Governa, 2005).

4 As redes urbano-ribeirinhas como trunfos territoriais

Os *Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos,* contém territorialidades embasadas em relações com a socio-bio-geo-diversidade histórica, cada vez mais mediadas pelos arranjos territoriais urbanos contemporâneos multiescalares (Bartoli, 2017; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b, 2020a, 2020 b, 2020c, 2022, 2023).

Nos resultados de estudos recentes (Bartoli, 2023), o patrimônio territorial situacional foi interpretado a partir do conjunto de elementos (dimensões) que configuram sistemas territoriais. No transcurso das análises, constatou-se que relações transescalares situam o patrimônio em meio a relações de poder, potencializando o uso do termo territorial anexo à noção de patrimônio. Foi possível avançar na constatação de que a transformação de um recurso em patrimônio requer o alicerce de paradigmas críticos no interior da abordagem territorial. A situação em que determinado recurso se encontra, necessita do entendimento de como uma ou mais dimensões coevolutivas estão estagnadas, afetadas ou sob o controle de outras dimensões.

> Isso implica que cada dimensão coevolutiva seja considerada no interior de arenas conflitivas relacionais situadas (ênfase na cidade e no fenômeno urbano), onde redes de sujeitos, cenários, eventos e intencionalidades diversos são, também, permeados de disputas paradigmáticas. Os mecanismos que envolvem determinados recursos territoriais sob as influências dos sistemas territoriais, podem indicar se o "uso" do patrimônio coincide com graus de liberdade, autonomia e governança, fornecendo diagnósticos para repensar o futuro de populações (Bartoli, 2023, p.72).

Para continuidade dos estudos do STUR, os discentes realizaram aplicação de formulários para caracterizar os perfis socioeconômicos das famílias. Visando obter aspectos multidimensionais e relacionais das redes (Quadro 1), embasaram a posterior co-construção da cartografia colaborativas. Uma questão de cunho geral orienta a reflexão: quais práticas territoriais podem ser interpretadas como trunfos rumo à maior autonomia territorial, e quais vertentes são passíveis de ativação/potencialização? No caso da importância das redes, outra questão norteadora: de que forma os indivíduos mobilizam as redes para obter ajudas e recursos variados em suas atividades cotidianas?

Quadro 1 – Vertentes do STUR e critérios de descrição das redes de sociabilidade

Vertentes da análise do modelo STUR	***Critérios descritivos das redes familiares e de sociabilidade***
i) **zonal e topológico**: conexões entre a	**Condicionantes físicas e materiais:** classificação de relevo, bacias hidrográficas e vegetação); **sazonalidade** dos rios; elementos de biogeografia

cidade ao entorno sub-regional por meio de redes diversas através da navegação fluvial e ribeirinha;	**Descrição da rede e seus atributos:** número de nódulos familiares (tamanho), intensidade de trocas e relações (coesão); tipo de concentração ou dispersão; diversidade dos contatos (localismo) distribuição entre a cidade e interiores (número de moradias em cada localidade); faixa etária e gênero.
	Circulação na cidade, interiores e entre cidade/ interiores averiguar: custos, distâncias, dificuldades, problemas e aspectos culturais, tipos de embarcações (e se cumprem função de moradia).
ii) **Estratégias e escalas de ação**. Tipos de coalizão e relevância na mediação das ações, que se desdobram em práticas sobre o território	Como sujeitos se projetam sobre o território a partir de trocas, ajudas ou intercâmbios considerando: a) **redes familiares:** estipular o grau de importância dos parentes (nós da rede)
	b) r**elações de amizade**: ocorrência de relações de compadrios ou de amizade nos bairros/comunidades; realização de festas, torneios de futebol, etc.;
	c) **relações institucionais:** existência de formas organizacionais e institucionais: cooperativas, associações, colônias de pescadores, partidos políticos, igrejas, grupos de pesquisas, coletivos de mulheres, LGBTQIAP+, indígenas, etc.
	d) Análise das forças **centrífugas e centrípetas**: relação entre forças que "impulsionam" sujeitos retornando a interiores, e as que atraem para a cidade.
iii) **Produção e configuração do espaço urbano em bairros e localidades interioranas** (fixos na rede)	Número e tipo de moradia (interior/cidade); tipos de bairros (ocupações irregulares ou antigos bairros); aglomerados palafíticos em suas relações com rios; tipos de fixos úteis para as ações (beiras de rios populares adaptadas para a navegação-trapiches, flutuantes, beiradões); praças, centros de convivência, sedes de instituições, cooperativas, igrejas, escolas; relação da moradia interiorana com entorno: ruralidades e ecossistemas base para ações.
iv) **Formação de circuitos econômicos**	1) A**tividades múltiplas da economia popular**: a) **na cidade**: serviços, trabalhos temporários, pequenas produções, etc. b) **nos interiores**: agricultura, pesca, caça, extrativismo, etc. c) interações com as esferas de **ação do capital mercantil;** d) Como são absorvidos na cidade (feiras, mercados, vendas em casa, boxes de rua, etc.); e) ocorrência de saltos escalares; f) ocorrência de redes de trocas não monetárias; g) quem impulsiona, financia ou encomenda sujeitos (forças centrífugas) e quais tipos de centrípetas.
	2) Buscar entendimento da manutenção de **redes locais submissas ao capital mercantil dominante:** a) drenagem de renda rural pela cidade); b) manutenção de redes de escoamento da produção funcionais à produção alienada; c) identificação de redes ilegais do capital mercantil ou economia popular.

v) Elementos simbólico-culturais	**Considerar Traços da cultura** cabocla e ribeirinha, indígena, quilombola ou de conhecimentos populares tradicionais ressignificados, absorvidos e **hibridizados** pela inserção/interação com o processo urbano. Festejos, culinária, linguagens iconográficas, termos herdados, mitologias, cosmologias, crenças populares, lugares sagrados, etc.
vi) Contextos *situacionais*[12]	**Eventos naturais, econômicos ou sociopolíticos** que interferem nas redes: secas e cheias (eventos extremos), influência de auxílios governamentais, crises ou efeitos de políticas do estado, variações gerais de mercado (custo de vida, inflação, etc.), crises econômicas / políticas, etc. Entendimento de como tais instabilidades afetam as forças **centrífugas e centrípetas**
vii) **Polarização[13], centralidades e fragmentação**	Descrever qual ou quais núcleos mais próximos são os **nós da rede** mais importantes para a rede funcionar (compras, vendas, acesso a serviços e políticas públicas etc.). Quais novas centralidades aparecem com o maior contato com a cidade? Como as famílias passam a se conectar mais com a sede do que com outras comunidades, gerando fragmentação do território? Relação das forças **centrífugas e centrípetas**
viii) **Conflitos e disputas territoriais**	Conflitos e disputas por terras, áreas de pesca, extrativismo, formação de acordos de pesca, invasões de grupos a territórios comunitários, presença de atividades e circuitos ilegais, etc.

Fonte: organizado pelo autor.

As análises em exercícios de cartografia colaborativas, realizadas entre junho de 2023 até o final de 2024, totalizaram construção de 14 relatórios, que incluem descrição etnográfica da trajetória de vida das famílias. Os formulários foram aplicados pelos alunos às suas próprias famílias, com posterior cartografia colaborativa. Tais aplicações ocorreram durante as disciplinas de geografia regional, geografia urbana e geografia econômica ministradas no curso de licenciatura em geografia da Universidade do Estado do Amazonas. A quantidade de casos estudados foi estipulada pela ocorrência de alunos com famílias que transitam entres interiores e a cidade. Os relatórios construídos pelos discentes do curso de geografia, compõem um livro que será lançado no primeiro semestre de 2026, cuja discussão se embasa na utilidade deste tipo de diagnóstico para a construção de estatutos territoriais. Seguindo a sequência do quadro 1, os resultados foram obtidos através de: exercícios de cartografia colaborativa e posterior análise da

[12] Por situação geográfica, Silveira (1999, p. 25) aponta que "é resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis."

[13] A polarização se dá pela ação de uma ou mais unidade(s) motriz(es), caraterizada(s) por atividade(s) produtiva(s), sejam de transformação ou não, o que amplia a atratividade da aglomeração urbana por meio da criação de postos de trabalho, da oferta de bens e serviços especializados ou de condições de vida diferenciadas. Essa polarização pode ser de crescimento ou desenvolvimento (Stamm *et al.*, 2017).

rede cartografada e seus atributos; aplicação de formulários e análise de registros fotográficos; transcrição de entrevistas e relatos orais de moradores locais. Indicam, de maneira geral, que:

i) O tipo de relevo e rios que as famílias e amigos se relacionam e estão assentados (comunidades, vilas, distritos, aldeias), formam condicionantes a diversos tipos de práticas espaciais: pela variedade de mosaicos paisagísticos, os usos de florestas e águas para práticas de extrativismo, caça e pesca, varia de acordo com o sítio, impossibilitando detectar padrões gerais de territorialidades; sobre os impactos das secas de 2023 e 2024 (eventos extremos), os relatos foram unânimes: perda de lavouras, dificuldade de mobilidade na navegação fluvial, encarecimento de bens básicos da cesta básica; a distância das sedes urbanas implicam em altos custos de manutenção das redes de sociabilidade, seja pelo tempo despendido ou pelo valor do deslocamento fluvial; quanto à forma, tais redes apresentam heterogeneidade, com tamanhos e intensidades de relações variados, cuja intensidade das interações sofre variações de acordo com realização de atividades sazonais (pesca, extrativismos, etc.) ou produções rurais;

ii) As escalas de ação e práticas territoriais demonstram a importância das redes familiares e de sociabilidade devido a diminuição da variedade de produtos produzidos pelas famílias. Trocas de serviços laborais ainda são intensas, com amigos e parentes alternando ajudas em roçados, colheitas e manejo de gado. Mas, as empreitas (diárias pagas para tarefas combinadas), confirmam que este tipo de relação monetária, tem se tornado a mais utilizada, denotando enfraquecimento das redes. A existência dos chamados puxiruns (coletivos em mutirões de ajuda comunitária), foram relatados apenas nos eventos festivos, o que demonstra enfraquecimento das relações de cooperação fora das redes de sociabilidade. Todas as redes apresentam nódulos na cidade como referência crescente em suas dinâmicas, fato apreendido a partir da análise das trajetórias das famílias. Fora das festas, nenhuma ação vinculada a coletivos foi registrada, o que reforça a necessidade de "calibrar" nossa percepção para as redes de sociabilidade como elementos de governança.

iii) Na produção do espaço urbano, o acesso a moradias através de ocupações irregulares em periferias recentes das cidades, foi relato comum, da mesma forma que se percebe o déficit habitacional em demanda dos casais mais jovens. Isso implica formação de moradias multifamiliares, onde diversas pequenas atividades laborais são encontradas, corroborando com os resultados de Souza (2024). Apesar desse quadro, apresentaram manutenção de vínculos de intensidades variadas com territórios de origem, onde, para além da necessidade de obter sustento dos interiores, os aspectos afetivos foram relatados como mecanismos de persistência das famílias, que não desejam romper vínculos "umbilicais" com suas origens. Mantém-se, dessa forma, moradias conectadas e situadas (uma casa na cidade, e outra nos interiores);

iv) Redes de ajuda mútua, trocas não monetárias e adaptações técnicas para produção e colheitas, foram relatadas em todas as redes; a produção de subsistência entre camponeses ribeirinhos consta como atividade em declínio, mas muito significativa e presente nas redes de trocas e comércio. A maioria dos circuitos produtivos para o mercado cartografados, tem destino a sede municipal.

v) A influência de modos de vida urbanos, e as resistências simbólico – culturais, são aspectos aprofundados na segunda etapa da pesquisa (em andamento).
vi) A forma, tamanho e coesão das redes sofreram alterações drásticas a partir do processo recente de êxodo rural (metodologia de descrição etnográfica das trajetórias das famílias). Os eventos familiares mais citados que impactaram nas redes, foram: a mudança dos avós por motivo de doença para a cidade, dos pais por motivos de emprego, e migração de jovens para acesso ao estudo; os efeitos de duas secas extremas nos anos de 2024 e 2025 também fazem parte da segunda etapa da pesquisa.
vii) Em todos os casos, a interação com outras comunidades interioranas tornou-se inexistente, sendo a cidade o principal nódulo de interação qualitativa e quantitativa. O grau de fragmentação dos territórios interioranos não é possível de ser diagnosticado com insuficiência de amostragens, embora transpareça.
viii) A quantidade de conflitos tem crescido nas últimas décadas. A lógica privatista do uso do território, entra em confronto com os modos tradicionais de circulação anteriores às introduções de cercas. Comunitários que adentram em "terreno de fulano" para caçar ou coletar castanha, tem gerado atritos entre os comunitários. Outros tipos de conflitos mais citados são: roubo de gado; invasão de gado a terrenos de outros proprietários; invasão de pescadores a locais sobre influência de outras comunidades.

Considerações finais: bases para se pensar em estatutos territoriais

A inexistência de coletivos organizados (cooperativas, associações ou movimentos socioterritoriais), nas áreas em que as redes de sociabilidade estão assentadas, fomenta uma falsa percepção sobre os papéis das iniciativas dessas redes no ordenamento territorial. O artigo contribui para desmistificar essa aparente "espontaneidade" das práticas espaciais, que são resultantes de ordenamentos orquestrados por vínculos (funcionais ou afetivos), formando territórios de vida. Retoma-se a hipótese, confirmando-a apenas nas amostragens realizadas. Se por um lado as comunidades e vilas interioranas passam por esvaziamento (êxodo) e possivelmente fragmentação das relações horizontais, por outro, as redes de sociabilidade se reconfiguram, tendo a cidade como nódulo referencial para práticas espaciais, acesso ao sistema de ensino e saúde e lutas por moradias, criando circuitos com mercados e processos urbanos diversificados.

Quanto à metodologia, destaca-se a qualidade do diagnóstico realizado pelos discentes do curso de geografia: a análise de mecanismos, trajetórias de vida e oportunidades para relações de melhor qualidade entre cidades-interiores, as alterações dos conteúdos dos vínculos, fornecem base para pensar natureza do relacionamento dos sujeitos. Espera-se contribuir para que esse tipo de pesquisa se fortaleça dentro planos curriculares de disciplinas no curso de geografia da UEA, reforçando seu papel territorial, imanente a uma unidade não-metropolitana.

A contribuição teórica ocorre na introdução de novos elementos quantitativos e qualitativos na análise do STUR, com melhoria da análise multidimensional. Os avanços na dimensão social, atrelada a aspectos materiais das redes foram profícuos. Quantos aos trunfos territoriais, a existência de territórios

alimentares, com considerável permanência da produção para subsistência, pesca, extrativismos e criações de animais, minimizaram os efeitos do desemprego urbano. Outro trunfo, o da circulação necessária, advém do fato de que relações não monetárias são elementos presentes nas redes: trocas de produtos/alimentos e as redes de ajuda são configuradas no ir e vir de embarcações do STUR. Essa capacidade de mobilização dentro da rede, constitui uma energia social raramente considerada, seja no meio acadêmico ou em políticas públicas.

Cientes de que as pesquisas em andamento são amostras de fragmentos compondo a complexidade do STUR, não passíveis de generalizações pela limitada aplicação, surgem outras questões amplas e desafiadoras:

1) Quanto às esferas do papel mediador das cidades, a análise de novas centralidades propicia base para propostas de maior integração horizontal entre as comunidades, e entre comunidades e a sede municipal. Como minimizar os efeitos da dependência de alimentos importados? Os mecanismos (forças centrífugas e centrípetas), mediam o acesso dos indivíduos a diversas estruturas de oportunidades e manutenção de vínculos territoriais. Nos casos estudados, estão relacionados às forças colaborativas internas às redes. Outros tipos de canais de representação, diálogo e comunicação devem ser pensados por políticas públicas e movimentos populares para desenvolvimento desse tipo de cidade na Amazônia. As cidades (de dinâmica ribeirinha e fluvial), podem estar melhor "preparadas" para "acomodar" virtuosamente as dinâmicas dessas famílias e suas redes.

2) Quanto às áreas que as práticas das redes abrangem, em seu escopo sub-regional, é necessário melhorar a autonomia relativa dessas populações frente ao crescente quadro de vulnerabilidade. Pela prevalência das atividades relativas ao capital mercantil (que se beneficia do atraso), que desvaloriza a produção/extrativismo de camponeses-ribeirinhos, drenando suas rendas, o desafio de melhorar a mediação (multidimensional) qualitativa no STUR, parece-nos elemento central no debate.

3) Quanto à baixa capacidade de inovação institucional, o paradoxo apontado por Zibech (2010), é pertinente: ao identificar ambientes criativos e dinâmicos, como evitar que tais forças transformadoras sejam solapadas e "congeladas" ao serem institucionalizadas? Considera-se que forças sociais cooptadas por políticas públicas, ONGs ou organizações religiosas, tem suas energias drenadas e suas inteligências reticulares situacionais restringidas. Estatuto de territórios, com base em inteligências colaborativas situadas podem ser pensados a partir dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2017.

BARTOLI, E. Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network. **Mercator**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a. https://doi.org/10.4215/rm2018.e17027.

BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b. https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.18865

BARTOLI, E. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a. https://doi.org/10.5380/dma.v51i0.62810
BARTOLI, E. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). **GeoNorte**, v.13, 2019b. https://doi.org/10.21170/geonorte.2019.V.10.N.35
BARTOLI, E. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). **Geoingá:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.
BARTOLI, E. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, nº 19, p. 132-157, 2020b. dx.doi.org/10.17127/got/2020b.19.00
BARTOLI, E. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1 - 27, 2020c. https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17823
BARTOLI, E. A sub-região do baixo Amazonas e Boa Vista do Ramos/AM: Cidades pequenas e sistemas territoriais. **PIXO** - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 5, n. 19, 10 set. 2021a. DOI: https://doi.org/10.15210/pixo.v5i19.21702
BARTOLI, E. Funções urbanas na faixa de fronteira amazônica:: centralidade de Nhamundá (Am) e seus sistemas territoriais. **Geografia em Questão**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, 2021b. DOI:https://doi.org/10.48075/geoq.v14i1.24480
BARTOLI, E. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia. In: CASTRO, C. E. de; FILHO, J.S.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais**.** Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 231-262.
BARTOLI, E. Patrimônio territorial na Amazônia urbano-ribeirinha: concepções situacionais a partir das margens. **Revista de Geografia**, *[S. l.]*, v. 40, n. 4 (Especial), p. 120–145, 2023. DOI: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.260674
BARTOLI, Estevan; PINHEIRO, Heitor. **Atlas de Parintins e Microrregião** – Planejamento Territorial e Urbano. Manaus: EDUA, 2022.
BECKER, B. **Amazônia:** Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
BECKER, B. Redifinindo a Amazônia. O Vetor Tecnoecológico. *In*: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. CORRÊA, R. L. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrandt Brasil, 2008.
BECKER, B. Articulando o Complexo Urbano e o Complexo Verde na Amazônia. *In*:**Um projeto para a Amazônia no século 21**: desafios e contribuições - CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Brasília, DF: 2009.
BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
CARDOSO, P. M. A insustentável leveza do capitalismo "verde", **e-cadernos CES**, 2020, consultado o 17 junho 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/eces.5824

CARVALHO, D. A. Na curva do rio: o manejo sustentável do Pirarucu re-estruturando a rede urbana no rio Solimões. In: SCHOR, T. (org.) **Dinâmica Urbana na Amazônia** – *vol. 1.* Manaus: Valer, 2014.
CASTRO, E. Saberes críticos sobre a América Latina a partir da perspectiva da Pan-Amazônia. **III Jornadas de Estudios de America Latina y El Caribe**. Setembro de 2016.
CASTRO, C. E. de; SOBREIRO FILHO, José; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022.
CASTRO, C. E. de.; SODRÉ, R. B.; Do território múltiplo ao lugar comunitário. *In*: CASTRO, C. E. de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais** / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 51 -76.
CATAIA, Márcio Antonio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. ANÁLISE DE SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS: NOTAS SOBRE METODOLOGIA DE PESQUISA EM GEOGRAFIA. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, v. 11, n. 15, p. 9–30, 2017. DOI: https://doi.org/10.5418/RA2015.1115.0001
COVAS A. M.; COVAS, M.; DALLABRIDA, V. R. Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de abril de 2019. https://doi.org/10.1344/b3w.0.2019.27842
CUSICANQUI, S. Metáforas y retóricas em el levantamento de octubre. Bolivian Studies Journal / **RevistaE**. Vol 4 , 2006.
DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E., BUNTTENDER. Fundamentos Epistêmico-Teóricos Convergentes com a Abordagem Territorial do Desenvolvimento *In:* DALLABRIDA et al. (org.). **Abordagem territorial do desenvolvimento:** proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial. Cruz Alta: Ilustração, 2023.
DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
DEMATTEIS G.; GOVERNA F. Il território nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot. *In*: DEMATTEIS G. e F.GOVERNA, (org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: ilmodello Slot**. Milano: Angeli, 2005
DUSSEL, E. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ NÁJERA, Verónica (Org.). **De lo postcolonial a la descolonización:** genealogías latinoamericanas. Ciudad de México: UNAM, 2018. p. 138 – 153.
FERNANDES, B. M. Do movimento social ao movimento socioterritorial. *In*: CASTRO, C. E. de; FILHO, J.S.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. pp. 135 - 155. 10.36599/edlib-2022.001
FERREIRA, M. R. Inovação social e saberes outros: o que a construção do conhecimento formal tem a ver com isso? *In*: CASTRO, C. E. de; FILHO, J.S.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais.** Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 77 - 96. 10.36599/edlib-2022.001

GONÇALVES, C. U.; SAQUET, M. A. Editorial: Geografias fora do eixo. **Revista de Geografia**, *[S. l.]*, v. 40, n. 4 (Especial), p. 1–3, 2023. https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/260670.
GROSSETTI, M. **Sociologie de l'imprevisible**. Dynamiques de l'activitéet des formes sociales. Paris: Presses Universitaires 2004.
HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico, 2022;
LIMA, R.; AIALA, S. **Cartografias da violência na Amazônia** – São Paulo: FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.
MALHEIRO, B. C.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos** – Para repensar o Brasil e o mundo São Paulo: Expressão Popular, 2021
MARQUES, R. O.; BARTOLI, E. Morfologia Urbana da Cidade de Barreirinha (AM) e Sistemas Territoriais: uma proposta metodológica. **Geografar** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, v. 15, p. 336-357, 2020 https://doi.org/10.5380/geografar.v15i2.71438
MARQUES. E. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: UNESP: 2010.
MARQUES, E. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. *In:* DIAS, L. FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e redes socias**. Florianópolis: Insular, 2013.
MCCARTY, C. La estructura en las redes personales. Redes - **Revista Hispana**. 2010; 19(11): pp. 242-71. https://doi.org/10.5565/rev/redes.262
MONTE-MÓR. R. L. As Redes Para Além dos Rios. in: **Nova Economia** – Belo Horizonte: 19 (1), 11-39, jan-abr. 2009. https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000100002
MORAES, A. **Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM.** 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
MORAES, A. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. *In*: SCHOR, T. (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia – vol. 1.** Manaus: Valer, 2014.
PADOCH, C.; BRONDIZIO, E.; COSTA, S. M.; PINEDO-VASQUEZ, R. R.; SEARS, A. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecology and Society.** 13(2): 2. 2008 http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/
RAFFESTIN, C. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. *In*: SAQUET, M. SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades.** Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. P.; WITKOSKI, A. C. Território e o Modus Operandi da Governança nas Terras, Florestas e Águas de Trabalho na Comunidade São Francisco, Careiro da Várzea (AM). **Caderno Prudentino de Geografia**, *[S. l.]*, v. 1, n. 42, p. 118–139, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6890. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.
SAQUET, M. A. Entre a "modernidade" e a "pós-modernidade": a continuidade da colonialidade. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 19-50 10.36599/edlib-2022.001
SCHWADE, Maurício Adu. Relações cidade e campo na Amazônia: trocas materiais e imateriais. *In:* OLIVEIRA, J. A. de (org.) **Dinâmica Urbana na Amazônia brasileira** – volume 4. Manaus, EDUA: 2016.
SCHERER-WAREN, Redes sociais: trajetórias e fronteiras. *In:* DIAS, L.; SIVEIRA, L. **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2021. pp. 31 – 50.
SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n 6, jan./jun. 1999. 10.22409/GEOgraphia2023.v25i54.a58815
SILVA, Fernando; BARTOLI, Estevan. Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins-AM. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 1, p. 7-18, 2019.
SIMAS, Erick Luiz de Souza Andrade; BARTOLI, Estevan. Sistema territorial da madeira ilegal no município de Parintins – AM. **Revista Verde Grande**: Geografia e Interdisciplinaridade, *[S. l.]*, v. 5, n. 02, p. 306–326, 2023. DOI: https://doi.org/10.46551/rvg26752395202323063 26
SOUZA, C. G. **Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia – UFAM. Manaus: 2024.
SOUZA, M. L. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
STAMM, C.; LIMA, J. F. DE; SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 1, p. 33-41, 1 jan. 2017. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.33328
TILLY , C. Mechanisms in the Political Process. **Annual Review of Political Science**, 2001.
VINHA, J. F. de S. C. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 34, p. 71-86, 2021. https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i34.11623
ZAOUAL, H. O homo Situs e suas perspectivas paradigmáticas. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 9, n. 1, 2010.
ZIBECHI, R. **Territorios en resistência**. Valencia: Baladre, 2010.

2 - Redes comerciais e a trajetória camponesa na Amazônia, o caso do município de Urucará/AM

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação - Parintins – Amazonas - Brasil

1 Introdução

Ao utilizarmos o conceito de rede em nossa abordagem de estudo, é crucial termos a compreensão da sua natureza instável e dinâmica, refletindo os constantes processos de transformação em sua constituição e funcionamento. Portanto, "deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações" (Silveira, 2021, p.298).

A materialização das redes socioespaciais camponesas que serão abordadas nesse capítulo, são resultado de um processo geo-histórico, moldado por múltiplos agentes e contextos socioeconômicos, como mercados, ciclos econômicos, urbanização e agentes comerciais, que influenciaram sua organização e reprodução. Longe de constituírem um modo de produção autônomo, os camponeses do médio rio Amazonas encontram-se inseridos em um contexto mais amplo, visto que, os sistemas de exploração e apropriação dos excedentes são externos a eles (Almeida, 2006).

A pesquisa teve como objetivo compreender o processo histórico de formação do campesinato e das redes socioespaciais e territoriais no médio rio Amazonas, com foco no município de Urucará/AM. Para isso, analisou-se a dinâmica da comercialização camponesa em meio às influências dos agentes monopolizadores do território pelo capital, evidenciando como esses fatores moldaram as relações de produção, circulação, permanência ou manutenção de determinadas redes.

O capítulo está estruturado em quatro tópicos principais. O item 4.1 "A formação do Campesinato Amazônico" trata da formação e consolidação da atividade camponesa no contexto amazônico, enfatizando o papel das reformas pombalinas implementadas na segunda metade do século XVIII como mecanismo central no processo de camponezação das populações nativas. Contudo, esse

processo não significou o desaparecimento das práticas originárias, pelo contrário, os saberes herdados dos povos indígenas, especialmente os relacionados à terra, floresta e à água foram fundamentais para adaptar esses sujeitos sociais às novas exigências econômicas, demonstrando ser o camponês amazônico um sujeito adaptável e resiliente (Harris, 2006).

O tópico 4.2 "A formação do Campesinato urucaraense: território em disputa" destaca a consolidação da atividade camponesa no município de Urucará e na região do médio rio Amazonas, evidenciando a importância histórica das primeiras missões religiosas na segunda metade do século XVII como ponto de partida para o processo de ocupação territorial e organização socioeconômica local. A partir dessas missões, intensificou-se a chegada de colonos e o surgimento dos primeiros sítios agrícolas voltados principalmente ao cultivo do tabaco e do cacau, que, aliados ao extrativismo da borracha no século XIX, passaram a configurar as bases da economia regional. Esse processo se fortaleceu com a migração de nordestinos e a chegada de famílias de imigrantes de origem italiana, judaica, japonesa, libanesa, portuguesa e outras, que contribuíram para a diversificação étnica e cultural do campesinato urucaraense.

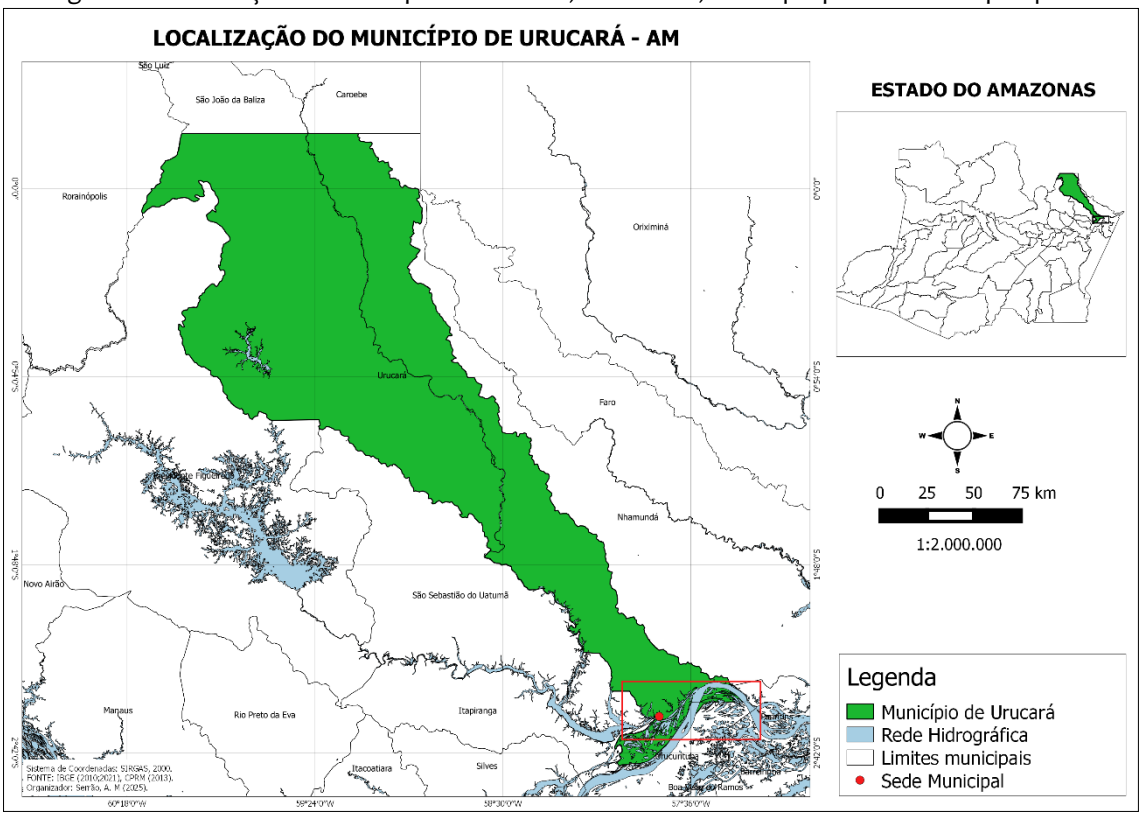
O tópico 4.3 "As especificidades do campesinato no médio rio Amazonas" aborda as singularidades desse campesinato, ressaltando as particularidades do homem do campo amazônico, cuja existência está profundamente entrelaçada à diversidade ambiental da região. Diferente de outros contextos agrários do país, o camponês amazônico constrói sua vida econômica e social a partir da combinação de múltiplas atividades produtivas, como a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal e animal, e, em alguns casos, a criação de animais de pequeno e médio porte, bem como em atividades não agrárias.

Por fim, o tópico 4.4 "Exploração e subordinação do trabalho camponês no municipio de Urucará, Amazonas" adentra a complexa rede de exploração e subordinação do trabalho camponês no médio rio Amazonas, evidenciando como, ao longo dos diferentes períodos históricos e ciclos econômicos, os camponeses foram sendo inseridos em sistemas de dependência e controle impostos por agentes monopolizadores do território. Atravessadores, casas aviadoras, regatões, comerciantes-patrões e, mais recentemente, a agroindústria, configuraram-se como mediadores do capital que, por meio de práticas como o aviamento e a fixação de preços, passaram a controlar a produção e comercialização dos bens oriundos da agricultura familiar, pesca e extrativismo.

2 Metodologia

Esta pesquisa de caráter exploratório adotou uma abordagem teórico-empírica e qualitativa, tendo como recorte geográfico o sul do município de Urucará (Figura 1), onde até meados da década de 1980 se configurou uma das mais importantes redes comerciais do município, com a atuação de diferentes sujeitos sociais, camponeses, comerciantes-patrão, regatão, marreteiro, navios a vapores e outros.

Figura 1 – Localização do município de Urucará, Amazonas, destaque para a área da pesquisa



Fonte: CPRM, 2013. IBGE, 2021. Org: Serrão, A. M (2025).

Para a realização desse trabalho, foi realizado levantamento bibliográfico com autores que discutem os conceitos fundamentais para a análise do objeto de estudo. A coleta de dados envolveu tanto fontes primárias como entrevistas, atividades de campo e observações diretas, quanto fontes secundárias, incluindo a busca por informações em secretarias, prefeitura, sindicatos e associações. Esses procedimentos possibilitaram a sistematização das informações obtidas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas territoriais e para a análise cartográfica da região estudada.

3 Bases teóricas da pesquisa

A base teórica que embasa essa pesquisa fundamenta-se tanto em autores clássicos quanto em contemporâneos, cuja contribuição é essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas no contexto agrário amazônico. Destacam-se autores como Chayanov (1974), que aborda a lógica da economia camponesa; Shanin (1980), Andrade (1964) e Candido (1977), que discutem os conceitos e as especificidades culturais e sociais do campesinato. Oliveira (1994) e Martins (1995), que analisam a estrutura fundiária e as relações de poder. Paulino (2012) também contribui com discussões relevantes sobre a monopolização do território pelo capital. No cenário amazônico, autores como Cruz (2007), Harris (2006), Witkoski (2006), Meggers (1987) e Serrão (2018) exploram as particularidades do campesinato regional, incluindo as influências ambientais e o

modo de vida dos camponeses amazônicos, oferecendo uma análise mais contextualizada e ampla sobre as questões sociais, ambientais e econômicas.

3.1 Campesinato, redes e monopolização do território pelo capital

O conceito de camponês e campesinato é alvo de diversas interpretações, variando conforme o contexto histórico, social e econômico. Para Cruz (2007), a tarefa de estabelecer conceitos é sempre difícil e nem sempre alcança os objetivos propostos, pois as configurações teóricas sugeridas muitas vezes não são totalmente compatíveis à realidade vivida. Dessa forma, as definições devem ser encaradas como instrumentos de análise, permitindo uma compreensão mais crítica às transformações constantes que impactam o campesinato, especialmente no contexto amazônico. Para Shanin (1980), o conceito de camponês, embora frequentemente generalizado para facilitar a análise social, não implica uma visão homogênea desses sujeitos, mas sim uma compreensão que reconhece suas particularidades dentro de contextos específicos.

Quando olhamos para o campesinato no contexto amazônico, em especial no médio rio Amazonas, constata-se a complexidade desses sujeitos sociais, bem como as intensas transformações pelas quais vem passando ao longo da história. Longe de constituírem um grupo estático, vivenciaram múltiplas mudanças em função de ciclos econômicos diversos, que impactaram profundamente suas formas de organização e reprodução social. Somam-se a isso, as transformações estruturais, políticas e territoriais recentes[14], que tem constantemente reconfigurado seu modo de vida, impondo desafios e adaptações.

Em termos de Amazônia, o conceito de camponês ainda é visto com estranheza por muitos pesquisadores. Dessa forma, esses sujeitos sociais recebem diferentes denominações, entre as mais comuns, a de caboclo, agricultor familiar, ribeirinho, produtor rural, varzeiro, comunitário, etc. Os autores que abordam o conceito de camponês ou campesinato partem geralmente da dialética marxista ou trabalham em tal perspectiva. No entanto, o que tem predominado é a nomenclatura de agricultor familiar, pela qual determinados autores entendem que esses moradores estão passando por inúmeras transformações e se relacionando cada vez mais com o mercado, se especializando em determinada atividade, seja ela agrícola ou não, deixando com o tempo de serem camponeses (Cruz, 2007).

Destarte, o que temos presenciado nos diversos conceitos acerca do homem amazônico é a sua generalização e a conseguinte homogeneização, desaparecendo, assim, suas peculiaridades, que na Amazônia, dependendo do ambiente ou forma como foi concebido o território, ganham um caráter particular e único, podendo se manifestar de forma tão diversa em diferentes contextos históricos (Moreira e Hébette, 2009). Apesar das diferenciações internas, não é maior que as externas, de maneira a não existir um modo de produção camponês, pois os mesmos não possuem uma estrutura política e econômica relativamente autossuficiente, visto

[14]Principalmente a partir da segunda metade do século XX, onde o governo militar, através da SUDAM, incentivou grandes projetos agropecuários para a Amazônia, abrindo possibilidade de acesso à terra para as grandes levas de imigrantes oriundos de outras regiões do país, especialmente do Nordeste e centro-sul (Oliveira, 1994, p. 34).

que, os sistemas de exploração e apropriação dos excedentes são externos a eles (Almeida, 2006).

Diante de tais possibilidades teóricas, Cruz (2007) caracterizou como camponês-ribeirinho os sujeitos sociais que se constituíram frente a um processo civilizatório e que moram às margens de rios ou até sobre eles, e que estabelecem diferentes territorialidades (terra, água e floresta) adaptando-se às complexidades ambientais da Amazônia. Witkoski (2006) os denominou de camponês amazônico, sujeitos que vivem na calha do rio Solimões/Amazonas e que precisam realizar um conjunto de atividades, estabelecendo fortes relações com a terra, na qual é agricultor e criador, dependendo de conhecimentos sobre os ciclos naturais das águas (enchente/cheia e vazante/seca). Com a floresta, exerce o extrativismo e com o rio, desde a infância aprende a ser pescador e a tirar o sustento e a renda familiar.

Outra importante abordagem teórica adotada nesse artigo faz referência ao conceito de rede, especialmente das redes geográficas[15]. Amplamente utilizado na Geografia, Sociologia, Antropologia e outras áreas, proporciona uma visão abrangente para o estudo do campesinato no contexto amazônico. Para Dias (2020, p. 3), a construção do conceito no contexto da Geografia "pressupõe refletir sobre sua natureza abstrata e claramente definida, que guia pesquisas e funda hipóteses". Ao utilizarmos o conceito em nossa abordagem de estudo, destacando as redes camponesas como elemento central de nossa análise, é crucial termos a compreensão da natureza dinâmica da mesma, refletindo os constantes processos de transformação em sua constituição e funcionamento.

Quando se trata do uso do conceito no contexto da Geografia aparece muito conectado ao estudo das redes técnicas[16] e urbanas[17], entendidas como espaços integrados por relações de fluxos e conexões (Dias, 2020). No entanto, sua aplicação no contexto da Geografia Agrária e das redes camponesas permanece subutilizado, evidenciando um certo privilégio acadêmico, que prioriza os sistemas urbanos e tecnológicos, enquanto negligencia as redes de relações socioespaciais, econômicas e culturais que estruturam os territórios camponeses. Isso corrobora com Saquet (2008, p.88), ao afirmar que "as redes são vias para os fluxos, mediações e articulações entre os territórios e lugares". Essa seletividade reforça as desigualdades territoriais, econômicas e sociais que convivem boa parte dessas populações, especialmente as camponesas.

No entanto, para compreendermos as relações econômicas estabelecidas entre os diferentes sujeitos sociais, camponeses e não camponeses no contexto agrário do médio rio Amazonas, tornou-se fundamental recorrer ao conceito de monopolização do território pelo capital que possibilita analisar os mecanismos de subordinação, exploração e controle exercido sobre o trabalho camponês. Autores como Oliveira (2001) e Paulino (2012) oferecem importantes contribuições nesse debate, ao evidenciar como o capital se apropria do espaço agrário de forma

[15]As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida (Corrêa, 2012, p. 200).

[16] Como exemplo, podemos citar as ferrovias, as rodovias, a telegrafia, a telefonia, a teleinformática, cujo a redução do tempo permitiu instalar uma ponte entre os lugares distantes (Dias, p. 141).

[17] Definida pelo conjunto de centros urbanos articulados entre si (Corrêa, 2012, p. 204).

contraditório, reorganizando-o em função de suas necessidades de acumulação e impondo aos camponeses uma posição de dependência, "monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se" (Oliveira, 2001, p. 25).

A atuação desses agentes comerciais que atuaram em distintos períodos e ciclos econômicos do médio rio Amazonas, adaptou-se às transformações econômicas e sociais da região. Desde os missionários religiosos e Companhias de Comércio que controlavam a comercialização direta da produção indígena e camponesa no período colonial, passando pelas casas aviadoras e pelo regatão, que funcionavam como mecanismos de crédito e circulação de mercadorias, até a figura do comerciante-patrão e, mais recentemente, a inserção da agroindústria, todos desempenharam papéis centrais na intermediação das relações econômicas.

Para Oliveira (2016), o processo de monopolização do território pelo capital revela como uma dinâmica contraditória das relações capitalista, pois ao mesmo tempo em que subordina o campesinato às lógicas do mercado e do capital, também deixa brechas que possibilitam a permanência desses sujeitos no campo. Nesse contexto, o camponês mantém relativo controle sobre sua força de trabalho e seus meios de produção (terra e objetos de trabalho), no entanto, essa autonomia é constantemente tensionada pela ação do capital, que se apropria da renda camponesa da terra por meio da compra, controle dos preços e das condições de troca (Oliveira, 2016).

Para Paulino (2012) a compreensão do processo de monopolização do território pelo capital exige olhar para a lógica da produção, uma vez que os camponeses se diferenciam dos demais trabalhadores, pois o que está em jogo não é venda da sua força de trabalho, mas o produto final no qual está incorporado o esforço coletivo da família. As parcerias estabelecidas com os camponeses do médio rio Amazonas ao longo dos distintos períodos históricos foram fundamentais para consolidar o processo de monopolização do território pelo capital, uma vez que esses sujeitos desempenharam papel central na produção de riquezas regionais.

4 Constituição histórica da atividade camponesa no médio rio Amazonas

4.1 A formação do Campesinato Amazônico

A formação dos assentamentos humanos na Amazônia, especialmente povoados, vilas, comunidades rurais e as colônias agrícolas, está diretamente relacionada aos processos históricos e econômicos de sociedades mais amplas (Becker, 2013). Ao longo dos séculos, a região foi influenciada pelas ordens hegemônicas que controlam a economia global, sendo continuamente integrada ao mercado global. Nesse contexto, tornou-se fornecedora de diversas matérias-primas, como as drogas do sertão, borracha, castanha, cacau, juta, guaraná, minérios de ferros, comodities agropecuárias como a soja e a carne, atendendo às demandas externas e reforçando sua posição dentro da Divisão Internacional do Trabalho e das dinâmicas econômicas globais (Ponte, 2017).

Diante das necessidades que foram criadas pelo capital, importantes medidas governamentais fincaram base para a formação de atividade agrícola e

como consequência, a formação de uma nova classe, a camponesa. Sem sombra de dúvidas, as reformas pombalinas[18] na transição do século XVIII para o XIX, trouxeram séries de transformações na composição étnica (processo de miscigenação entre brancos e índios), na aptidão pelo trabalho e pelo apego a terra, formando assim a classe específica de camponeses, que para alguns autores é entendido como o camponês-ribeirinho da Amazônia (Cruz, 2007).

De acordo com Cruz (2007), o período pombalino exerceu influência significativa na configuração da sociedade colonial amazônica, introduzindo uma racionalidade econômica e política que direcionou os sujeitos do campo à produção espontânea e ao cultivo da terra. Essa orientação resultou em um projeto de estabilidade para as experiências agrícolas, consolidando práticas produtivas que se integraram à economia local.

Para Silva (2002), a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, por iniciativa do Marquês de Pombal, teve um papel fundamental no estímulo à agricultura e ao setor produtivo da região. A medida não apenas incentivou o desenvolvimento econômico, mas também garantiu a ampliação da mão de obra local disponível, fortalecida pela introdução de escravizados africanos. Somado a essas séries de medidas, estava o incentivo ao matrimônio entre homens brancos e mulheres indígenas, lei assinada em 1755, que tinha como objetivo, estimular o povoamento e a ocupação da região (Oliveira, 1983).

Em 1757, foi instituído o Diretório dos Índios, principal instrumento de controle que promoveu a transformação da sociedade nativa em uma população cabocla miscigenada, os camponeses amazônicos. De acordo com Oliveira (1983), essa política tinha como objetivo dinamizar a produção agrícola e fixar os indígenas à terra, incentivando sua participação em diferentes setores do Estado. Dessa forma, os nativos foram estimulados ao trabalho na lavoura, ao envolvimento no comércio e à assimilação de valores da sociedade colonial, como a vida civilizada, o apreço pela propriedade privada e a busca pela riqueza.

Os processos de miscigenação realizado ao longo dos séculos foram fundamentais para a formação do camponês amazônico, especialmente na região do médio rio Amazonas, foco desta pesquisa. No decorrer do século XIX, a chegada de migrantes nordestinos intensificou essas características, agregando novos elementos culturais e produtivos à dinâmica local. A agricultura permaneceu como a base de sustento das famílias, sendo complementada por atividades ligadas aos recursos hídricos e à floresta, como a pesca, o extrativismo e o manejo da terra (Witkoski, 2006).

Como apontado por Loureiro (2007), a imposição de determinada atividade de trabalho ao camponês amazônico, levou-o em determinados períodos, a optar pelo extrativismo como principal atividade econômica, a exemplo da extração da borracha, voltada para o mercado externo. Esse contexto levou, em muitos casos

[18]Período marcado por amplas reformas políticas e econômicas direcionadas para a Colônia e em especial para a Amazônia pelo então ministro português Marquês de Pombal (1750-77), na qual pretendia reforçar seus laços comerciais com Lisboa, estimulando a agricultura e exercendo maior controle sobre as atividades econômicas, transformando, ao mesmo tempo, a força de trabalho (Mendonça, 2005).

ao abandono temporário da agricultura e dos policultivos, demonstrando a influência das dinâmicas econômicas globais sobre a organização produtiva local e da (re)criação de novas redes socioespaciais. O contrário também ocorreu, dado ao enfraquecimento das demandas externas por produtos extrativos, quando "esses camponeses voltavam o trabalho para o interior das unidades familiares, fortalecendo a agricultura e a combinação de atividades, característica que marca a trajetória camponesa na Amazônia" (Serrão, 2018, p. 27).

4.2 A formação do Campesinato urucaraense: território em disputa

A formação do campesinato no município de Urucará, Amazonas, está intrinsecamente ligada às interações com contextos sociais mais amplos, influenciando sua territorialização tanto nas várzeas quanto na terra firme. Compreender esse processo envolve analisar as redes socioespaciais construídas ao longo do tempo, as relações de comércio estabelecidas e a atuação dos agentes monopolizadores do território pelo capital. As várzeas[19], por sua fertilidade e proximidade dos rios, tornaram-se estratégicas para a agricultura e a reprodução camponesa, ao passo que a terra firme[20] também desempenhou papel fundamental na ocupação do espaço agrário. Nesse contexto, o fortalecimento do campesinato local deu-se por meio de diversas iniciativas, como a criação das Comunidades Eclesiais de Base e das colônias agrícolas, que promoveram organização social, resistência e a busca por melhores condições de vida e trabalho.

Historicamente, a base de sustentação socioeconômica do atual município de Urucará esteve ligada à atividade agrícola e ao extrativismo animal e vegetal. Município localizado na parte leste do Estado do Amazonas, tem sua sede situada à margem esquerda do Rio Uatumã, afluente esquerdo do rio Amazonas, ocupado territorialmente pelos povos indígenas do tronco linguístico Aruaques e colonizado por Crispim Lobo de Macedo, militar paraense que chegou na região nas primeiras décadas do século XIX (Serrão, 2018).

> Partindo das vilas de Serpa e Silves, estabelecendo a exploração econômica, promovendo "descimentos" das populações indígenas que eram ou encaminhadas a essas vilas ou utilizadas para a formação de aldeamentos na região. No ano de 1814, Crispim Lobo de Macedo reuniu na margem ocidental do Rio Uatumã algumas aldeias indígenas Pariquis, fundando a povoação de Sant'Ana de Uatumã e, em 1819, Manoel Antonio da Silva fundou na foz do Rio Jatapú, em sua margem esquerda, o povoamento de Santo Antônio do Jatapú, encaminhando para esta região aldeamentos Parintintin (Monte, 1992, p. 1992).

[19]Planície de inundação, periodicamente inundada pelas cheias anuais e fertilizadas pelos sedimentos dos rios de água branca, como o Amazonas e seus afluentes) (Monteiro, 1981).

[20]São os baixos platôs da Amazônia Centro-Oriental, recobertos por Mata de Terra Firme, ocupam expressivas extensões da porção oriental do Estado do Amazonas e são caracterizados por terrenos baixos (em cotas inferiores a 200 m), com solos espessos, pobres e bem drenados, em geral, Latossolos Amarelos (Marques, 2017, p. 67).

Coube a Macedo, alferes da 6ª Companhia do 2º Corpo de Tropa Ligeira de Milícias do Rio Negro[21], a missão de reorganizar e revigorar a população dispersa do antigo povoado da missão Uatumã. Nesse processo, coube a ele não apenas reagrupar os moradores sobreviventes e descendentes das antigas áreas missionárias, mas também instituir um núcleo que combinasse funções agrícolas e militares, em consonância com a política de fortalecimento territorial e de controle da região. Importante salientar que no contexto amazônico, as políticas voltadas para os povos indígenas, desde a queda de Pombal em 1777 até a Independência do Brasil em 1822, foram conduzidas de forma progressivamente anti-indígena.

No entanto, como destacado por Serrão (2018), a ocupação do território urucaraense não se restringiu apenas a interesses econômicos ou comerciais, mas esteve diretamente ligada à estratégia da Coroa Portuguesa para assegurar o domínio e a defesa territorial na Amazônia (Machado, 1997).

> As decisões sobre indígenas subordinavam-se estritamente aos interesses do domínio colonial, que devia ser assegurado e ampliado pela abertura de vias de comunicação e comércio, pelo aumento e diversificação da produção, pela expansão da população branca e, principalmente, pela subjugação dos grupos indígenas hostis ou resistentes ao regime de trabalho servil (Moreira Neto, 1988, p.33).

Os descimentos, outrora, organizados pelas tropas portuguesas com o auxílio dos missionários religiosos, passaram a ser realizados também por comerciantes e regatões "que passaram a "descê-los" e distribuí-los entre sítios e povoados como trabalhadores para a indústria extrativa, como escravos, na condição de mercadorias, e raras vezes aparecem como trabalhadores assalariados" (Moreira Neto, 1988, p. 27). Com a reorganização do povoado de Nossa Senhora de Santana do Uatumã, Macedo constituiu propriedade no Paraná Mirim, que mais tarde passaria a ser chamado de Paraná de Urucará e ali deu início ao processo de formação do núcleo colonial de povoação. Para consolidar esse núcleo, desceu parte dos índios pariquis e aruaques, sujeitos aculturados[22] e integrados à lógica mercantil, empregando-os como força de trabalho em um sistema marcado pela exploração (Amazonas, 1852). A mão de obra indígena, mestiça e escravizada foi direcionada sobretudo aos cultivos agrícolas, com destaque para o tabaco, cacau, cana, mandioca e milho, quanto para atividades ligadas à indústria extrativa e à pesca. Nessa dinâmica, produtos como breu, cravo, copaíba, castanha e pirarucu seco passaram a ser explorados de forma intensiva, inserindo o povoado nascente nas redes comerciais que sustentavam a economia amazônica do período (Moreira Neto, 1988).

[21] Informações retiradas dos arquivos históricos do Conselho Ultramarino e da carta enviada para o príncipe regente Dom João, enviada em 1802.

[22] Muitos desses grupos haviam substituído sua língua tribal, como instrumento de comunicação, pela língua geral, do mesmo modo como haviam substituído a maioria de suas instituições, normas e valores por outros que não se referiam a nenhuma cultura indígena em particular, mas decorriam de urna cultura genérica e empobrecida, fruto da situação colonial e de sua variante missionária (Moreira Neto, 1988, p. 43).

No decorrer do século XIX, o processo de ocupação do território urucaraense foi marcado pela chegada de colonos, mestiços, indígenas e migrantes nordestinos[23], estabelecendo as bases do campesinato local. Diante das condições ambientais, econômicas e culturais, esse campesinato desenvolveu fortes vínculos territoriais com as terras devolutas e férteis das várzeas, aproveitando suas potencialidades para a agricultura e outras atividades de subsistência.

Ao longo do século XX, com a crescente internacionalização da Amazônia, novos elementos étnicos são inseridos na composição social da região. Sírios, libaneses, judeus, italianos e, posteriormente, os japoneses, que chegaram na região por volta da década de 1940, passando a integrar o cenário local, contribuindo significativamente para a transformação das dinâmicas comerciais e produtivas (Serrão, 2018). Os japoneses ao se estabelecerem nas calhas dos principais rios, paranás e furos da região, transformaram as relações de comércios, inserindo através da juta, uma nova racionalidade produtiva aos camponeses, tema que trataremos com ênfase nos próximos tópicos.

4.3 As especificidades do campesinato no médio rio Amazonas

Ao iniciarmos esse tópico, apontaremos algumas características gerais do campesinato, contextualizando com as especificidades no contexto amazônico. Para Oliveira (2001), a força do trabalho familiar é o motor principal do processo de produção camponesa, pois é dele que deriva e abre possibilidade para a combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho. Não podemos compreender a economia camponesa sem conhecer suas especificidades, que em qualquer lugar, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (Shanin, 1980). Tavares dos Santos (1978), em seu livro "Colonos do vinho" apresenta um conjunto articulado de elementos estruturais da produção camponesa (Quadro 1).

Quadro 1 - Elementos da produção camponesa segundo Tavares dos Santos (1978)

Elementos estruturais	Características
Força de trabalho familiar	O elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é o motor do processo de trabalho na unidade familiar.
Ajuda mútua	Solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, seja pela ausência de condições financeiras ou disponibilidade de mão de obra.
Parceria/sociedade	Decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade. O camponês contrata o parceiro e

[23]Calcula-se que aproximadamente 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia no período de 80 anos, representando assim, o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado apenas por São Paulo, em decorrência dos surtos industriais e de empregos (Benchimol, 1999).

	divide com ele custos e ganhos.
Trabalho assalariado/acessório	Através dessa estratégia, o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário/diárias por período de trabalho, complementando assim, a sua renda.
Contratação da força de trabalho assalariada	Em geral, ocorre ao ciclo de existência da família camponesa, especialmente falta de mão de obra ou em momentos críticos do ciclo agrícola, necessitando força de trabalho externo.
Socialização do camponês	Importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva.
Propriedade da terra	Instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração.
Propriedade dos meios de produção	Exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto, mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses.
Jornada de trabalho	Outro elemento a ser distinguido, pois não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista. A jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos de pouco trabalho e períodos de trabalho intenso.

Fonte: Tavares dos Santos (1978).
Org: Autores (2025).

No contexto amazônico, especialmente no caso do camponês ribeirinho, além dos elementos em destaque no quadro 1, também é marcada por uma forte especificidade baseada na combinação de múltiplas atividades produtivas. Esse modo de vida se estrutura a partir de uma relação direta e integrada com os elementos naturais presentes no território: a terra, a água e a floresta desempenham papel central na organização do trabalho, na reprodução social e nas possibilidades de (re)criação das redes socioespaciais.

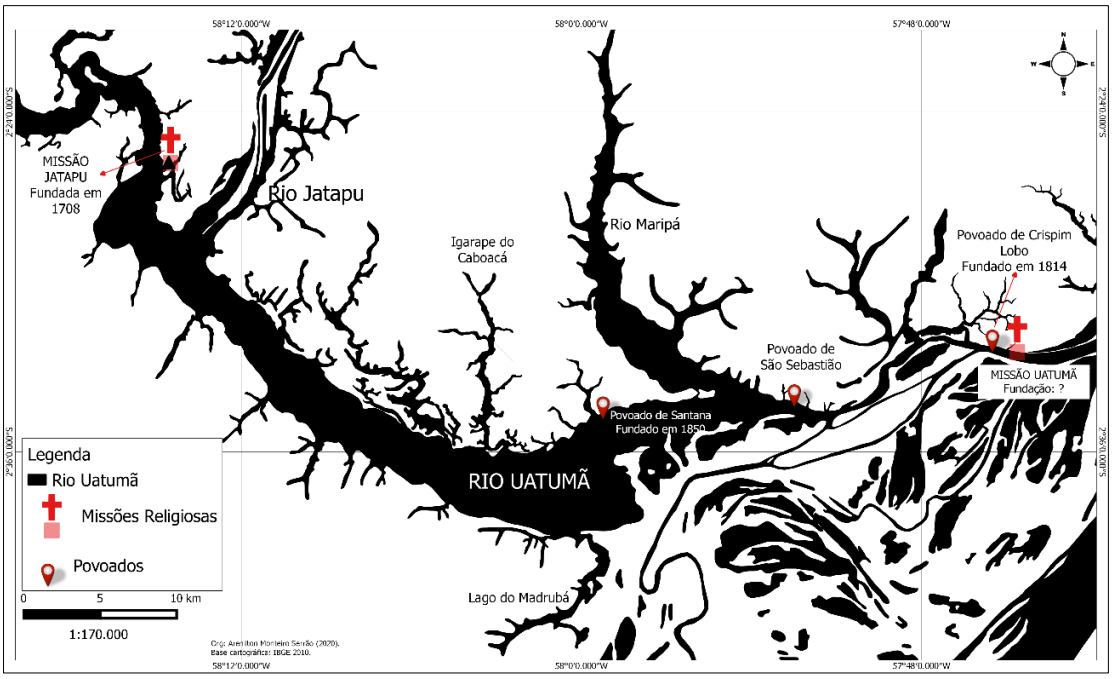
4.4 Exploração e subordinação do trabalho camponês no município de Urucará – AM

Ao longo dos distintos períodos econômicos vivenciados na Amazônia, os camponeses ocuparam posição central na geração de riqueza, moldando suas relações de trabalho de acordo com as demandas a eles impostas. Desde o período colonial, com a exploração das chamadas drogas do sertão, passando pela extração da borracha, pela valorização de produtos como cacau, juta, castanha, guaraná, até as atuais atividades agroextrativistas, a relação entre esses sujeitos históricos e os agentes externos (atravessadores, casas aviadoras, regatão, comerciante-patrão,

agroindústria) se deu mediante ao processo de monopolização do território pelo capital, bem como na extração da renda da terra e outras formas de subordinação.

A ocupação inicial da região se deu a partir da criação das primeiras missões religiosas instaladas nas calhas dos rios Uatumã e Jatapu, ainda na segunda metade do século XVII (Figura 2). Essas missões desempenharam papel fundamental na estruturação das relações de trabalho e na integração da população nativa ao sistema econômico colonial, tendo como destaque o comércio de especiarias, conhecidas como Drogas do Sertão (Bettendorff, 2010).

Figura 2 – Espacialização das principais povoações dos rios Uatumã e Jatapu até 1850



Fonte: IBAMA, 2010; CPRM, 2013. Organizador: Serrão, A. M (2025).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, as atividades alicerçadas na agricultura, realizadas tanto em terras pretas como em áreas de várzeas e desenvolvidas por indígenas e camponeses, impulsionaram a economia. Entre os cultivos de destaque, estava a cana de açúcar, a mandioca, o milho e o tabaco, configurando as primeiras redes de trocas e comércio regional, pois parte desses produtos eram enviados a Belém do Grão-Pará e, consequentemente, destinados à Europa.

A atividade cacaueira, outrora considerada uma droga do sertão, à medida que ganhou importância econômica na Europa passou a ser cultivada por camponeses nas várzeas amazônicas, com destaque para os municípios de Parintins, Urucurituba e Urucará (Figura 3). Na transição do século XIX até meados do XX, coronéis[24] de barranco e camponeses incorporaram o cultivo do cacau às suas atividades produtivas, aproveitando as condições favoráveis das áreas de várzea (Nascimento, 2016).

[24]O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política (Faoro, 2001). No caso especifico do médio rio Amazonas, alguns possuíam descendência estrangeira ou nordestina, por décadas comandaram a política e os privilégios econômicos.

Figura 3 – Plantação de cacau consorciado com a Seringal, várzea de Urucurituba (AM)



Foto: Hernondino Chagas e Catharina Vergolino Dias. IBGE, 1966.

Esse cultivo se intensificou especialmente nas localidades do Paraná do Comprido, Albano e Jurupari, onde o solo fértil e as condições ambientais (enchente/cheia e vazante/seca) proporcionavam o ambiente ideal para o desenvolvimento da cultura. No entanto, doenças, oscilação no preço e as sucessivas enchentes/cheias que se abateram sobre esse ecossistema em períodos cronológicos curtos (1953 e 1973), ocasionaram não apenas perdas de plantações e sítios agrícolas, mas sucessivas migrações de famílias camponesas para a terra firme.

Embora não tenha alcançado a mesma relevância que em outras calhas de rios da Amazônia, a extração do látex desempenhou papel significativo na economia urucaraense até as primeiras décadas do século XX (Figura 4).

Figura 4 - Famílias nordestinas nos seringais amazonenses



Foto: Henry C. Pearson (1911).

A atividade se concentrou especialmente no alto curso dos rios Uatumã e Jatapu, onde nordestinos e camponeses locais migraram para explorar a floresta em busca da borracha. Esse movimento transformou a pequena vila de Crispim Lobo em um importante entreposto comercial de borracha, fazendo com que os navios da Companhia da Navegação e Comércio do Estado do Amazonas atracassem na vila periodicamente (Figura 5), conectando a produção local aos mercados regionais e internacionais (Gonçalves, 1904).

Figura 5 - Navio a vapor Benjamin atracado na cidade de Urucará



Foto: Arquivo da família Clinton, década de 1960.

Com a extinção da rede comercial da borracha que ocorreu nas primeiras décadas do século XX e havia integrado esses espaços ao mercado mundial, a região experimentou um processo de retração econômica que obrigou muitas famílias a reorganizarem suas formas de reprodução social. Nesse contexto, a agricultura de subsistência retomou sua centralidade, com a reabertura de roças de mandioca e produção de farinha, atividade historicamente vinculada ao modo de vida local. Outros produtos extraídos da floresta e dos rios passaram à complementar a renda camponesa, com destaque para a castanha, o pirarucu seco, o cumaru, a tartaruga, o peixe-boi, couros de animais silvestres como onça, jacaré e capivara, além da exploração madeireira de espécies valiosas como itaúba, massaranduba, acareúba, pau d'arco, castanheira, louro e muirapiranga, comercializadas e enviadas a Belém e Manaus (Gonçalves, 1904). Isso demonstra a plasticidade sobre a qual se assenta essa classe de sujeitos, que mesmo voltados para o mercado externo, não deixam de desempenhar outras funções, combinando diferentes atividades, motivos pelos quais não abandonaram a agricultura, a pesca, a caça, o extrativismo, as pequenas criações, entre outras atividades (Cruz, 2007).

Na segunda metade do século XX, as atividades econômicas nesse trecho permaneceram essencialmente camponesas, mas passaram por importantes transformações com a intensificação do uso das várzeas como espaço produtivo. A fertilidade do solo e a abundância de recursos pesqueiros tornaram essas áreas

fundamentais para o sustento das populações ribeirinhas, consolidando o protagonismo desse ambiente no contexto agrário do médio rio Amazonas. Nesse cenário, destaca-se a introdução da cultura da juta por imigrantes japoneses a partir da década de 1940, que rapidamente foi assimilada pelos camponeses locais (Figura 6).

Figura 6 – Secagem da fibra da juta por camponeses urucaraenses



Foto: Arquivo da família Clinton, década de 1970.

A juta, utilizada principalmente na produção de sacarias, tornou-se, nas décadas seguintes, o principal produto econômico da região do baixo Amazonas. Nos anos 1970, era relevante economicamente para municípios como Parintins, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Barreirinha, Urucurituba e Urucará (Serrão, 2018). Conforme Cruz (2007), profundas mudanças ocorreram, especialmente com a instalação de unidades fabris nas proximidades das áreas produtoras, o que facilitou o escoamento e beneficiamento da produção. Nesse contexto, a juta passou a ocupar lugar de destaque na economia local, cuja lógica de produção era camponesa, onde os mesmos controlavam a força de trabalho, que dependendo do contexto, poderia ser familiar ou assalariada. Detentores dos meios de produção (terra e instrumento de trabalho) estavam subordinados à lógica da monopolização do território pelo capital, na qual os atravessadores e as indústrias ditavam os preços e controlavam os fluxos e os padrões de produção, ocorrendo a extração da renda da terra (Paulino, 2012).

Essa atividade se fortaleceu no médio rio Amazonas, mediante uma articulada rede de agentes comerciais que operavam intensamente entre os pontos produtores e os centros de beneficiamento da fibra. Essas redes mantinham conexões com diversas localidades ribeirinhas, expandindo-se até cidades do Pará e, sobretudo, com a cidade de Parintins, que se tornou o principal polo industrial da juta na região (Souza, 2011). Com a consolidação dessa atividade entre os camponeses locais, formou-se uma intrincada rede de comerciantes-patrões, que atuavam nas principais calhas de rios, furos e igarapés da região (Figura 7).

Figura 7 - Casa de comércio da família Missono, Vila Jamila, município de Urucará

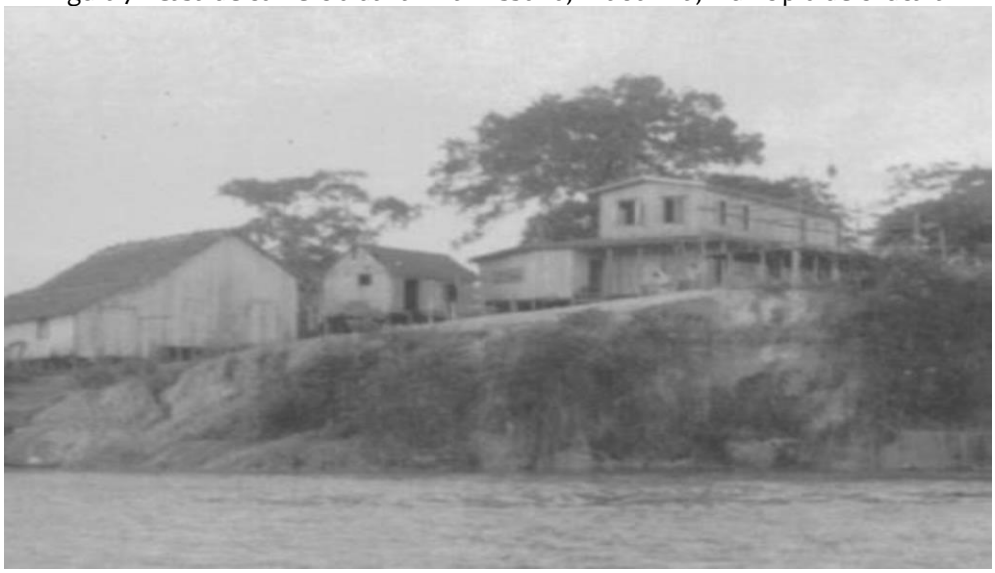
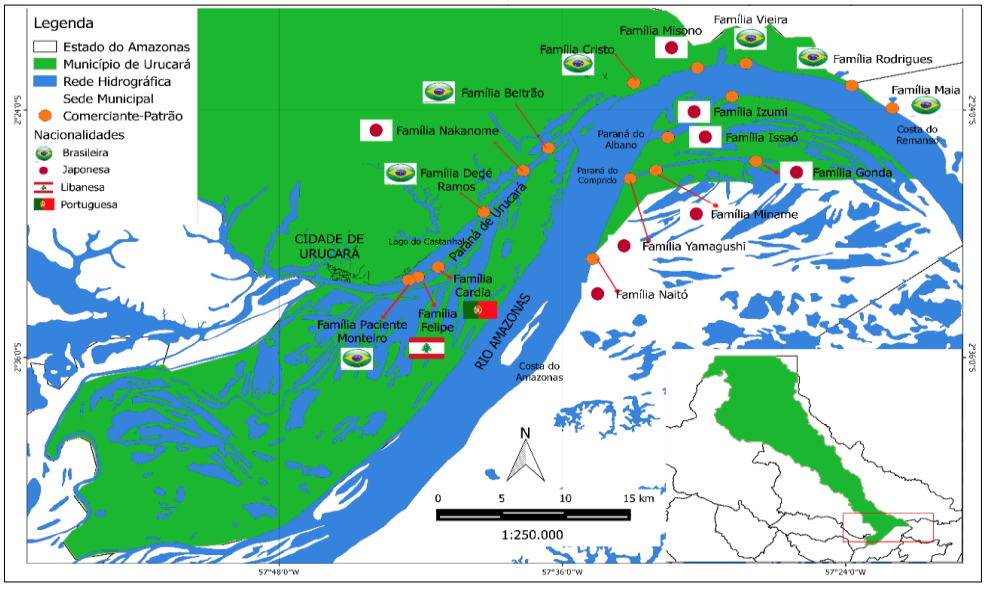


Foto: Acervo Pessoal de Armando Massato Misono (s/d).

Esses agentes comerciais, em sua maioria externos ao território, com destaque para os comerciantes de origem japonesa, organizaram um sistema de escoamento da produção de juta e de outros produtos agroextrativistas, no típico sistema de aviamento[25] que já imperava desde o século XIX na Amazônia (Figura 8). "Subordinando a sua lógica produtiva, o patrão, sem grande esforço se prevalecia da força de trabalho do camponês, extraindo-lhes a renda da terra com a compra de seus produtos, não pagando pelos seus dias de trabalhos" (Serrão, 2018, p. 53).

Figura 8 - Geografia dos comerciantes-patrão (1950-1990), sul do município de Urucará



Base cartográfica: IBGE (2010).
Org: Serrão, A. M (2017) com bases em informações fornecidas pelos camponeses.

[25]Sistema comercial que prevaleceu em boa parte da Amazônia no período da borracha e em período posteriores. Espécie de crédito sem dinheiro (Santos, 1980).

A partir da década de 1970, a produção e o comércio da juta no contexto do Baixo Amazonas apresentam sinais evidentes de declínio, resultado de um conjunto de fatores naturais, econômicos e tecnológicos. As condições ambientais desfavoráveis, como enchentes prolongadas, dificuldades logísticas e a falta de investimentos em infraestrutura e tecnologia agrícola, já comprometiam a produtividade camponesa. No entanto, o golpe mais severo veio com a introdução e massiva divulgação das fibras sintéticas no mercado global, que passaram a oferecer alternativas mais leves, baratas e produzidas em escala industrial (Homma, 2011). Como consequência, os camponeses que antes dependiam da cultura da juta como principal fonte de renda, viram-se diante de um cenário de desvalorização do produto, desarticulação das redes comerciais e perda de protagonismo econômico, marcando o início de um processo de crise que alteraria a estrutura produtiva e social da região.

A crise da juta abriu espaço para o fortalecimento de outras atividades econômicas que anteriormente ocupavam papel secundário. Nesse cenário, a pecuária extensiva passou a ganhar destaque, sendo praticada tanto nas áreas de várzea (durante os períodos de seca), quanto nas terras firmes. O Estado "tornou-se um importante aliado nessas novas políticas de incentivos aos pecuaristas e latifundiários, criando poucas alternativas para o camponês se firmar em alguma atividade agrícola" (Serrão, 2018, p. 55). Paralelamente, nas áreas de terra firme, a cultura do guaraná começou a ser introduzida e expandida entre os agricultores familiares, especialmente por meio das colônias agrícolas formadas nesse período. Dessa forma, o enfraquecimento da cadeia da juta, embora tenha gerado um período de incertezas, também representou uma oportunidade de diversificação produtiva e de reestruturação do modo de vida camponês em distintos trechos do território amazônico.

Considerações finais

A formação do campesinato e das redes socioespaciais no contexto amazônico, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, não pode ser compreendida de forma dissociada das estratégias coloniais de dominação territorial e econômica impostas pela Coroa portuguesa. Desde o período pombalino, o estímulo à fixação do homem à terra, por meio de mecanismos como o Diretório dos Índios e a criação de colônias agrícolas, visava garantir a ocupação efetiva do território amazônico, em resposta às disputas geopolíticas internacionais. Nesse contexto, o camponês amazônico emergiu como figura central, constituindo-se a partir de múltiplas heranças culturais, técnicas de cultivo e formas de organização social e econômica herdadas tanto dos povos indígenas quanto dos colonizadores europeus.

Com o passar dos séculos, esses sujeitos passaram a desempenhar papel estratégico na economia regional, sendo que foi incorporado aos sucessivos ciclos econômicos e sistemas de exploração que marcaram a história da Amazônia. Do extrativismo das drogas do sertão, passando pelos ciclos da borracha, juta, guaraná, até os arranjos produtivos atuais, os camponeses adaptaram suas práticas às novas

exigências impostas por casas aviadoras, comerciantes regatões, seringalistas e, mais recentemente, por atravessadores e agentes monopolizadores do território. Apesar de subordinados a essas estruturas, demonstraram notável plasticidade, reinventando suas formas de produção e reprodução da vida no território.

Essa resiliência se manifesta sobretudo na manutenção de suas práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal, o extrativismo vegetal e o uso da floresta e dos recursos hídricos. Mesmo diante das pressões externas e da imposição de modelos econômicos predatórios, os camponeses amazônicos conservaram o seu modo de vida e sua resistência frente às diferentes conjunturas históricas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de**. (Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e**. Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazona.** Typographia Commercial de Meira Henrique, Recife, 1852. 356p. disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3135. Acesso em: 21 set. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia**. A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BECKER, Berha. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus, AM: Valer: 1999. 479 p.

BETTENDORFF, João Filipe**. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. 1º ed. Senado Federal, Conselho Editorial, Brasília 2010. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/568038. Acesso em 03 de maio. 2024.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. In: Revista Cidades, volume 9, número 16, 2012, p.200-220.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

DIAS, Leila Christina. **Rede Geográfica**. GEOgraphia, v. 22, n. 49, 14 dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47614. Acesso no dia 18 Nov 2024.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do Patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

GONÇALVES, Augusto Cezar Lopes. **O Amazonas: esboço histórico, corográfico e estatístico até o ano de 1903.**1º edição. H. J. Hanf, Nova York, 1904.

GOULART, José Alípio. **O regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81- 108.
HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A agricultura nikkei e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al* (Orgs). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Edua, Manaus, 2011.
LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª. Edição. Manaus; Editora Valer, 2007.
MACHADO, Lia Osorio. **O Controle Intermitente do Território Amazônico.** Revista Território, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n.2, p. 19-32, 1997.
MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM.** 2017. 175 p. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis. 5ª ed, Vozes, 1995.
MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina:** correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Biblioteca do Senado Federal, Conselho Editorial, Brasília, 2005. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1101. Acesso em: 22 maio 2025.
MONTE, Paulo Pinto. **Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962).** (Dissertação) Mestrado em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo: PUC, 1992. Disponível: https://app.docvirt.com/mi_bibliografico/pageid/235162. Acesso em: 25 de ago. 2025.
MONTEIRO, Silvio Tavares**. Anotações para uma história rural do médio Amazonas.** Manaus, Emater/Amazonas, seção de produções gráficas, 1981. p. 81- 87.
MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia. De maioria a minoria. 1750-1850.** Petrópolis, Vozes, 1988, 348 p. disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. http://www.etnolinguistica.org/biblio:moreira-1988-indios. Acesso em: 12 jun. 2025.
MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v.1, cap. 8, p. 187-207. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/538. Acesso em: 26 ago. 2025.
NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016. 187p. Dissertação, Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avel. **Instrução Primária nas Colônias Agrícolas da Amazônia na Segunda Metade**

do Século XIX. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, V. 20, n.40, p.13-29, jul./dez, 2014.
OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas *et al* (orgs.): **Amazônia**: **Desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.p. 144-327.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. A geografia das lutas no campo**. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994.
_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** Labur Edições, São Paulo, 2007, 184p.
_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p. Disponível em: https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf. Acesso em: 27 Ago. de 2025.
PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: 2ª ed. editora da UNESP, 2012.
PONTE, Karina Furini da. **A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável**. Revista Pegada, vol. 18, nº 2. Maio-Agosto, 2017. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5137/3927. Acesso em: 27 ago. 2025.
RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143.
SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Queirós, 1980.
SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** Estudos CEBRAP, nº 26, Editora Vozes, 1980.
SERRÃO, Arenilton Monteiro. **Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-Am.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
SILVA, Marilene Corrêa. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, UniNorte, 2004.
SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 294-336.
SOUZA, José Camilo Ramos de. Parintins e Vila Amazônia: Uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al* (Orgs). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Edua, Manaus, 2011.
TAVARES dos SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho.** São Paulo, Hucitec, 1978.
TENÓRIO, Basílio. **Fundamentos de Urucará**. Parintins: Gráfica João XXIII, 2016.
WITKOSKI, A.C. **Terra, florestas e águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2006.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo acolhimento acadêmico, pelas oportunidades de formação. Expresso também minha profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, essencial para a execução e desenvolvimento desta pesquisa.

Fontes de financiamento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

3 - Moradia e Redes Territoriais Urbano-Ribeirinhas em Parintins-AM

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação – Parintins – Amazonas - Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Paola Verri de Santana
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

1 Introdução

O urbano se organiza em espaços reticulares complexos e articulados, espalhando-se por territórios que podem até ultrapassar as fronteiras político-administrativas dos Estados nacionais. Enquanto, as redes territoriais se estruturam sobrepondo-se aos arranjos tradicionais das cidades, imbuídas em suas peculiaridades espaço-temporais. As redes territoriais se estruturam sobrepondo-se aos arranjos tradicionais das cidades, imbuídas de suas peculiaridades espaço-temporais.

Assim, localizado a leste do estado do Amazonas, o município de Parintins destaca-se pela posição estratégica entre as metrópoles regionais de Belém e Manaus, apresentando uma dinâmica urbana complexa marcada por processos históricos que envolvem ciclos econômicos e profundas desigualdades socioespaciais. Nas últimas décadas, esse processo intensificou-se diante da ausência de planejamento urbano efetivo e da formação de ocupações irregulares em diversas áreas da cidade, especialmente sobre fragmentos de castanhais e margens de rios que contornam ecossistemas de relevância ecológica e simbólica para as comunidades locais (Bartoli, 2017; Souza, 2024).

A cidade cresceu de 41.591 habitantes urbanos em 1990 para 69.890 em 2010 e em 2022, segundo o Censo do IBGE, ocorreu uma retração populacional, porém se evidenciou um processo de expansão urbana em direção ao entorno de matas e beiras de rios. Esse crescimento foi acompanhado pela proliferação de palafitas nas margens do lago Macurany e da lagoa da Francesa, e pela formação de novas ocupações periurbanas em áreas de castanhais e em terrenos públicos e privados irregularmente apropriados. A produção do espaço urbano em Parintins combina dinâmicas formais e informais de apropriação da terra, expressando um processo histórico de transformação que revela contradições estruturais entre o crescimento físico da cidade e o direito efetivo à moradia.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade é uma exigência coletiva de transformação da vida urbana, que supera a mera reivindicação por habitação e

implica a possibilidade de todos os sujeitos participarem plenamente da vida urbana. Em Parintins, esse direito é sistematicamente negado aos moradores das palafitas e das ocupações informais, que constroem suas moradias à margem dos programas habitacionais oficiais e sem o suporte de infraestrutura urbana adequada. Contudo, esses mesmos espaços se revelam territórios de resistência e reprodução social, organizados em redes que articulam mobilidade fluvial, solidariedade comunitária e práticas cotidianas de adaptação ao socioambiente urbano amazônico.

O objetivo do texto é analisar a moradia e as redes territoriais urbano-ribeirinhas em Parintins-AM, com foco nas palafitas. Busca-se compreender as formas de produção, apropriação e organização espacial dessas áreas, identificando as causas estruturais da vulnerabilidade socioambiental e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos moradores. A pesquisa parte de dados empíricos coletados entre 2020 e 2023, articulados a um referencial teórico da geografia urbana, com a inclusão dos estudos sobre a urbanização amazônica e a teoria da produção do espaço.

O artigo está organizado em três tópicos principais. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que contextualiza as discussões sobre moradia, redes territoriais, informalidade urbana e planejamento na Amazônia. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos. A seção de resultados e discussão aborda as áreas palafíticas, as condições de habitabilidade e dos serviços básicos. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições e apontam perspectivas para investigações futuras.

O capítulo foi estruturado em subitens: o primeiro aborda a caracterização das áreas estudadas. Nele, apresentam-se os perfis e as condições das moradias de palafitas, conforme detalhado no subitem "*Caracterização das palafitas na cidade de Parintins (AM)*". No segundo, discutem-se as palafitas por dentro: autoconstrução da moradia, vida e ilegalidade. Além disso, são abordados os níveis de respostas dos moradores das palafitas e o terceiro subitem "A moradia-palafita e a morfologia interna dos becos e pontes", trata da organização espacial dessas áreas.

2 Referencial teórico

2.1 Moradia e o direito à cidade no contexto amazônico

O direito à moradia constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação da cidadania e da justiça social, assegurado pela Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 6°. No contexto amazônico, a moradia não se reduz à edificação física, mas abrange o acesso a condições básicas de infraestrutura, saneamento, segurança e pertencimento territorial. De acordo com Alves (2010), a habitação das populações tradicionais na Amazônia expressa dimensões simbólicas e funcionais que refletem formas de adaptação cultural e ambiental, vinculadas às condições fluviais e às relações com o território.

Nas cidades ribeirinhas amazônicas, a produção do espaço urbano é marcada por contradições estruturais entre o crescimento físico e o direito efetivo à cidade. A expansão de áreas de várzea e as ocupações irregulares como as palafitas

representam estratégias de sobrevivência diante da ausência de políticas habitacionais eficazes (Oliveira; Souza, 2019). Assim, a moradia passa a ser compreendida como um direito negado, resultante das desigualdades sociais presentes na produção do espaço urbano.

A habitação informal, nesse contexto, reflete um processo de resistência e reconfiguração espacial. Para Bartoli (2023a), a moradia ribeirinha amazônica constitui parte de um patrimônio territorial situacional, no qual a produção do espaço se articula às práticas sociais e às dinâmicas de adaptação ambiental, conformando o que o autor denomina como *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR)*. Esse sistema revela a coexistência entre os modos de vida tradicionais e a urbanização capitalista, produzindo uma espacialidade híbrida.

2.2 Redes territoriais urbano-ribeirinhas e produção do espaço

O conceito de redes territoriais é essencial para compreender a articulação entre moradia e território na Amazônia. Segundo Souto e Furini (2023), as redes territoriais constituem-se como estruturas dinâmicas de fluxos e conexões que integram diferentes agentes e escalas, configurando um tecido espacial heterogêneo. No caso amazônico, essas redes extrapolam a infraestrutura física e se manifestam como redes de solidariedade, vizinhança, circulação de mercadorias e trocas simbólicas.

Bartoli (2023b) argumenta que as redes urbano-ribeirinhas na microrregião de Parintins expressam uma forma de territorialidade própria, marcada pela interpenetração entre o urbano e o fluvial. As palafitas, os becos, os portos e as rotas fluviais formam nós e conexões que estruturam um sistema territorial em múltiplas escalas: local, regional e intermunicipal. Essa concepção permite compreender as ocupações informais não apenas como espaços de precariedade, mas como territórios vivos, dotados de organização e significados sociais.

Ribeiro et al. (2024) reforçam que a urbanização amazônica deve ser lida como uma "trama urbana", em que natureza e cidade se entrelaçam na produção de territórios híbridos. A espacialidade urbano-ribeirinha, portanto, resulta da sobreposição de redes formais e informais, de fluxos de água, pessoas, mercadorias e informações, evidenciando uma forma particular de urbanidade amazônica.

2.3 Moradia, territorialidades e vulnerabilidades socioambientais

As condições de moradia nas áreas ribeirinhas amazônicas são determinadas por múltiplas dimensões: econômicas, políticas, ambientais e culturais. Soares Corrêa Neto, Neves Ferreira e Leonelli (2025) destacam que as ocupações rururbanas ribeirinhas são expressões da adaptação social frente às mudanças climáticas, refletindo vulnerabilidades específicas como alagamentos periódicos, erosão e instabilidade fundiária.

Essas dinâmicas também se manifestam na cidade de Parintins, onde a autoconstrução das palafitas e das casas mistas representa uma estratégia de permanência e resistência. Como observa Dal'Asta, Amaral e Monteiro (2023), a formação do urbano na Amazônia está profundamente ligada à relação histórica

com os rios, que funcionam como eixos de integração territorial e de reprodução social.

A moradia urbano-ribeirinha, portanto, é simultaneamente um espaço de vulnerabilidade e de pertencimento. Segundo Amaral et al. (2022), as comunidades ribeirinhas expressam uma forma socioespacial de urbanidade amazônica, em que a casa, o rio e o entorno formam um sistema de relações que ultrapassa a noção convencional de bairro ou lote urbano. Esse entendimento é essencial para interpretar as ocupações de Castanhal e Nova Conquista, em Parintins, como territórios resultantes da interação entre práticas locais e estruturas urbanas excludentes.

3 Metodologia

A pesquisa, de caráter exploratório, adotou uma base teórico-empírica, tendo como recorte geográfico a cidade de Parintins (AM). A metodologia de campo foi projetada para identificar as condições de moradia e as instalações construídas para permitir que os moradores tenham acesso aos serviços urbanos, além de realizar conversas informais e direcionadas com eles.

O objetivo da pesquisa foi aplicar dez formulários em cada área de estudo para coletar informações do morador quanto à sua origem, ocupação profissional, escolaridade e renda. Em seguida, procurava-se saber se recebiam algum benefício social e qual era a relação com o rio. Além disso, os formulários buscavam saber onde os moradores viviam antes de se estabelecerem em seu local de residência atual. Por fim, a pesquisa visava capturar as impressões dos moradores sobre suas moradias e o que elas representam para sua família.

Em janeiro de 2020, realizou-se o primeiro trabalho de campo e foram identificados oito bairros – Santa Clara, Francesa, Santa Rita de Cássia, Castanheira, Palmares, São Francisco, São José e Itaúna I – que possuem palafitas, optou-se pela aplicação de oito formulários em cada uma dessas áreas. Dessa forma, foi aplicado um total de 68 formulários no primeiro semestre de 2023. Embora os moradores das palafitas estejam na mesma faixa de renda que os moradores das ocupações Castanhal e Nova Conquista, decidimos diferenciar o formulário no item "características gerais da moradia".

Em cada ocupação, foram aplicados formulários a dez moradores, totalizando 20 formulários aplicados. A seleção dos domicílios das ocupações foi feita a partir da primeira rua, seguindo por dez domicílios consecutivos, até abranger toda a ocupação. No total, foram aplicados 88 formulários, abrangendo tanto as palafitas quanto as ocupações delimitadas para estudo. Ressalta-se que as duas ocupações estão situadas em áreas distintas: a ocupação Castanhal encontra-se em área designada pelo Plano Diretor do Município de Parintins (PDMP) como Unidade de Conservação (UC); enquanto a ocupação Nova Conquista foi originalmente planejada para ser um conjunto habitacional situado em terra privada.

Para facilitar o acesso tanto os moradores das palafitas quanto das ocupações Castanhal e Nova Conquista, buscou-se o auxílio da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (SMS-PIN) para o acompanhamento dos Agentes

Comunitários de Saúde (ACSs), que são os primeiros profissionais a trabalhar junto a eles. Isso foi necessário devido à desconfiança demonstrada por alguns moradores, que inicialmente se recusavam a responder às questões da pesquisa. Entre as áreas de estudo, apenas a ocupação Nova Conquista não era assistida diretamente por nenhuma Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade. Nesse caso, o acompanhamento foi realizado por um morador da própria ocupação.

Como já identificamos, o crescimento do perímetro urbano de Parintins ocorreu principalmente por assentamentos informais[26], que são alternativas encontradas pela população de baixa renda para acessar a terra urbana. Esses assentamentos surgiram em parte de maneira harmoniosa ou conflituosa entre os diferentes agentes produtores do espaço, sendo a população protagonista dessa produção.

Essas ocupações ocorreram principalmente em áreas baixas do arquipélago e em antigas fazendas, como a Itaúna[27]. De modo geral, a produção espacial das cidades, sejam elas distantes ou próximas do Centro, apresenta problemas de localização e de acesso aos equipamentos urbanos, como aponta Harvey (2005). Isso é corroborado por diversas pesquisas, entre elas os trabalhos de Araújo (2006), sobre Recife, e de Sakatauskas (2020), sobre as palafitas no Pará, os quais demonstram a realidade de diferentes cidades brasileiras.

Embora Parintins compartilhe semelhanças com outras cidades em muitos aspectos, este estudo buscou evitar generalizações ao identificar as situações que envolvem a moradia autoconstruída e de palafitas. Observamos que a produção do espaço urbano reproduz a expansão da cidade e do capital. No entanto, a incorporação desses espaços gera conflitos e contradições no seu uso.

Os resultados debruçam-se sobre os atributos que condicionam as áreas palafíticas na produção e apropriação da cidade. A pesquisa classificou os espaços urbanos, utilizando elementos de organização espacial da cidade com base nas ocupações urbanas informais. Isso possibilitou a criação de um modelo situacional da moradia, que revela contradições na produção do espaço local.

A organização metodológica empregou atributos espaciais e territoriais como produto da ação dos sujeitos, que se dinamizam a partir das Premissas e Necessidades do Urbano-Ribeirinho (PNUR) na dinâmica da cidade. Propomos essa noção para entender a produção do espaço urbano local, constituído por meio de práticas sociais, transformando áreas (rurais, unidades de conservação, terras públicas e privadas) em um "urbano incompleto". Isso parte de ações e se constitui na esfera urbana como uma transformação de formas culturais adaptáveis ao processo de interação entre o local e o global. Nas últimas décadas, os sujeitos em estudo passaram a adotar suas próprias estratégias de apropriação do espaço intraurbano e foram formadores de nós que possibilitam e condicionam as espacialidades locais. Em síntese, o **papel mediador** das PNUR abrange seis

[26] Termo derivado de UN-Habitat (2003), The Challenge of Slums [O Desafio das Favelas]; ONU-Habitat (2013), The State of the World Cities Report 2012/13 [Relatório do Estado das Cidades do Mundo 2012/13].

[27] Trata-se de um Gleba de terras que pertencia ao Sr. Paulo Corrêa, natural de Santarém, o qual possuía sua fazenda desativada em Parintins.

vertentes na produção do espaço urbano local, a partir da matriz do problema, das causas e consequências (Quadro 1).

Quadro 1 - produção e apropriação do Urbano-Ribeirinho pelos sujeitos não hegemônicos

I - **Organização informal do ordenamento territorial da cidade:** refere-se aos outros tipos de ações dos sujeitos, que resultam em práticas específicas sobre o território urbano local; II - **Aspecto zonal e topológico**: esse se envolve na produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano, conectando-o a diversos pontos circunvizinhos por meio das apropriações; III - **Acesso à terra urbana**: como mencionado anteriormente, a falta de acesso à terra urbana tem levado os sujeitos a recorrerem à produção informal do espaço, produzindo um habitat com recursos naturais e mantendo vínculos culturais; IV - **Simbólico-cultural:** refere-se à absorção e ressignificação de traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares, por meio da sua inserção no processo urbano local; V - **Premissas contextuais**: referem-se: a) ao fluxo migratório; b) à propriedade da terra; c) ao crescimento vegetativo; d) à sazonalidade dos rios; e) à ausência do direito à cidade, como meio da população de baixa renda acessar as "benesses urbanas", como emprego, estudo, transporte, saúde e disponibilidade de serviços e infraestruturas; VI - **Necessidades humanas:** destacam-se: a) moradia; b) educação; c) alimentação; d) a superação de estigmas associados às condições sociais e econômicas; e) segurança; f) saúde; e g) pertencimento social, que envolve a identidade individual e a solidariedade entre o grupo ao qual pertence.

Organizado por: Crizan Graça de Souza (2023). Adaptado de Bartoli (2017).

De modo resumido, a interação e a composição dessa dinâmica situacional da moradia são apresentadas no (Quadro 2) e detalhadas na (Figura 1).

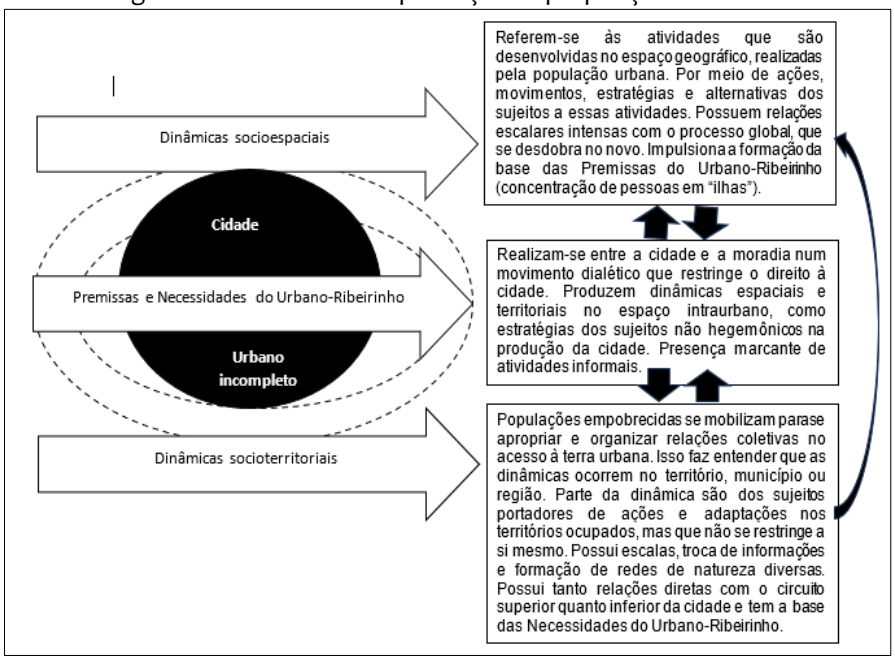
Quadro 2 - Dinâmica situacional das áreas estudadas

Áreas palafíticas
- **Natureza:** ocupações antigas por setores populares, que migraram das áreas rurais e de municípios vizinhos e ocuparam informalmente a beira do rio que corta a cidade; - **Habitat:** predominantemente construídas de madeira, entre as quais se destacam as palafitas urbanas com e sem acesso ao rio e as casas mistas; a vida cotidiana acompanha o movimento das águas dos rios; - **Nós***:* situam-se como nodalidades próximas ao centro e aos bairros populares, portos pequenos, flutuantes e rampas da cidade, além de estarem próximas ao comércio, às escolas, às igrejas, à UBS, às feiras e aos bancos; ligam-se também aos nós secundários como comunidades e aldeias de vínculo "umbilical" na origem da família. Estão ligados: a) **Atividades informais diversas**; - **Serviços básicos:** ausência de saneamento básico, infraestrutura e drenagem; presentes minimamente: água, energia, coleta do lixo doméstico e visita do agente de saúde; - **Causas:** concentração de terras, ausência de políticas públicas, fluxos migratórios, crescimento vegetativo, processo contínuo de apropriação dos espaços e sazonalidade, ordenamento territorial; - **Consequências:** permanência da precariedade, ônus da moradia, violência, motivações adversas, acesso à terra cada vez mais restrito, piora na educação, piora nas condições de habitabilidade, desigualdade econômica e social; - **Organizações e ações:** produção e apropriação do espaço pela informalidade, oriundo de ocupações irregulares e loteamentos informais; movimentos efêmeros; sujeitos não

hegemônicos com baixa capacidade de organização em direitos coletivos; - **Sujeitos:** população de baixa renda.
Ocupações Castanhal e Nova Conquista - **Natureza:** ocupações periurbanas informais por setores populares, geralmente de famílias novas, migrantes das áreas rurais e de municípios vizinhos que ocuparam irregularmente a expansão da cidade; - **Habitat:** predominantemente construídas de madeira, entre as quais se destacam as casas autoconstruídas e mistas (alvenaria/madeira); - **Serviços básicos: ausência** de saneamento básico, infraestrutura e drenagem; minimamente existem água e energia; coleta do lixo doméstico e visita por agentes de saúde no Castanhal, mas ausentes na Nova Conquista; serviços como escolas, agências bancárias, feiras etc. (distantes); - **Causas:** concentração de terras, ausência de políticas públicas, fluxos migratórios, crescimento vegetativo, processo contínuo de apropriação dos espaços e sazonalidade; - **Consequências:** permanência da precariedade, ônus com moradia, violência, eventos adversos, acesso à terra cada vez mais restrito, piora na educação, piora nas condições de habitabilidade e na desigualdade econômica e social; - **Organizações e ações:** produção e apropriação do espaço pela informalidade, oriundo de ocupações irregulares e loteamentos informais; movimentos efêmeros; sujeitos não hegemônicos com baixa capacidade de organização em coletivos; - **Sujeitos:** população de baixa renda.

Organizado por: Crizan Graça de Souza (2023). Adaptado de Bartoli (2017).

Figura 1 - Conexões entre produção e apropriação da cidade



Organizado por: Crizan Graça de Souza (2023). Adaptado de Bartoli (2017).

As palafitas urbanas e as ocupações informais nas áreas periurbanas de Parintins também atuam como mediadores do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), proposto por Bartoli (2017), os quais intermedeiam dois "mundos" na Amazônia. Para Bartoli (2017, p. 98), são conectores que "interpenetram e se

sobrepõem em determinadas instâncias". Antecipando as análises, a cidade local aparece como materialização dessa lógica.

A urbanização em Parintins intensifica as contradições existentes ao expandi-las dentro do processo de reprodução socioespacial. Essas dinâmicas são concretamente impostas no plano das práticas cotidianas. Reconhecer essas contradições fornecem-nos um quadro de análise que busca ir além da compreensão *stricto sensu* da urbanização e iluminar o processo de urbanização da sociedade num sentido mais amplo, destacando seu processo contraditório.

Isso promoveu uma compreensão dialética capaz de desmistificar as representações espaciais do valor de uso e troca, além de proporcionar um conhecimento que reproduz a questão da urbanização ao mero crescimento caótico ou ao consumo dos equipamentos urbanos, que precisam ser organizados e planejados. De fato, a cidade é mais que um simples assentamento populacional e a urbanização vai além do seu crescimento quantitativo.

As palafitas urbanas apresentam características que as destacam como espaços-territórios urbanos potencialmente formados por resistência. Esses locais têm uma longa tradição de uso de recursos locais e são organizados como coletivo de interesse na casa própria. A apropriação desses espaços depende de fatores locacionais intraurbanos, resultando em uma forte produção no sítio urbano. As características das áreas foram destacadas por meio da observação empírica e da aplicação de formulários, fornecendo uma descrição qualitativa e quantitativa da produção dessas áreas.

A análise detalhada do descrição do espaço urbano revela uma dinâmica e complexidade ainda maiores quando se trata das necessidades básicas. Essa dinâmica contempla as transformações inerentes ao processo de constituição dos *territórios urbanos locais*. A ausência da moradia e a produção da cidade, bem como insuficiência de seus instrumentos de análise, levaram à validação de suas premissas neste trabalho.

4 Palafitas: alternativa da moradia da população de baixa renda na cidade de Parintins-AM

4.1 Caracterização das palafitas na cidade de Parintins (AM)

Neste tópico, discute-se os resultados do trabalho de campo realizado junto aos moradores das palafitas em Parintins.

A produção de habitações do tipo palafita no espaço urbano amazônico tem suas conexões estreitas com as condições físico-ambientais do espaço onde são construídas, o mesmo ocorre em relação às vias de acesso entre becos e vielas de madeira na área ocupada. Essa relação tem profunda afinidade com as culturas ribeirinha e indígena, que foram adaptadas às condições dos territórios urbanos. Essa é uma arquitetura que, muitas vezes, é desconsiderada como moradia, como aponta Simonian (2010). As áreas palafíticas da cidade de Parintins acompanharam o processo de formação dos bairros populares já consolidados como solução viável ao arquipélago urbanizado.

O estudo de Souza (2013) sobre a evolução urbana da cidade permitiu entender a urbanização da cidade nas décadas anteriores. Em 1960, observou-se o surgimento das palafitas. Iniciando-se na ocupação do bairro da Francesa, esse processo atingiu principalmente as áreas mais baixas do relevo e, posteriormente, expandiu-se para o leito do rio. Já em 1970, essa tipologia estendeu-se para as ocupações que mais tarde se tornariam os bairros Santa Clara e Palmares. Na década seguinte, as palafitas apareceram nos bairros Santa Rita de Cássia, São Francisco e São José. São observações identificadas nos estudos de Souza (2013) e Lima (2016).

Em meados da década de 1990, as palafitas apareceram na ocupação Itaúna I, na extensão da margem direita do lago Macurany. No ano de 2000, os moradores começaram a construir no bairro de Castanheira. Essas áreas são densamente ocupadas, ficando às margens do lago Macurany e da lagoa da Francesa[28].

Com base nisso, utilizaram-se os limites dos bairros para identificar as áreas de palafitas existentes no espaço urbano de Parintins. Além disso, correlacionou-se essas informações aos dados dos setores censitários do IBGE (2010), que classificavam essas áreas como "*aglomerados subnormais*". Esse termo foi usado para designar um conjunto constituído por 50 unidades habitacionais, no mínimo, tais como casas, barracos, palafitas etc. Em sua maioria, essas unidades carecem de serviços públicos essenciais como água, esgoto, luz elétrica e destino dos resíduos sólidos.

A produção de palafitas na cidade ocorreu em diferentes épocas, no limiar das ocupações urbanas informais que se formaram. Entre as principais causas das ocupações, está a migração induzida por questões sociais e naturais, que impulsionaram a expansão em direção às antigas fazendas, conforme descrito por Carvalho (2012); Souza (2013); Archanjo (2016); Menezes (2017) e Souza (2018). Também o crescimento vegetativo da cidade contribuiu para esse processo.

Nesse sentido, as oito áreas palafíticas estão localizadas nos bairros: **Santa Clara (A); Santa Rita de Cássia e Palmares (B e C); Francesa (D); Castanheira (F); Palmares (G); São José e São Francisco (H); e Itaúna I (I)**, conforme mostrado na (Figura 2). São palafitas construídas pela população de baixa renda, habitações que estão assentadas à beira do rio e também sobre as águas, definido esse tipo de moradia. As vias de acesso para as residências e para os diversos usos, tanto no interior quanto no entorno das palafitas, são estreitas e ramificadas.

As áreas identificadas caracterizam-se por um espaço construído predominantemente de madeira, que é um material construtivo abundante na região, sendo utilizadas diversas espécies[29]. No entanto, a infraestrutura circundante é escassa, o que camufla a arquitetura desenvolvida pelos moradores, com destaque para a falta de saneamento básico.

---

[28] Nome usado como "toponímia" para designar um curso d´água que não se refere à questão técnica da geomorfologia fluvial.

[29] *Pera glabrata, Euphorbiaceae* – Sapateiro; *Mezilaurus itaúba - Itaúba; Goupia glabra* – Cupiuba; *Pouteria pachycarpa* – Abiurana; Manilkara huberi - Massaranduba; *Erisma uncinatum* – *Cedrinho; Euplassa spp.* – ***Louro;*** *Handroanthus serratifolius* - Pau-d'arco-amarelo; *Simarouba Amara* – Marupá; *Minquartia guyanensis* – Acariúba; entre outras.

Figura 2 - Áreas de palafitas dos bairros de Parintins-*AM*



Fonte: Imagem do Google Earth Pro (2022). **Organizado por**: Crizan Souza (2023).

Durante a pesquisa de campo, observou-se a relação dos moradores com o rio e foram identificadas palafitas com acesso direto ao rio e outras sem qualquer relação de acesso a ele, marcando um espaço híbrido, onde o local e o global se articulam na produção do espaço (Bartoli, 2017). O quadro a seguir destaca outras características físicas, estruturais e de serviços que impactam a vida das famílias nas áreas palafíticas estudadas (Quadro 3).

Quadro 3 - Características da tipologia de palafitas e seu entorno

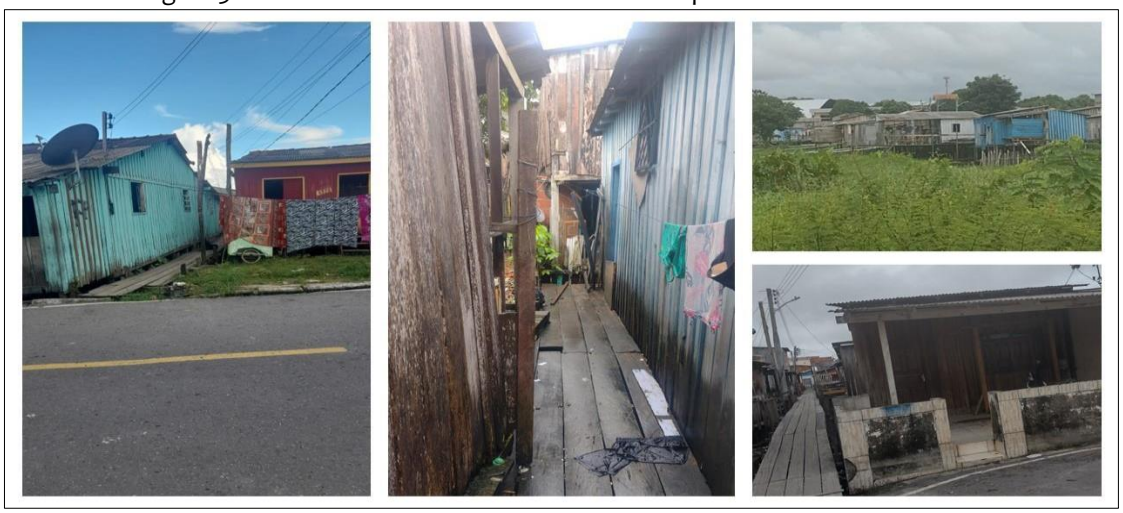
Áreas palafíticas	- Ocupação em beira de rio; - Irregularidade da posse; - Áreas com densidade média ou baixa; - Expansão urbana consolidada; - Predominância de palafitas construídas de madeira; - Acesso por pontes e becos construídos de madeira; - Infraestrutura: ausência de esgotamento sanitário, fossa rudimentar, lixo lançado no rio, tubulações de água precárias; - Banheiro fora e dentro do domicílio; - Condição ambiental adversa – moradias localizadas em locais ambientalmente frágeis; - Proximidade das áreas centrais da cidade; - Escolas, bancos, feira, comércio e postos de saúde nas proximidades.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023). Organizado por: Crizan Souza (2023).

De acordo com Trindade Jr (1997), essas áreas, chamadas de "baixadas", são condições topográficas específicas da paisagem urbana, onde o nível da planície é frequentemente submerso ou fica sujeito às inundações do rio em determinadas épocas do ano. As edificações das áreas multiplicam-se, tornando-se um espaço múltiplo de construções em madeira, alvenaria ou mistas, geralmente construídas com material de qualidade, como identificamos anteriormente, mas existem também aquelas edificações precárias.

As áreas de estudo exemplificam um processo contínuo e ilimitado de urbanismo que, ao longo dos anos, transformou as características ambientais em territórios ocupados irregularmente na configuração da cidade. Como resultado dessas transformações, o crescimento populacional tornou-se o principal vetor. Em Parintins, o processo de urbanização é marcado pela deficiência de planejamento, pela vulnerabilidade da vida urbana, pela falta de infraestrutura e de saneamento básico, bem como pela aridez da pobreza da população. Na (Figura 3), podemos visualizar a produção das palafitas. Apesar de serem espaços construídos sem infraestrutura adequada, representam locais de moradia e esperança para muitos.

Figura 3 - Padrões construtivos e acesso entre as palafitas em Parintins-AM



Fonte: Pesquisa de campo (2022-2023). Registro Fotográfico: Crizan Souza (2023).

As palafitas são espaços ocupados pelos "habitantes", pelos "usuários" ou, mais precisamente, pelos "usadores". São locais de realizações e possibilidades, habitados por aqueles que podem subverter a uma ordem imposta por meio das práticas cotidianas que ganham novos sentidos na cidade (Lefebvre, 2013).

As espacialidades palafíticas em Parintins são compostas por ruas, becos e vielas que funcionam como passarelas ramificadas entre as palafitas e as vias principais. Essas conexões são estabelecidas por meio de aterros promovidos pelo poder público entre as áreas ocupadas, embora as condições de moradia não sejam beneficiadas. Pelo contrário, há situações em que os próprios moradores precisam realizar serviços de manutenção, como reparos nas tábuas de madeira das pontes, utilizadas por vizinhos, entregadores, entre outros. Os becos e vielas são construídos com madeira sobre o leito do rio e se ramificam de acordo com a

disposição das residências, sendo que algumas até recebem uma camada de asfalto, enquanto outras não.

As condições de vida na cidade, especialmente nas ocupações irregulares, como as áreas palafíticas ou outros assentamentos informais, estão cada vez mais deterioradas. Isso ocorre porque os direitos básicos estão longe de serem efetivados plenamente, o que acentua ainda mais o quadro de "ação e controle" descrito por Oliveira (2016), resultando na exclusão e na segregação das pessoas. Nesse sentido, a paisagem das palafitas não é apenas um reflexo da pobreza material, mas também é constituída de elementos, de usos e práticas da população residente, como laços de resistência. Assim, apesar da carência econômica, o repertório da arquitetura e as apropriações do espaço revelam uma riqueza cultural que não deve ser simplesmente descartada.

Ao analisar a cidade de Parintins sob a lógica produtiva, fica evidente que a produção do espaço urbano é um produto complexo das relações sociais existentes. Isso se contradiz quando se evidencia a dinâmica de crescimento socioespacial, que produz uma cidade segregada (Penna, 2000). Apesar dos dados divulgados pelo IBGE (2022) indicarem um declínio na população do município na última década, a cidade não parou de crescer. Portanto, isso faz pensar em mecanismos que possam minorar os efeitos dessa dinâmica e promover o acesso à cidade de forma mais igualitária.

O planejamento urbano seria uma ferramenta importante para ordenar o uso e a ocupação do espaço urbano, mas frequentemente é observado na cidade como elitista e segregacionista. No entanto, quando o planejamento não torna a cidade acessível, é considerado condescendente com a desordem.

Diante do Estatuto da Cidade, o Poder Público Municipal desempenharia um papel crucial na elaboração de normas e leis no ordenamento da cidade, porém, em Parintins, o Plano Diretor não foi colocado em prática. De acordo com Brasil (2012):

> Art. 2 A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 3º XXVI– área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios:
> a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
> b) dispor de sistema viário implantado;
> c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
> d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
> e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
> 1. drenagem de águas pluviais;
> 2. esgotamento sanitário;
> 3. abastecimento de água potável;
> 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
> 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

Portanto, a competência da lei 12.651/12 é de responsabilidade municipal. Não se trata de uma regra que demanda regulamentação pelo Estado. O artigo 24,

inciso I, da Constituição Federal estabelece que compete à União legislar sobre Direito Urbanístico, e assim fez a União, ao dispor no artigo 3º, XXVI, da lei 12.651/12, que essa competência pertence exclusivamente aos municípios.

O primeiro critério exigido para qualificar uma parcela do território municipal como "área urbana consolidada" é que esteja incluída no perímetro urbano, conforme estabelecido pelo Plano Diretor ou por uma lei municipal específica. Nota-se que a zona de expansão urbana e a zona de urbanização específica não são suficientes para qualificar o terreno como "área urbana consolidada".

Uma eventual ampliação proposta do perímetro urbano deve estar em conformidade com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Esse exige um projeto específico que deve acompanhar o projeto de lei do Plano Diretor ou a lei municipal específica que estabelece a nova "zona urbana". A ampliação do "perímetro urbano", entretanto, pode resultar na criação de uma nova "zona urbana" ou numa "zona de expansão urbana". A responsabilidade de classificar essas zonas também recai sobre a competência municipal.

Portanto, entre as palafitas construídas e o planejamento da cidade, existem pessoas que necessitam de moradia e ocupam informalmente a cidade. Esses territórios são carregados de territorialidades, que dão origem a espacialidades únicas. Embora invisíveis aos olhos da sociedade, essas espacialidades destacam-se pela riqueza cultural que se manifesta nas ações de seus habitantes. O ato de autoconstruir não é apenas uma forma de "fazer" e "estar", mas sim um movimento contínuo entre pessoas, objetos e o ambiente ao redor.

4.2 As palafitas por dentro: autoconstrução da moradia, vida e ilegalidade

> *Se a gente não tem condições de sair daqui, de ir para uma casa de verdade, então eu só posso dizer que este é o melhor lugar do mundo. Gosto de viver aqui, mas quem não quer ter uma casa toda ajeitadinha, quem gosta de dizer que mora num barraco, de ser chamado de invasor? [...] É isso, a gente mora escondido aqui, mas vive, né?*
>
> *Morador de palafita, 2023.*

As palafitas, categorizadas como "assentamentos informais", representam espaços de vida, resistência e esperança tanto para aqueles que chegam quanto para os que já residem na cidade. A condição arranjada para quem vive nessas áreas imprime desafios árduos no que diz respeito à circulação, à moradia e ao trabalho. Portanto, ao considerar as características e a materialidade dessas áreas delimitadas para o estudo, foi possível compreender que a moradia palafítica desempenha um papel de mediação. Esse papel torna-se ainda mais relevante quando levamos em conta as particularidades da urbanização no espaço urbano amazônico.

O conhecimento do tipo de ocupação, da infraestrutura urbana instalada e do material construtivo predominante das habitações possibilitou observar também uma arquitetura do possível, como descrito por Oliveira (2003). Além disso, observou-se a relação do morador com o lugar de moradia.

A deficiência de planejamento urbano em Parintins tem implicações diretas na produção socioespacial da cidade. Essa questão revela uma cidade densa e dinâmica, que se reproduz por ocupações informais como alternativa da população

de baixa renda de morar na cidade. Por outro lado, a terra torna-se uma mercadoria para aqueles que detêm a posse.

As ocupações, como as de palafitas, inscrevem-se no espaço intraurbano de Parintins e representam uma "estratégia do possível", onde o modelo de produção e expansão do espaço urbano é baseado no modo capitalista, sob a lógica de um desenvolvimento socioeconômico segmentado e excludente que se revela no habitar. Resultando na materialidade da cidade como uma "periferização planejada" sem "planejamento formal", que esboça uma cidade dos "vencidos" e dos "vencedores", como afirma Oliveira (2003).

Para o ribeirinho, o caboclo, o quilombola e o indígena, atraídos pelo "*eldorado urbano*", restaram-lhes apenas os espaços mais periféricos e distantes da cidade. Também para os segmentos sem rendimentos, que não foram contemplados pelos programas oficiais de habitação, as soluções imediatas são as ocupações informais, as beiras de rios ou os loteamentos clandestinos. Nesses espaços, a conquista da moradia é realizada pelos próprios moradores, que autoconstroem suas casas, casebres, barracos e palafitas, permitindo-lhes, no limite, morar na cidade.

Entendemos que essa conquista é incompleta, pois ter uma casa e morar na cidade não significa, necessariamente, ter direitos plenos. Afinal, quase tudo é negado a esses sujeitos, desde equipamentos e serviços até mesmo fatores que afetam sua cidadania. Numa sociedade marcada pela desigualdade socioeconômica, "cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território" (Santos, 1987, p.81). Esses impactos no espaço urbano afetam diretamente a sociedade como um todo, pois tendem a definir as cidades principalmente como locais de trabalho e, consequentemente, como espaços para a reprodução e circulação de capital. Isso significa que as subjetividades sociais que se manifestam na cidade muitas vezes são desconsideradas.

Morar em espaços insalubres reafirma uma condição de penúria e de escassez daquilo que é o básico para uma população: o direito à moradia, à cidadania e à qualidade de vida. Parafraseando Pedro Demo (1990), a pobreza não se manifesta somente pela miséria material e imaterial pura e simples, mas essencialmente pela discriminação, humilhação e subserviência. Como bem exclamou uma moradora de palafita: *"quem não gostaria de dizer que mora na rua tal, de ter um endereço para o táxi chegar?"* (Informação verbal)[30]. *Esse* depoimento, assim como outros selecionados para este capítulo, exprime a relação do morador com seu lugar e a condição socioeconômica que ele possui, pois o local de residência lhe impõe a segregação e a depreciação social.

Por outro lado, revela uma postura conformista: morar ali é posto como um limite, perante a falta de condições socioeconômicas para mudar de local.

> Se a gente não tem condições de sair daqui, de ir para uma casa de verdade, então eu só posso dizer que este é o melhor lugar do mundo

[30] Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Francesa. Pesquisa Direta, fev. 2023.

> [...], [afirmou uma moradora de palafita, completando] mas quem não quer uma casa toda ajeitadinha? (Informação verbal)[31]

O conformismo não significa necessariamente a ausência do desejo de possuir uma moradia. O conceito do direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre (2001), parece revelar uma possibilidade de transformação da condição de moradia em prol de uma melhor qualidade de vida urbana, evidenciada como uma utopia passível de tornar-se realidade. Por outro lado, a casa localizada em áreas alagadiças se impõe como a única forma de garantir um teto e a reprodução da subsistência[32].

Os relatos que emergem das manifestações espontâneas dos moradores, ao expressarem suas expectativas e demandas, revelam formas de mostrar para o outro *onde* e *como* vivem, enfrentando condições de saneamento e moradias deficientes em infraestrutura e serviços. Esses elementos, que deveriam garantir certa qualidade de vida, ainda não representam plenamente as condições de moradia desses moradores. Como observamos, viver em áreas carentes de infraestrutura e ser de baixa renda não é somente uma resignação, mas uma imposição do capital, sobretudo do poder público, que negocia as amarras do poder para se reproduzir e idealizar a cidade na teoria, enquanto na realidade ela se apresenta carente em todos os sentidos.

Os sujeitos da pesquisa estão inseridos numa realidade social que é tanto perversa quanto desigual. Essa realidade geralmente é encarada com certa naturalidade pela população, pelas forças produtivas, que condicionam a divisão social do trabalho, bem como pelo poder público municipal, que não viabiliza os direitos básicos ao morador dessas áreas, reafirmando as contradições do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente em nosso país (Fernandes, 2008).

Percebeu-se que a distribuição de renda contribui para o agravamento da segmentação do espaço urbano, aumentando as barreiras que impedem a ascensão e a mobilidade sócio-espacial do sujeito urbano amazônico. Isso dificulta a reversão de sua condição econômica. As barreiras estão atreladas às múltiplas dimensões e estão em descompasso com o poder público no que se refere à garantia de certos bens coletivos e individuais, ausentes ou insuficientemente instalados no território com a maior concentração de famílias de baixa renda, como é o caso das áreas estudadas.

Como destacado anteriormente, a condição de moradia dos moradores das palafitas é acompanhada por uma sensível carga de discriminação em relação à situação nessas áreas. Para quem mora no entorno, a presença da ocupação é vista com desconfiança, especialmente quando associam as áreas palafíticas à marginalidade e à criminalidade. O relato a seguir mostra claramente a impressão que se tem dessa condição e o tratamento de forma pejorativa e impessoal: "*essa gente*", "*aquela gente da ocupação*", "*aquele povo da palafita*". Isso denota um distanciamento social entre aqueles que vivem legalmente no entorno e aqueles que vivem na ilegalidade das ocupações palafíticas.

---

[31] Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Palmares. Pesquisa Direta, fev. 2023.

[32] Existe uma série de estudos que analisam os problemas dos centros urbanos, entre os quais destacamos: Jacobi (1982); Valladares (1982); Rodrigues (1991); Kowarick (1993).

> Isto aí dentro é uma boca de fumo. Tem muita gente boa, mas tem alguns vagabundos. Hoje, meu filho, é até perigoso ficar aqui na ponte de noite, pois a gente vê o entre e sai de gente comprando droga. Tem muito desocupado aí, que vive disso [...] é uma gente que chegou aí e foi ficando. Está na hora do prefeito mudar essa gente. Até que eu não me incomodava, mas de uns tempos para cá, essa área ficou muito violenta. (Informação verbal, grifo nosso)[33].

Entretanto, a condição de exclusão não elimina a capacidade desses moradores de produzir espaços e reproduzir a vida cotidiana. As ocupações informais são processos socioespaciais complexos produzidos e ressignificados no tempo e no território com lógicas próprias que ultrapassam a causalidade da reação às políticas habitacionais. As palafitas, no contexto urbano amazônico, representam produções culturais que surgem como alternativa na cidade. Do contrário, como afirma Maricato (2000), tornam-se apenas irregularidade de assentamentos, que fazem parte de um conjunto de empreendimentos descapitalizados, construídos com técnicas rudimentares pelos próprios moradores, levando em conta as possibilidades disponíveis no tempo e no espaço.

De acordo com Rolnik (1999) e Maricato (2001), a informalidade é consequência de um modelo de cidade formal modernista produzido pelas elites latino-americanas, impostas por um conjunto de normas que se transformaram em uma barreira institucional à provisão de moradias para a população com baixo rendimento. Isso induziu a ação irregular e/ou ilegal de loteadores e ocupantes em glebas e áreas periurbanas. Para Maricato, na "[...] cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias [...]" (Maricato, 2009, p.122).

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a informalidade sobre a moradia pode ser explicada, também, pela ineficiência de mecanismos no acesso a esse direito, pela escassez de financiamento para a produção de casas, pela ausência ou pelo baixo financiamento habitacional para as camadas de média e baixa renda e, entre outros fatores, por um planejamento urbano tecnicista e elitista que se omitiu por décadas das demandas habitacionais do país (IPEA, 2010, p. 819).

Nesse sentido, infere-se também que a opção de morar na informalidade é consequência do agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores, causado pela concentração repentina de pessoas vivendo nas cidades, mas, sobretudo, nas grandes cidades e metrópoles, bem como pelo aumento no preço dos aluguéis. Isso não se limita apenas à classe trabalhadora de baixa renda, mas também afeta as classes média e alta, conforme destacado por Engels (2015, p.38).

Ilegalidade e informalidade são termos que estão intrinsecamente ligados, mas possuem significados diferentes. A ilegalidade refere-se a atividades ou ações que violam diretamente a lei. Por outro lado, a informalidade está relacionada a práticas que, embora não estejam em conformidade com a regulamentação legal, não necessariamente a desrespeitam (Maricato, 2000). Por isso, pode ser claramente observada em ocupações de terras urbanas. Uma ocupação é

[33] Informação concedida pela moradora de palafitas - bairro Palmares em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

considerada ilegal se não seguir os procedimentos legais para aquisição do terreno. No entanto, se uma ocupação ocorre sem observar completamente as regulamentações e infringir diretamente a lei, ela pode ser classificada informal.

Uma distinção fundamental entre ilegalidade e informalidade está relacionada com a legalidade. A ilegalidade denota a violação das leis condicionais, enquanto a informalidade implica uma não conformidade com as normas, mas sem necessariamente ser uma violação (Rodrigues, 1991). No ambiente urbano, a informalidade pode ser observada em diversas áreas, como no comércio, no transporte, na habitação, entre outros. Essas atividades podem não possuir autorização ou aprovações legais, porém operam em zona cinzenta onde não estão necessariamente infringindo a lei, mas também não estão totalmente regulamentadas.

Outra diferença é a relação com o sistema legal. A ilegalidade geralmente enfrenta uma ocorrência mais direta das autoridades legais na busca de cumprir as leis violadas. Em contrapartida, a informalidade tende a operar em uma zona de menor visibilidade legal, muitas vezes tolerada pelas autoridades, especialmente quando é vista como uma resposta às deficiências do sistema formal (Fernandes, 2007). Isso pode ser exemplificado na ocupação de terras, onde as autoridades podem adotar uma abordagem mais branda em relação às ocupações informais, dependendo do contexto social e econômico.

Como visto, a informalidade tornou-se uma alternativa daqueles que não têm condições de pagar, sempre associada à população de baixa renda. Porém, como bem afirmou Fernandes (2007), é um mito pensar que a "informalidade/ilegalidade na produção do espaço urbano somente tem a ver com os grupos sociais mais pobres. São muitos os processos e as práticas de informalidade e ilegalidade urbana entre os grupos mais privilegiados da sociedade" (Fernandes, 2007, p. 597).

O Poder Público, por meio do planejamento, tolera a informalidade, pois raramente se atenta ou dá ênfase à cidade real, à vida da população nas cidades (Rodrigues, 2008, p.110). Assim, um aspecto a se destacar sobre o planejamento urbano estabelecido na forma de ordenar o uso e a ocupação do espaço urbano é o exclusivismo, como visto anteriormente. Dessa maneira, o Poder Público assume um papel relevante na informalidade para a moradia, como pontua Fernandes (2002),

> A irregularidade tem sido tolerada pelos gestores públicos e pelas elites das cidades, exceto se próximos de determinados espaços vazios, reservados à especulação imobiliária em áreas mais visíveis e mais próximas dos centros comerciais, como os chamados condomínios fechados que funcionam como um instrumento eficiente de exclusão entre os mais pobres, alimentando sob medida esse fenômeno que precisa ser urgentemente enfrentado. (Fernandes, 2002, p. 13)

Quando a terra urbana é destinada à habitação, o mercado imobiliário se apropria, transformando-a em mercadoria por meio dos programas habitacionais. Esses programas são criados para estimular o setor na produção da cidade e vender o espaço em unidade. Um dos desafios que se apresenta é a dificuldade de acesso a propriedade, que se configura como um dos problemas mais marcantes das

cidades, pois a moradia é vista como um valor de uso. No entanto, a habitação-propriedade "[...] se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência, tornando-se escasso e caro à propriedade" (Rodrigues, 1991, p.17).

Essa mercadoria, portanto, só pode ser adquirida por aqueles que possuem os recursos necessários para comprar. O preço atribuído à terra surge como um meio de restringir o acesso dos trabalhadores sem recursos (Ibidem, 1991). Nas áreas urbanas, a terra transforma-se em um negócio rentável devido à sua valorização no mercado imobiliário. Os processos de acesso à informalidade também ocorrem a partir de um mercado legal de terras com preço, oferta e financiamento que frequentemente impedem ou dificultam o acesso de boa parcela da população, especialmente a de baixa renda (Clichevsky, 2006, p.7).

A apropriação da terra urbana por determinada classe social se dá como forma de estabelecer esse monopólio sobre um recurso natural, que não pode ser reproduzido. E, ao mesmo tempo, impõe o domínio sobre outra classe social desprovida desse bem, por meio da propriedade privada dos lotes urbanos.

Nesse sentido, Reydon (2007) argumenta que o acesso à terra é dificultado não apenas pelo mercado, mas também pela força política que historicamente a controlou, resultando em concentração. Essa concentração facilita outro processo especulativo: os assentamentos urbanos ilegais, onde existem incorporadores que se beneficiam disso.

Isso resulta numa das contradições da cidade, que idealmente deveria ser pensada de forma integrada para atender às necessidades da população. No entanto, o que se observa é que o uso da cidade é direcionado para os interesses econômicos, como afirma Carlos (2007). Contudo, na estratégia do planejamento, as cidades são funcionalizadas, fragmentadas e produzidas de maneira diferenciada por aqueles que dominam seus espaços, refletindo os interesses econômicos em vez das necessidades de moradia. Assim, como afirma Carlos (2007, p. 15):

> O ato de morar se reduz à função residencial. Trata-se da própria cidade reduzida a seu nível funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são constantemente esmagadas em nome do progresso e dos interesses imobiliários. (Carlos, 2007, p.15).

A apropriação de territórios urbanos é impulsionada por diversos fatores, tais como: a escassez de moradia, a falta de políticas públicas efetivas na construção de habitações, a grilagem de terras, a especulação imobiliária e a migração. Esses fatores resultaram num sério problema habitacional, social, ambiental e urbano, que se espalhou pelas grandes, médias e pequenas cidades do Brasil. A crescente concentração populacional nas cidades aumenta a demanda por terra para moradia. Aqueles que não têm meios para adquirir sua casa na cidade formal são frequentemente forçados a recorrer à informalidade nas áreas urbanas.

Esse contraste foi observado quando exploramos as palafitas e conhecemos seus moradores. A partir disso, muitos questionamentos foram surgindo, relacionados ao impacto visual causado pelas condições do espaço construído, já que a forma da moradia é geralmente determinada pelo carpinteiro/morador ou somente pelo carpinteiro na definição da cobertura, do fechamento e do piso.

Indagamos como é viver naquele ambiente e o que se pode esperar do poder público após tanto tempo de ocupação. Portanto, quais são as estratégias de vida adotadas pelos moradores?

Reiteramos que a realidade vivenciada nas palafitas não é um processo isolado ou exclusivo de Parintins. O processo de produção não se limita ao econômico, nem somente à produção das coisas, mas se articula a outras dimensões, como a própria vida humana, conforme Lefebvre (2006) e Carlos (2011). Para Oliveira (2000):

> O espaço no interior da Amazônia, influenciado pela expansão do capital, ocorre num contexto de uma mais abrangente visão de produção em que homens enquanto seres sociais produzem sua história, sua consciência e seu mundo para além da produção natural. Nada existe na história e na sociedade que não seja produzido, mesmo a natureza tal como se apresenta foi também modificada. Fazendo parte de um espaço social que é produto de múltiplos aspectos e de movimentos significantes *e não significantes sic*, percebidos e vividos, ligados à prática social (Oliveira, 2000, p. 20).

Em Parintins, as palafitas tornam-se um elemento diferenciador da produção pela hibridez que o processo urbano lhe impõe. Esse processo materializa-se no lugar como "construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida" (Oliveira, 2003, p. 100). Nesse sentido, procuramos desenvolver um percurso metodológico que permitisse identificar vestígios que pudessem revelar as "premissas e necessidades" inerentes a essas práticas cotidianas. Por isso, levamos em consideração o lugar de vivência e as relações socioespaciais da cidade.

Por dentro das palafitas, não encontramos apenas precariedade, mas também uma comunidade vibrante. Sons de rádios e televisão, ruídos diversos, conversas entre moradores, a rotina diária de trabalho de cabeleireiros, padeiros, pescadores, feirantes, tricicleiros e serviços gerais dão movimento à vida.

As casas que vendem café e pão pela manhã adicionam ritmo à vida cotidiana. São sujeitos que sentem a necessidade de estar e viver na cidade. Apesar da usurpação de seus direitos, eles são capazes de lutar e enfrentar os desafios diários. Entre os becos e pontes, tornam-se a morfologia única das palafitas, um testemunho de resistência desses moradores para usufruir da cidade.

4.3 A moradia-palafita e a morfologia interna dos becos e pontes

Internamente, as áreas palafíticas são predominantemente construídas de madeira, refletindo as condições culturais e econômicas dos moradores que vivem ali. Como já foi destacado, a ocupação informal produz a autoconstrução, que representa a arquitetura do trabalhador sem-teto, desempregado e sem renda fixa. Esses sujeitos, muitas vezes excluídos dos programas habitacionais, encontram na ocupação da "cidade ilegal" uma solução imediata para seus problemas de moradia, conforme descrito por Maricato (2002).

Historicamente, o trabalhador pobre sempre se esforçou para construir sua própria habitação. Para isso, utilizam técnicas rudimentares e próprias, além de

diferentes mecanismos de apropriação do solo. Esses mecanismos incluem ocupações ilegais ou concessão temporária do terreno, com o objetivo de construir suas casas com o mínimo de melhorias. A condição de irregularidade da ocupação informal apresenta, em geral caráter transitório, devido à constante iminência do despejo, da remoção ou da possibilidade de regulamentação fundiária, que garantiria a urbanização da área.

Para Maricato (1982), a autoconstrução, o mutirão ou a solidariedade mútua são termos usados para designar o processo de trabalho baseado na cooperação entre familiares, amigos, bem como na troca de favores, diferenciando-se das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. Todavia, a autoconstrução não pode ser vista como cultura de subsistência na cidade, pois a massa de trabalhadores assalariados está inserida numa economia urbano-industrial capitalista da época. Dessa forma,

> Se a massa de trabalhadores constrói sua casa, é porque não lhes resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esse produto ou pagar por esse serviço, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infraestrutura e equipamentos urbanos, coletivos ou não, como mercadorias a exemplo dos setores privados, [..] ou combinados a eles (MARICATO, 1982, p. 74).

Rodrigues (1991, p. 33) destaca que a produção de moradias por autoconstrução "[...] é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se 'conta' os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador". Isso resulta na conversão do tempo de lazer e descanso do trabalhador em trabalho, com o objetivo de realizar seu 'projeto da casa própria'. Além disso, uma parcela significativa da renda do trabalhador é direcionada para a compra de materiais de construção.

A prática do mutirão, conhecida como "Ajuri"[34] na região Norte do Brasil, especialmente no estado do Amazonas, é uma tradição de ajuda mútua e de cooperação na construção de moradias, na produção de alimentos ou em outras atividades que visam ao bem-estar coletivo. No entanto, na cidade de Parintins, essa prática não é observada no espaço urbano. Isso ocorre porque a construção da casa de palafita é de responsabilidade individual de cada chefe de família.

A produção da palafita, conforme constatado, é realizada de forma descontínua, levando-se um longo tempo até a sua conclusão. Esse tempo é estabelecido de acordo com a disponibilidade de recursos na compra de material ou mesmo conforme a aquisição por doação ou reaproveitamento. Resgatamos essa referência de uma moradora, cuja casa foi construída de acordo com a obtenção de recursos:

[34] O termo é usado regionalmente para se referir a uma **ajuda mútua**. Prática comunitária de um indivíduo ou uma família em necessidade, seja por meio de trabalho voluntário, doação de recursos financeiros ou materiais, ou outras formas de assistência. O ajuri é uma forma de solidariedade que tem raízes históricas na cultura indígena e afro-brasileira, que se mantém viva em muitas comunidades rurais e urbanas do país. O ajuri pode ser visto como uma forma de resistência e empoderamento das comunidades mais vulneráveis, que buscam soluções coletivas para problemas sociais e econômicos.

> Esta casa levou muito tempo para ficar do jeito como está hoje, quando chegamos aqui, construímos uma parte, logo, né. Depois fomos construindo aos poucos, hoje ela tem 6 cômodos. A maior parte é madeira e os quartos são feitos de alvenaria. (Informação verbal)[35].

Apesar de a madeira ser um componente de fácil aquisição na região, o fator crucial é o rendimento familiar para a mão-de obra, a qual é quase sempre obtida de amigos e da família via pagamento em diárias, que utilizam os fins de semana ou algum tempo livre para erguer a moradia, gradativamente. Diferentemente de outras cidades brasileiras, como ressalta Rodrigues:

> O tempo do trabalho para autoconstruir não é calculado monetariamente, não entra no cômputo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para a garantia do abrigo, faz parte do tempo de descanso que é usado para o trabalho e também do desgaste do trabalhador, e da superexploração da força de trabalho (Rodrigues, 1991, p. 31).

Nesse sentido, a moradia de palafita não pode ser vista como improvisada, inacabada, mas entendida como um reflexo do uso de técnicas próprias, seguindo os valores culturais e os limites de rendimentos de cada morador, bem como a solidariedade de amigos e parentes em relação ao tempo livre para a produção. Além disso, não há nenhum controle normativo dessas construções por parte do poder público, as quais estão fora de qualquer código de construção civil ou urbanístico.

As técnicas utilizadas nas palafitas geralmente estão associadas a pessoas migrantes das comunidades rurais para a cidade, que trabalham na carpintaria local. Uma vez solicitados, essas pessoas formatam a construção conforme as especificações do chefe da família, preparando a área e a madeira a ser usada na construção. Normalmente, são carpinteiros que aprenderam as técnicas de construção acompanhando seus pais em obras e as aplicam na cidade (Figura 4).

Figura 4 - Moradia de palafita e suas formas de construção



Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza (2022-2023).

[35] Informação concedida pela moradora da palafita - bairro Francesa em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

As fotografias permitem constatar a qualidade dos materiais utilizados na construção de uma arquitetura popular. Como ressalta Maricato:

> A ingênua busca de criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada, dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõe na determinação do produto, e casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão de obra não-especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas (Maricato, 1982, p. 91).

A escolha por arranjos espaciais do tipo palafítico é uma demanda de um grupo social, baseada no projeto chamado de "arquitetura vernacular", que é uma das expressões desse fazer arquitetura, aquela consolidada no âmbito da cultura dos povos (Amorim, 2015, p. 82). Seguindo a linha de pensamento, de acordo com Perdigão (2009), Perdigão e Bruna (2009), os caminhos para associar o tipo às relações de natureza topológica são visualizados no uso espacial pelos residentes e sua comunidade em relação ao ambiente construído. O objetivo é adotar princípios que incorporem valores culturais ao ato de projetar, com base em relações espaciais já estabelecidas por Norberg-Schulz (1971). Essas relações incluem proximidade/separação, sucessão/clausura e continuidade, que se materializam na arquitetura por meio de centros ou lugares de (proximidade), direções ou caminhos (continuidade) e áreas ou regiões (limites) (Menezes e Perdigão, 2021).

O *tipo palafita amazônico* é uma construção que descreve o tradicional modo de habitar dos ribeirinhos na Amazônia ao revelar relações que caracterizam uma lógica subjacente e socialmente construída, materializada em tipologias típicas como resposta ao sistema de águas. Isso ocorre devido à rede hidrográfica na Amazônia e o clima, que são um poderoso condicionante para a ocupação do território (Menezes e Perdigão, 2021).

Essas comunidades são exemplos de resistência cultural, pois se adaptaram às terras baixas e alagáveis, bem como ao próprio processo de urbanização da região, residindo na maioria dos casos em habitações sobre os cursos d'água. Todavia, a natureza não determina, mas orienta seu modo de vida, como se observa no movimento cíclico das enchentes e vazantes dos rios, que influenciam as práticas do cotidiano e as experiências culturais. A tradição é reproduzida por meio do conhecimento herdado de gerações passadas que aprenderam a viver em contato com o ambiente natural. No entanto, adaptaram-se às mudanças ao longo dos anos, indicando que a tradição não é estática; ela está intimamente relacionada ao cotidiano do espaço vivido (Cruz, 2008).

O padrão espacial das palafitas em Parintins reflete o modo de vida dos moradores, estabelecido entre eles, a casa e o ambiente circundante, além da situação de renda. Como mencionamos anteriormente, essas moradias são exemplos de arquitetura vernacular, entendida como uma arquitetura comum, construída sem a interferência de arquitetos ou engenheiros, refletindo as linguagens, as expressões e o ambiente onde foi formada. Esses elementos são próprios da tradição local e das aspirações pessoais e coletivas dos habitantes, que

vão além das necessidades básicas de abrigo (Barda, 2009; Weiner, 2005). Além disso, as habitações registram hábitos do processo histórico de origem e colonização do território, relacionado com a hibridização étnica das culturas indígena, negra e nordestina (Trindade Jr., 2002; Oliveira Jr., 2009).

Para Oliveira e Schor (2008), a globalização, em sua linguagem, nega qualquer possibilidade de autonomia no desenvolvimento urbano local. Ela subestima a capacidade única de cada cidade de definir novas maneiras de viver no ambiente urbano. Além disso, torna impossível conceber alternativas à trajetória capitalista da globalização e da urbanização.

Oliveira e Schor (2008, p. 24) argumentam que a resposta comunitarista torna-se uma das alternativas para as populações que habitam as cidades ribeirinhas na Amazônia, embora possa parecer utópica. Quando se discute o urbano na Amazônia, entramos num terreno no qual espaço, tempo, lugar e ambiente são inseparáveis e não podem ser tratados como meras abstrações, distantes das condições concretas do contexto histórico geográfico. Para os autores, a teoria do materialismo histórico-geográfico está pronta para ser aplicada, pois isso implicaria na mudança do discurso da globalização ou da comunidade para a linguagem do "desenvolvimento espaço-tempo desigual" ou simplesmente "desenvolvimento geográfico desigual". Nesse contexto, é necessária uma análise teórico-metodológica que percorra diferentes escalas e abranja a diversidade e as variáveis inter-relacionadas de aspectos sociais e ecológicos da região.

Para tanto, a arquitetura do tipo palafita simboliza os aspectos sociais e ecológicos que estão presentes nas relações sociais que permeiam a tradição do habitar ribeirinho amazônico. Em Parintins, são construções que se adaptam às condições do próprio processo de urbanização local. Na maioria dos casos, os habitantes residem em habitações construídas sobre os cursos d'água, na tipologia palafita, sem o auxílio técnico de arquitetos ou engenheiros (Menezes, 2015).

As oito áreas palafíticas existentes no território da cidade de Parintins apresentam carência de infraestrutura, densidade construtiva média e habitações em situações vulneráveis. Também há casas de alvenaria sem acabamento, domicílios de madeira com acabamento e banheiros fora das residências. As vias pavimentadas nessas áreas são somente aquelas que ligam uma ilha à outra e sofrem deterioração no período das enchentes, assim como as ruas localizadas às margens do lago Macurany.

A morfologia interna das áreas reflete as iniquidades sociais enfrentadas pelas famílias que ali residem. Essas condições expressam o nível de espoliação urbana sofrida pelos trabalhadores de baixa renda ou sem rendimento, aos quais é negado o direito de habitar em ambiente com infraestrutura adequada. Na (Figura 5), as possibilidades produzidas nas palafitas mostram um panorama de saída das casas e as ramificações correspondentes às pontes e becos, além da localização da tubulação de água e esgoto, que pode ser encontrada na frente ou atrás das moradias a céu aberto.

Figura 5 - Configuração tipológica das palafitas



Registro Fotográfico: Crizan Souza e Paola Santana (2023).

São palafitas que se constituem em áreas próximas ao Centro, e seu entorno é caracterizado pela presença de comércio e serviços. No entanto, de acordo com o relato de uma moradora:

> Nós vivemos meio escondidos, tendo que aguentar a vizinhança chamando a gente de invasor. Era assim que tratavam a gente no início. [...] Tá pensando que a gente é respeitado? É nada. Veja aí as crianças

> brincando na lama. Minha casa já caiu uma vez. Eu me levantei. E só me levantei porque na época trabalhava como vigilante do supermercado e tinha meu salário. Mas se não fosse isso, eu nem sei. A nossa condição é essa que o senhor tá vendo [...]. (Informação verbal)[36]

Essa compreensão de morar "*escondido*" é bastante frequente entre os moradores das palafitas. Isso porque, como podemos observar na (Figura 6), as casas foram construídas às margens do rio, cujo acesso é feito por becos estreitos feitos por pontes de madeira. Ademais, percebemos que há uma preocupação constante com a localização da casa, especialmente na época da enchente, quando a iminência de alagamento é maior, por estarem dentro do rio.

Figura 6 - Beco submarino na Francesa e casa bairro de Santa Rita de Cássia



Legenda: (A) becos de madeira, (B) casa como passagem para as palafitas no período da enchente em 2021. Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza (2022) e Deisy Silva (2021).

As palafitas ocupam pequenos lotes, de tamanhos variados e irregulares. Quase todas apresentam uma varanda de circulação ou corredor. São casas baixas e geminadas, que possuem apenas portas e janelas. Algumas delas só apresentam porta. Em geral, não têm entrada de ar suficiente. Esse fato contribui para agravar as condições de insalubridade, aumentando a ocorrência de doenças, como gripes, diarreias e micoses.

As palafitas, nas condições descritas, apresentam desafios significativos de conforto térmico para seus moradores, devido à exposição a altas temperaturas e à umidade do ar. Para amenizar esses efeitos, os moradores adotam algumas estratégias, como o uso de ar-condicionado e ventiladores. O ar-condicionado é um equipamento que controla a temperatura e a umidade do ar no ambiente interno, criando uma corrente de vento favorável a uma sensação de frescor e bem-estar. No entanto, o uso de ar-condicionado nas palafitas tem suas desvantagens, como o

[36] Informação concedida pelo morador de palafita - bairro Santa Rita de Cássia em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

alto consumo de energia elétrica, a emissão de ruídos e a necessidade de manutenção periódica, refletindo no orçamento familiar.

Os ventiladores são aparelhos que promovem a circulação do ar no ambiente, criando uma corrente de vento favorável à evaporação do suor e à troca de calor entre o corpo e o ar. Esses aparelhos podem ser colocados no teto, nas paredes ou em cima de algum objeto dentro da casa, aproveitando as aberturas existentes para facilitar a ventilação cruzada. Eles têm a vantagem de ser mais econômicos e silenciosos do que os aparelhos de ar-condicionado, mas também podem trazer alguns inconvenientes, como a poeira e os insetos que podem ser trazidos pelo vento. Apesar dos desafios, é possível reduzir o consumo de energia e aumentar a eficiência do condicionamento térmico (Silveira, Sousa; Leder, 2020).

A circulação interna entre as palafitas ocorre por passagens estreitas, muitas das quais não possuem corrimão. Em alguns becos, a largura não chega a dois metros. Nessas pontes, a passagem de objetos maiores, como um móvel, tem que ser de via única. As portas das casas ficam defronte umas das outras, inviabilizando a privacidade dos seus moradores. Os becos sem saída, em geral, formam um verdadeiro T ou L, abrigando quatro ou três moradias, algumas com apenas três cômodos.

A morfologia interna dificulta a coleta do lixo domiciliar, bem como o acesso de veículos. Esses fatos são bastante referidos pelos moradores, constituindo uma das preocupações, porque se sentem prejudicados ao chamar um táxi ou uma ambulância, como exemplificado por este relato: *"Outro dia, eu chamei um táxi para me levar no porto da cidade, o táxi veio, mais ficou lá na outra rua, porque aqui não chega"* (Informação verbal)[37]. Ao recorrerem a qualquer veículo, os moradores enfrentam dificuldades, pois os veículos não conseguem chegar até suas residências, e eles são obrigados a caminhar até as vias paralelas com acesso ao destino. Nas pontes de larguras maiores, transitam bicicletas, triciclos e até motos.

Nos estreitos corredores, a vida é compartilhada de porta em porta, de janela em janela, abertas ou fechadas, que estão sempre disponíveis para a entrada e saída de pessoas. As conversas, fofocas e até as discussões durante os afazeres domésticos preenchem o dia. Essa realidade repete-se em todas as áreas palafíticas, expressando a condição da vida nessas áreas excluídas dos programas e das obras públicas voltadas ao planejamento urbano.

Essa forma de habitação demonstra a capacidade de adaptação dos sujeitos ao meio ambiente. No entanto, também revela uma situação de vulnerabilidade social e ambiental no espaço urbano, já que sofrem com a falta de infraestrutura, saneamento básico, segurança e qualidade de vida. Por isso, é preciso que sejam tomadas medidas para melhorar as condições das palafitas e dos moradores, respeitando a sua cultura e a sua dignidade. Observe a (Figura 7) a seguir.

[37]Informação concedida pela moradora de palafita - bairro Francesa em Parintins. Pesquisa Direta, fev. 2023.

Figura 7 - Palafitas com corredor interno (A), corredor externo (B) e Janelas (C)



Registro Fotográfico: Crizan Graça de Souza (2023).

Os corredores internos e externos das palafitas desempenham funções importantes de circulação e ventilação das casas. Os corredores internos, localizados entre as estacas e a parede da casa, são construídos de madeira ou concreto e são frequentemente utilizados para receber visitas ou para conversas entre familiares no dia a dia. Por outro lado, os corredores externos, que circundam a palafita, podem ser cobertos ou não, permitindo o acesso à entrada principal, às janelas e às varandas. Além disso, os corredores externos também podem ser utilizados como áreas de lazer, trabalho ou até mesmo para o cultivo de plantas.

As janelas abertas das palafitas permitem a entrada de luz e ar nas casas, sendo elementos essenciais para o ambiente interno. Podem ser feitas de diversos materiais, como madeira, vidro, tela ou tecidos. Além disso, as janelas também podem ter diferentes formas e tamanhos, dependendo do estilo e das necessidades do morador. Elas desempenham um papel multifuncional, não apenas iluminando e ventilando, mas também decorando e protegendo as casas.

Como observamos, o espaço produzido nas palafitas adquire formas que são influenciadas por origens culturais, técnicas próprias e situações enfrentadas pelos moradores na cidade. Essas formas também demonstram a notável capacidade de adaptação dos moradores. No próximo item, descreveremos a configuração espacial das palafitas em relação ao morador e ao rio.

Considerações finais

A análise sobre a moradia e as redes territoriais urbano-ribeirinhas em Parintins-AM permitiu compreender que o espaço urbano amazônico é produzido a partir de relações complexas entre o meio natural, as práticas sociais e as políticas públicas. As comunidades de Castanhal e Nova Conquista revelaram-se expressões concretas dessa dinâmica, nas quais o habitar ribeirinho ultrapassa o caráter físico da moradia, constituindo-se como um modo de vida ancorado na interdependência entre cidade e rio.

Os resultados indicam que as formas de moradia observadas nessas áreas palafitas, casas sobre estivas e construções mistas são respostas adaptativas a um contexto marcado pela ausência de políticas habitacionais efetivas, pela vulnerabilidade ambiental e pela irregularidade fundiária. Apesar da precariedade estrutural, essas moradias mantêm um forte vínculo simbólico e funcional com o território, reafirmando as territorialidades locais e as identidades amazônicas.

O estudo também evidenciou que as redes territoriais urbano-ribeirinhas desempenham papel central na organização do espaço e na reprodução social das comunidades. As redes de mobilidade fluvial, de vizinhança e de sociabilidade funcionam como eixos estruturantes que garantem a permanência dos moradores em áreas ambientalmente frágeis e socialmente marginalizadas. Assim, a moradia ribeirinha não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte integrante de um sistema territorial, onde os fluxos materiais e imateriais sustentam a vida cotidiana.

A aplicação do QGIS e da cartografia temática mostrou-se fundamental para revelar as inter-relações entre moradia, infraestrutura e rede hidrográfica, permitindo uma leitura espacial integrada das ocupações urbanas. Essa abordagem metodológica reforça a importância da cartografia social e participativa como instrumento de análise territorial e de apoio ao planejamento urbano na Amazônia.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o avanço das discussões sobre moradia e urbanização na Amazônia ao articular conceitos de patrimônio territorial situacional (BARTOLI, 2023), trama urbana amazônica (RIBEIRO et al., 2024) e redes socioespaciais ribeirinhas (AMARAL et al., 2022). Tais aportes evidenciam que o urbano amazônico não deve ser interpretado a partir de modelos convencionais de cidade, mas como uma realidade múltipla, fluida e relacional.

Reconhece-se, entretanto, que a pesquisa apresenta limitações, especialmente pela ausência de dados quantitativos atualizados sobre população e infraestrutura, e pela necessidade de maior aprofundamento em entrevistas com moradores. Tais aspectos podem ser ampliados em futuras investigações, sobretudo com o uso de metodologias participativas que envolvam diretamente os sujeitos das comunidades analisadas.

Conclui-se que compreender a moradia e as redes territoriais urbano-ribeirinhas é compreender o próprio processo de produção social do território amazônico. As ocupações de Castanhal e Nova Conquista não representam apenas espaços de vulnerabilidade, mas territórios de resistência, onde se constroem novas formas de urbanidade e pertencimento. Diante disso, torna-se imperativo que o planejamento urbano e as políticas públicas em Parintins considerem as especificidades ambientais, culturais e sociais da população ribeirinha, valorizando suas territorialidades e modos de habitar como parte constitutiva da cidade amazônica.

REREFÊNCIAS

ALVES, M. R. Cidade(s): novas espacialidades e territorialidades. **PósFAUUSP** V. 17, n. 28, p. 250-257, 2010. Disponível: <www.arquitetura.eesc.usp.br/silacc2010>. Acesso em 21 de mai. de 2022.

AMORIM, L. Da origem dos sistemas espaciais. In: **VII PROJETAR**, Natal, 2015. **Anais...** Natal: Editora Firenzze, 2015. v. 1. p. 73-83. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/928/Art9.pdf?sequence=1 Acesso em: 22 nov., 2023.
ARAÚJO, L. M. **A produção do espaço Intra-urbano e as ocupações Irregulares no Conjunto Mangabeira, João Pessoa - PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2006. 196.p.
ARCHANJO, P. C. **Convivência Contínua com Esgotos a Céu Aberto**: modos de subjetivação de habitantes de Parintins-Amazonas. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5240 Acesso em: 10 fev., 2021.
BARTOLI, E. A Cidade Arquipélago: expansão e morfologia urbana de Parintins (AM). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** – ano XXII, v. 2, n. 46, p. 347-397, 2020. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6874 Acesso em: 22 dez., 2020.
BARTOLI, E. Cheia e a pandemia: a água urbana–ribeirinha. **AmazonAmazônia**, 2021. Disponível em: <https://www.amazonamazonia.com.br/2021/05/24/cheia-e-a-pandemia-a-agua-urbano-ribeirinha/>. Acesso em: 21 mai., 2022.
BARTOLI, E. Entre o urbano e o ribeirinho: territorialidades navegantes e sistemas territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/18865 Acesso em: 14 de jan., 2020.
BARTOLI, E. Espaço periurbano de Parintins: expansão urbana e loteamentos recentes. In: **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** CD-ROM: UERJ, 2013. p. 1-16.
BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM).** (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista – UNESP) Campus Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/18fcd7d6-a1d4-4312-8f9c-da21bb274e0b Acesso em: 18 jan. 2018.
BARTOLI, E. Patrimônio territorial na Amazônia urbano-ribeirinha: concepções situacionais a partir das margens, 2023. *Revista De Geografia*, *40*(4 (Especial), 120–145. https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.260674.
BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de janeiro: Garamond, 2013.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jul. 2001.
BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2012.
CARLOS, A. F. A. **A cidade**. Ed. 9º Contexto. São Paulo, 2011.
CARLOS, A. F. A.**O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espaço%20urbano.pdf Acesso em: 29 ago. 2019
CARVALHO, R. A. **A Expansão Urbana de Parintins: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais.** Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2013.
CLICHEVSKY, N. Regularizando la informalidad del suelo en América Latina y el Caribe. Una evaluación sobre la base de 13 países y 71 programas. **CEPAL - Séries Manuales**, 2006. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5615/S0600005_es.pdf;jsessionid=3241B Acesso em: 21 out., 2023.
CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, Editora da UFPA, 2008. pp. 48-67.
DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1990.
ENGELS, F. **Para a questão da habitação**. Lisboa; Moscou: Edições Progresso, 1982.
ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Tradução Nélio Schneider - 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. In**: XV Congresso Internacional de Direito Registral**, Espanha, p. 597-616, 2007.
FERNANDES, Edésio. Regularização fundiária e direito urbanístico. 2002.
FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**; apresentação Paul Singer. – 5. ed. rev. – São Paulo: Global, 2008.
HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2005.
IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 Disponível: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/historico .Acesso em: 22 maio 2022.
IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ . Acesso: 10 nov. 2020.
IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama Acesso em: 21 out. 2023.
IPEA. As políticas para a regularização fundiária urbana no Brasil. In: Dinâmica Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: **Ipea, 2010**. v. 2 (912 p.): gráfs. Mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; Livro 6).
JACOBI, P. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaços & Debates**, ano II, n.7, 1982. (pp.53-69).
KOWARICK, L. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. [1974]. Trad. castelhana de Emilio M. Gutiérrez. Madri: **Capitán Swing Libros**, 2013.
LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
LIMA, M. V. **Movimento das águas na cidade de Parintins-AM**. 114.f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5233 Acesso em: 17 maio 2023.
MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C; e MARICATO, E, **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
MARICATO, E. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. In: MARICATO, E. **A Produção Capitalista da casa (e cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
MARICATO, E. Dimensões da tragédia urbana. **Com Ciência**, 2002. Disponível: <https://www.comciencia.br/dossies-1-2/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso em 21 maio 2022.
MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3537365&forceview=1 Acesso em: 30 ago. 2019.
MENEZES, Lucineli de Souza. **Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna 1/Parintins-Amazonas. 2017**. 121.f. Disertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6364 Acesso em: 12 maio 2021.
MENEZES, M. S. T.; PERDIGÃO, A. V. A. K. O TIPO PALAFITA AMAZÔNICO: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 44–59, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23710 . Acesso em: 22 set. 2023.
NETO, Soares Corrêa Jacy; NEVES, Ferreira, Fernanda; LEONELLI, Cunha Viana Gisela. Desafios territoriais de padrões de ocupação rururbana ribeirinha em cidades do bioma Amazônia no contexto da adaptação às mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 11, n. 20, p. 401–428, 2025. DOI: 10.55663/RBDU.v11.i20.ART15.AP. Disponível em: https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/1089. Acesso em: 26 maio. 2026.
NORBERG-SCHUL, C. Existence, space, and architecture. **New York**: Praerger, 1971.
OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, nº 3 p. 27-29, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000300013 . Acesso em: 05 fev. 2022.
OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso. Manaus**: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.
OLIVEIRA, J. A; Souza, C. G. A produção da habitação social numa cidade amazônica, Confins [Online], 42, 2019, Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/23501 Acesso em: 21 set. 2023.
PARINTINS. Lei Municipal nº 09/2006. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município e dá outras providências. Disponível em: https://transparencia.parintins.am.gov.br/ Acesso em: 08 out. 2023.
PARINTINS. Lei nº 375/2006-GMP. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana e rural do Município e dá outras providências. Disponível em: https://transparencia.parintins.am.gov.br/ Acesso em: 08 out. 2023.
PENNA, N. A. **Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido - a dinâmica de uma metrópole planejada. 2000**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 18 out. 2023.
PERDIGÃO, A. K. A. V.; MENEZES, T. M. S. ARQUITETURA VERNACULAR AMAZÔNICA: A PALAFITA EM FOCO. In: **Anais do Seminário Arquitetura Vernácula/Popular. Anais.** Salvador (BA) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/arqvernapop/387935-arquitetura-vernacular-amazonica--a-palafita-em-foco/ Acesso em: 30 ago. 2023.
PERDIGÃO, A.K.A.V.; BRUNA, G.C. Representações espaciais na concepção arquitetônica. In: **PROJETAR**, 4., 2009, São Paulo. Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática. São Paulo: Alter Market, 2009.
RAFESTTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: **E-premissas revista de estudos estratégicos.** ISSN 1981-1438 n.º 2 janeiro/junho 2007.
RIBEIRO, R. M., FERREIRA, A. E. D. M., CARDOSO, A. C. D., MONTEIRO, A. M. V., DAL'ASTA, A. P., CARMO, M. B. S., e AMARAL, S. (2024). A trama urbana amazônica: proposta metodológica para reconhecimento de um território de possibilidades. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 26(1). https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202433pt.
RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.
RODRIGUES, A. M. **O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade.** Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos 111-126, 2008.
ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.
SAKATAUSKAS, G. L B. **Especificidades da *Precariedade Habitacional* na Amazônia Ribeirinha:** um olhar sobre a região do Baixo Tocantins. 285f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 2020.
SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.
SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Editora Outras Expressões. São Paulo, 2011.
SIMONIAN, L.T.L. Palafitas, estivas e sua imagética na contemporaneidade urbanorrural na Pan-Amazônia. v. 1. N. 1 (2010) Belém: UFPA, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11363 Acesso em: 13 maio. 2023
SOARES JR, A. Q.; SANTOS, M. A. A. territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **GEOGRAFIA (Londrina)**, *[S. l.]*, v. 27, n. 1, p. 7–25, 2018. DOI: 10.5433/2447-1747.2018v27n1p7. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321 . Acesso em: 18 out. 2023.
SOUTO, M. F., Breno Augusto; FURINI, Luciano Antônio. Territórios, redes e cidades. **Revista Inter-Legere**, *[S. l.]*, v. 6, n. 36, p. c32595, 2023. DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n36ID32595. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/32595. Acesso em: 26 maio. 2026.
SOUZA, C. G. O espaço intraurbano da cidade de Parintins-Am: uma análise a partir das ocupações irregulares. **Anais do XIV ENANPEGE.** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78605. Acesso em: 21 set. 2023.
SOUZA, C. G. **Produção da moradia social na cidade de Parintins-AM: da COHAB-AM ao Minha Casa Minha Vida – 1969 a 2017**. 153.f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6465 Acesso 12 de jan. 2019.
SOUZA, C. G.; BARBOSA, T. R.; ANDRADE, F. A. V. Habitação, condições de moradia e modos de morar em áreas inundáveis na cidade de Parintins-AM-Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2013. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/25/habitazoes.html Acesso em: 23 maio de 2022.
TRINDADE JR., S. C. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.
VALLADARES, L. P. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, L. P. (Org), BONDUKI, N. *et al*. **Repensando a habitação no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, n. 3. p. 21-78. 1982. (Coleção Debates Urbanos).

4 - Navegando em bajaras: Territorialidades urbano -ribeirinhas em Parintins (AM)

Helivelton Lima
Secretaria Municipal de Educação – Parintins – Amazonas - Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas - Parintins – Amazonas – Brasil

Paulo Arcanjo
Universidade Federal do Amazonas – Parintins - Amazonas - Brasil

1 Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo principal descrever as embarcações do tipo bajara, delimitando, inicialmente, dois modelos usuais. O primeiro corresponde às embarcações utilizadas por pescadores, que contam com maior espaço interno e sem divisões internas, de modo a melhor comportarem suas atividades e o armazenamento da carga.

Por conseguinte, analisamos as embarcações que receberam características do modelo financiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implantado na região a partir de 2010, com divisões internas semelhantes às do batelão, embarcação regional, mantendo suas principais características, como a popa (traseira) e a proa (dianteira) afiladas, bem como sua estrutura.

Adotamos uma abordagem territorial multidimensional, fundamentada nas dimensões econômica, política, cultural e natural, que orientou a metodologia da pesquisa, utilizando entrevistas e aplicação de questionários em uma abordagem quanti-qualitativa para a obtenção dos dados.

Os territórios e as territorialidades foram analisados tendo as bajaras como elemento norteador, bem como as redes que essas embarcações ajudam a constituir. Os trabalhos de campo, realizados entre agosto de 2017 e março de 2018, permitiram o desenvolvimento da pesquisa. A partir de questões previamente elaboradas, aplicou-se, em um primeiro momento, um questionário aos carpinteiros navais, composto por cinco seções, utilizado para a construção do histórico da embarcação. Em um segundo momento, foram aplicados vinte questionários aos proprietários das embarcações, cujas informações foram posteriormente transformadas em gráficos e mapa, após o devido processo de tabulação.

As bajaras podem ser consideradas o resultado da combinação entre o batelão, embarcação regional de popa arredondada, e as tradicionais canoas. Apresentam-se como alternativa às embarcações de maior porte e custo mais elevado, sendo amplamente utilizadas pela economia popular, que depende de frequentes deslocamentos para o interior como estratégia de complemento de renda.

Os conhecimentos e as técnicas empregados pelos carpinteiros navais são apresentados nas Tabelas 1 e 2, bem como as partes estruturais da embarcação, os materiais, as ferramentas e as nomenclaturas utilizadas durante o processo de construção, descritos na Figura 1.

2 Breve histórico da bajara e principais características

O uso de embarcações do tipo bajara no entorno da sede de Parintins (AM) tornou-se frequente, em razão de sua versatilidade e dinamicidade. Dessa forma, evidenciaram-se os principais conhecimentos e técnicas assimilados pelos carpinteiros navais ao longo desse processo, que são os principais agentes envolvidos na construção, nos reparos e na manutenção dessas embarcações.

Com base no trabalho de campo e nas entrevistas realizadas, constatou-se que essa tipologia de embarcação é originária do estado do Pará, tendo sido introduzida em Parintins (AM), onde passou por adaptações relacionadas ao casco e à sua estrutura. Esse conhecimento "empírico" expandiu-se e consolidou-se no âmbito da carpintaria naval no entorno da cidade, recebendo também forte influência de São Sebastião do Uatumã (AM).

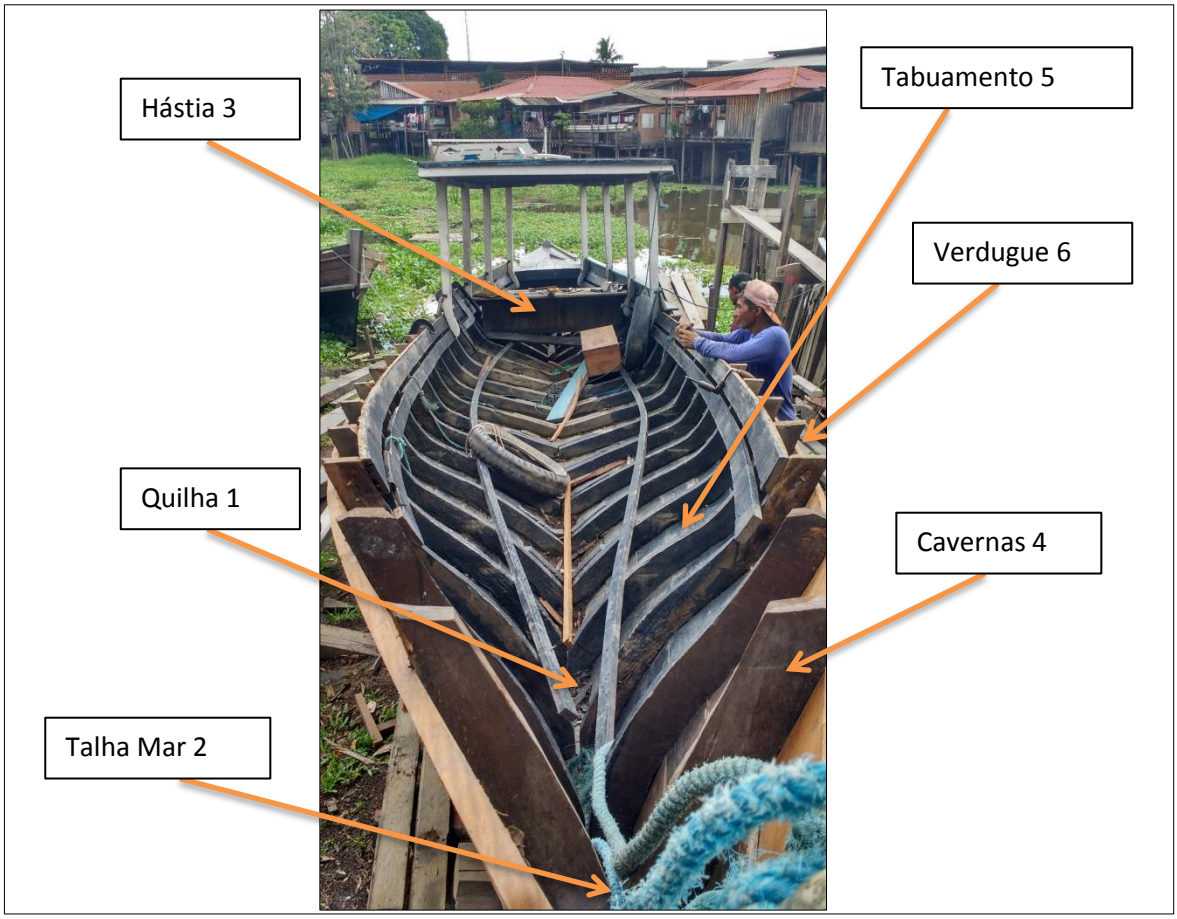
As técnicas utilizadas na construção das bajaras obedecem a um padrão previamente estabelecido entre o proprietário e o carpinteiro naval, considerando dimensões que variam de 7 a 12 metros de comprimento por aproximadamente 2,5 metros de boca. Todo esse padrão é seguido e elaborado pelo próprio carpinteiro, que, com base em sua experiência, constrói uma espécie de mapa mental, no qual organiza as informações que serão posteriormente utilizadas durante o processo construtivo.

A Figura 1 apresenta os principais elementos estruturais de uma bajara durante seu processo de construção. A primeira peça instalada é a "quilha" (1), principal estrutura da embarcação, seguida pelo "talha-mar" (2), fixado com o auxílio do "prumo", ferramenta amplamente utilizada tanto na construção civil quanto na carpintaria naval. Na sequência, instala-se a "hástia" (3), localizada na parte traseira da embarcação, correspondente à popa. Dando continuidade ao processo, destacam-se também as "cavernas mestras" (4), primeiras a serem posicionadas, responsáveis por orientar toda a etapa seguinte da construção, uma vez que definem a sequência das cavernas e dos "tabuamentos" (5).

Essa etapa é auxiliada por um instrumento conhecido como molde, confeccionado com madeira macia, como a tábua de azimbre. Na continuidade do processo, instala-se também o "verdugo" (6), localizado na parte posterior lateral da embarcação, etapa marcada pelo fechamento do casco, que deve ser realizado simultaneamente em ambos os lados. Caso esse procedimento seja executado de

outra forma, o processo construtivo poderá ser comprometido. Portanto, as técnicas que envolvem esse conhecimento obedecem a normas específicas.

Figura 1 – Estrutura de uma Bajara



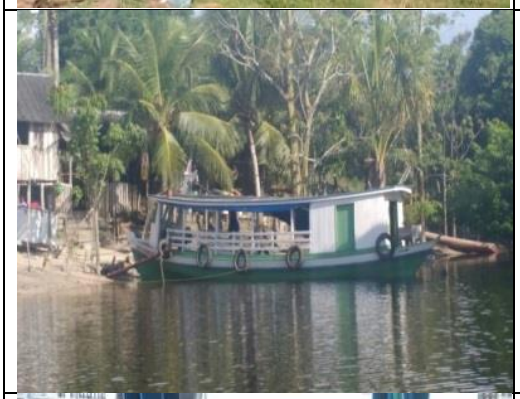
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

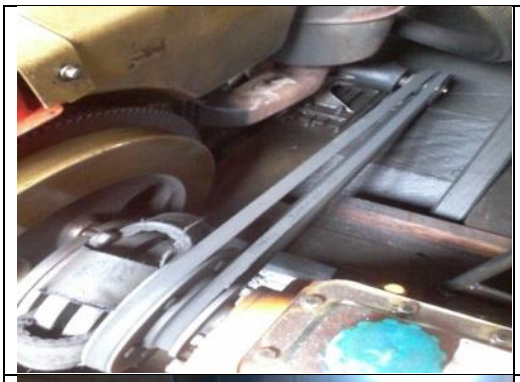
As principais madeiras utilizadas são a itaúba (*Mezilaurus itauba*) e o pau-d'arco (*Tabebuia serratifolia*). Essas espécies são empregadas em funções específicas e apresentam elevada resistência, razão pela qual são as mais utilizadas na construção das bajaras. Em média, o tempo de construção de uma embarcação varia entre 30 e 45 dias. Suas principais características compreendem a proa, localizada na parte dianteira, e a popa, situada na parte traseira, ambas com formato afilado. Geralmente, as embarcações possuem estrado, cobertura, leme, eixo, bomba d'água e motor central, com potência variando entre 9, 18 e 22 HP.

Com base no trabalho de campo, constatou-se que as embarcações mais procuradas por produtores rurais e pescadores possuem comprimentos de 7, 9, 12 e 14 metros, com aproximadamente 2,5 metros de boca, atendendo melhor às necessidades desses usuários. A utilização dessa tipologia de embarcação ganhou ainda mais impulso a partir de 2010, por meio de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de linhas de crédito do Banco da Amazônia (BASA). Atualmente, essas embarcações

contam com um aparato técnico mais diversificado. Em algumas das embarcações catalogadas, identificou-se a presença de sala de máquinas, divisões internas, banheiro e paredes estruturais.

Quadro 1 - Características das Bajaras modelo PRONAF

	Bajara em construção. Imagem com características peculiares. (Proa, toldo cobertura, talha mar, verdugue, caiçara lateral, casco completo, medindo aproximadamente 12 m por 2,5).
	Embarcação pronta para uso, bem parecida com o batelão, mas com proa e popa finas. (Toldo, mastro para sinalização, caiçara, divisões, cabine comando e sala de máquinas, com espaço para banheiro).
	(cabine) leme ou popularmente conhecido pelos navegantes como timão. Ao lado manete estrutura responsável em ditar as velocidades da embarcação, ligados por cabos de aço que percorrem as laterais até a máquina.
	Convés da embarcação com medidas aproximadas (12 m, por 2,8). Temos ainda estrado, caiçaras laterais, divisão do banheiro e sala de máquina.

	Motor da marca Toyama 22 HP, ligado à reversor 2x1, responsável pelo torque e velocidade da embarcação. Juntamente com parte estrutural, conhecida como correia.
	Banheiro em embarcação bajara catalogada em trabalho de campo. Atualmente estão sendo inseridas em tipologias do (PRONAF). Bem reduzido em virtude da popa fina.
	Popa da embarcação afunilada, característica própria, com divisões laterais específicos do modelo PRONAF.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Embarcação com aproximadamente 14 m de comprimento por 2,8 m de boca. Possui toldo com cobertura parcial e caixas de gelo destinadas ao armazenamento do pescado. Sua tipologia difere do modelo financiado pelo PRONAF.

Quadro 2 - Tipologias utilizadas por pescadores

	Convés com espaço para armazenagem de carga, medindo em média 12 m x 2,5 m. Nesse padrão não existe divisões internas.

	Nessa tipologia utiliza-se tal ferramenta para o comando da embarcação, localizado na popa.
	Embarcação de 14 m, toldo cobertura parcial, com apetrechos utilizados em pescaria, sendo improvisado uma lona para cobertura.
	Motor Toyama 18 HP, catalogado em trabalho de campo. Sem estrado ou proteção para o eixo, podendo causar acidentes, (escalpelamento em mulheres, frequentes no Estado do Para), tendo como vantagem o uso do diesel.
	Popa de embarcação, com cobertura parcial, sem divisões internas, com motor central, semelhante com as conhecidas canoas.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

3 As bajaras como mediação técnica na constituição de territorialidades

Bajaras são embarcações que atendem principalmente à economia popular, dessa forma os atores diretamente envolvidos são: produtores rurais e pescadores que, a partir de suas práticas diárias, ‘’ativam pontos no território’’, constituindo territorialidades (Bartoli, 2017).

Diante do exposto recorremos à abordagem territorial para melhor entendimento e reflexões, buscamos literaturas específicas que nos auxiliem a

interpretar as dinâmicas constituídas pelos ‘’atores’’ sociais diretamente envolvidos, bem como as mediações propiciadas por esse tipo de embarcação.

Sendo assim, diante da abordagem territorial, para Raffestin (1993, p. 143) ‘’o território se forma a partir do espaço, conduzido por um ator sintagmático’’(ator que realiza um programa). O mesmo autor salienta, ainda, que a territorialidade é entendida no ‘’quadro da produção, da troca, e no consumo das coisas’’. Essa perspectiva auxilia na compreensão de como as ações desses agentes, bem como a utilização das embarcações do tipo bajara, condicionam a formação de estruturas territoriais por meio da constituição de tessituras, nós e redes. Raffestin (1993) também destaca que a territorialidade "se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais".

Para Saquet (2005, p. 90), "o território é o conteúdo das relações materiais e imateriais [...] em manchas e redes". O autor também define a territorialidade como "a territorialidade efetiva-se em nossas ações e relações cotidianas e sociais, no trabalho, na família e na rua". Nesse sentido, os territórios, assim como as territorialidades, podem ser observados também por meio dos agentes diretamente inseridos nesta pesquisa, uma vez que, por meio da fluidez com que navegam em suas embarcações pelo entorno da cidade, percorrendo rios, lagos e igarapés, atribuem sentido às suas práticas diárias.

Partindo das contribuições de Dematteis (1999), "a territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática exercida nas ações sociais". Nessa perspectiva, passamos a compreender as bajaras sob uma nova ótica, pois, por meio delas, manifesta-se uma carga cultural, material e simbólica, revelada em suas particularidades.

No que diz respeito às mediações realizadas por essas embarcações, elas conectam o urbano ao ribeirinho, possibilitando que esses agentes desempenhem as mais variadas funções, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Esse elemento é caracterizado no âmbito da abordagem territorial aqui adotada, na qual a cidade se configura como um ponto "nodal". Para Santos (1994, p. 70), "a técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, próximo ou distante".

Os sistemas técnicos condicionam nossas vidas e estão inseridos em todas as relações sociais, institucionais e econômicas. A partir dessa perspectiva, as bajaras também compõem essas relações que constituem a territorialidade, desde o momento de sua construção, passando pela seleção dos materiais, até a forma como são produzidas.

Por outro lado, existe ainda a "carga" cultural estabelecida nessas relações, permeadas pelos fluxos realizados por essas embarcações, bem como pelas mediações evocadas nas relações urbano-ribeirinhas (Bartoli, 2017). Nesse contexto, Claval (2002) destaca três princípios norteadores do elemento cultural que estamos caracterizando:

> O primeiro ‘’prática, conhecimentos e valores’’[...]. O segundo diz respeito a ‘’princípios, regras, normas e valores que orientam a ação, elemento imutável’’. O terceiro: ‘’conjunto de atitudes e costumes que dão ao grupo social sua unidade [...] importante na construção de identidades coletivas’’ [...]. (Claval, 2002, p. 21).

Portanto, as bajaras não compõem o universo técnico dominante, totalmente ligado ao princípio da produtividade e da eficiência (embora também contribuam para esses aspectos), pois atuam como mediadoras multidimensionais, conduzidas por sujeitos do interior e da cidade, denotando práticas espaciais e temporalidades específicas.

Essa territorialidade, constituída a partir da bajara, está ligada às estratégias de sobrevivência dos sujeitos que a utilizam. Pescadores, agricultores e pequenos comerciantes "costuram" redes entre o urbano e o ribeirinho.

Para Aurélio (2007, p. 25), "a construção de embarcações em madeira na região amazônica surgiu como resultado da integração entre a cultura dos povos aqui presentes e o meio ambiente circundante". Essa afirmação revela o modo como são produzidas as embarcações do tipo bajara, originárias do estado do Pará, com características próprias, que receberam influências do batelão, embarcação regional de popa arredondada, também amplamente utilizada, resultando na tipologia aqui analisada.

Nessa perspectiva, para melhor compreendermos o sistema territorial em análise, recorremos ao modelo STUR (Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho), proposto por Bartoli (2017, p. 83). Nessa abordagem, inserem-se inicialmente as principais embarcações utilizadas pela economia popular, como batelões, bajaras, canoas, "rabetas" e cascos. Essas embarcações são utilizadas principalmente como mediações entre a cidade e o interior, apresentando-se também como alternativa às embarcações maiores e mais caras.

As bajaras, conforme as caracterizamos neste estudo, são multifuncionais e apresentam aspectos multidimensionais. Por meio delas, estabelece-se toda uma cadeia de relações, pois podem ser utilizadas tanto na prática da pesca quanto no transporte de produtos da agricultura familiar, além de possibilitarem o acesso a lagos e igarapés. Isso ocorre porque possuem casco apropriado aos períodos sazonais de cheia e vazante, apresentando-se como uma mediação técnica e cultural pertencente ao STUR.

Sendo assim, essas embarcações enquadram-se na abordagem territorial, pois apresentam características permeadas pelas trocas de "matéria" e "energia" (Raffestin, 1993) entre o rural e o urbano, contribuindo para a constituição de nós e redes territoriais. Além disso, por serem mais baratas e dinâmicas, não apresentam a obrigatoriedade de registro junto à Capitania dos Portos.

É comum encontrar essa tipologia de embarcação "ativando territórios" nos mais diversos lugares, especialmente naqueles destinados à atividade pesqueira. O casco, o convés e os demais elementos estruturais apresentam características específicas para essa função. Assim, as bajaras apresentam-se como alternativa às embarcações de maior porte, por serem mais dinâmicas, ágeis e permitirem o acesso a espaços onde embarcações maiores não conseguem navegar.

Bartoli (2017, p. 44) destaca: "Há relação 'umbilical' com as comunidades circundantes, que são constantemente acessadas para atividades de complemento de renda (roçados, pesca e extrativismo) ou de subsistência alimentar." Esses agentes sociais recorrem ao uso das bajaras para se locomover pelo território e, dessa forma, constituem novas territorialidades permeadas por essas embarcações.

3. 1 O sistema territorial urbano ribeirinho e o papel das bajaras

O modelo STUR inicialmente abrangeu quatro grupos denominados "artesãos de territórios": carpinteiros navais, pescadores, indígenas e marceneiros, que estabelecem relações multiescalares, articulando-se e constituindo suas coletividades. Dessa forma, pretendemos analisar as redes constituídas por pescadores e produtores rurais a partir do uso de embarcações do tipo bajara.

> As atividades produtivas que compõem o STUR fazem parte de circuitos da economia urbana, conectando com a presença de logicas do capital mercantil sobre o território que se interpenetram ás dinâmicas ribeirinhas [...] As escalas, eventos, processos e fluxos que o meio urbano permite construir, influenciar e receber influencia passam pela densidade institucional e até mesmo pela experiência de lutas sócias ou coesão social de um dado território [...] (Bartoli, 2017. p 46).

Sendo assim, os territórios e as territorialidades em questão encontram-se em constantes conflitos, principalmente com o capital mercantil e com grupos políticos hegemônicos. Nesse contexto, buscam novas formas de articulação, fortalecendo seus grupos por meio de sindicatos e cooperativas, como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Pescadores de Parintins, dos quais a maioria dos agentes entrevistados afirmou fazer parte.

O mesmo autor também caracteriza as embarcações inseridas no STUR da seguinte forma

> Acumulam funções conforme a cidade se transfigura. São formas-conteúdos mutantes e adaptáveis, ultrapassando a função de apenas conectar pontos através da circulação e servem também como moradia (temporária ou fixa) e instrumento de trabalho. As embarcações são elementos chave na busca de meios de vida não obtidos na cidade complementos de renda, obtenção de alimentos (acesso a roçados que os citadinos possuem nos interiores) [...] (Bartoli, 2017, p. 49).

As bajaras, assim como as demais embarcações inseridas no STUR, também desempenham essas funções. Conforme evidenciado nas entrevistas, produtores rurais e pescadores afirmam utilizá-las também para dormir durante a labuta diária. Outro aspecto importante na relação entre os agentes sociais e as embarcações são os vínculos de amizade, tecidos nas interações em que se manifestam laços materiais e imateriais. Como relatado durante o trabalho de campo: "Quando eles estão na cidade e precisam sair para resolver alguma questão pessoal, sempre pedem para algum conhecido vigiar sua embarcação" (Trabalho de campo, 2018).

Esse relato fornece elementos para considerar as inter-relações que as bajaras também representam, bem como seu papel como mediação técnica e cultural. Diante da perspectiva territorial adotada no STUR e da utilização dessas embarcações, o autor reforça a seguinte ideia:

> [...] Embarcações partem carregando mercadorias e pessoas. Ocorre, assim, que cada rede de sujeitos constrói sua estratégia territorial,

> navegando e decidindo os pontos circunvizinhos a serem ativados. Possuem laços afetivos e familiares e ao mesmo tempo mercantis e funcionais (no caso do STUR) (Bartoli, 2017, p. 60).

Dessa forma, observamos as relações estabelecidas a partir do uso de embarcações do tipo bajara, elemento norteador desta pesquisa. Essa tipologia específica é capaz de ativar e estabelecer redes locais de sujeitos que buscam, principalmente, complementar a economia urbana por meio de suas atividades, fortalecendo os vínculos afetivos e familiares, elementos centrais do "Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR)".

4 Caracterização do papel das bajaras no STUR

As tipologias de embarcação do tipo bajara auxiliam na compreensão das dinâmicas presentes na dimensão econômica, de forma dual e complementar, conforme propõe o STUR, por meio dos frequentes deslocamentos entre a cidade e o interior, cujos fluxos se realizam de maneira diversificada.

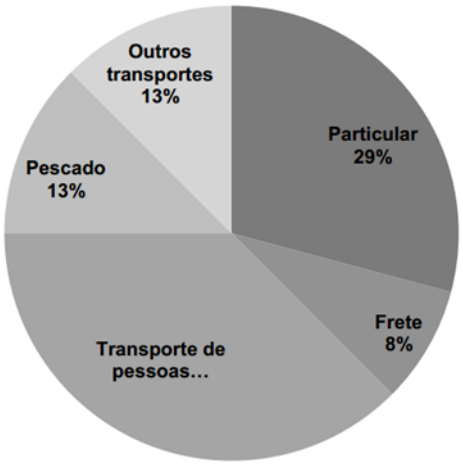
Dessa forma, o uso dessas embarcações fortalece os vínculos tecidos entre o rural e o urbano, constituindo um recurso e uma forma necessária ao desenvolvimento das atividades que compõem os sistemas territoriais em questão, por meio das mediações exercidas. Por outro lado, existe ainda o fator relacionado ao complemento de renda, entendido como:

> Também vão para subsistência com a manutenção de roçados e pesca no entorno da cidade e nos interiores [...] Formam redes intensas mantendo os laços entre os membros da cidade e entornos. Geralmente famílias que possuem parentes nos dois ambientes, conservando laços, refazendo fluxos, coligando tais localidades que são ativadas pelas possibilidades que a cidade oferece. (Bartoli 2017, p. 95).

Isso fica evidente por meio das entrevistas realizadas, bem como da aplicação de questionários, que resultaram em informações capazes de auxiliar na compreensão das dinâmicas desses agentes e da forte ligação que mantêm com as comunidades do entorno.

Dessa forma, apresentam-se os gráficos com os resultados obtidos a partir do trabalho de campo realizado na sede municipal, nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, contemplando os períodos sazonais de cheia e vazante. A amostragem evidencia a frequência dos deslocamentos, as atividades econômicas dos proprietários das embarcações, bem como as redes e rotas estabelecidas pela navegação em bajaras no entorno da cidade e em suas áreas de influência.

Gráfico 1 - Tipos de uso



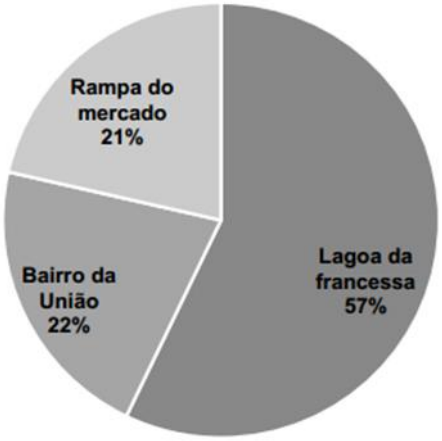
Fonte: Elaborados pelos Autores (2018).

Quanto à frequência dos deslocamentos entre a cidade e o interior, estes se dividem em diários, semanais e mensais, contando com a utilização de embarcações classificadas, conforme seu tipo de uso, em: particular (29%), frete (8%), outros (13%) e transporte de pescado (13%). O transporte particular, descrito no Gráfico 1, representa as diversas atividades produtivas voltadas ao complemento de renda, utilizando as bajaras para o transporte entre as comunidades do interior e a sede municipal. Essas atividades são detalhadas no Gráfico 3 e integram as dinâmicas do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

A circulação pelo território ocorre por meio do uso dessas embarcações, conectando espaços circunvizinhos. Nesse sentido, elas transportam não apenas pessoas e mercadorias, mas também formas portadoras de conteúdos e das contradições inerentes às relações de sobreposição e complementaridade que caracterizam esse sistema (Bartoli (2017).

Nesse contexto, evidenciamos também a influência do fator sazonal (cheia e vazante), que interfere diretamente na dinâmica territorial e contribui para os conflitos relacionados às áreas de atracação das embarcações nas margens dos rios. Durante o período da vazante, os principais pontos utilizados são a Rampa do Mercado, a área em frente aos Correios, o Caçapava e o Matadouro. Já no período da cheia, observa-se uma descentralização desses fluxos, com o surgimento de novos pontos de atracação, como a Lagoa da Francesa, o Bairro da União e o Palmares, destacados, respectivamente, nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 - Atracação no período de cheia/ vazante

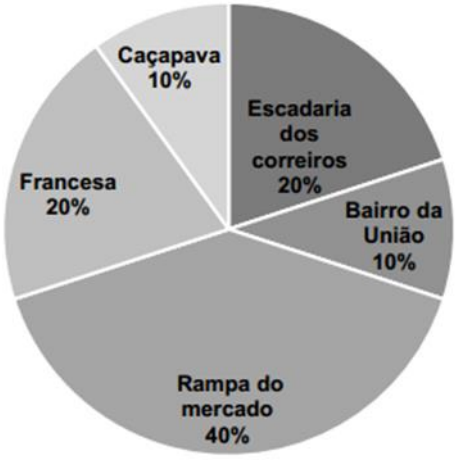


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A partir do trabalho de campo e das entrevistas, realizadas com base na abordagem quanti-qualitativa junto aos proprietários das embarcações, constatou-se o tempo de utilização das bajaras, bem como as formas de uso dessas embarcações. De modo geral, tratam-se de embarcações pertencentes às famílias, com tempo médio de utilização entre quatro e quinze anos. Em alguns casos, sua aquisição ocorreu por meio de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); em outros, as embarcações já pertenciam à família.

Os dados apresentados no Gráfico 2 evidenciam um dos principais pontos utilizados para a atracação das embarcações: a **Lagoa da Francesa**. Durante o período da cheia, essa área concentra grande parte dos fluxos de embarcações, impulsionando também o comércio local, com a presença de lojas especializadas em máquinas e motores, supermercados, estaleiros e estabelecimentos varejistas.

Gráfico 3 - Local de atracação de embarcação na cheia.



Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

No Gráfico 3 estão distribuídos os principais pontos também utilizados para a atracação das embarcações, localizados na área central da cidade. Destacam-se a

Rampa do Mercado, que atualmente passa por reformas, e a escadaria em frente aos Correios.

No Bairro da União, observa-se a formação de uma nova centralidade, influenciada pelos fluxos das embarcações que recorrem a essa área. O referido bairro originou-se de uma ocupação ocorrida no ano de 2010. Ainda hoje, observa-se a presença dos conhecidos flutuantes em seu entorno.

> A manutenção da vida Urbana em Parintins está intimamente ligada aos fluxos de embarcações para pontos diversos em comunidades interioranas formando redes de circulação socialmente necessárias. As vias que os rios formam servem como acesso á cidade para saúde ou educação e ao interior para complemento de renda e alimentos. Acabam conferindo maior atenção ás territorialidades produzidas por esses fluxos. (Bartoli 2017, p. 124).

Quanto às redes estabelecidas a partir da navegação e do uso constante das bajaras, estas se caracterizam como redes zonais (materiais), ligadas por relações urbano-rurais, diferentemente das redes constituídas a partir das cidades, cujos espaços técnicos e informacionais são mais avançados (Bartoli, 2017). Por meio da aplicação de questionários, foram obtidas informações que auxiliam na compreensão das redes de atuação, bem como dos pontos alcançados por essas embarcações. As principais rotas identificadas foram Barreirinha, Vila Amazônia e comunidades próximas à sede municipal. Além disso, um dos entrevistados afirmou navegar até o município limítrofe de Juruti (PA) utilizando a tipologia de embarcação abordada nesta pesquisa.

Dessa forma, por meio da análise territorial, caracterizada pelo uso de embarcações do tipo bajara, as tessituras, os nós e as redes podem ser elucidados, conforme destaca Raffestin (1993). As circulações e os fluxos caracterizados pelo uso frequente de embarcações do tipo bajara no território constituem redes que podem ser entendidas como "um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível [...]. Essas redes, que se traduzem por infraestrutura no território, partem de pontos precisos ou os conectam" (Raffestin, 1993, p. 157).

Sendo assim, as redes fluviais acessadas por bajaras no território conectam o rural ao urbano, sendo dotadas de relações multidimensionais (economia, política, cultura e natureza) conforme Saquet (2009). Essas relações desempenham importante papel nas mediações exercidas e constituem elementos condicionantes da formação histórica da cidade por meio da navegação.

Temos ainda outros elementos que contribuem para a formação de redes, observadas por meio do objeto central desta pesquisa, bem como dos sujeitos nela inseridos, possibilitando a compreensão do "sistema territorial", que, para Raffestin (1993), constitui simultaneamente produto e meio de produção.

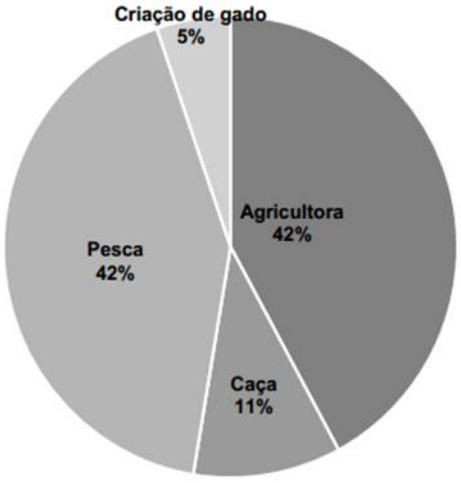
Por outro lado, a navegação exerce um papel histórico na sede municipal, sendo fundamental para o desenvolvimento de atividades econômicas complementares, que variam entre a pesca e a agricultura. Aliada à análise multidimensional E-P-C-N (economia, política, cultura e natureza), proposta pelo autor, essa perspectiva permite compreender tais relações da seguinte forma:

> Está clara a questão da multidimensionalidade de nossas vidas cotidianas, tanto biológica como socialmente. Estabelecemos relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos processos espaços-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza (Saquet 2007, p.85).

A partir do trabalho de campo, a coleta de dados possibilitou a obtenção de informações que, posteriormente, foram transformadas em gráficos com percentuais representativos das principais atividades econômicas desempenhadas com o auxílio das embarcações do tipo bajara, utilizadas como mediação entre a cidade e o interior. Trata-se da aplicação de questionários destinados aos proprietários dessas embarcações, em áreas específicas, como o Mercado Municipal, a Escadaria dos Correios, o Caçapava, o Matadouro, a Francesa e o Bairro da União, obedecendo aos períodos sazonais de cheia e vazante.

Sendo assim, o Gráfico 3 evidencia as principais atividades econômicas desenvolvidas para o complemento de renda na cidade e no interior, destacando-se a agricultura e a pesca, ambas com 42%. Durante os levantamentos realizados entre agosto de 2017 e março de 2018, foram aplicados 20 questionários, estruturados em 16 perguntas, distribuídas em três eixos: (1) tipo de embarcação; (2) trajetos e conteúdos; e (3) conteúdo da carga (Anexo 1). Após a tabulação dos dados, obtiveram-se os percentuais apresentados.

Gráfico 4 - Atividades econômicas do proprietário da embarcação



Fonte: Elaborado pelos Autores (2018)

Em contrapartida, a utilização dessas embarcações no entorno da sede municipal, configurando territórios e territorialidades, pode ser identificada por meio das tipologias catalogadas, divididas entre aquelas típicas dos pescadores e as que apresentam características recorrentes do padrão **PRONAF**. A imagem a seguir destaca essas diferenças, evidenciando uma embarcação sem divisões internas e com o comando localizado na popa.

Figura 2 - Tipologia pescadora



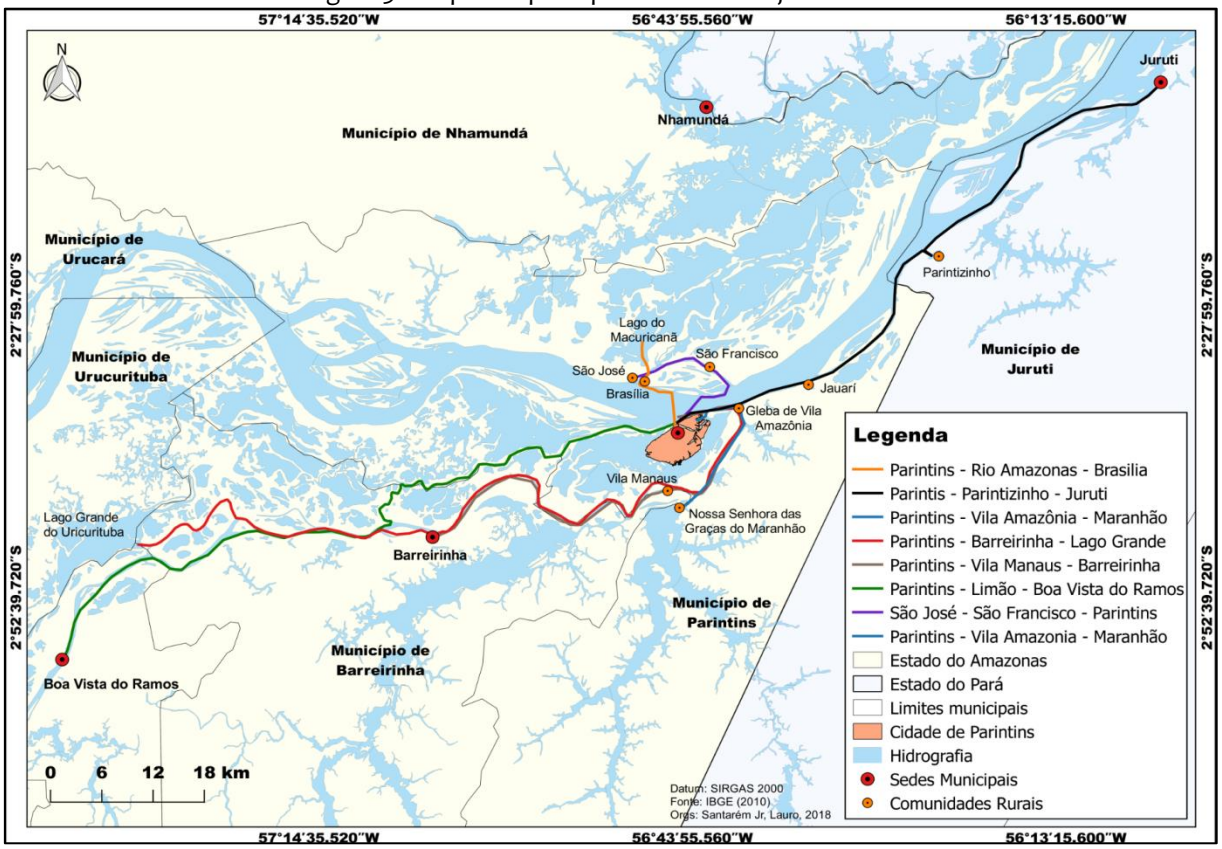
Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

As principais rotas, bem como os rios, lagos e igarapés "ativados" pelas bajaras, conforme as entrevistas realizadas, são: Limão, Lago do Macuricanã, Paraná do Ramos/Barreirinha, Paraná Espírito Santo, São José, São Francisco (Parintins), Maranhão, Lago Baixa Funda (Juruti-PA) e Urucurituba. Esses locais situam-se no entorno da sede municipal, com exceção do Lago Baixa Funda, pertencente ao município de Juruti (PA). As redes e rotas desenhadas por meio da utilização das embarcações do tipo bajara estão representadas na Figura 5.

Os pontos mencionados constituem nós estratégicos no entorno da sede municipal, bem como em algumas áreas que compõem a sub-região. A comunidade Brasília, descrita por Brasil (2015), mantém intensas relações com Parintins (AM), principalmente em razão de sua posição geográfica privilegiada. As demais rotas identificadas durante o trabalho de campo, realizado entre agosto de 2017 e março de 2018, permitem refletir sobre os territórios, as territorialidades e as redes "ativadas" ou "atingidas" pelas embarcações do tipo bajara, assim como sobre os rios e as comunidades percorridos durante suas práticas cotidianas.

Sendo assim, a outra tipologia de bajara, com características marcantes do modelo PRONAF, apresenta divisões internas facilmente identificáveis, além de proa (dianteira) e popa (traseira) afiladas, conforme ilustrado na Figura 3. Essa tipologia também desempenha inúmeras funções nas relações entre a cidade e o interior. Nesse contexto, a rede urbana sub-regional ativada pela economia popular, por meio do uso frequente das bajaras, evidencia a centralidade exercida por Parintins (AM) como mercado sub-regional, bem como suas áreas de influência e sua função como fornecedora de bens e serviços, conforme descrito por Schor e Oliveira (2016).

Figura 3 - Mapa das principais rotas das bajaras



Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Figura 4 - Tipologia PRONAF



Fonte: Autores (2018).

Essas tipologias de embarcação são facilmente encontradas e amplamente utilizadas, destacando-se por sua versatilidade, agilidade e praticidade. Além disso, conseguem acessar "canais estreitos", principalmente em razão das características de seu casco, bem como de outros elementos estruturais, como a proa e a popa.

Constituem, assim, uma alternativa às embarcações de maior porte e custo mais elevado.

Dessa forma, o uso das embarcações do tipo bajara na estruturação de sistemas territoriais torna-se recorrente, conforme evidenciado pelos dados apresentados, bem como pelas rotas e redes delineadas a partir da sede municipal. Na abordagem territorial, a cidade apresenta-se como um ponto nodal, articulando os deslocamentos em direção ao interior para o desenvolvimento de atividades voltadas ao complemento de renda.

Considerações finais

A presente pesquisa possibilitou o desenvolvimento de um estudo pioneiro sobre uma tipologia específica de embarcação voltada para a economia popular urbana e camponesa, que necessita de constantes deslocamentos para o interior como recurso e condição essencial à manutenção da vida.

O estudo contribui para elucidar como as bajaras, enquanto mediação na produção do território, vêm alterando suas formas e conteúdos de acordo com a intensidade das interações com a cidade e com seu processo de circulação fluvial. Ao longo desse processo, essas embarcações incorporaram adaptações técnicas em resposta às novas demandas e à necessidade de permanência por períodos mais longos em deslocamento, mantendo estreita relação com as exigências da economia urbana.

Sendo assim, constituem uma mediação híbrida, articulando elementos tradicionais da navegação como a cultura e os saberes tácitos relacionados à circulação pelo complexo territorial flúvio-lacustre, às técnicas e aos materiais modernos empregados em sua construção, como máquinas e motores. Como parte das estratégias de sobrevivência, a necessidade de circular para garantir o sustento estabelece a complementaridade da economia popular, compondo o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Por serem menores que os batelões, as bajaras apresentam maior flexibilidade, permitindo o acesso a canais mais estreitos e rasos, além de serem mais ágeis e econômicas. Dessa forma, contribuem para a constituição da complexa territorialidade urbano-ribeirinha, auxiliando na conformação de redes entre a cidade e o interior.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, Estevan. **O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano- ribeirinho em Parintins (AM)**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de ciência e tecnologia, 2017.

BECKER, B e LIMA, A. **Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM)**: Condicionantes á sua Organização Sócio-Espacial e Estruturação Urbana. In-Espaço Aberto 2013.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**, 20.ed-1999.

BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da Várzea do Município de Parintins-AM: A pesca do camarão nas comunidades Brasília e Catispera**/João Bosco dos Santos Brasil. 2015.

CLAVAL, Paul. **A Volta do Cultural na Geografia**. 2002.
PEREIRA, Marcelo, Souza. **O Escoamento da Produção Agrícola**. Marcelo Souza Pereira, Luiz Roberto Coelho Nascimento./Manaus: Editora Valer, 2012.
SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e Meio Técnico-Cientifico Informacional**. São Paulo, maio 1994.
SAQUET, M. A. Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos/ Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito(organizadores)—1.ed-São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007.
RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

Glossário

1- PRONAF- Programa Nacional da Agricultura Familiar
2- Bajaras- Embarcação com motor central, cobertura e com popa e proa afinadas.
3- Canoas- Embarcação em madeira que atualmente esta perdendo espaço para os botes em alumínio, comum em pescarias.
4- Quillha- Localiza-se abaixo do casco da embarcação responsável pela estabilidade.
5- Talhamar- Estrutura encontrada na parte dianteira da embarcação, onde colocam-se os cabos, importante durante toda a fase de construção.
6- Plumo- Ferramenta utilizada na construção civil, sua função é indispensável tendo excelente precisão.
7- Casco- Embarcação em construção ou sem obras mortas, estrutura funcionais.
8- Hastia- localizada na popa da embarcação uma das principais estruturas.
9- Popa- Parte traseira da embarcação.
10-Cavernas Mestras- Estrutura da embarcação primeira a serem colocadas.
11- Tabuamentos- Montagem das peças da embarcação fechamento do casco.
12- Molde- Serve para a montagem das peças finais, espécie de base.
13-Verdugue- Localizado na parte lateral da embarcação, sua função também é indispensável.
14- Proa- Parte dianteira da embarcação.
15- Estrado- Localizado dentro da embarcação para melhor comodidade, espécie de forro onde esconde as cavernas.
16- Regatões- Pratica comum no período gomifero, onde a utilização das embarcações era voltada principalmente pela venda e troca de produtos em diferentes pontos.
17- Leme- Também conhecido como timão é onde se comanda a embarcação.
18- Reversor- Responsável em oferecer velocidade ou maior força nas embarcações divididas em 4x1, 4x2, 3x1 esses os mais procurados.
19- Correias- Estrutura em borracha responsável pelos giros e rotações acoplados ao reversor.
20- Manete- Responsável em ditar as velocidades da embarcação bem como o ponto neutro.
21- Convés- Estrutura interna da embarcação onde coloca-se cargas entre outras funções.

22- Girais- Localiza-se na popa da embarcação onde se prepara os alimentos, feita em madeira.
23- STUR- Sistema Territorial Urbano Ribeirinho.
24- Batelão- Barco regional e com popa arredondada.
25- Roçados- Área destinada para plantação de diferentes culturas macaxeira, mandioca, entre outras.
26- Tilheiros- Base da carpintaria naval existe pelo menos nove no bairro de santa clara em Parintins Amazonas, é onde se constroem novas embarcações em madeira bem como as reformas no casco e demais estruturas, ambiente este que apresenta uma divisão social e territorial do trabalho.

5 - Dinâmicas urbanas da comunidade Bom Socorro do Zé Açú – Parintins (AM)

Ramiro Ribeiro Costa
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Fredson Bernardino Araújo da Silva
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

Fernando Monteiro Melo
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

1 Introdução

Recentemente, pesquisas sobre cidades pequenas, até então pouco privilegiadas, vêm sendo retomadas. Cientistas das mais diversas áreas passaram a estudar sua importância, seus significados e sua representação econômico-social no processo de urbanização brasileira[38]. Ainda menos debatidos do que os estudos sobre cidades pequenas são aqueles relacionados às comunidades. Para adentrar na temática proposta nesta pesquisa, foi adotado o conceito de Comunidade Ribeirinha, de Monte-Mór (1994), que as considera unidades espaciais de ocupação humana que, quando associadas, configuram estrutura, forma e funções urbanas na escala local, estabelecendo, desse modo, a base de uma rede urbana incipiente que convive com redes consolidadas estruturadas a partir das cidades no espaço regional.

A proposta metodológica do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), desenvolvida por Bartoli (2017) para a cidade de Parintins, é utilizada neste estudo com o intuito de ser adaptada à compreensão da dinâmica da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, localizada no interior do município de Parintins. Como o STUR foi concebido para analisar fluxos e redes de sujeitos partindo da cidade, no presente estudo inverte-se o prisma analítico.

Portanto, o enfoque desta pesquisa considera o papel urbano da comunidade de Bom Socorro, que exerce diversas funções, como a prestação de serviços de educação e saúde, entre outras, além de cumprir a função de "porta de entrada" para produtos provenientes da área urbana de Parintins, atuando como nó

[38] Exemplo da recém-criada rede de pesquisas Mikripoli e dos Simpósios Nacionais sobre Cidades Pequenas (SINAPEQ).

distribuidor desses produtos para outras comunidades localizadas no interior da Gleba Vila Amazônia. Desse modo, desempenha uma função urbana mais significativa do que rural.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo compreender as funções urbanas da comunidade de Bom Socorro, bem como os papéis e as relações que ela estabelece com a sede municipal de Parintins. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o perfil urbano da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, considerando os indicadores (comércios, escola, farmácias, postos de saúde etc.) presentes nas comunidades;
- Analisar as principais redes de sujeitos que constroem territorialidades entre a cidade e a comunidade (tipos de produção, comércios, tipologia de fluxos de embarcações, coletivos organizados, cooperativas ou associações);
- Mapear a relação de rede de comércio do Bom Socorro-Zé Açú em relação a cidade Parintins, bem como os fluxos existentes com as demais comunidades.

A metodologia compreendeu a coleta de dados por meio da aplicação de questionários semiestruturados e da realização de entrevistas na comunidade, com o intuito de evidenciar a maneira pela qual ela se insere no **Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).** Foram aplicados 11 questionários a diferentes redes de sujeitos da comunidade, abrangendo proprietários de estabelecimentos comerciais (8), proprietários de embarcações (2) e o presidente da comunidade (1). Também foram realizadas pesquisas indiretas, por meio de observações em campo e registros fotográficos.

Para a elaboração do mapa que sintetiza os fluxos existentes na comunidade, utilizou-se o software **QGIS**, versão 3.16.17. Os arquivos *shapefile* foram obtidos na base de dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020)** e complementados com informações provenientes dos trabalhos de campo.

Os dados foram tabulados para melhor organização e posteriormente analisados, com o objetivo de discutir os elementos do modelo **STUR** presentes na comunidade estudada.

Na primeira seção, apresenta-se o referencial teórico da pesquisa, no qual são discutidos os processos urbanos ocorridos na Amazônia, seguido da descrição do modelo **STUR.** Na segunda seção, é apresentado o perfil da comunidade de Bom Socorro. Por fim, na última seção, são analisadas as relações da comunidade com as demais comunidades do entorno e com a cidade de Parintins. A partir dessa caracterização, torna-se possível compreender a importância que Bom Socorro exerce nessa pequena porção da região amazônica.

Em razão da carência de pesquisas relacionadas às comunidades ribeirinhas na Amazônia, este trabalho contribui para a compreensão do fenômeno urbano, particularmente de um importante nódulo que mantém relações internas com a cidade de Parintins.

2 O processo urbano na Amazônia

O processo de urbanização na Amazônia é retratado por diversos autores (Corrêa, 1987; Godfrey, 1988; Becker, 1990). Apesar da antiga imagem de um ambiente predominantemente rural, marcado por extensas áreas florestais, a Amazônia apresenta um predomínio da população urbana pelo menos desde 1980 (Browder; Godfrey, 2006). Em sua maioria, seus habitantes residem em cidades.

Assim como comentam Costa et al. (2013b), não se pode desconsiderar que muitas comunidades rurais da Amazônia passaram por um processo histórico semelhante em sua constituição. Nesse sentido, torna-se necessário analisar e compreender como essas comunidades se formaram no contexto amazônico, uma vez que seu percurso histórico é fundamental para entender como foram se delineando e se transformando até o período atual. Somente assim será possível compreender de que forma as comunidades estudadas se assemelham e se diferenciam das demais comunidades amazônicas (Costa et al., 2013b).

O fenômeno urbano na Amazônia contemporânea estende-se pelo território e estrutura-se por meio de diversas formas socioespaciais, entre elas as comunidades locais, que, ao constituírem redes urbanas incipientes, apresentam características particulares que definem sua importância na estruturação do território regional (Amaral et al., 2013).

Montoia e Costa (2019) argumentam que as origens das cidades da região amazônica remontam ao século XVII, com o surgimento, principalmente, de freguesias e vilas. Até meados do século XIX, muitas outras cidades foram constituídas.

A região registrou elevadas taxas de crescimento urbano ao longo das últimas décadas. Tornou-se alvo de políticas do Governo Federal, sendo considerada uma "fronteira agrícola" desde a década de 1970 e espaço estratégico para investimentos voltados ao desenvolvimento de projetos agrominerais durante o período militar (Montoia; Costa, 2019). Nessa mesma década, grande parte da região experimentou intenso crescimento migratório, impulsionado tanto pela fase ascendente de um ciclo extrativista quanto pela expansão da fronteira agrícola. Esse processo contribuiu para o crescimento populacional das cidades, que passaram a exercer maior poder de polarização em relação ao passado, consolidando-se como centros de referência para a ocupação de seu entorno e como entrepostos para o escoamento da produção. Esses fluxos impulsionaram o dinamismo econômico responsável por sustentar o setor primário da região.

Em 1970, a população urbana da Amazônia representava 37,3% do total da população, chegando a 71,22% em 2007, o que demonstra um crescimento substancial ao longo desse período. Quando comparados os dados dos dois últimos censos demográficos do IBGE (2000 e 2010), que distinguem a população rural da urbana, observa-se que a população rural de Parintins manteve relativa estabilidade numérica, enquanto a população urbana registrou um incremento de 11.765 habitantes.

Essas transformações urbanas culminaram em mudanças significativas nos padrões territoriais da região amazônica, onde atualmente se configuram, além de cidades e vilas, projetos de assentamento, comunidades ribeirinhas, Terras Indígenas, Unidades de Conservação e sedes de estabelecimentos agropecuários.

Tais mudanças levaram Becker (1995) a utilizar o termo floresta urbanizada, com o intuito de discutir o espaço urbano como parte fundamental de um processo contínuo de transformação. Compreender a urbanização na Amazônia apenas a partir do crescimento do número de cidades e do aumento de sua população não contempla as particularidades do processo de urbanização da região (Becker, 2005, 2013). Nesse sentido, a urbanização também pode ser compreendida por meio da difusão dos valores da urbanização na sociedade (Becker, 2005).

Becker (2005) aponta uma profunda modificação estrutural no processo de povoamento da região amazônica ao longo das rodovias, decorrente da mobilidade espacial, da intensa migração e da contínua expropriação da terra. Esse processo ocasionou a maior taxa de crescimento urbano do país nas últimas décadas. Tanto que, no Censo Demográfico de 2000, cerca de 70% da população da Região Norte encontrava-se concentrada em núcleos urbanos, embora estes ainda apresentassem carência de serviços básicos. Importante considerar, contudo, que Parintins pouco se relaciona com essa realidade, pois reproduz uma urbanidade com fortes traços ribeirinhos, sem influência direta da rede rodoviária.

No início do século XX, principalmente após o declínio da economia da borracha, as cidades amazônicas enfrentaram uma crise em suas finanças públicas. Isso, contudo, não significou uma crise generalizada para "a população da floresta e para os migrantes nordestinos pobres" (Montoia; Costa, 2019, p. 187).

Amaral et al. (2013) contribuem para a compreensão do fenômeno urbano na Amazônia contemporânea ao argumentarem que ele se estende pelo território e se estrutura por meio de diversas formas socioespaciais, tais como as comunidades locais, que, ao constituírem redes urbanas incipientes, apresentam características particulares que definem sua importância na estruturação do território regional. Essas comunidades constituem um dos tipos de nós das relações estabelecidas no nível mais básico e local (Amaral et al., 2013). É por meio desses e de outros estudos que, ao longo dos anos, os autores vêm discutindo o fenômeno urbano na Amazônia.

Silva (2010) destaca a importância de analisar os pequenos centros urbanos e as cidades intermediárias, por contribuírem para a compreensão da organização espacial de um determinado país. Dessa forma, esses centros urbanos são fundamentais para o entendimento da estrutura e da dinâmica do território brasileiro, cada vez mais inserido no contexto global (Silva, 2010). A autora adota uma perspectiva urbano-regional, que valoriza o sistema de cidades em sua totalidade e contribui significativamente para os estudos de caso, com destaque para a dinâmica da organização interna das pequenas e médias cidades.

Já Bartoli (2017, 2018, 2020), ao formular o modelo do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), tomando como base empírica uma sub-região do estado do Amazonas, atualmente correspondente à Região Geográfica Imediata de Parintins, interpreta o processo urbano como expressão de redes de sujeitos des-reterritorializados que, ao migrarem para as cidades, reconfiguram suas territorialidades e recriam laços sociais e econômicos a partir de novas centralidades. Para o autor, é nesse entrelaçamento de fluxos e práticas que se delineiam as principais relações que estruturam o espaço urbano e as redes que o sustentam. Essas relações realizam-se por meio da interação constante entre a

economia popular e o capital mercantil, em suas distintas escalas de ação e reprodução (Bartoli, 2017).

Para compreender a economia popular, Bartoli (2017, 2018) elenca critérios de análise dessa economia, denominados Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), os quais permitem observar como as práticas econômicas e territoriais se articulam em múltiplas escalas. O autor parte da ideia de que a economia popular não se restringe ao conjunto de atividades informais ou de subsistência, mas constitui uma racionalidade espacial específica, marcada pela circulação de sujeitos, mercadorias e significados. Essa economia opera por meio de redes e fluxos que conectam o urbano ao ribeirinho, revelando uma tessitura territorial que ultrapassa as fronteiras administrativas e as dicotomias entre campo e cidade. Nesse sentido, o STUR fornece um instrumental analítico capaz de compreender como o capital mercantil e as práticas locais de produção e troca se entrecruzam, estruturando formas híbridas de urbanidade na Amazônia, o que prepara o terreno para as inovações metodológicas apresentadas a seguir.

3 Inovações metodológicas e o modelo STUR

Parte das interpretações acadêmicas sobre as cidades na Amazônia aborda aspectos relacionados às dinâmicas que interferem na produção do espaço regional, tais como os papéis de mediação, polarização, centralidade, influência política e cultural e responsabilidade territorial, caracterizando, assim, as funções representativas desempenhadas pelas cidades em sentido amplo (Bartoli, 2018a).

Schor et al. (2016) apresentam procedimentos metodológicos para o estudo das cidades e da rede urbana no estado do Amazonas, com o objetivo de compreender o processo contemporâneo de urbanização na região a partir de uma perspectiva multiescalar. Em um primeiro momento, os autores propõem uma tipologia para a rede urbana amazonense, construída por meio do agrupamento de variáveis institucionais, tais como: dinâmica populacional; variáveis históricas; relações intra e interurbanas; serviços e comércio; arrecadação de impostos; insumos para a cesta básica regionalizada; índice da construção civil; produtos extrativistas; e infraestrutura urbana.

Outros aspectos analisados incluem a compreensão da dinâmica intraurbana, com enfoque nos projetos de habitação popular, nas estruturas de mercado, nos hábitos alimentares e nas finanças públicas (Schor et al., 2016).

Bartoli (2017), ao discorrer sobre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), ressalta a relação entre o rural e o urbano de forma não dicotômica, mas dialética. Diversas cidades desenvolvem sistemas territoriais a partir de frações do capital mercantil associadas aos setores da chamada economia popular, utilizando as cidades como nós multirreticulares para a extração — com raros processamentos — de recursos regionais (Bartoli, 2018). Para o autor, existem duas dinâmicas escalares presentes na influência da cidade e do processo urbano no contexto ribeirinho da sub-região de Parintins:

> Uma é sub-regional, com as atividades econômicas da cidade intervindo nas configurações espaciais até onde sua influência alcança (municípios vizinhos e calhas de rios distantes, no caso do sistema pesqueiro que

> parte de Parintins até o rio Solimões); a outra é a escala intraurbana, com dinâmicas ribeirinhas confrontando ou se adequando às formas e processos urbanos. A primeira escala é dominada pelo capital mercantil e acaba afetando a segunda por ser coordenada por maior volume da capital empregado, necessitando de portos privados que alteram a dinâmica intraurbana, por exemplo (BARTOLI, 2018, p. 170).

Observamos a dependência do sistema fluvial nesta dinâmica. E mais, com a circulação fluvial a partir da capacidade de deslocamentos sazonais ou pendulares, acaba-se pressionando a reconfiguração de fragmentos do espaço intraurbano (BARTOLI, 2018).

> É uma riquíssima reflexão para problematizar a existência de sistemas territoriais que possuem base em diferentes formas de circular pelos rios, adaptando técnicas e manejando recursos, ligando e interpenetrando o urbano aos diversos ambientes circunvizinhos (Bartoli, 2018, p. 171).

Composto por grupos portadores de territorialidades e temporalidades específicas, produzidas a partir de redes de sujeitos (coletivos organizados) situados na cidade de Parintins, no Amazonas, o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) configura-se como um eixo mediador, tanto na articulação entre diferentes áreas quanto na conexão entre práticas mercantis e práticas tradicionais voltadas à subsistência (BARTOLI, 2017). Nesse sistema territorial, ocorrem também rebatimentos intraurbanos na forma como o espaço geográfico é apropriado e produzido (BARTOLI, 2017).

O STUR evidencia o comportamento espacial dos circuitos da economia popular inseridos em um contexto específico, no qual se desenvolvem práticas espaciais cujo recorte analítico prioriza as áreas de influência da cidade de Parintins. Como instrumento de mediação, o modelo abrange cinco vertentes:

> i) zonal e topológico: conectando a cidade através de redes temáticas a pontos diversos do entorno sub-regional pela navegação fluvial; ii) produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano constituindo fixos úteis para a navegação por exemplo; iii) econômico dual e complementar: sendo dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade (em alguns casos, saltos escalares ocorrem em relações diversas que ultrapassam a subregião); iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e ressignificados pela inserção ao processo urbano (BARTOLI, 2018, p. 177).

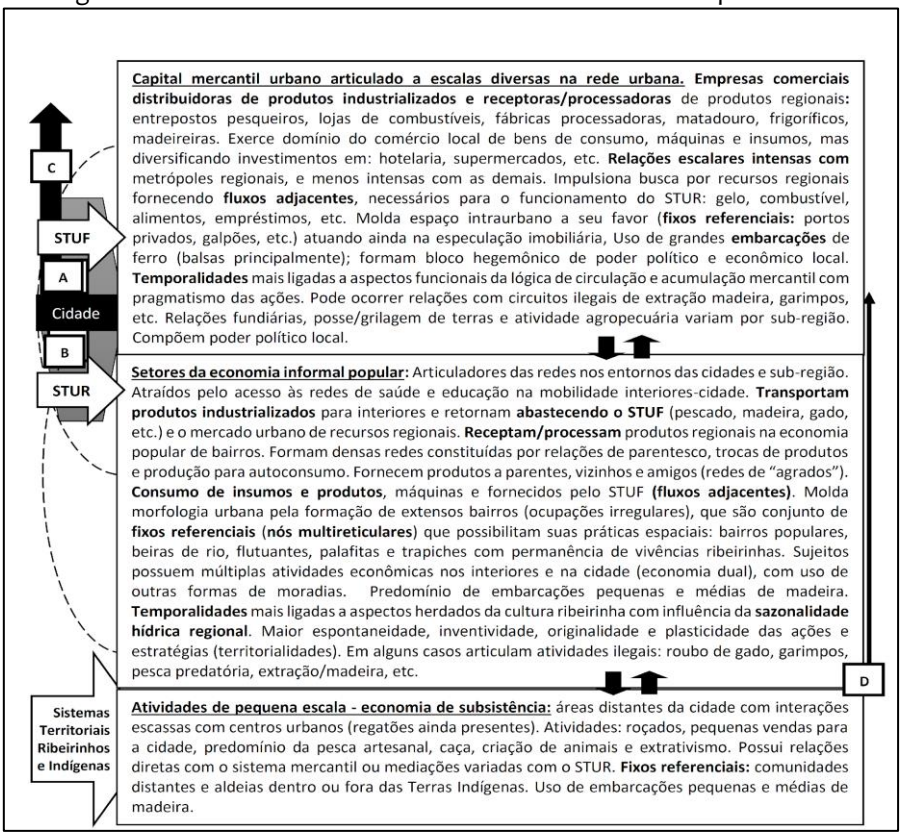
Bartoli (2018a) ao delimitar características e formação do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF) atrelado ao capital mercantil dominante, afirma que este cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas. Para o autor:

> Grupos de grandes empresários locais configuram o STUF tendo a cidade com nó para extração de recursos naturais e base de ações onde: i) Há

> rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos, o que confere maior extração de renda; ii) Incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, pesca comercial, etc.; iii) uso de embarcações: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio. Apesar de também afetados pelos ciclos da natureza (sazonalidade fluvial, principalmente), o STUF possui maior margem recursiva para minimizar efeitos. Destaca-se a posse dos terrenos frontais da cidade navegáveis o ano todo e pela natureza das embarcações e lugares acessados. Não necessitam transitar por furos, paranás menores ou lagos para busca de recursos (delegam isso ao STUR!). Exemplo marcante ocorre na comparação entre os portos do STUF que se localizam nos terrenos frontais da cidade que não secam, e os flutuantes-marina de bairros populares, situados em lagos periféricos da cidade, sujeitos às secas que impedem acesso a tais bairros via navegação. Essa produção desigual do espaço afeta a mobilidade de populares que sofrem por deixar suas embarcações longe de suas moradias na seca, necessitando pagar vigias (BARTOLI, 2018, p. 179).

O esquema abaixo expressa a interação e composição entre os sistemas, que, para o autor, se complementam (Figura 1). As circunferências pontilhadas (permeabilidades e interpenetrações) representam a abrangência dos sistemas e interações entre STUR e o STUF, atingindo sistemas territoriais ribeirinhos com pouca interação com a cidade (BARTOLI, 2017).

Figura 1 - Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade



Fonte: Bartoli (2018).

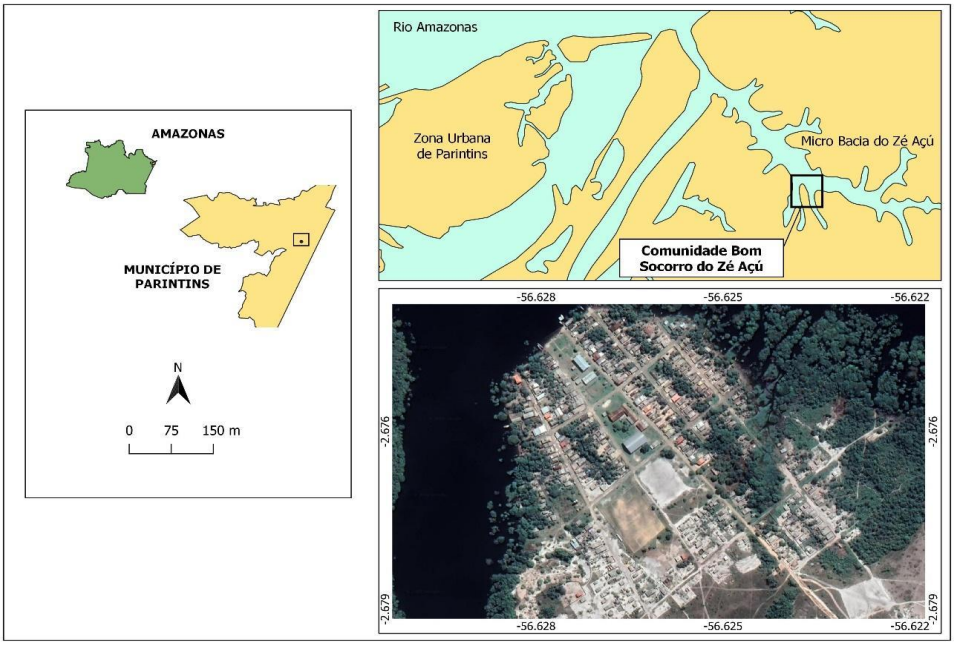
O Sistema Territorial Urbano-Fluvial, segundo Bartoli (2018), passa a ordenar a divisão territorial do trabalho em seu favor, afetando os demais sistemas ao impor uma lógica mais funcional, ditando preços e controlando o mercado urbano de absorção dos produtos e das mercadorias provenientes das florestas e dos rios. Tais sistemas territoriais podem ser observados como nós de ordenamento nas cidades e são dinamizados por redes de sujeitos pertencentes à economia popular, cujas articulações com os sistemas dominantes dos mercados locais configuram arranjos espaciais que possibilitam a manutenção dessas atividades (Bartoli, 2018).

Por fim, articulando a metodologia do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) ao objeto desta pesquisa, formulam-se os seguintes questionamentos (hipóteses): a comunidade de Bom Socorro exerce a função de nódulo secundário em relação à cidade, desempenhando funções urbanas mediadoras para os sujeitos que integram o STUR local? Bom Socorro serve como base para a reprodução das atividades do capital mercantil, considerando o predomínio da atividade mercantil na comunidade?

4 Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

A comunidade Bom Socorro do Zé Açú (Figura 2), objeto desta pesquisa, está localizada às margens da microbacia hidrográfica do Zé Açú, situada a cerca de 14 km a leste da sede municipal de Parintins (AM). O principal acesso à comunidade ocorre por meio do transporte fluvial, embora algumas pequenas localidades próximas também possam ser acessadas por via terrestre. Na interação entre a comunidade e a cidade de Parintins, o deslocamento tem duração aproximada de uma hora e meia quando realizado por embarcações médias de madeira e de cerca de 30 minutos quando realizado por botes de alumínio ou lanchas.

Figura 2 - Mapa de localização da Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

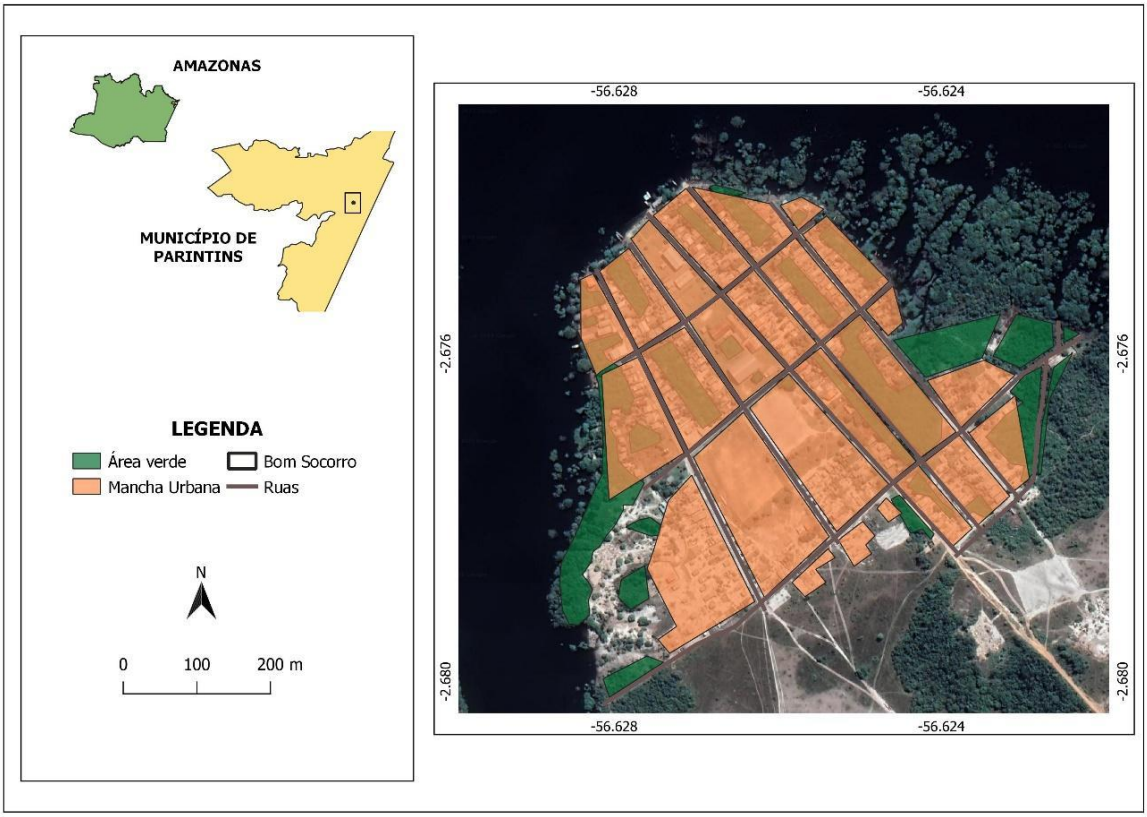


Fonte: Os autores (2023).

Segundo Silva (2017), o território do Zé Açú vem sendo constantemente pressionado em relação às suas terras, florestas e águas por agentes econômicos oriundos da cidade e de regiões próximas, ocasionando conflitos de ordem econômica, ambiental e social.

Atualmente, a comunidade de Bom Socorro possui cerca de 1.500 habitantes, distribuídos em aproximadamente 150 famílias. Sua área urbana, caracterizada pela malha pavimentada e pela concentração de residências, estende-se por cerca de 600 metros de frente e 1.000 metros de fundo. A comunidade dispõe de uma infraestrutura que remete à de uma pequena cidade, organizada em uma malha urbana composta por poucas ruas, todas asfaltadas. A estrutura urbana da comunidade é representada na Figura 3, na qual é possível observar a configuração da urbanização local e sua relação com a margem da microbacia do Zé Açú.

Figura 3 - Comunidade Bom Socorro do Zé Açú - Mancha urbana



Fonte: Os autores (2023).

Costa et al. (2013b) revelam que, ao se avistar a comunidade do Zé Açú, percebe-se um espaço profundamente modificado pela ação humana, não podendo mais ser descrito como uma comunidade ribeirinha tradicional, característica também apontada por Silva (2009). A autora destaca que, em razão das intervenções urbanísticas, trata-se de uma comunidade diferenciada, pois apresenta particularidades próprias que a distinguem das demais comunidades do interior do município de Parintins, não apenas por possuir uma paisagem típica de uma pequena cidade, mas também pela incorporação de hábitos e costumes

característicos do meio urbano, uma vez que os modos de vida foram significativamente transformados (SILVA, 2009).

Costa et al. (2013a) observam que as permanências e transformações verificadas nas comunidades rurais amazônicas, sobretudo naquelas situadas às margens dos rios, lagos e igarapés, resultam da multiplicidade de modos de vida que se entrelaçam no cotidiano ribeirinho. No caso do Bom Socorro do Zé Açú, essa diversidade manifesta-se nas práticas sociais e econômicas permeadas por elementos culturais, religiosos e familiares, que conferem à comunidade um caráter singular. Diferencia-se, assim, das demais localidades rurais de Parintins, não apenas pela paisagem com feições urbanas, mas também pela incorporação de hábitos e costumes oriundos da cidade, reflexo das transformações que reconfiguram as relações de trabalho e os modos de vida locais. Atividades antes inteiramente ligadas ao campo hoje convivem com novas formas de ocupação e geração de renda, revelando a complexidade de um espaço que se torna, simultaneamente, rural e urbano (COSTA et al., 2013b). Durante o trabalho de campo realizado em 2023, foi possível observar essas expressões de mudança também nas infraestruturas dos serviços públicos (Quadro 1).

Quadro 1 - Serviços disponíveis na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

Infraestrutura	Serviços públicos de saúde e educação	Serviços Informais
Água Potável	Um posto de saúde. Normalmente possui um enfermeiro que permanece na comunidade. O médico realiza as consultas em dias específicos de acordo com o cronograma elaborado pelo município. O posto de saúde também oferece atendimento odontológico.	Preparo de remédios caseiros
Saneamento Básico precário	Uma Escola municipal que atende o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.	Puxador

Organização: Os autores (2023).

Nos estudos de Costa et al. (2013b), a escola municipal da comunidade apresenta uma estrutura composta por laboratório de informática e sala especializada para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, atendendo principalmente aos estudantes das comunidades adjacentes, que se deslocam até Bom Socorro por via fluvial (barcos) ou terrestre (ônibus). Nesta pesquisa, identificou-se que a escola de Ensino Fundamental também oferece, no período noturno, turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O saneamento apresenta-se de forma precária, pois a comunidade não dispõe de serviço público de coleta de resíduos sólidos, além da inexistência de rede de esgotamento sanitário. Os resíduos são descartados em áreas afastadas das residências, em lixeiras a céu aberto, ou simplesmente queimados. Essa situação também foi observada por Pacheco (2013). A autora acrescenta que os comunitários demonstram incômodo com os resíduos sólidos descartados por embarcações de passageiros e de lazer, bem como com aqueles transportados pelas chuvas e acumulados nos portos das comunidades, não apenas de Bom Socorro, mas também de Paraíso e Nazaré, ambas localizadas na microbacia do Zé Açú.

A água potável é distribuída pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Uma das principais dificuldades apontadas pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais refere-se à conservação dos produtos, frequentemente comprometida pelas falhas no fornecimento de energia elétrica. A rede elétrica da comunidade é abastecida por um gerador instalado na Vila Amazônia, responsável por atender todas as comunidades que integram a gleba, sob a responsabilidade da mesma concessionária que opera na sede urbana de Parintins. No início da implantação desse sistema, os comunitários relataram longos períodos sem fornecimento regular de energia. Embora o serviço tenha melhorado ao longo do tempo, as interrupções ainda persistem. Essas dificuldades afetam não apenas a conservação dos alimentos, mas também o abastecimento de água[39].

Devemos considerar que o acesso à energia elétrica é relativamente recente, o que alterou o perfil de consumo da comunidade, especialmente em relação aos alimentos congelados e a outros produtos de maior perecibilidade, que passaram a ser armazenados por períodos mais longos.

O território do Zé Açú apresenta áreas significativamente alteradas em sua cobertura florestal, sobretudo no entorno da comunidade, em decorrência do desmatamento destinado à formação de pastagens para a pecuária. Contudo, essas áreas de uso agropecuário não se inserem no perímetro imediato da comunidade, localizando-se em glebas próximas pertencentes a pecuaristas de Parintins. Os moradores locais, em sua maioria, não são proprietários dessas terras, atuando apenas como trabalhadores nas fazendas, responsáveis pelo manejo e cuidado do gado pertencente aos "patrões" residentes na cidade (SILVA, 2009).

A agricultura é desenvolvida de forma tradicional, utilizando técnicas rudimentares e sem o emprego de maquinário agrícola. A maior parte da mão de obra é familiar, e as atividades de agricultura e pesca apresentam caráter complementar. Os produtos oriundos da agricultura destinam-se principalmente à geração de renda por meio da comercialização, enquanto a pesca é voltada predominantemente ao consumo das famílias (SILVA, 2009).

A comunidade não possui porto, e as embarcações são atracadas às margens do rio, espaço que também funciona como balneário para visitantes em determinadas épocas do ano, além de servir como local de lazer para crianças e jovens da própria comunidade.

Em relação ao comércio, as mercadorias provêm principalmente da cidade de Parintins. Para Costa et al. (2013a), essa relação decorre da proximidade com a sede urbana e não ocorre de forma unilateral, pois muitos moradores de Parintins deslocam-se até Bom Socorro por diversos motivos, entre eles os laços familiares, as festividades religiosas e o lazer proporcionado pelos banhos no lago do Zé Açú. Por sua vez, os produtos oriundos da agricultura são comercializados principalmente na cidade de Parintins, sendo o excedente comercializado na própria comunidade (SILVA, 2009).

Segundo Costa et al. (2013a), Bom Socorro exerce, na região do Zé Açú, uma importante função de centralidade, sobretudo pela oferta de serviços de saúde,

[39]AMAZONAS Energia deixa Zé Açú 48 horas sem energia elétrica. Repórter Parintins. 12 de out. 2018. Disponível em: https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-92203-amazonas-aenergia-deixa-ze-acu-48-horas-sem-energia-elétrica. Acesso em: 12 de jan. 2023.

educação e pela influência econômica. Esses serviços atraem moradores de outras comunidades que não dispõem dessas estruturas ou que as possuem em condições inferiores às encontradas em Bom Socorro.

Costa et al. (2013b) apresentam um levantamento da quantidade de estabelecimentos comerciais existentes na comunidade de Bom Socorro. Segundo os autores, havia um total de 14 (quatorze) estabelecimentos comerciais, distribuídos em 2 (dois) açougues, 2 (duas) mercearias, 6 (seis) pequenos comércios, 1 (uma) lanchonete e 1 (um) bar. Os autores destacam que os comércios e as mercearias geralmente pertencem aos próprios moradores, que transformam um cômodo de suas residências em estabelecimento comercial. Esses empreendimentos atendem não apenas ao consumo local, mas também às comunidades adjacentes, evidenciando, mais uma vez, a importância de Bom Socorro como centralidade econômica da região.

O Quadro 2 evidencia que, em 2023, existiam 10 estabelecimentos comerciais em funcionamento na comunidade de Bom Socorro, número inferior ao observado em 2013. Essa redução quantitativa, no entanto, não significa retração econômica, mas sim uma reestruturação das atividades locais. Observa-se que os estabelecimentos remanescentes apresentam maior complexidade funcional e ampliaram a diversidade de produtos e serviços oferecidos, atuando simultaneamente como mercearias, lanchonetes, padarias e distribuidoras. Essa transformação indica uma concentração das atividades comerciais em um número menor de empreendimentos mais estruturados, refletindo a intensificação do processo de urbanização e o fortalecimento do papel da comunidade como entreposto de distribuição para as localidades vizinhas da Gleba Vila Amazônia.

Quadro 2 - Quantidade e tipos de estabelecimentos comerciais presentes na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú em 2023

Estabelecimentos comerciais	**Nomes fantasia**	**Quantidade**
Boxes e tabernas /estivas/	*- Comercial JL* *- Box Neandra* *- Comércio 2 irmãos* *- Box Ana* *- Sem nome*	5
Comércios maiores/estivas/padaria	*- Box São Lázaro* *- Comercial SS Pizano*	2
Lanchonete	**Lanche Mananata**	1
Bar	*Sem nome*	1
Distribuidora/comércio/ferragens/ materiais de construção/ autopeças	*Vento Norte*	1
Total		**10**

Organização: Os autores (2023).

Observa-se que o quantitativo de estabelecimentos comerciais, em relação aos dados de 2013, diminuiu. Contudo, nota-se o fortalecimento de alguns empreendimentos, que passaram a concentrar funções e estruturas antes dispersas. Esses estabelecimentos apresentam maior capacidade de armazenamento, maior variedade de produtos e atuação diversificada, assumindo

papéis de centralidade econômica na comunidade. A presença de empreendimentos mais estruturados, como a Distribuidora Vento Norte, reflete o avanço de uma lógica de concentração comercial, na qual poucos agentes passam a controlar as principais atividades de abastecimento e circulação de mercadorias. Esse processo sugere uma tendência de monopolização relativa das práticas comerciais, configurando um novo arranjo urbano no qual a comunidade se consolida como entreposto de distribuição para as localidades vizinhas da Gleba Vila Amazônia.

Por se tratar de uma localidade de pequeno porte, é comum encontrar estabelecimentos que atuam em múltiplos segmentos comerciais, como a Distribuidora Vento Norte, que trabalha com a distribuição de bebidas, comércio de estivas, ferragens, materiais de construção e autopeças. Situação semelhante ocorre com os estabelecimentos SS Pizano e Box São Lázaro, que também possuem padaria própria, funcionando juntamente com o comércio de estivas. A existência desses empreendimentos mais estruturados demonstra que o processo urbano se caracteriza pela ampliação do consumo, refletida na formação de fixos (casas comerciais) e nos fluxos de embarcações que articulam a relação entre a cidade e a comunidade, seguida da distribuição de mercadorias por via terrestre para as comunidades do interior da gleba. Esses fluxos revelam como a comunidade complementa as atividades do Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF).

Nesse sentido, é possível compreender a comunidade como um núcleo urbano inserido na microrrede urbana do município de Parintins. Trata-se de uma comunidade que evidencia a superação da dicotomia entre cidade e campo, pois, ao mesmo tempo em que mantém como atividades econômicas tradicionais a pequena produção agropecuária ribeirinha, concentra um conjunto de funções e conteúdos que lhe conferem certa centralidade na rede urbana local. Ou seja, Bom Socorro apresenta uma forma específica de urbanidade, expressando modos particulares de manifestação da vida urbana.

Os comerciantes entrevistados relataram que os principais produtos comercializados em Bom Socorro são estivas, frios, alimentos processados e gasolina, todos provenientes da cidade de Parintins. A presença desses produtos, característicos do mercado urbano, certamente contribui para mudanças nos hábitos alimentares da comunidade. Essa constatação também foi observada por Costa et al. (2013a), que acrescentam que os períodos de maior comercialização desses produtos ocorrem no início e no final de cada mês.

A seguir, apresenta-se um panorama geral dos principais produtos atualmente comercializados em Bom Socorro, obtido por meio da aplicação dos formulários (Quadro 3). Observa-se que os produtos extrativistas representam uma parcela reduzida dos alimentos comercializados na comunidade.

Quadro 3 - Principais produtos comercializados na Comunidade Bom Socorro do Zé Açú

Prod. Processados	Estivas	Prod. Extrativistas	Outros
Cachaça	Açúcar	Abacaxi	Água Mineral
Calabresa	Água sanitária	Banana	Cigarro
Cerveja	Arroz	Cará	Gás de cozinha
Charque	Biscoitos/	Carvão	Gasolina
Conserva	bolachas	Castanha	Ovos

Frango Miojo Refrigerante Salgadinho/ Milito Salsicha Sardinha	Café Feijão Macarrão Milho Óleo Sabão	Cupu- Açú Farinha Vassoura	Pão Torrado Ração pet/ aves

Organização: Os autores (2023).

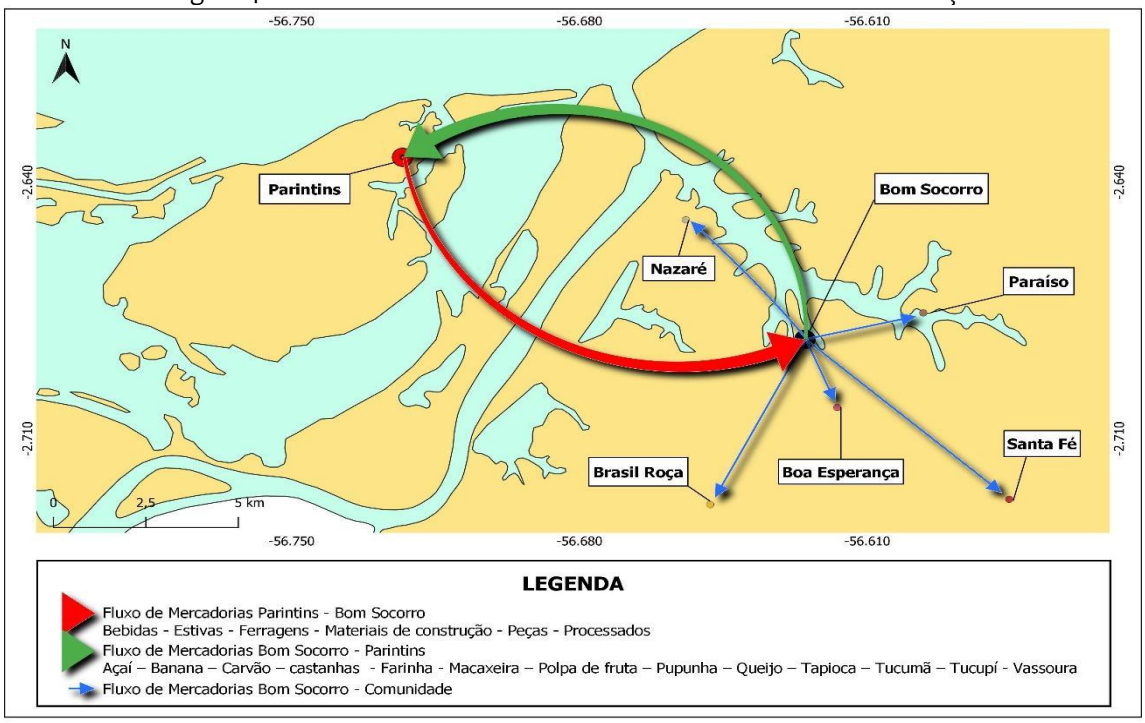
De maneira geral, a comunidade apresenta-se como um nódulo urbano que exerce importante papel na rede de fluxos e fixos, caracterizando-se por uma baixa produtividade rural, mas por uma significativa função de mediação de produtos oriundos do extrativismo. Bom Socorro atua como receptor dos produtos extrativistas provenientes das comunidades de seu entorno, uma vez que seu porto constitui o principal ponto de acesso à cidade de Parintins.

Quanto aos fluxos realizados por transporte fluvial, estes ocorrem regularmente por meio de duas embarcações regionais (batelões de médio porte) e de uma lancha de alumínio destinada ao transporte de passageiros, todas de propriedade particular. As embarcações realizam o deslocamento diário de pessoas e mercadorias entre a comunidade e a cidade de Parintins, além de atenderem, sob demanda, aos serviços de frete. A frequência dos trajetos é diária, com saída para a cidade às 5h30 e retorno a Bom Socorro por volta do meio-dia, de segunda a sábado. O percurso realizado pelos batelões dura, em média, uma hora e meia durante o período de cheia dos rios e cerca de duas horas no período da vazante.

5 A relação do Bom Socorro do Zé Açú com a cidade de Parintins e demais comunidades do entorno

A relação estabelecida entre Bom Socorro e as comunidades adjacentes da região do Zé Açú evidencia a intensificação dos fluxos fluviais e a ampliação das interações econômicas e sociais mediadas pelo comércio local. O crescimento do número de embarcações e a regularidade das viagens realizadas por lanchas e batelões reforçam o papel da comunidade como nó de articulação entre os circuitos produtivos do interior e o mercado urbano de Parintins. Por meio desses fluxos, os comerciantes locais ampliam sua área de influência, passando a atender pequenos agricultores e extrativistas das comunidades vizinhas, o que contribui para consolidar Bom Socorro como entreposto fluvial de abastecimento e redistribuição de mercadorias. A Figura 4 apresenta essa rede de conexões, evidenciando os fluxos que interligam a comunidade ao conjunto de localidades do entorno e à zona urbana de Parintins.

Figura 4 - Rede de fluxo de mercadorias entre o Bom Socorro do Zé Açú



Fonte: Os autores (2023).

O Bom Socorro exerce um papel estratégico na absorção e redistribuição dos produtos extrativistas e agrícolas provenientes das comunidades rurais de seu entorno, configurando-se como um centro de circulação e mediação de mercadorias entre o interior e a cidade de Parintins. Os comerciantes locais adquirem diretamente dos agricultores produtos como açaí, banana, carvão, castanha, macaxeira, polpas de frutas, queijo, tapioca, tucumã, tucupi e vassouras, revendendo-os tanto na própria comunidade quanto no mercado urbano. Em sentido inverso, os produtos industrializados e os itens da cesta básica adquiridos em Parintins são redistribuídos a partir de Bom Socorro para as localidades vizinhas, reforçando sua função como nódulo intermediário na rede regional de abastecimento.

Essas dinâmicas revelam a atuação efetiva do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) no interior do município, evidenciando a capacidade de Bom Socorro de articular fluxos ascendentes e descendentes de produtos, pessoas e capitais, que lhe conferem um papel de centralidade funcional ainda pouco discutido nos estudos anteriores sobre o modelo. A comunidade atua, simultaneamente, como receptora e distribuidora, integrando os circuitos mercantis que conectam o urbano ao rural e demonstrando, empiricamente, a complementaridade entre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) e o Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF), conforme proposto por Bartoli (2020).

A Figura 4 sintetiza essa dinâmica ao ilustrar a atuação simultânea das forças centrípetas e centrífugas que estruturam o espaço regional. A força centrípeta manifesta-se nos deslocamentos pendulares dos moradores em direção à cidade, transportando produtos extrativistas e agrícolas que integram o circuito comercial urbano. Já a força centrífuga expressa o movimento inverso: mercadorias oriundas

das principais casas comerciais de Parintins abastecem Bom Socorro e, a partir dele, alcançam outras comunidades da Gleba Vila Amazônia. Nesse processo, Bom Socorro consolida-se como um nódulo secundário de redistribuição, articulando-se às escalas superiores do capital mercantil urbano e reinterpretando, em nível local, as lógicas da urbanização amazônica.

A forte presença de conteúdos urbanos na comunidade reconfigura suas práticas cotidianas e suas relações socioespaciais, resultando em uma forma híbrida de territorialidade, na qual os elementos urbanos são apropriados, absorvidos e ressignificados pelos modos de vida ribeirinhos.

Considerações finais

Identificou-se neste estudo que o perfil de serviços e infraestrutura do Bom Socorro distingue-se significativamente das comunidades menores de seu entorno, configurando-se como um espaço de maior complexidade funcional e de posição hierárquica superior na rede local. Sua localização estratégica, em área de beira navegável da microbacia do Zé Açú, confere-lhe um papel central na dinâmica regional, atuando como nódulo de absorção e redistribuição de produtos, articulando os fluxos materiais e simbólicos que conectam o interior à cidade de Parintins.

Embora mantenha uma forte tradição rural, observa-se que a produção agrícola local encontra-se estagnada, ao passo que as atividades de circulação e distribuição de mercadorias foram intensificadas. Esse deslocamento funcional expressa um aspecto essencial do fenômeno urbano na Amazônia, no qual o urbano se manifesta menos pela forma física da cidade e mais pela difusão de suas lógicas, práticas e relações sociais no território ribeirinho.

Apesar da reconfiguração econômica e da crescente inserção nas redes mercantis, persistem no Bom Socorro ritmos lentos e territorialidades ribeirinhas que reafirmam a continuidade de valores culturais e identitários locais. A convivência entre fluxos modernos e permanências tradicionais constitui uma paisagem híbrida, onde o tempo da economia global coexiste com o tempo da vida cotidiana.

Assim, o Bom Socorro, enquanto nódulo secundário nas redes cidade–interior, expressa simultaneamente forças centrípetas e centrífugas, indicando um grau mais elevado de centralidade em relação às demais comunidades da Gleba Vila Amazônia. É a articulação entre fixos e fluxos, no sentido lefebvriano, que confere à comunidade sua condição singular de espaço híbrido: um território em que as funções urbanas se entrelaçam às permanências socioculturais, revelando a complexidade do processo de produção do espaço na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S.; DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; PINHO, C. M. D. de; MEDEIROS, L. C. de C.; DE ANDRADE, P. R.; PINHEIRO, T. F.; ALVES, P. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista**

Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 367–399, 2013. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/366. Acesso em: 24 out. 2025.
BARTOLI, Estevan. CIDADES NA AMAZÔNIA, SISTEMAS TERRITORIAIS E A REDE URBANA. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, nov. 2018. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e17027>. Acesso em: 24 out. 2025.
_____. **Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM).** Espaço e Economia, ano IX, n. 20, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17823>. Acesso em: 24 out. 2025.
_____. **Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM).** Espaço Aberto, v. 8, n. 2, p. 169–185, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/18865. Acesso em: 24 out. 2025.
_____. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. 297f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente/SP, 2017.
BARTOLI, E.; MUNIZ, C. ALBUQUERQUE, R. **Parintins**: Sociedade, Território e Linguagens. Manaus, EDUA, 2016. 229p.
BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida:** entre a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990.
BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/. Acesso em: 24 out. 2025.
BECKER, B. K. Undoing Myths: The Amazon - an urbanized forest. *In:* CLÜSENER, M. G.; SACHS, I. (Ed.). **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region - man and biosphere series.** Paris: UNESCO and Parthenon Publish Group Limited, 1995. p. 53-89.
BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta:** urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. 1° ed. Editora: EDUA. 2006, 383 p.
CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-69, jul. de 1987.
COSTA, Luís Fernando Belém da; SILVA, Charlene Maria Muniz da; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. A inserção do urbano e as transformações sócioespaciais em comunidades rurais: um estudo na comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, no município de Parintins – AM, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, ago. 2013. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/cccss/25/comunidade.html. Acesso em: 24 out. 2025.
COSTA, Luís Fernando Belém da; SILVA, Charlene Maria Muniz da; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. Mudanças e permanências nas sociedades rurais amazônicas: uma análise da comunidade rural Bom Socorro do Zé Açu – Parintins/AM. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, ago. 2013. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/cccss/25/parintins.html. Acesso em: 24 out. 2025.

FREITAS, C. O que é e como funciona um assentamento? **De Ecoa**, São Paulo 13 de fev. de 2021. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/02/13/o-que-e-e-como-funciona-um-assentamento.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em 07 de out. de 2021.
GODFREY, Brian John. Frentes de expansão na Amazônia: uma perspectiva geográfico-histórica. **GEOSUL**, v. 3, n.6, p. 7-19, 1988.
MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento:** um olhar ambiental. *In:* SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Eds.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994. p. 169-181.
MONTOIA, G. R. M.; COSTA S. M. F. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22 n. 2, p. 183-204., maio-ago 2019.
PACHECO, Jesuéte Brandão. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental**. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2013.
SCHOR, T.; OLIVEIRA J. A.; MORAIS, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **PRACS**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016.
SILVA, Charlene Maria Muniz da. Lutas e conflitos socioambientais no território do Zé Açu/Parintins/Amazonas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: UNESP, 2017. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/singa/article/view/8940. Acesso em: 24 out. 2025.
SILVA, C. M. M. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins:** múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. 296f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2009.
SILVA, M. Cidades Médias e Pequenas da Bahia: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso *In:* (Org). LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108.

6 - Redes de festas religiosas nas comunidades ribeirinhas do rio Andirá - Barreirinha (AM)[40]

Carlos Daniel Pontes de Negreiros
Secretaria Municipal de Educação – Barreirinha – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

1 Introdução

As festas religiosas desempenham um papel significativo nas comunidades ribeirinhas da bacia do rio Andirá, representando não apenas expressões de devoção espiritual, mas também momentos de celebração cultural e de atividades econômicas. No distrito de Piraí, localizado no interior do município de Barreirinha (AM), a festividade religiosa ocupa um lugar de destaque na vida da comunidade, marcando o calendário anual com eventos que reúnem moradores locais e visitantes de todo o município. Este artigo tem como objetivo identificar as festas religiosas realizadas nas comunidades ribeirinhas do rio Andirá, no município de Barreirinha (AM), aprofundando a análise das dimensões econômica e cultural da festa religiosa do distrito de Piraí.

Utilizam-se aportes da abordagem metodológica relativa ao Patrimônio Territorial (Carniello et al., 2023), adaptados aos aspectos da descrição territorial local. Em um primeiro momento, apresenta-se uma revisão bibliográfica de artigos científicos que abordam as festas religiosas e sua importância cultural na Amazônia. A coleta de dados foi realizada por meio de comunicação virtual, via WhatsApp e Facebook, além de visitas de campo. A hipótese da pesquisa é que a festa religiosa no distrito de Piraí ultrapassa a dimensão religiosa, demandando a análise de outras dimensões para a compreensão de sua complexidade.

No primeiro momento, destaca-se à presença e importância das festas religiosas nos interiores da Amazônia, abordando aspectos históricos e culturais. No segundo momento, apresenta-se as comunidades e características de suas festas religiosas, e para finalizar destaca-se a festa no distrito de Piraí, com análise de elementos do patrimônio territorial. Para compreender e analisar os aspectos religiosos e culturais é necessário fazer uma base metodológica teórica, de acordo com Saraiva et al (2008)

[40] Capítulo adaptado do trabalho de Conclusão de curso – Geografia (2025), apresentado na Universidade do Estado do Amazonas (CESP).

> A religiosidade tem como um dos pontos fortes a devoção aos santos[41] católicos e a reunião da comunidade em momentos específicos para celebrarem seus padroeiros, transformando-se em eventos que se caracterizam pela realização de festas religiosas ou festejos, como são popularmente chamados na região ribeirinha. (Saraiva et al p. 7. 2008).

Saraiva et al. (2008) descrevem uma religiosidade marcada pela devoção aos santos católicos e pela reunião da comunidade em momentos específicos para celebrar seus padroeiros, resultando em eventos conhecidos como festas religiosas ou festejos, especialmente nas comunidades ribeirinhas.

Por fim, este estudo contribui para um entendimento que vai além dos aspectos culturais, destacando a dimensão econômica desencadeada pela realização das festas religiosas e examinando o impacto desses eventos na economia local. Além disso, fornece informações importantes para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das extensas bacias hidrográficas, uma vez que esses aspectos culturais, tão significativos para a identidade local, podem ser potencializados como dinamizadores de mecanismos de governança. A partir das festas religiosas e das redes que se estabelecem entre a cidade e o interior, torna-se possível compreender melhor como os usos do território podem ser potencializados para beneficiar as redes de sujeitos populares.

2 Presença e importância das festas religiosas nos interiores da Amazônia

Para iniciarmos a discussão sobre as festas religiosas, é necessário retomar aspectos de sua historicidade. Entender seus primórdios e sua origem. De acordo com (Del Priore, 1994).

> Historicamente, as festas são de grande destaque na cultura brasileira, pois desde o período colonial elas foram importante elemento na construção da sociabilidade entre os povos, facilitando a inserção de símbolos que foram incorporados a partir dos processos históricos de ocupação da nova terra (Del Priore, 1994 apud Saraiva et al p.8 2008).

Del Priore (1994) enfatiza que a festa tem sido fundamental na cultura brasileira desde a antiguidade, desempenhando um papel crucial na construção da sociabilidade e na integração de símbolos ao longo da história de ocupação do país. Essa perspectiva destaca as festas não apenas como eventos sociais, mas como mecanismos significativos para a transmissão e preservação da identidade cultural brasileira.

> As procissões e as festas religiosas são consideradas as atividades urbanas mais antigas do Brasil, já que os relatos dos viajantes dão conta que já na época do descobrimento as comemorações de ordem religiosas e festivas estavam presentes nas atividades dos portugueses e dos indígenas (Tinhorão, 2000 apud Saraiva et al p.8 2008).

Tinhorão (2000) destaca as procissões e festas religiosas como atividades bastante antigas no Brasil, remontando ao período da colonização, conforme relatado por viajantes. Esses relatos indicam que tanto os portugueses quanto os indígenas já realizavam celebrações religiosas e festivas, evidenciando a presença dessas práticas desde os primórdios da colonização. Quando se fala em interiores da Amazônia, estamos nos referindo principalmente ao sentido de comunidade.

> O termo "comunidade" é o mais utilizado na região para se referir aos povoados da área rural, tanto os localizados em regiões de várzea quanto os de terra firme. Esse termo é usado nos povoados onde os moradores são organizados politicamente, com cargo de representação". (Silva p.43 2015).

Silva (2015) enfatiza que essas comunidades, são as que vivem as pessoas da área rural, tanto de terra firme, quanto de várzea. Em nossa área de estudo, todas as comunidades catalogadas se encontram na área de terra firme.

> Nas comunidades existem relações humanas de individuo para individuo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas (Wagley, 1988, p 44 apud Silva p. 142, 2015).

No contexto sub-regional na Amazônia, há rica diversidade de comunidades existentes, onde cada pequena ou grande comunidade possui suas características peculiares e únicas. Às margens da bacia do rio Andirá, nos deparamos com essas comunidades, onde aspectos simbólico-culturais demonstram parte significativa da existência desses sujeitos.

> Quando falamos em ribeirinhos, Silva (2000), destaca que essas populações possuem um modo de vida peculiar, distinto das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo sua cosmovisão marcada pela presença das águas. (Silva, 2000 apud Saraiva et al p. 7 2008).

Isso sugere que sua identidade cultural e modo de vida são profundamente influenciados pelo ambiente ribeirinho, moldando suas práticas e perspectivas de mundo. Surge um tipo peculiar de sincretismo, onde elementos católicos e traços indígenas ou quilombolas se misturam. Retornando ao aspecto histórico das festas, destacaremos uma assertiva desenvolvida por Barros (2002).

> A missa rezada em terra brasileira pelo Padre Frei Henrique foi a primeira atividade religiosa organizada pelos portugueses, demonstrando, dessa forma, a força do catolicismo e a presença da igreja nessas expedições, além do mais é importante ressaltar que as religiões realizam festas que buscam reproduzir a história da manifestação do espirito Divino na natureza e na história (Barros, 2002 apud Saraiva et al, 2008, p. 8).

Dentro de cada comunidade catalogada, essa tradição ainda é mantida de acordo com a data de seus santos padroeiros. Cada comunidade possui uma data específica para a realização da festa, que integra o calendário local e desperta anseios e expectativas entre os moradores. Durante essa festividade, realizam-se tanto as celebrações religiosas quanto as profano-religiosas.

Mário Ypiranga Monteiro (1983, p. 43) abordou essas manifestações como festas profano-religiosas no Amazonas: *"concentrações festivas que favorecem, no interior do Estado, a expansão do pequeno comércio de troca nos flutuantes (...) são festas de enorme atenção social"* (MONTEIRO, 1983, p. 43). Essas festas são marcadas por cerimônias, danças, músicas e outras manifestações culturais que celebram a relação entre os seres humanos, a natureza e o divino. Representam momentos de comunhão comunitária, nos quais as pessoas se reúnem para doar, trocar alimentos, histórias e experiências, fortalecendo os laços de solidariedade e pertencimento.

> Neste universo amazônico é muito comum a crença em superstições e mitos que fazem parte do cotidiano das comunidades situadas à margem dos rios, do Curupira, e nas crenças como o mau olhado e os encantamentos (Saraiva et al p.7 2008).

Saraiva (2008) cita a prevalência de superstições e mitos no cotidiano das comunidades, destacando lendas como a da cobra gigante, mãe da mata, curupira, assim como crenças no mal olhado, encantamentos etc.

> O festejo surge como um evento ligado ao universo mental e religioso, fruto de uma promessa ou de uma graça alcançada, para que ocorra uma festa é necessário um pretexto, é preciso algo para celebrar, algo motivado por uma graça alcançada, pela saúde recuperada, mostrando que toda festa é um tempo consagrado" (Perez, 2002 apud Saraiva et al p.9 2008).

Perez (2002), apud Saraiva (2008), destaca que a festa religiosa, ou festejo, é geralmente realizada em agradecimento a uma graça alcançada ou em cumprimento de uma promessa. As festas religiosas têm como finalidade agradecer as bênçãos recebidas e expressar a fé católica no âmbito de uma determinada comunidade ou município, tornando-se também um patrimônio histórico-cultural.

As festas religiosas realizadas às margens da bacia do rio Andirá caracterizam-se pela participação ativa da comunidade, que se envolve na organização e na realização dos eventos, desde a construção de altares e ornamentação até a preparação de alimentos e o desenvolvimento de atividades culturais e religiosas. Esses festejos constituem momentos de celebração e renovação espiritual, nos quais as pessoas expressam sua devoção e gratidão por meio de celebrações tradicionais e práticas religiosas transmitidas ao longo das gerações.

De acordo com Rita Amaral (1998), a festa está interligada à religião desde o período colonial. Já para Guarinello (2001), a festa divide-se em cinco momentos, conforme apresentado no Quadro 1. O autor conceitua as festas como fenômenos

sociais resultantes de uma estrutura de produção coletiva, distinta das dádivas divinas. Elas implicam a participação concreta de diferentes grupos sociais, organizados em uma estrutura específica de produção e consumo.

Quadro 1 - Divisão de momentos da festa

implica uma determinada estrutura social de produção, no sentido de que as festas não são dadivas de Deus, nem caem dos céus segundo nossos desejos [...]
envolve a participação concreta de um determinado coletivo, seja ele a sociedade em seu conjunto, ou grupos dentro dela, com maior ou menor expressão ou força legitimadora, distribuindo-se os participantes dentro de uma determinada estrutura de produção e consumo da festa, na qual ocupam lugares distintos e específicos;
aparece como interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias que pode ser cíclica como nas festas de calendário, ou episódica, como da comemoração de eventos singulares [...]
articula-se em torno de um objeto focal, que pode ser um ente real o imaginário, um acontecimento, um anseio ou satisfação coletivos e que atua como motivação da festa [...]
por fim, uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos.

Fonte: adaptado de Guarniel (2001).

3 Festividades no Andirá

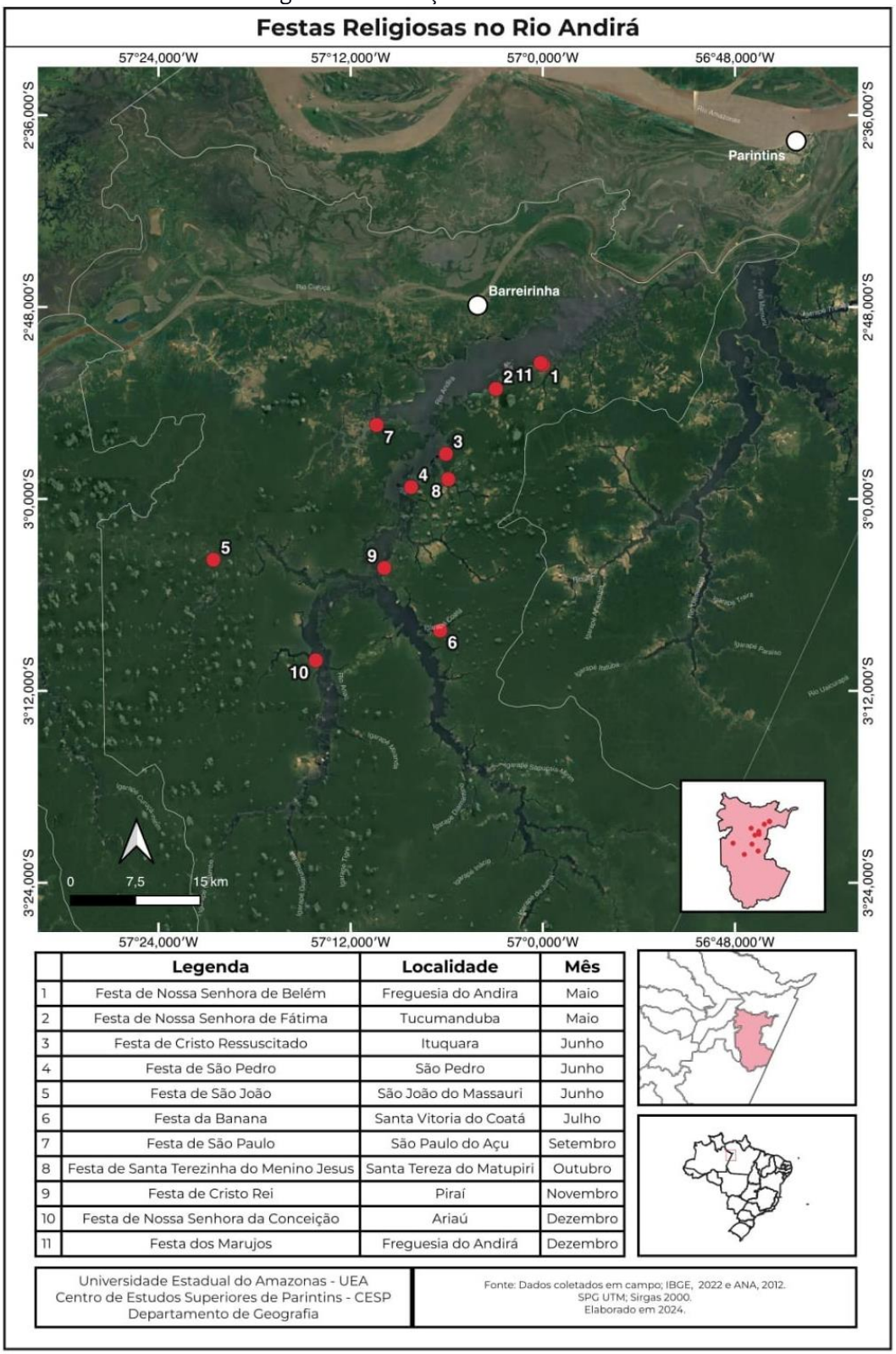
As festas religiosas desempenham um papel fundamental na coesão social e na transmissão de conhecimentos e valores culturais. Essas festividades, muitas vezes, estão ligadas às tradições indígenas, católicas ou de outras religiões presentes na região, refletindo a diversidade étnica e religiosa da Amazônia.

Nas localidades situadas às margens do rio Andirá, no município de Barreirinha (AM), foram selecionadas dez comunidades para o levantamento de dados. Entretanto, a pesquisa revelou que existe uma variedade ainda maior de celebrações realizadas ao longo do ano.

Um dos maiores distritos do rio Andirá, a Freguesia do Andirá, foi a antiga sede municipal, perdendo essa função no ano de 1872, por força da Lei n.º 263 (BARTOLI, 2020), que transferiu a sede para a localidade atualmente denominada Barreirinha, localizada na margem direita do Paraná do Ramos. Por constituir um nódulo estratégico mais próximo da atual sede municipal, a Freguesia possui uma população significativa e, por essa razão, a festividade torna-se também um lócus de atividade política (Figura 2), como evidenciado pelo apoio de representantes políticos, entre eles um deputado. Mesmo mantendo seu caráter religioso, a festividade costuma atrair públicos diversificados por meio da oferta de diferentes apresentações musicais.

O festejo de Nossa Senhora de Belém, comemorado na comunidade da Freguesia do Andirá durante o mês de maio, reúne celebrações que incluem decorações festivas em frente à igreja, barracas para venda de alimentos e apresentações musicais ao vivo. A igreja local desempenha papel central na organização das festividades, promovendo missas e procissões em homenagem a Nossa Senhora de Belém.

Figura 1 - Localização da área de estudo



	Legenda	Localidade	Mês
1	Festa de Nossa Senhora de Belém	Freguesia do Andira	Maio
2	Festa de Nossa Senhora de Fátima	Tucumanduba	Maio
3	Festa de Cristo Ressuscitado	Ituquara	Junho
4	Festa de São Pedro	São Pedro	Junho
5	Festa de São João	São João do Massauri	Junho
6	Festa da Banana	Santa Vitoria do Coatá	Julho
7	Festa de São Paulo	São Paulo do Açu	Setembro
8	Festa de Santa Terezinha do Menino Jesus	Santa Tereza do Matupiri	Outubro
9	Festa de Cristo Rei	Piraí	Novembro
10	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Ariaú	Dezembro
11	Festa dos Marujos	Freguesia do Andirá	Dezembro

Universidade Estadual do Amazonas - UEA
Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP
Departamento de Geografia

Fonte: Dados coletados em campo; IBGE, 2022 e ANA, 2012.
SPG UTM; Sirgas 2000.
Elaborado em 2024.

Fonte: Os autores (2025).

Figura 2 - Festa de Nossa Senhora de Belém



Fonte Org. Comunitária do festejo (2024).

Como temática para pesquisas futuras, questiona-se se as festas religiosas servem como um elemento de união para a comunidade, fortalecendo os laços sociais e culturais entre os moradores locais. Durante o período festivo, realizam-se novenas, bingos, leilões, rifas, entre outras atividades. No último dia da festa, a procissão ocorre por via terrestre. A imagem da santa, conduzida em um andor ornamentado e decorado, percorre as ruas da comunidade até retornar à igreja católica.

Na Figura 2, observa-se um elemento tradicional de divulgação das festas por meio de pôsteres, afixados nos locais de maior circulação, tanto na comunidade quanto na cidade. Com o advento e a disseminação das tecnologias da informação, especialmente pelo uso crescente de smartphones e das redes sociais, essa forma de divulgação passou a ocorrer também em ambiente virtual, alcançando grupos de WhatsApp e outras plataformas digitais.

É marcante, como ocorre em grande parte dos cartazes virtuais, o destaque conferido às atrações musicais como principal elemento de divulgação do festejo. Observa-se que essas atrações ocupam o primeiro plano da composição visual, assim como recebem destaque os apoiadores políticos. Até mesmo a torre de iluminação aparece posicionada à frente da imagem da santa, evidenciando uma tentativa de conferir maior atratividade ao evento por meio da lógica do espetáculo.

A festa de Nossa Senhora de Fátima é comemorada na comunidade de Tucumanduba durante o mês de maio (Figura 3).

Figura 3 - Festas de Nossa Senhora de Fátima e Padroeiro Cristo Ressuscitado



Fonte: Org. Comunitária do festejo.

O festejo do Cristo Ressuscitado, padroeiro da comunidade quilombola de Ituquara, é realizado no mês de junho. A comunidade pertence ao grupo Quilombo do Andirá e integra o município de Barreirinha (AM).

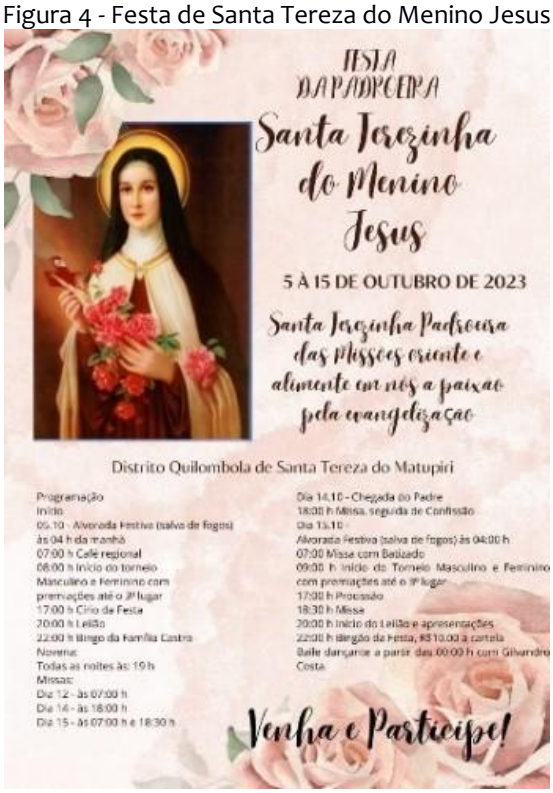
Durante os dias de festa, realizam-se missas solenes, procissões, novenas e outras atividades de devoção. Na parte profano-religiosa, ocorrem manifestações culturais, como danças folclóricas, músicas regionais e a comercialização de comidas e bebidas, promovendo a integração comunitária e o fortalecimento dos laços sociais entre os participantes. A programação também conta com atrações musicais oriundas da cidade de Barreirinha, atraindo moradores da própria comunidade e de localidades vizinhas.

A festa de Santa Teresinha do Menino Jesus, comemorada na comunidade quilombola do distrito de Matupiri, é realizada no mês de outubro. A festividade envolve peregrinações de fiéis provenientes de comunidades circunvizinhas, ampliando a participação e a expressão da fé na comunidade. Trata-se de um dos momentos mais aguardados pelos moradores. Por ser um distrito quilombola, Matupiri promove uma série de atividades culturais que contribuem para seu reconhecimento no município de Barreirinha.

Na comunidade também são realizadas outras festividades religiosas, como a de São Sebastião, no mês de janeiro, e a da Santíssima Trindade, celebrada no mês de maio, ambas de grande importância para a população local. O calendário festivo encerra-se com a Festa dos Quilombolas, realizada no mês de novembro, durante o Festival de Verão.

Na Figura 4, observa-se que o pôster preserva elementos tradicionais de divulgação, com destaque para as imagens religiosas e para a programação das atividades. As atrações musicais aparecem em posição secundária, recebendo menor destaque na composição visual.

Figura 4 - Festa de Santa Tereza do Menino Jesus



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2023).

Para Ramos e Ribeiro (2024) com o passar dos tempos a chegada do Programa Luz Para Todos na região modificou a vivência no quilombo. Por um lado, foi um avanço para o território, uma vez que passou a ser mais interconectados; por outro,

> Pode-se dizer que foi regresso para as culturas do povo, considerando que muitas práticas culturais foram sendo substituídas por equipamentos eletrônicos. Desse modo é de suma importância a participação dos jovens nas manifestações socioculturais para assim resgatar as tradições dos antepassados e incentivar a continuação da nova geração. É importante estar inserido dentro dos movimentos para assim fortalecer a luta por direitos (Ramos e Ribeiro 2024, p.42).

A presente pesquisa, em razão da impossibilidade de realização de visitas a todas as comunidades, recorreu a uma técnica complementar de coleta de dados por meio das redes sociais. Para isso, foi criada uma página no Facebook, denominada "Festividades do Andirá", na qual os comunitários puderam fornecer informações e detalhes sobre seus festejos. Uma das postagens divulgava a Dança da Garcinha, do Quilombo São Paulo do Açu (Figura 5). As apresentações são provenientes da culminância do projeto "A Alma Não Tem Cor", que envolve escolas e comunidades quilombolas.

Figura 5 - Componentes da dança da Garcinha Quilombo S.P Açu



Fonte: Postagem de comunitários na página do Facebook.

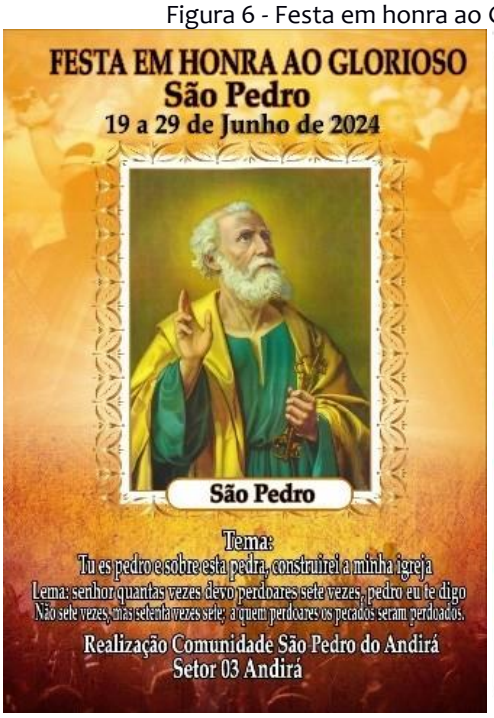
O festejo de São Pedro, padroeiro da comunidade de São Pedro, é realizado no mês de junho. Trata-se de um evento tradicional de caráter religioso e cultural, dedicado à celebração do santo padroeiro da comunidade. A programação inclui missas, novenas, procissões, apresentações culturais, danças, além da comercialização de comidas e bebidas. As novenas são realizadas todas as noites desde o início da festividade, sempre na igreja local.

A comunidade reúne-se para homenagear São Pedro, fortalecer os vínculos sociais e preservar suas tradições históricas e religiosas. A comunidade de São Pedro, que também possui origem quilombola e pertence ao município de Barreirinha, transforma o espaço em frente à igreja durante o período festivo, que recebe nova ornamentação, cores e bandeirolas, reforçando o caráter simbólico da celebração.

O festejo de São Paulo, padroeiro do distrito de São Paulo do Açu, é realizado no mês de setembro. Trata-se de um evento significativo que combina elementos de devoção religiosa e celebração cultural. As festividades incluem rituais religiosos, como novenas realizadas todas as noites desde o início da festa e procissões que percorrem as ruas da comunidade. Também integram a programação apresentações de danças, músicas regionais e outras manifestações culturais. A festa não apenas fortalece os laços comunitários, como também preserva e promove a identidade cultural e histórica da comunidade.

O distrito de São Paulo do Açu possui grande importância para o município de Barreirinha. O festejo de São Paulo atrai numerosos devotos e visitantes, reunindo moradores das comunidades vizinhas e circunvizinhas que participam dessa importante manifestação cultural. Por tratar-se de um distrito quilombola, apresenta uma rica diversidade de expressões culturais, incluindo danças, rituais e manifestações de fé.

Figura 6 - Festa em honra ao Glorioso São Pedro e São Paulo





Fonte: Org. Comunitária do festejo (2024).

A festividade constitui um importante marco para a comunidade, tornando-se uma data muito especial para todos os moradores. O último dia da programação é o momento mais aguardado do período festivo, quando ocorre a participação das comunidades católicas adjacentes, contribuindo para que a festa em honra ao glorioso São Paulo se consolide como um evento marcante de devoção e fé para os comunitários locais.

O festejo de Cristo Rei, padroeiro do distrito de Piraí, é realizado no mês de novembro, geralmente no último sábado do mês. Trata-se de um importante evento religioso e cultural da localidade, cuja programação envolve missas, procissões, novenas e atividades sociais. A comunidade reúne-se para homenagear Cristo Rei por meio de demonstrações de fé, música e outras práticas devocionais.

A festa em honra ao padroeiro Cristo Rei constitui um dos principais eventos do distrito de Piraí e possui grande importância para o município de Barreirinha, atraindo devotos tanto da sede municipal quanto das comunidades vizinhas e circunvizinhas. Trata-se de um momento significativo para os fiéis católicos, cuja realização exige ampla preparação da comunidade para que todas as atividades ocorram de forma organizada. Como a maioria dos moradores é de tradição católica, os comunitários desempenham papel fundamental na organização desse importante evento religioso, reforçando seu significado para o distrito.

A festividade representa um dos principais marcos do calendário local e constitui um momento muito aguardado pelos moradores. Durante sua realização, diversas comunidades vizinhas e circunvizinhas participam das celebrações, fortalecendo os vínculos religiosos e comunitários estabelecidos entre elas.

As comunidades mantêm uma tradição de visitas recíprocas durante as festividades religiosas. Sempre que uma comunidade realiza sua festa católica, as

demais comparecem para prestigiar o evento, fortalecendo a união entre as comunidades católicas da região.

Figura 8 - Festa em honra Cristo Rei e Festa Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2018).

A festa de Nossa Senhora da Conceição, comemorada no distrito de Ariau, é realizada no mês de dezembro. Trata-se de um evento anual marcado por celebrações litúrgicas e atividades devocionais. A programação inclui novenas, procissões, missas e momentos de oração dedicados à padroeira. Além dos aspectos religiosos, a festividade também contempla manifestações culturais, apresentações de dança, música e outras atividades voltadas à integração da comunidade.

Importante distrito do município de Barreirinha, Ariau também realiza, no final do mês de dezembro, a tradicional festa em honra a São Benedito, conhecida como Festa dos Marujos, evento que mobiliza a comunidade local e atrai moradores das comunidades vizinhas, circunvizinhas e da sede municipal.

Observa-se que, na maioria dos cartazes de divulgação, o caráter profano das festividades tem recebido maior destaque do que a motivação religiosa. Cantores e atrações musicais ocupam o primeiro plano da composição visual, enquanto as imagens religiosas permanecem em segundo plano. Esse aspecto demonstra que as manifestações culturais vêm passando por transformações ao longo do tempo, à medida que elementos da cultura de massa e do consumo ampliam sua influência sobre as localidades do interior da Amazônia.

O olhar idílico que frequentemente se constrói sobre as festividades amazônicas deve, portanto, ser relativizado. O declínio da participação da religião católica no Brasil, observado nas últimas décadas, pode contribuir para que essas festas incorporem cada vez mais elementos de entretenimento como estratégia de atração do público, especialmente dos jovens.

A agrovila de Santa Vitória do Coatá é conhecida por sua expressiva produção de banana no município de Barreirinha. A Festa da Banana é realizada no mês de julho e reúne diversas atividades, conforme apresentado na Figura 10.

Trata-se de um momento de grande celebração para os moradores da comunidade, atraindo visitantes das comunidades vizinhas, além de autoridades municipais que prestigiam esse importante evento realizado no município de Barreirinha.

Figura 8 - Festa da Banana A. Santa Vitória do Coatá



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2024).

Durante o dia, são realizadas diversas atividades, entre elas o concurso de quem come mais banana e, no período da tarde, o grande torneio esportivo organizado pelos próprios comunitários, nas categorias feminina e masculina, contando com a participação de equipes das comunidades vizinhas e circunvizinhas. Outras atividades compõem a programação, como a escolha da Rainha da Banana, bingos com premiações, concurso de sabores derivados da banana, competição do cacho de banana mais pesado e a apresentação dos agricultores, intitulada "Quadrilha na Roça". Encerrando a programação da Agrovila de Santa Vitória do Coatá, realiza-se a grande festa dançante, animada por bandas contratadas diretamente da cidade de Barreirinha (AM).

Figura 9 - Festa dos Marujos D. Freguesia do Andirá.



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2024).

A festa do Marujo é bastante conhecida no Distrito de Freguesia do Andirá, assim como no município de Barreirinha, uma festa cultural que acontece no mês de dezembro, atraindo pessoas tanto da sede municipal, como de outras comunidades vizinhas e circunvizinhas.

A festa do Marujo no Distrito de Freguesia possui atributos históricos da presença da cultura quilombola denotando graus significativos de resistência onde,

> É relevante ressaltar que a festa da marujada da Freguesia através de suas práticas, costumes e modos, relacionam com outras manifestações culturais Afro-Amazônico. Onde o sagrado e o profano se misturam em dias de festa na marujada, tendo articulações para resistir uma cultura que atravessa séculos, tais imposições da igreja, cujo, projeto de romanização, levando então a marujada a formalizar-se como Associação dos Marujos de Freguesia do Andirá (AMFA) como forma de resistência (Santos e Rocha, 2024).

A festa do Marujo é um patrimônio cultural da comunidade, pesquisada por. Clementino (2021), a festa

> [...] é história, cultural e educativa e que o conjunto dessas potências sempre pavimentaram caminhos de superação. Reconhecendo e protagonizando sua própria história; salvaguardando suas heranças culturais; travando lutas políticas através da associação; cultivando os valores civilizatórios afro-brasileiros na pedagogia comunitária e solidária do chão amazônico; e impondo-se com serenidade e legitimidade como patrimônio cultural (Clementino, 2021, P.176)

A festa do Marujo é um momento de festividade para os comunitários, e para os visitantes, uma festa bastante bonita que é símbolo de resistência pelos seus idealizadores, a festa do marujo é um patrimônio cultural da comunidade.

De acordo com relatos de marujos de 2015,

> Em 1863 a imagem do Santo Negro, "São Benedito" chegou ao distrito de Freguesia, vindo da cidade de Belém do Pará, trazido pelo senhor "Arnoldo Pereira", onde o mesmo recebeu autorização do Cacique Tribal o índio Crispim de Leão, para alocar a imagem do Santo na Capela de Nossa Senhora de Belém, Padroeira do lugar festejada na data de 03 de julho (Clementino, 2021, P. 165).

A festa em honra ao glorioso São João Batista é realizada no mês de junho, geralmente entre os dias 15 a 22 do decorrente mês na comunidade de distrito de São João do Massauari, tendo início com o grande círio, novenas e celebrações. Durante a festividade, acontece as novenas, procissões, desfile de príncipe e princesa, leilões, bingo, e o grande baile dançante com bandas musicais diretamente de Barreirinha AM.

Figura 10 - Festa em honra São João Batista



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2023).

4 Breve histórico do distrito de Piraí

O distrito de Piraí está localizado à margem direita do rio Andirá, em uma área de terra firme, a aproximadamente 33 km da sede do município de Barreirinha (AM). A palavra Piraí significa, em tupi-guarani (*Pira y*), "peixe pequeno" ou "peixinho", denominação em homenagem à cidade de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, onde Lúcia Gomes Pontes, proprietária da gleba que deu origem à comunidade, residia anteriormente.

Em 1969, os senhores Alberto Leovegildo Pontes, Wilson Leovegildo Pontes, Ivo Leovegildo Pontes e Cesar Leovegildo Pontes, filhos de Lúcia Gomes Pontes, com o consentimento da mãe, doaram à Paróquia Nossa Senhora do Bom Socorro uma área de terra medindo 100 metros de frente por 100 metros de fundo,

localizada no lugar denominado Piraí. A doação foi formalizada na pessoa do padre Mário Pasqualotto.

Após o falecimento de sua genitora, em 19 de junho de 1971, os irmãos Pontes, juntamente com o vigário, padre Mário Pasqualotto, e os moradores mais próximos da localidade, reuniram-se para liberar a área doada. Inicialmente, foi construída a capela católica, seguida de um barracão destinado ao atendimento da população como escola e enfermaria, ficando o restante da área reservado para a construção de moradias destinadas às famílias que desejassem fixar residência na localidade.

Com a divulgação da iniciativa, diversas famílias chegaram para colaborar com os trabalhos comunitários, dando início à Vila do Piraí. O primeiro passo consistiu na escolha da diretoria responsável pela coordenação dos trabalhos na comunidade, estabelecendo-se também a abertura de um roçado na área destinada ao novo povoado.

Após a realização da queimada, foram definidos os locais da capela, do barracão, das ruas e dos lotes destinados à construção das residências. Em 1980, Piraí deixou a condição de vila e passou à categoria de comunidade. Posteriormente, em 1990, foi elevado à categoria de distrito por meio da promulgação da Lei Orgânica do Município de Barreirinha, conforme o parágrafo único do art. 196, de 29 de maio de 1990. Essas informações foram fornecidas por Alfredo Luiz Belém Pontes, professor da referida comunidade.

5 A festa no distrito de Piraí: elementos do patrimônio territorial

A festa no Distrito de Piraí ultrapassa a dimensão religiosa, necessitando análise de outras dimensões para entendimento de sua complexidade. Para fazer a análise, temos como base o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial, com ênfase na dimensão cultural e seus componentes, (Carniello *et al.*, 2023). A metodologia dialoga com o conceito de patrimônio territorial, de acordo Dallabrida (2020)

> O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (Dallabrida, 2023).

O autor salienta que estes ativos e recursos podem ser de natureza material, como construções, monumentos e paisagens, ou imaterial, como tradições culturais, conhecimentos locais e práticas sociais. Se baseia na ideia de que o território é um repositório dinâmico de elementos históricos, culturais, socioeconômicos e ambientais que se acumulam e interagem ao longo do tempo.

Carniello et al (2023) destacam os valores e códigos de conduta, saberes e fazeres da cultura, manifestações culturais, equipamentos culturais (orçamento) e acesso ás políticas de cultura, estrutura de mídia, economia criativa. Através dessa

proposta metodológica (quadro 2), fizemos uma análise dos elementos culturais dentro da festa realizada no Distrito de Piraí.

Quadro 2 - Métodos de coleta de dados para avaliação da dimensão cultural

COMPONENTES	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS
Valores e códigos de conduta	Observação em campo de grupos culturais. Entrevistas semiestruturada com representante de grupos culturais.
Saberes e fazeres da cultura	Observação em campo a grupos sociais. Entrevistas semiestruturada com representantes de grupos sociais.
Manifestações Culturais	Documental – registros formais de instituições públicas. Entrevistas semiestruturada com representantes da sociedade.
Equipamentos culturais (orçamento)/ Acesso às políticas de cultura	Documental – registros formais em instituições públicas; Analise de legislação e documentos públicos; consulta ao portal da transparência.
Estrutura de mídia	Documental – registros formais dos veículos de comunicação; analise de conteúdo.
Economia criativa	Documental – bases de empregos formais. Entrevistas com trabalhadores da economia criativa

Fonte: Carniello et al (2023).

6 Precedentes da criação do festejo

Ao adentrarmos essa dimensão, voltada aos aspectos culturais, acompanhamos, na referida comunidade, diferentes grupos culturais, cada um com suas especificidades, assim como a diversidade de instituições religiosas presentes na localidade. O enfoque principal desta pesquisa, entretanto, recai sobre a religiosidade católica. Nesse contexto, identificamos um grupo de jovens denominado Obra Nova, que desenvolve atividades culturais tanto na comunidade quanto nas comunidades adjacentes.

Ao tratarmos dos valores culturais e religiosos, é necessário destacar a origem da igreja e da própria vila, pois esses elementos possuem grande significado para os moradores da comunidade. Com o objetivo de compreender essa trajetória, foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias.

Pesquisador: Como surgiu a festa religiosa no distrito de Piraí? Quando ela começou a ser realizada?

> a comunidade foi fundada em 1971 a partir desse momento nós tínhamos como padroeira Santa Pedradeira que era uma santinha preta, segundo informações o vovô José Leovegildo Pontes ele era segundo sargento do exército, quando eles vinham de Manaus passando pelo rio Abacaxis faziam alvo junto com seus parceiros, ele atirou na ponta de uma pedra onde era o alvo e de lá com o disparo cuspiu fogo, a noite foram verificar era uma santinha, até hoje tem uns pedaços não está mais completo como era aqui em casa, e ai começamos a festejar como a padroeira da comunidade, só que verificando os tramites legais, dentro dos papas, bispos, padres, não existe a Santa Pedradeira, então por esse motivo eles concederam em 1973, trouxeram a imagem de Cristo Rei para ser nosso padroeiro da comunidade, sendo festejado desde 1973 (Entrevistado 1).

Ao longo dos anos, a celebração evoluiu, incorporando novos rituais e ampliando sua importância dentro e fora do distrito. Eventos históricos, como a construção da Igreja Matriz, marcaram momentos de transformação e fortalecimento da festividade, consolidando-a como um dos principais eventos do calendário local.

Pesquisador: Com todas essas transformações, de que maneira a festa evoluiu ao longo do tempo?

> Sim, a cada tempo que passa ela vai evoluindo, muitos devotos, muitas pessoas que realmente deixam seus locais para virem prestigiar, isso é muito legal para nós (Entrevistado 1).

Conforme os anos se passam, a festa fica mais bonita e conhecida, como destacou o professor Alfredo, são pessoas que vem pela primeira vez, ou as que vem todos os anos, e cada ano que se passa aumenta o número de seus devotos.

Pesquisador: Quem foram os fundadores? Quais os motivos religiosos e culturais para a criação da festa?

> Os fundadores são os mesmos da comunidade, no caso, para fundar a comunidade, os irmãos pontes doaram um pedaço de terra, e os demais comunitários foram chegando e fazendo suas casas, e o que levou a fazer a festa religiosa, nós sempre éramos assistidos pelos Padres, Bispos, sempre aqui em casa antes de ser a comunidade e depois que foi construída a igreja continuou esse trabalho, inclusive domingo à tarde o padre Henrique encostou no porto de nossa casa para ver como estávamos, disse que deu muita saudade de papai e mamãe, então essa amizade com os padres fez com que nós levássemos em frente essa comunidade, que é uma comunidade cristã Católica (Entrevistado 1).

7 Saberes e fazeres da cultura e manifestações culturais

No contexto da comunidade do distrito de Piraí, observamos uma diversidade de saberes culturais fortemente presente na vida comunitária, mas que, ao longo do tempo, vem sendo gradativamente perdida. Apesar de a comunidade possuir um entorno repleto de saberes, técnicas, conhecimentos e práticas espaciais, a festividade pouco evidencia esse patrimônio cultural.

Na culinária, por exemplo, não se observam pratos típicos da comunidade, permanecendo a oferta de alimentos praticamente restrita àqueles consumidos no cotidiano de outras localidades, como frango assado e peixe frito.

É notável a influência dos hábitos alimentares urbanos, evidenciada pela presença massiva de refrigerantes, cervejas em lata, alimentos congelados e embutidos. Em razão do elevado preço da cerveja, tornou-se comum o consumo de bebidas destiladas na forma de *drinks*, preparados com vodca ou aguardente de baixo custo, misturados a sucos industrializados.

Observa-se que bebidas produzidas a partir de recursos do extrativismo local não são comercializadas durante o festejo. Predominam cervejas e refrigerantes, o que suscita reflexões acerca de um possível empobrecimento da dieta local, perceptível também no contexto da festividade.

Da mesma forma, elementos relacionados à produção rural e ao extrativismo não madeireiro, embora intensamente presentes no entorno da comunidade, praticamente não se manifestam durante os festejos. Também não há comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar ou do extrativismo local.

Como será discutido no item relativo à economia criativa, o campo de possibilidades é amplo; contudo, esses saberes permanecem "invisíveis" durante o festejo. São conhecimentos muito mais associados ao cotidiano da comunidade, como pescar, caçar, cultivar a terra, transitar e navegar.

Durante os dias que antecedem a festa, as embarcações da comunidade retornam da cidade carregadas de produtos industrializados, fato que corrobora as características do que Bartoli (2022) denomina de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Esse sistema descreve a intensificação do consumo de produtos industrializados provenientes da cidade pelas comunidades ribeirinhas.

No interior da festa religiosa ainda é possível identificar alguns elementos culturais preservados ao longo do tempo. Um exemplo é a própria organização espacial do evento: a celebração religiosa ocorre na Igreja Católica de Cristo Rei, enquanto as atividades profano-religiosas são realizadas ao lado da igreja.

Pesquisador: Descreva como ocorre a festa?

> A festa ocorre geralmente nos dois últimos finais de semana do mês de novembro, iniciando com as ornamentações envolvendo os fiéis, no primeiro dia de festa inicia com alvorada festiva, seguida oração da manhã, café regional e a tarde a procissão com a imagem do padroeiro Cristo Rei, finalizando com a celebração da palavra, leilão, desfile de príncipe e princesas, danças com os grupos das comunidades, com um animado arraial (Entrevistado 2).

Durante sua realização, a festa passa por várias etapas. A primeira consiste na organização do espaço, tarefa desempenhada pelos moradores da comunidade. Em seguida, ocorre a realização dos rituais religiosos, iniciados com a alvorada festiva, seguida da oração da manhã e da oferta de um café regional aos participantes. No final da tarde, realiza-se a procissão, que percorre as ruas da comunidade. No café regional, podem ser observados alguns produtos típicos da região, como o beiju, o tucumã, a tapioca e outros alimentos tradicionais da Amazônia.

A Figura 13 mostra os comunitários ornamentando a frente da igreja em preparação para o início da festa de Cristo Rei, no distrito de Piraí. Esse trabalho tem início cerca de uma semana antes da abertura oficial do festejo, quando uma equipe de moradores se mobiliza para auxiliar a coordenação da igreja, prestando todo o suporte necessário à organização desse importante evento religioso.

Figura 11 - Ornamentação da frente da igreja



Fonte: organização comunitária do festejo, 2023.

A figura 14 demonstra parte do arraial, onde ocorrem os leilões, rifas, desfiles, apresentações de grupos das comunidades, um momento que faz parte da atividade profana da festividade.

> Pode se definir espaço profano como o espaço desprovido de sacralidades, estrategicamente ao "redor" e em "frente" do espaço sagrado (Rosendahl 1999, et al apud Silva 2015).

Rosendahl (1999) destaca que o espaço profano compreende as atividades realizadas no ambiente externo da igreja, como bingos, danças promovidas por grupos de jovens, rifas, desfiles de príncipe e princesa, apresentações culturais, venda de guloseimas, entre outras manifestações.

Na Figura 14, observa-se um aglomerado de devotos prestigiando o arraial da festa em honra ao padroeiro Cristo Rei, no distrito de Piraí, que se configura como o principal espaço de centralidade da festividade. Trata-se de um ponto estratégico sob o ponto de vista religioso, tendo a arquitetura da igreja como elemento simbólico, além de sua localização privilegiada às margens do rio.

Depois que se encerra o rito religioso, acontece a festa social no centro cultural do Distrito de Piraí, uma grande festa com atrações diretamente da cidade de Barreirinha ou atração regional que animam a comunidade até o dia amanhecer.

Figura 12 - Momento do Arraial



Fonte: Org. Comunitária do festejo (2023).

Importante destacar que a aparelhagem utilizada durante a festividade é proveniente da cidade, incluindo os equipamentos de som e iluminação, em razão de se tratar de um evento especial e de maior porte na calha do rio Andirá. As festas religiosas constituem espaços de resistência cultural e espiritual, nos quais as comunidades afirmam sua existência e reivindicam seu lugar no contexto mais amplo da Amazônia e do mundo. Trata-se de um momento em que diferentes territorialidades confluem para um mesmo nódulo, demonstrando pertencimento, identidade e orgulho comunitário. No quadro 3, destaca-se os eventos da festa.

Quadro 3 - Principais eventos e ritos da festa de Cristo Rei no Distrito de Piraí

Preparação	A festa religiosa exige uma preparação significativa, que pode começar meses antes do evento. Isso inclui a organização de comissões ou grupos responsáveis pela logística, decoração, alimentação, música, entre outras áreas.
Novena	A festa religiosa é precedida por uma novena, um período de oito dias de orações e preparação espiritual. Durante a novena, a comunidade se reúne diariamente para rezar, refletir e se preparar espiritualmente para a festividade principal.
Procissões	As procissões são comuns durante as festas religiosas, especialmente em comunidades ribeirinhas, onde o rio desempenha um papel importante. existe as procissões fluviais e terrestre, a fluvial o santo é levado em embarcações, e a terrestre percorre as ruas da referida comunidade.
Celebração litúrgica	No dia principal da festa, há uma celebração litúrgica na igreja local, que inclui uma missa solene em honra ao santo padroeiro. Essa celebração é o ponto central da festa, os fiéis se reúnem para louvar, orar e receber bênçãos especiais.
Atividades culturais	Além das atividades religiosas, as festas incluem elementos culturais, apresentações de dança, música, peças teatrais e outras formas de expressões artísticas.
Devoções especiais	Nas festas, ocorre devoções especiais, como promessas, batismos, casamento ou outras cerimonias religiosas que acrescentam um significado adicional à celebração.

Fonte: Organizado pelos autores (2025).

As festas religiosas têm um impacto econômico significativo nas comunidades ribeirinhas, gerando oportunidades de trabalho e renda através do

comércio de alimentos, bebidas. São vitais para o turismo local, atraindo visitantes interessados em conhecer e vivenciar as tradições culturais únicas da comunidade.

Pesquisador: Quais os pequenos ambulantes podemos encontrar no dia da festa?

> Sempre aparecem algumas pessoas de fora para vender pequenas coisas como, bonés, óculos, pulseiras, brinquedos, comidas e bebidas, a festa de nosso Distrito é bastante participada pelas pessoas da região e seus meios de se locomover são rabeta, barco, voadeira (entrevistado 2)

Quanto aos equipamentos culturais e acesso as políticas de cultura, pela simplicidade da comunidade e ausência de políticas públicas de cultura para localidades distantes das sedes urbanas, não existem equipamentos de cultura. As festas costumam ocorrer na base do improviso e boa vontade dos comunitários.

Pesquisador: A festa recebe alguma ajuda política?

> Não, durante esses sete anos que estou na coordenação, nunca recebemos ajuda alguma. Tudo que existe na área da igreja são ajuda dos devotos do padroeiro que são os fiéis, temos uma boa ajuda também através do "Dizimo" os dizimistas da igreja que mantém a igreja a ajudam a realizar a festa (entrevistado 2).

A partir dos relatos da coordenadora da igreja, constatou-se que não existem apoios financeiros oriundos de órgãos públicos municipais, como a Secretaria Municipal de Cultura, nem de instituições estaduais ou federais voltadas ao financiamento dessas festividades. Possivelmente, editais de incentivo à cultura poderiam contribuir para o fortalecimento desses eventos; entretanto, não há indícios de que esses mecanismos tenham sido acessados pela comunidade.

Nos últimos anos, tem sido observada a presença de estruturas modernas de palco, compostas por grandes caixas de som, mesas de controle e sistemas de iluminação que contrastam com a tranquilidade característica da comunidade.

As músicas são executadas, em geral, em elevados níveis de intensidade sonora, podendo ser ouvidas em comunidades vizinhas, aspecto que reforça a forte influência urbana sobre os modos de vida e as manifestações culturais dessas localidades.

Os aportes tecnológicos contemporâneos, relacionados ao que Milton Santos (2006) denomina de meio técnico-científico-informacional, ainda são relativamente escassos e recentes no distrito de Piraí. Um exemplo é o acesso à internet, implantado apenas em 2019, com a instalação de uma pequena antena de alcance reduzido, pertencente à empresa parintinense MR Jomar. Atualmente, diversas residências já dispõem de acesso à internet por meio de redes Wi-Fi.

A comunidade dispõe de energia elétrica proveniente do Programa Luz para Todos e de abastecimento de água por poços artesianos. Entretanto, a comunicação por telefonia celular permanece inexistente. Poucos moradores possuem antenas rurais que possibilitam o uso de telefones, compartilhando esse serviço com outros comunitários quando surgem necessidades urgentes de comunicação.

Grande parte dos recados urgentes ainda é transmitida por rádio, meio que também desempenha papel fundamental na divulgação da festa. Duas emissoras predominam na região: a Rádio Ariramba e a Rádio Andirá.

As redes sociais passaram a integrar o cotidiano da comunidade nos últimos anos; entretanto, seu acesso ainda ocorre, em grande medida, na cidade, por moradores que transitam regularmente entre os espaços rural e urbano.

Também não foi identificado qualquer tipo de política pública voltada ao fortalecimento da infraestrutura de comunicação da comunidade. Observou-se que a maior parte dos moradores com acesso à internet ocupa cargos públicos no distrito.

Nesse sentido, as atividades da economia criativa necessitam de um olhar atento, pois não são demonstradas com clareza durante a festa, mas aparecem como potencialidades, pela ampla gama de manifestações dos modos de vida das pessoas que frequentam o festejo.

Por economia criativa entende-se, de acordo com Miguez (2007), por

> "A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais" (Miguez, 2007, p. 96)

Listam-se, como potenciais atividades da economia criativa, diversos elementos presentes no cotidiano da comunidade. Embora o caboclo interiorano possua amplo domínio de saberes relacionados ao manejo de recursos locais, como cipós, madeiras e fibras, produzindo uma variedade de utensílios destinados ao uso cotidiano — entre eles paneiros, peneiras, tipitis, armadilhas e moradias —, nenhum desses produtos é adaptado para fins artesanais ou transformado em itens que possam contribuir para o complemento da renda familiar.

De forma geral, e reconhecendo a necessidade de aprofundamento por meio de estudos específicos, identificam-se algumas atividades e recursos que apresentam potencial para serem valorizados no âmbito da economia criativa:

a) Manejo e beneficiamento da madeira, tanto para a construção de embarcações quanto para o fornecimento de matéria-prima destinada à produção de móveis na cidade.

b) Manejo e utilização de fibras e cipós na confecção de diversos utensílios, os quais podem ser adaptados para outras finalidades, especialmente para a produção artesanal.

c) Manejo e aproveitamento de recursos da bioeconomia voltados ao uso medicinal. Os moradores mais antigos da comunidade detêm amplo conhecimento sobre ervas, plantas e raízes medicinais, constituindo um importante acervo de saberes tradicionais que pode ser sistematizado em um catálogo local.

Considerações finais

A pesquisa, ao apresentar o levantamento das festas religiosas da bacia do rio Andirá, destacou sua importância e a diversidade de dinâmicas culturais presentes na região, nas quais a influência da cidade e dos modos de vida urbanos se faz perceptível, sem, contudo, eliminar completamente as práticas e tradições locais. A historicidade dessas festividades está diretamente relacionada ao processo de expansão da religião católica nesses territórios, permanecendo esta como a principal manifestação religiosa, apesar da crescente presença e concorrência das diferentes vertentes cristãs protestantes. As igrejas católicas continuam sendo o principal elemento arquitetônico de identificação simbólica das comunidades, localizadas, em geral, na área central e às margens do rio principal.

Não foi objetivo desta pesquisa mensurar quantitativamente o possível declínio do catolicismo no território do Andirá. Entretanto, as observações de campo indicam um progressivo esvaziamento da participação nos cultos e demais atividades religiosas, sobretudo entre os jovens.

A análise dos cartazes de divulgação demonstra que o elemento religioso vem perdendo centralidade como principal fator de atração das festividades, cedendo espaço para apresentações musicais e outras atrações de entretenimento utilizadas como estratégia para ampliar o público participante. Essas transformações evidenciam as rápidas mudanças pelas quais os festejos religiosos vêm passando. Alterações semelhantes também foram observadas na culinária, marcada pelo aumento do consumo de produtos industrializados.

A pesquisa desenvolvida abre novas perspectivas para investigações futuras, uma vez que as festas religiosas constituem resultado de um esforço coletivo que mobiliza diferentes redes de sujeitos e formas de organização comunitária. Nesse contexto, identifica-se uma modalidade própria de governança construída a partir das relações estabelecidas durante a preparação e realização das festividades. Redes de sociabilidade são fortalecidas nesses momentos, em que a rotina de trabalho camponês-ribeirinha é temporariamente suspensa para dar lugar à celebração coletiva. Esse potencial organizativo pode ser canalizado para iniciativas que fortaleçam a interação e a comunicação entre as comunidades da calha do rio Andirá, utilizando os espaços das festividades como oportunidades para o debate, a construção de projetos comuns e o fortalecimento das ações coletivas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita. **Festa á brasileira significados do festejar, no país que "não é sério".** Universidade de São Paulo, 1998.

BARTOLI, Estevan. **Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM).** GOT, n 19 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território, 2020.

BARTOLI, Estevan. et al. **Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: a dimensão produtiva e seus componentes.** Revista Desenvolvimento em Questão: Editora Unijuí, 2023.

CARNIELLO et al. **A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes**, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento**,** 2022.
CARNIELLO et al. **Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão cultural e seus Componentes.** Ed. Desenvolvimento, em questão 2023.
CLEMENTINO, Manoel Marcos de Moura. **Marujada de São Benedito de Freguesia do Andirá: Um Patrimônio Cultural a ser (re) conhecido.** Volume II, RHE- revista educação e humanidades. 2021.
DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Im-prensa Oficial, 2001, p. 969-978. v. 2.
MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Cultos de santos e festas profano-religiosas.** Manaus: Imprensa, 1983.
NUSSBAUMER et al. **Teorias e Politicas da cultura.** Salvador EDUFBA, 2007.
RAMOS e RIBEIRO, **Juventude rural quilombola: organização e participação nas manifestações socioculturais no quilombo Santa Tereza do Matupiri.** In; BARTOLI, Estevan. **O Rio Andirá: patrimônio territorial da Amazônia brasileira.** Embu das Artes, São Paulo: Alexa Cultural, 2024.
ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4 ed. São Paulo, 2006.
SANTOS, Willian: Rocha, j.m **Marujada em Freguesia do Andirá:** processos de resistência de uma cultura festeira, Barreirinha/AM. In; BARTOLI, Estevan. **O Rio Andirá: patrimônio territorial da Amazônia brasileira.** Embu das Artes, São Paulo: Alexa Cultural, 2024.
SARAIVA et al. **Espacialidade das festas religiosas em comunidades ribeirinhas de porto velho, Rondônia.** Espaço e cultura, 2008.
SILVA, Charlene Maria Muniz. **Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do zé açu**. 2015.
TINHORÃO, José. **As festas no Brasil colonial.** 1 ed. Editora 34 Ltda. São Paulo, 2000.
WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos.** 3. Ed. São Paulo: Edusp, 1988.

7 - Dinâmica comercial e redes de sociabilidade entre a comunidade São Sebastião do boto e Parintins (AM)[42]

José Rian Cruz Gonçalves
Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas - Parintins – Amazonas – Brasil

Rildo Oliveira Marques
Secretaria de Estado de Educação – Barreirinha – Amazonas – Brasil

Luís Fernando Belém da Costa
Secretaria Municipal de Educação – Barreirinha – Amazonas – Brasil

1 Introdução

Nas últimas décadas, a dinâmica comercial existente entre o igarapé da comunidade São Sebastião do Boto e a sede municipal de Parintins fortaleceu-se por meio das atividades primárias, baseadas na comercialização de produtos agrícolas e pecuários.

O texto objetiva analisar os aspectos produtivos e as redes de comércio e sociabilidade que compõem as atividades da família Souza, tendo como figura central as territorialidades de um de seus membros. Descrevem-se as interações dos principais componentes dessa rede entre cidade e interior (fixos e fluxos), em sua intensa articulação com Parintins.

Os objetivos específicos são: apresentar a trajetória de vida da família, considerando as mudanças nas relações entre os interiores e a cidade; analisar o perfil socioeconômico e os aspectos da moradia; descrever os principais aspectos da circulação; e descrever as redes de ajuda existentes entre a cidade e os interiores.

Na análise da trajetória, pretende-se descrever quais foram as principais mudanças recentes nas redes, quem migrou, para onde, por quê e como a rede familiar se configura diante dessas alterações. A hipótese norteadora é a de que a trajetória de vida e as migrações da família Souza para a cidade apresentam mudanças drásticas na rede, mas também evidenciam como ela se reconstrói e se reestrutura entre a cidade e o interior.

[42] Capítulo adaptado do trabalho de Conclusão de curso em Licenciatura em Geografia (2025), apresentado na Universidade do Estado do Amazonas (CESP).

A presente pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa de campo e a aplicação de formulários. Para a coleta de dados, realizou-se a observação direta, com registros fotográficos e aplicação de questionários elaborados para o principal produtor rural, morador da comunidade São Sebastião do Boto. Obtiveram-se relatos sobre as atividades agropecuárias desenvolvidas em sua propriedade, destacando os fatores positivos e negativos evidenciados desde o início da produção até o processo de comercialização.

Realizou-se a aplicação de formulários estruturados com o objetivo de obter informações relacionadas às atividades rurais, possibilitando compreender como ocorre a comercialização dos produtos. As redes de sociabilidade entre familiares e amigos revelam-se de extrema relevância para compreender as trocas e complementaridades produzidas na comunidade.

O primeiro questionário trata do perfil socioeconômico e dos aspectos da moradia do produtor, investigando a interação entre a cidade e o interior. O segundo questionário aborda as redes de sociabilidade, a distribuição espacial de seus parentes e familiares, bem como a dimensão de sua produção rural e de sua atividade comercial.

A pesquisa de campo também contribuiu para o registro de aspectos paisagísticos e culturais que, embora não constituam objetivos específicos deste capítulo, apontam temas relevantes para futuros aprofundamentos.

A comunidade onde foi realizada a pesquisa localiza-se em área de várzea, periodicamente inundada, condição que amplia a inundação de canais, furos, lagos e igarapés. O entrevistado reside em um igarapé denominado Igarapé do Boto, localizado nas proximidades da comunidade São Sebastião do Boto.

No Amazonas, as tipologias das moradias de várzea caracterizam-se por construções palafíticas erguidas sobre pilotis, esteios e barrotes, que elevam as casas em relação ao solo. Predominam nessas áreas as moradias de madeira com assoalho. No que se refere às territorialidades, as moradias palafíticas constituem nódulos de diversas redes e atividades familiares, servindo de base para múltiplas práticas cotidianas, inclusive para aquelas desenvolvidas por famílias que mantêm residência na cidade, conforme afirma Souza (2024).

Entretanto, para além da aplicação dos questionários, a pesquisa de campo buscou vivenciar o cotidiano da família, ainda que durante um curto período de permanência. Chamou-nos a atenção o esforço empreendido para a manutenção dos modos de vida daqueles que resistem em meio às ruralidades e às práticas do camponês ribeirinho.

2 Relação cidade – interiores entre igarapé São Sebastião do Boto e Parintins

O modelo STUR (Sistema Territorial Urbano Ribeirinho - Bartoli, 2017, 2022) compreende dinâmicas multidimensionais, considerando interações entre sujeitos da economia popular informal e frações do capital mercantil, além de suas relações com diferentes escalas de rede urbana.

> [...]propomos análise do "retorno ao território" de populações que migraram para cidades e agora reconstroem redes complementares através da interação com o *milieu* urbano. Isso exige entendimento da constante reterritorialização e novas mediações urbanas, que possibilitam coevolução das articulações territoriais transescalares (Bartoli, 2022, p. 240).

A polarização urbana constituiu um dos principais vetores responsáveis por influenciar a circulação e as migrações em direção à cidade. Entretanto, apesar dos inúmeros atrativos oferecidos pelo espaço urbano, nem todos conseguem encontrar meios de subsistência. A disparidade produzida por esse processo de polarização fomenta a assimetria territorial, na medida em que os investimentos se concentram nas áreas mais densamente ocupadas, enquanto, nas áreas rurais e periféricas da Amazônia, permanecem escassos ou praticamente inexistentes.

> [...] Populações indígenas e interioranas antes distanciadas da *presença da cidade como recurso*, do acesso a bens de consumo, educação, instituições etc., hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (BARTOLI, 2017, p. 240).

Norteados pelas forças centrípetas, como a busca por serviços urbanos, entre eles o acesso à educação, saúde, empregos formais e informais, muitos ribeirinhos se deslocam ao núcleo urbano central. Bartoli (2025) aborda redes de sociabilidade na Amazônia, evidenciando que as relações entre a cidade e os interiores são dinâmicas e recíprocas.

Na análise do STUR, coexistem dois conceitos relacionados a compreensão das dinâmicas entre forças centrípetas e forças centrifugas.

> A força centrípeta no STUR consiste no movimento de populações que migram na busca de benesses e melhorias que a cidade oferta, como no acesso a serviços de educação e saúde, instituições de fomento/apoio à produção, bancos, mercados e tantas outras "facilidades urbanas". Isso induz novos contextos de inserção de sujeitos na cidade, que não possui capacidade de absorção laboral, e suscita construção de complementos de renda. Essa demanda impulsiona parte dos sujeitos novamente aos interiores (força centrifuga), que retornam com uma série de produtos industrializados adquiridos nos comércios da cidade, configurando aspectos do processo de urbanização extensiva (Bartoli, 2022, p. 245).

O autor ressalta, ainda, que a força centrífuga passa a ser influenciada por demandas urbanas específicas, alterando a divisão territorial do trabalho dos sujeitos inseridos no STUR. Os vetores das forças centrífugas e centrípetas articulam-se de maneira indissociável aos conceitos de fixos e fluxos, permitindo compreender a dinâmica territorial das cidades ribeirinhas amazônicas.

Os fixos correspondem aos elementos permanentes e materializados no território, abrangendo estruturas físicas, institucionais e simbólicas que servem de suporte aos fluxos. Estes, por sua vez, consistem nos movimentos de pessoas, mercadorias, informações e capitais que circulam pelo território, conforme aponta

Santos (1996). Assim, os fixos constituem o conjunto de elementos espacialmente localizados que possibilitam a existência e a circulação dos fluxos.

Os fixos, representados pelas infraestruturas urbanas, como moradias, escolas, entre outras, atuam como polos de atração, reforçando as forças centrípetas, favorecendo certa solidariedade territorial e a permanência das populações do interior. Entretanto, quando os fluxos se manifestam na forma de êxodo rural, refletem as disparidades socioeconômicas, concentrando a população em áreas urbanas, muitas vezes menos favorecidas do ponto de vista das condições de vida e da oferta de serviços.

3 Comunidade do São Sebastião do Boto

A comunidade São Sebastião do Boto localiza-se na margem esquerda do rio Amazonas, em frente à sede municipal de Parintins. Trata-se de uma localidade onde as atividades laborais multifuncionais se desenvolvem com bastante intensidade, destacando-se o extrativismo, a pesca e as atividades rurais.

Uma das particularidades da comunidade é o fenômeno das **terras caídas**, que ocorre nas margens dos rios e em áreas fluviais, com maior frequência durante os períodos de estiagem. Atualmente, a comunidade possui uma igreja de madeira, construída em substituição à antiga estrutura de alvenaria. Em decorrência dos desmoronamentos ocorridos na parte frontal da comunidade, as famílias entraram em consenso e decidiram construir um novo templo, visando garantir maior segurança aos moradores.

A festa do padroeiro São Sebastião é celebrada no mês de outubro e envolve a realização de torneios, bingos e venda de iguarias. Todo o valor arrecadado é integralmente investido em melhorias para a paróquia. Como ocorre na maioria das comunidades amazônicas, as festas religiosas mobilizam redes de sociabilidade mais amplas, nas quais as relações de ajuda e de troca, tanto materiais quanto simbólicas, tornam-se intensas.

A religiosidade constitui o principal elemento articulador das redes de sociabilidade na comunidade, refletindo-se na mobilização e na cooperação entre as famílias. A organização da festa, o preparo dos alimentos, a limpeza dos espaços e todo o empenho coletivo reforçam os vínculos entre os comunitários. Além disso, essas festividades ampliam a visibilidade da comunidade, uma vez que recebem visitantes provenientes de outras localidades, conforme afirma Jesus (2023).

> A festa, portanto, pode ser entendida, em suas diferentes abordagens, como um espaço para analisar as relações de sociabilidade, conflitos, trocas e interação entre pessoas. Assim, a festa transforma-se em momentos privilegiados de convivência e sociabilidade, do "estar junto", ou seja, o momento de se pensar, interpretar a maneira do outro participar, dialogar, estabelecer formas de convívio, do encontro e de inclusão social. Neste sentido, pode-se dizer que a festa é de grande relevância na vida da comunidade/sociedade, pois as pessoas festejam, comemoram e, sobretudo, estão juntas umas com as outras (Jesus, 2023, p. 5).

O trajeto percorrido da sede municipal de Parintins até a comunidade São Sebastião do Boto é realizado por meio de embarcações de madeira (batelões[43]) e canoas equipadas com motor de rabeta. O tempo de deslocamento varia entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos. Entretanto, no caso das embarcações de maior porte, utilizadas para o transporte de mercadorias e passageiros, esse tempo pode chegar a aproximadamente 3 horas de viagem.

Essas embarcações possuem saídas programadas de segunda a sexta-feira, às 12 horas, constituindo, na maioria das vezes, a principal alternativa de transporte fluvial para o deslocamento de passageiros e o escoamento de mercadorias provenientes das comunidades do interior.

Em razão da proximidade com a sede municipal, as trocas comerciais e sociais intensificaram-se nos últimos anos, estreitando as relações entre a comunidade e os circuitos produtivos e mercantis da cidade. Esse processo vem alterando aspectos das territorialidades locais, conforme analisado pelo Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) (Bartoli, 2022; 2024).

Figura 1 - Aspectos arquitetônicos do setor frontal/beira rio da comunidade



Fotos: Trabalho de campo, 17/05/2025.

Nas proximidades do núcleo da comunidade encontra-se o Igarapé do Boto, elemento presente no cotidiano das famílias que residem em suas margens e o utilizam como via fluvial de acesso, para a prática da pesca artesanal e para atividades comerciais. Além disso, suas águas são utilizadas para o abastecimento das residências, atendendo ao consumo doméstico e aos animais, o que o torna um importante recurso ambiental para a comunidade.

Como é característico das várzeas amazônicas, as águas barrentas condicionam os modos de vida locais, por meio das inundações e cheias sazonais que orientam a dinâmica do uso do solo, da mobilidade e das práticas espaciais. Na Amazônia, o termo igarapé é utilizado para designar cursos d'água estreitos e pouco profundos. O Igarapé do Boto apresenta comportamento intermitente (temporário[44]), secando durante o período de estiagem

[43]Embarcação regional que serve para transportar pessoas, animais ou mercadorias, construído de madeira com motor de centro ou na popa (rabeta). SANTANA, Marquelino. Batelão, casa e vida – Parte II. *Ecoamazônia*, 2024.

[44]Diz-se o curso d'água cujo regime não é permanente, isto é, que deixam de existir periodicamente, embora haja água no subálveo. Rio temporário é sinônimo de *rio efêmero;* no entanto, os

Figura 2 - Igarapé do Boto



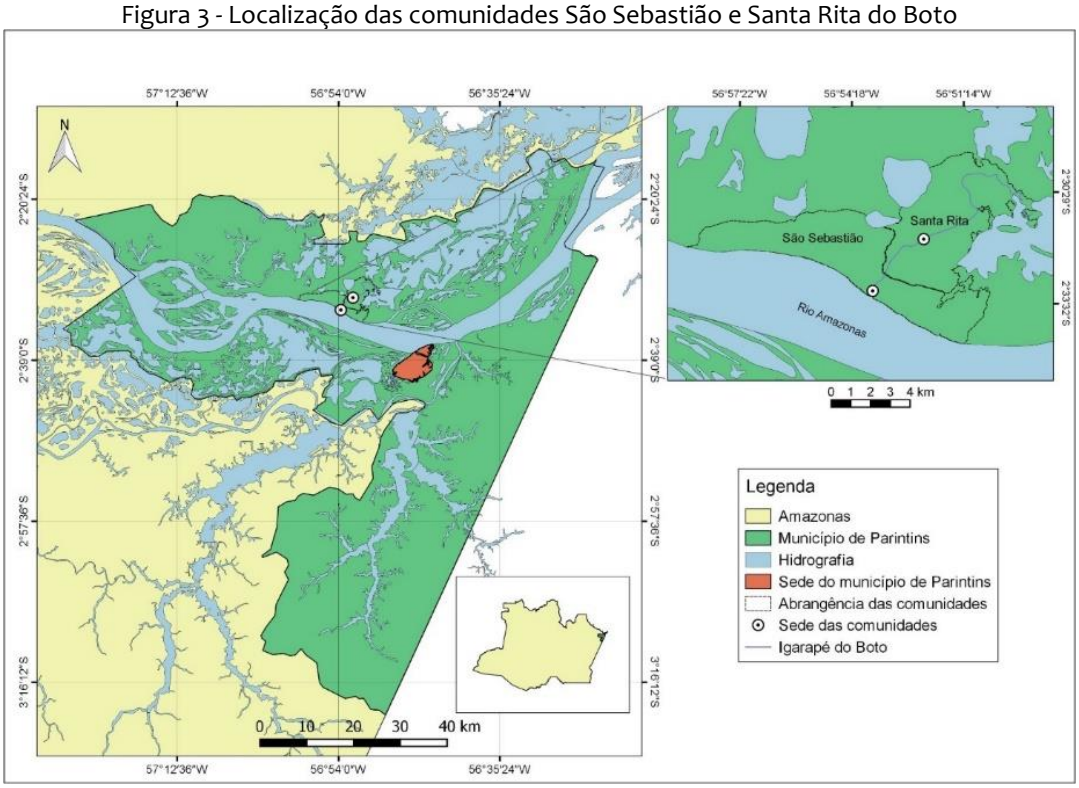
Foto: Trabalho de campo, 16/05/2025.

O Igarapé do Boto conecta, ao longo do ano, o rio Amazonas a diversos lagos do complexo Macuricanã. Em sua entrada localiza-se a sede da comunidade São Sebastião e, em seu curso, encontra-se a sede da comunidade Santa Rita. Esse corpo hídrico constitui um importante elemento condicionador das territorialidades locais, cujas estratégias de uso estão diretamente relacionadas à sazonalidade.

Durante o período da vazante, embora os deslocamentos se tornem mais difíceis, ocorre a chamada safra pesqueira, momento de maior intensidade da atividade de pesca. Nessa época, a várzea volta a ser ocupada pela pecuária e iniciam-se os preparativos para o cultivo de culturas de ciclo curto.

hidrologistas costumam distinguir uma outra categoria de tipo de curso de água, que chamam de *intermitente.* GUERRA, Antônio Teixeira, 1924 – 1968. Novo dicionário geológico-geomorfológico/ Antônio Teixeira Guerra e Antônio José Teixeira Guerra – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Figura 3 - Localização das comunidades São Sebastião e Santa Rita do Boto



Fonte das Bases Cartográficas: IBGE (2010).
Organizadores: Marques e Nascimento (2015).

4 Redes de comércio e sociabilidade

Os fixos existentes no território constituem os espaços onde a vida social e comercial se desenvolve. Um mercado tradicional, por exemplo, exerce importante papel na constituição das redes de sociabilidade e de troca, assim como as praças públicas e outras áreas dotadas de boa infraestrutura. Esses espaços fixos fortalecem as interações sociais, aspecto imprescindível para a manutenção do comércio por meio dos fluxos.

Segundo Milton Santos, "fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente" (Santos, 1997, p. 78), ressaltando que o comércio depende dos fluxos, enquanto as redes de sociabilidade dependem da existência de fixos adequados para sua realização.

De acordo com o produtor rural entrevistado, existe uma ampla rede de trocas de bens e serviços, na qual as dinâmicas comerciais ocorrem de diferentes maneiras, destacando-se a venda direta e a comercialização por meio de atravessadores.

A venda direta, sem intermediários, possibilita ao produtor manter maior controle sobre o preço dos produtos, além de estabelecer uma relação interpessoal com os compradores, gerando confiança e valorização da sua produção. Essas dinâmicas contribuem significativamente para o fortalecimento do setor agropecuário, uma vez que esse tipo de relação comercial é marcado pelo contato direto entre produtor e consumidor no momento da negociação.

Nas vendas realizadas por intermédio dos atravessadores[45], observa-se a desvalorização dos produtos. Nessa relação, o produtor submete-se aos preços estabelecidos pelo intermediário e, em síntese, perde o controle sobre o destino de sua produção. Embora essa relação apresente inúmeros aspectos negativos, os atravessadores também desempenham funções importantes, especialmente no que se refere à logística e ao acesso ao mercado. Como adquirem grandes quantidades de produtos, sobretudo os perecíveis, reduzem o risco de os produtores transportarem grandes volumes até a área urbana e sofrerem prejuízos em razão da dificuldade de comercialização.

Segundo o produtor entrevistado, anteriormente sua produção era comercializada por valores muito inferiores às suas expectativas. Entretanto, mais recentemente, a atuação da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) tem reduzido a vulnerabilidade histórica dos produtores em relação aos atravessadores. A instituição realiza a aquisição de parte da produção, proporcionando melhores condições de comercialização e ampliando o retorno financeiro dos agricultores.

Durante o período das colheitas, os produtos do entrevistado são transportados em canoas, todas equipadas com motor de rabeta[46]. Esses fluxos comerciais entre a comunidade São Sebastião do Boto, especialmente a propriedade do entrevistado, e a cidade de Parintins intensificaram-se significativamente nos últimos anos. Os produtos que mais se destacam nessa circulação são os oriundos da atividade agrícola, como macaxeira, cheiro-verde, maracujá e melancia, além da carne bovina, do leite e de seus derivados. Esses circuitos produtivos e comerciais serão descritos nos itens seguintes.

5 Trajetórias de vida e perfil socioeconômico entre interiores e as cidades

O entrevistado Manoel José Silva de Souza, conhecido entre familiares e conterrâneos pelos apelidos de "MJ" ou "Manel", reside na comunidade São Sebastião do Boto. É filho de Euzébio Matelins de Souza (*in memoriam*) e de Maria de Nazaré Silva de Souza (viúva e aposentada), ambos produtores rurais e moradores da comunidade. O casal teve dez filhos, entre os quais Manoel ocupa a quarta posição na ordem de nascimento.

Todos os irmãos, incluindo o entrevistado, receberam a educação básica inicial na escola da comunidade. Entretanto, como a escola não oferecia os níveis de ensino necessários para dar continuidade à formação dos estudantes mais velhos, parte dos filhos migrou para a sede municipal de Parintins, a fim de prosseguir os estudos, enquanto outros se deslocaram para a capital do estado do Amazonas.

Após concluírem a formação básica, profissionalizaram-se na cidade, constituíram suas famílias e passaram a estabelecer a zona urbana como residência

[45]Indivíduo que serve de intermediário na distribuição de produto, comprando do produtor para revender ao comerciante, intermediário.

[46]É o transporte com motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

principal. Os familiares que vivem em Parintins distribuem-se pelos bairros Itaúna I, Itaúna II, Santa Rita de Cássia, Paulo Corrêa, Emílio Moreira e Pascoal Alaggio.

No final da década de 1990, Euzébio Matelins faleceu, fato que marcou o início da mudança de dona Maria de Nazaré para a cidade, onde reorganizou sua vida. Atualmente, reside no bairro Itaúna I, juntamente com sua filha mais velha, Maria José.

Seu Manoel, por outro lado, sempre se identificou com o modo de vida ribeirinho. Por essa razão, optou por permanecer na comunidade, onde vive até os dias atuais, sustentando-se por meio da agricultura, da pesca e da criação de animais. É casado com dona Ednelma e pai de oito filhos, distribuídos entre a comunidade São Sebastião do Boto, Zé Açu, Santo Antônio do Aduacá (conhecido como Cutipanã), Paraná do Meio, Paraná de Cima e a cidade de Manaus.

Na residência de seu Manoel vivem sete pessoas: sua esposa, dona Ednelma; os dois filhos mais novos; uma filha, acompanhada de seu esposo; e sua neta, de 10 anos de idade, criada pelo casal desde os três anos e considerada por eles como filha.

Na propriedade, todos compartilham as diferentes atividades cotidianas. Os homens dedicam-se à pesca, ao arrendamento de campos, aos serviços de roçado e à comercialização dos produtos agrícolas e pecuários produzidos na propriedade. As mulheres, por sua vez, desempenham as atividades domésticas, preparando as refeições da família, cuidando das crianças, zelando pela casa e cultivando as hortaliças que são comercializadas como excedentes nas feiras e no comércio local.

Segundo seu Manoel, a renda mensal da família é estimada em aproximadamente dois salários mínimos, provenientes das atividades desenvolvidas na propriedade, especialmente da pesca, da agricultura e da pecuária. A família também é beneficiária do Programa Bolsa Família, considerado um importante complemento de renda para auxiliar nos cuidados e na manutenção das crianças.

A moradia do entrevistado possui três cômodos (Figura 4), é construída em madeira, seguindo o padrão palafítico característico das áreas de várzea. A família não possui residência na sede de Parintins; entretanto, dispõe de outra moradia na cabeceira do Patrício, no interior do distrito de Caburi, em uma propriedade denominada Prainha. Esse local funciona como área de transição para o manejo do gado, dos equinos e dos suínos sempre que a área de várzea da comunidade São Sebastião do Boto é atingida pelas cheias. Essa estratégia de múltiplas moradias tem sido frequentemente identificada nas relações entre os usos do território e a divisão territorial do trabalho.

Figura 4 - Residência do entrevistado, as limítrofes do igarapé do boto



Foto: Trabalho de campo, 17/05/2025.

A família possui transporte fluvial próprio, utilizando constantemente uma canoa equipada com motor de rabeta, da marca Honda GX270, com potência de 9 HP. Em um deslocamento de ida e volta entre a sede municipal de Parintins e a comunidade, são consumidos aproximadamente 8 litros de gasolina, em um percurso com duração média de duas horas.

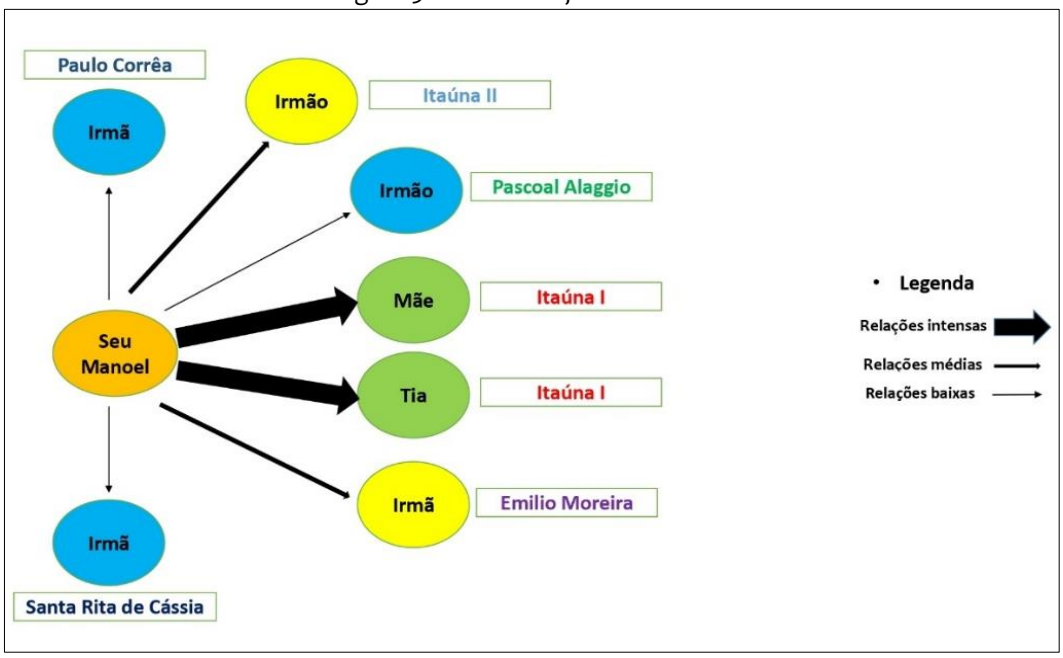
6 Redes de ajuda na cidade

A rede de ajuda estruturada a partir da articulação entre o interior e a cidade é imprescindível para a reprodução da vida cotidiana dessas famílias. Ela é construída por meio de laços de amizade, parentesco, confiança e reciprocidade, que sustentam diferentes formas de cooperação. Essas relações materializam-se por meio da troca de recursos, como o envio de alimentos, dinheiro, medicamentos, roupas, entre outros bens, motivadas pelas mais diversas necessidades e circunstâncias.

> As redes consistem no agrupamento de objetos conectados entre si de alguma maneira. Essa generalização do termo torna-o difícil de ser definido com rigor, mas, no primeiro momento, essas relações podem ser identificadas como conexões ou caminhos em que mensagens e auxílios circularão (WATTS, 2009, *apud* CUNHA, 2023, p. 7).

A figura 5 é apresentado por meio de um fluxograma, salientando as relações intensas, medias e baixas, demonstrando as respectivas redes de ajuda na cidade.

Figura 5 - Redes de ajuda na cidade



Fonte: organizado pelos autores.

Uma das **relações mais intensas** de seu Manoel entre o interior e a cidade é estabelecida com sua mãe. Essa relação fundamenta-se, principalmente, na hospedagem, que ocorre sempre que ele se desloca à cidade para resolver questões burocráticas, além de empréstimos eventuais e, em algumas ocasiões, do recebimento de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Nas relações de **intensidade média**, sempre que o entrevistado se desloca para a área urbana, visita com maior frequência a residência desses irmãos. Nessas ocasiões, recebe caronas e auxílio com transporte para facilitar seus deslocamentos pela cidade.

Nas relações de **menor intensidade** com os demais irmãos, embora as visitas sejam esporádicas, permanece uma forte reciprocidade familiar. Um exemplo recorrente ocorre quando o produtor envia seus produtos para comercialização na cidade. Os irmãos com quem mantém menor frequência de contato consomem esses produtos e também contribuem para sua divulgação e comercialização.

Na relação entre o interior e a cidade, seu Manoel envia produtos agrícolas e pecuários, como pescados, hortaliças, leite e derivados, carnes e frutas, além de abastecer sua tia. Por intermédio desses envios, a maior parte dos irmãos também é beneficiada, pois sua mãe realiza a distribuição dos produtos entre os familiares.

7 Redes de sociabilidade e comercial interiorana

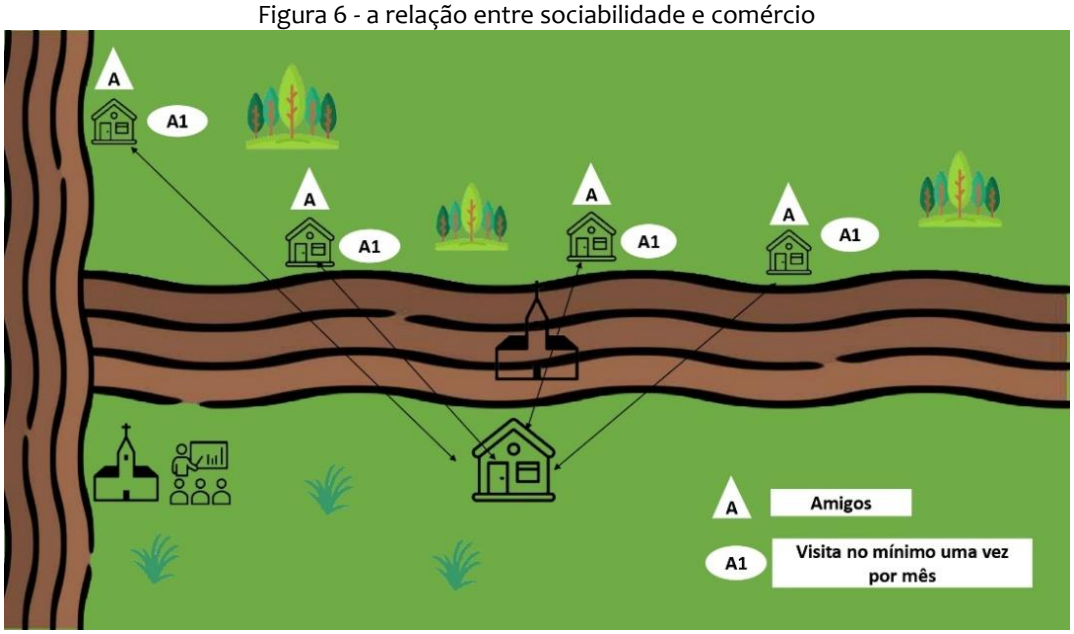
As redes de sociabilidade interioranas compreendem as relações sociais estabelecidas entre os moradores em seu cotidiano. Essas relações são construídas por meio de laços de parentesco, amizades, trocas de favores e participação em eventos comunitários.

A rede comercial interiorana caracteriza-se pela venda direta, pelas trocas locais e pela lógica da subsistência. As diversas trocas comerciais realizadas pela

família têm como principal elemento de mediação o pescado obtido em suas atividades. Essa rede comercial sustenta práticas como o escambo, realizado com bastante frequência, em que o excedente da produção é trocado por farinha, roupas, medicamentos e, em alguns casos, por produtos pecuários.

A Figura 6 apresenta a rede de sociabilidade e as trocas comerciais estabelecidas pela família. Adotou-se a letra **A** para identificar os amigos distribuídos ao longo do igarapé e no núcleo da comunidade. A sigla **A1** representa os vínculos caracterizados por visitas semanais ou mensais.

Figura 6 - a relação entre sociabilidade e comércio



Fonte: Organizado pelos autores.

A Figura 6 demonstra que existem quatro nódulos de maior contato ao longo da semana, estabelecidos principalmente por vínculos de amizade, uma vez que, conforme observado, a maior parte dos parentes mais próximos reside na cidade. As relações semanais desenvolvem-se por meio das atividades laborais realizadas com amigos. São três amigos residentes no igarapé e um na comunidade. A pesca, os roçados, as trocas e o comércio constituem as principais práticas que mantêm essa rede em funcionamento. De acordo com Cândido (1971, p. 62), "a sociabilidade consiste no agrupamento de algumas ou mais pessoas, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdicas e religiosas".

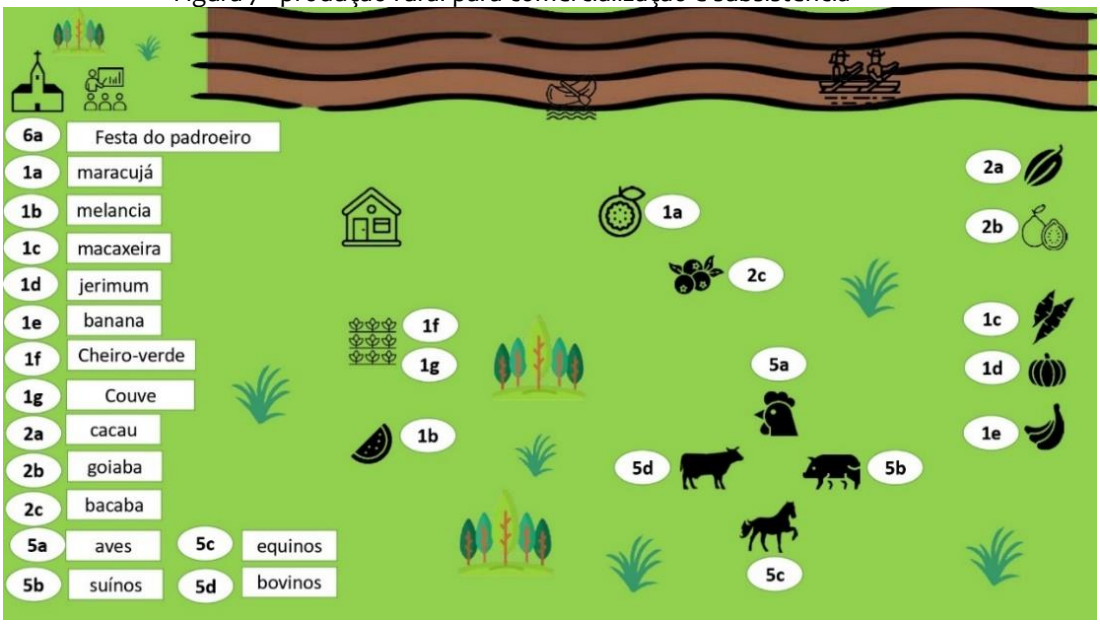
Alguns produtos são mais recorrentes nesse intercâmbio, destacando-se a produção de melancia, iniciada no segundo semestre do ano, com colheita prevista para o final de outubro. Segundo o produtor, seu Manoel, nas safras anteriores foram cultivados mais de 800 pés de melancia. Em alguns anos, o cultivo é realizado em sua própria propriedade.

Entretanto, conforme seus relatos, na safra que se aproxima optará por estabelecer uma parceria agrícola, cultivando a melancia na propriedade de um amigo e dividindo, ao final, os lucros obtidos com a produção. Nessa parceria, o

amigo disponibilizará a terra para o cultivo, enquanto seu Manoel fornecerá os insumos necessários.

Quanto à produção rural, a Figura 7 apresenta os itens destinados à comercialização e à subsistência. Na dimensão da produção rural voltada ao comércio, foi utilizado o número **1** para identificar todas as localidades que possuem produção destinada à venda. Na dimensão da produção voltada à subsistência (consumo próprio), utilizou-se o número **2**. Na criação de animais, observa-se um equilíbrio entre a produção destinada ao consumo familiar e aquela voltada à comercialização, situação representada pelo número **5**. Por fim, a festa do padroeiro da comunidade São Sebastião do Boto é representada pela sigla **6a**, correspondente às manifestações religiosas.

Figura 7 - produção rural para comercialização e subsistência



Fonte: Organizado pelos autores.

Em sua propriedade, o núcleo familiar representa a principal força de trabalho. Parte da renda obtida por meio da comercialização dos produtos é destinada ao sustento da família, enquanto outra parcela é reinvestida na própria propriedade.

Entre as espécies frutíferas e os produtos cultivados para subsistência destacam-se o cacau, a bacaba (utilizada para a extração de suco), a goiaba, a batata-doce e o ingá. Outros produtos apresentam expressiva demanda comercial, entre os quais se destacam o maracujá, a melancia, a macaxeira, o jerimum, a banana e as hortaliças, como chicória, cheiro-verde, cebolinha e couve. Complementando a agricultura, a pecuária representa outra importante fonte de sustento para a família.

Entre os itens que proporcionam retorno financeiro significativo destacam-se a criação de gado para a produção de carne, leite e derivados (queijo, doce de leite e manteiga); a criação de aves para a produção de ovos; a criação de equinos, utilizados nos trabalhos de tração, no transporte interno, no preparo do solo e no manejo do gado; e a criação de suínos, que fornece carne para consumo e, por meio

da comercialização da carne e da banha, também contribui para o sustento da propriedade.

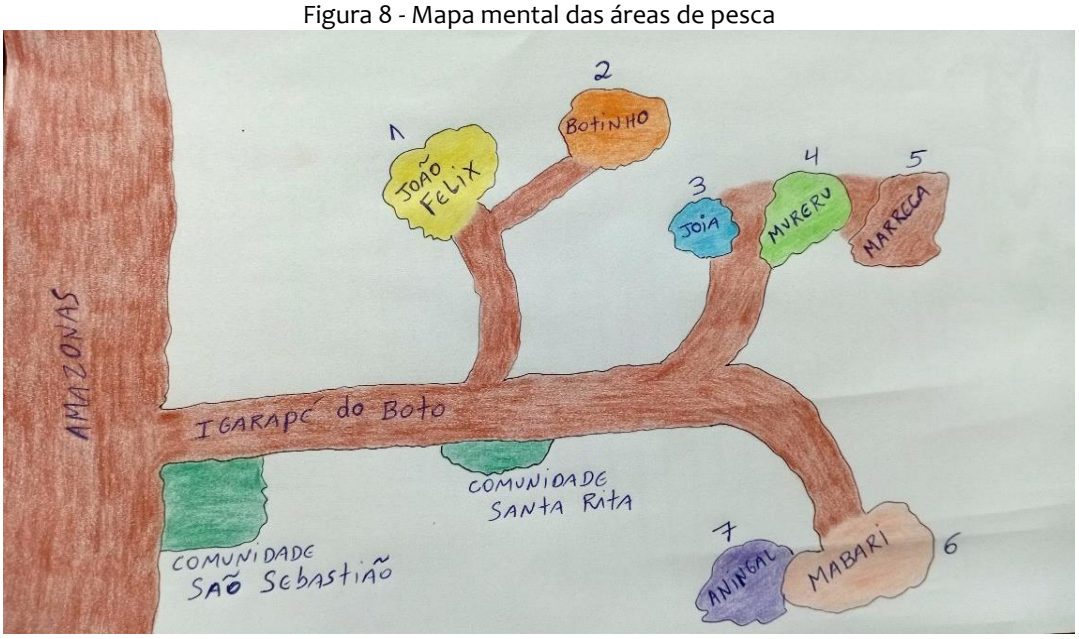
8 Dimensão da pesca

A rede de sociabilidade e de comércio intensifica-se durante o período da vazante dos rios, época mais propícia à pesca de diversas espécies, com destaque para o apapá. Nesse período, a redução do nível das águas concentra os peixes nos lagos, igarapés e canais, favorecendo a atividade pesqueira.

A pesca é uma atividade tradicional e realizada de forma coletiva. Segundo o entrevistado, geralmente participam cinco canoas equipadas com motores de rabeta, cujos comprimentos variam entre 6 e 6,5 metros. A produção média alcança aproximadamente 300 kg de pescado por semana.

Em razão de se tratar de uma área de várzea, diversos lagos se formam no entorno do Igarapé do Boto, proporcionando uma grande diversidade de ambientes favoráveis à pesca e ao sustento das famílias. A Figura 8 foi elaborada a partir de uma cartografia mental produzida pelo entrevistado, representando o circuito percorrido entre os lagos de alta piscosidade.

Figura 8 - Mapa mental das áreas de pesca



Fonte: Trabalho de campo (2025).

O mapa mental descreve os lagos mais próximos, todos interligados ao Igarapé do Boto, sendo eles: **1)** João Félix; **2)** Botinho; **3)** Joia; **4)** Mureru; **5)** Marreca; **6)** Mabari; e **7)** Aningal.

As espécies de peixes mais capturadas nessas pescarias tradicionais são: tambaqui, curimatá, bodó, cuiú, pacu e apapá. Segundo o entrevistado, as espécies menos capturadas são o pirarucu, o tucunaré e a pescada. O destino do pescado baseia-se tanto na partilha quanto na comercialização. A partilha ocorre quando o excedente é dividido igualmente entre aqueles que participaram da pescaria ou destinado ao consumo da própria família. O pescado também pode ser utilizado

como objeto de escambo entre os vizinhos ou comercializado nas localidades próximas.

Essas práticas revelam importantes relações de solidariedade entre os ribeirinhos, que se manifestam desde a partilha do pescado com famílias que não puderam participar da pescaria até a doação para idosos e comunitários enfermos, reforçando os vínculos de reciprocidade existentes na comunidade.

Considerações finais

O presente estudo contribui para as discussões sobre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), ao fornecer elementos que evidenciam redes territoriais constituídas a partir de práticas espaciais que configuram estruturas capazes de sobrepor e articular cidade e interiores em um recorte amazônico.

Confirma-se a hipótese da pesquisa de que, apesar dos impactos decorrentes das mudanças associadas ao ambiente urbano, as redes de sociabilidade permanecem ativas, tendo como principal ponto de referência o entrevistado. As territorialidades rurais revelam vínculos territoriais significativos, nos quais se destaca a expressiva produção rural e a importância das redes de ajuda constituídas entre amigos e parentes no entorno do igarapé, elementos essenciais para a reprodução da vida cotidiana.

No que se refere à influência urbana, percebe-se que, apesar da migração de parte da família, as redes de complementaridade permanecem ativas, sustentando interações contínuas e relevantes. Embora predominem visitas mensais, as ruralidades continuam adentrando o espaço urbano, seja por meio da circulação de alimentos, seja pelos vínculos afetivos mantidos entre os familiares e os interiores, ou, ainda, pela segurança alimentar proporcionada por essas redes.

A proximidade com a sede municipal favorece que essa interpenetração entre cidade e interior ocorra de forma constante. Esse "desenho" territorial da família analisada revela-se como um importante trunfo diante dos contextos nos quais esses sujeitos atuam. A circulação de alimentos, os produtos do extrativismo e um modo particular de percorrer o território, sustentado por saberes que se desdobram em práticas cotidianas, evidenciam uma relativa autonomia sobre o espaço. Esse conjunto de relações constrói um modo de vida situado, de grande importância para repensarmos as relações entre cidade e interiores e para aprendermos com as experiências dessas populações.

Por fim, essas redes configuram coletivos de uso do território que podem contribuir para a formulação de políticas públicas. Tanto o direito à cidade compreendido como o direito de morar, interagir com qualidade, usufruir dos serviços de educação e saúde, participar das decisões políticas e produzir espaços e territórios, quanto o fortalecimento dos vínculos camponeses-ribeirinhos constituem pautas relevantes para grupos de pesquisa e movimentos sociais em toda a Amazônia. Nesse contexto, iniciativas como a criação de feiras itinerantes e de mercados integrados devem ser consideradas, possibilitando que produtores das comunidades comercializem regularmente seus produtos com Parintins e com outros nódulos da rede sub-regional.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Danilo André Aguiar et. al. ***"A presença dos atravessadores na cadeia produtiva do açaí no Estado do Amapá: transportadores tradicionais capitalistas ou operadores logísticos? Uma perspectiva sob a ótica de Fleury".*** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 4, n. 6, p. 2923-2938, out/dez. 2018

BARTOLI, Estevan. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).* 2017 (**Tese de Doutorado**). Presidente Prudente: PPGG / UNESP.

BARTOLI, Estevan. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais** / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 231-262.

BARTOLI, Estevan. Patrimônio territorial na Amazônia urbano-ribeirinha: concepções situacionais a partir das margens. **Revista de Geografia**, *[S. l.]*, v. 40, n. 4 (Especial), p. 120–145, 2023.

BARTOLI, Estevan. Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM). **Revista Campo – Território.** 2025.

CANDIDO, Antônio, 1918. ***"Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e transformação dos seus meios de vida".*** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971, 2. Ed.

CUNHA, Tiago; DARYS, Mirela; MIYASAKA, Elza. ***Redes Pluridomiciliares de Suporte Social em Cacoal (Rondonia, Brasil)***. Pontificia Universidade Catolica do Paraná. Urbe, Revista Brasileira DE Gestão Urbana, vol 15, e202220217,2023.

GONÇALVES, E.P. (2001). ***Iniciação à pesquisa cientifica***. Campinas, SP: Alínea, p. 67.

JESUS, Maria Eunice de. ***A festa como espaço de sociabilidade: Saberes e Celebrações na comunidade negra rural do mulungu de Boninal – Bahia.*** SERTANIAS: Revista de ciências humanas e sociais, 2023, v.4, n.2, p. 1-23.

MARQUES, EDUARDO. ***"Redes sociais, segregação e pobreza".*** 1. UNESP, 2010.

NOGUEIRA, L. R. B. (2015). ***Entre idas e vi(n)das do rio: o habitar poético do ribeirinho no Amazonas.*** Dissertação Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Niterói, Universidade Federal Fluminense.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista (1994). ***Amazonas: um estado ribeirinho (estudo do transporte fluvial de passageiros e cargas).*** Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a Terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM**/ Dilson Gomes Nascimento. 2016, 187 f.:il. Color; 31 cm.

Oliveira Neto, T. & Nogueira, R. J. B. (2019). ***"Os transportes e as dinâmicas territoriais no Amazonas".*** Confins (Revista franco-brasileira de geografia), N° 43

PORTO, Ademarcos Almeida. **Historicidade do Direito Comercial**. Jusbrasil, 2014. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/historicidade-do-direito-comercial/152147339

SANTOS, M. ***"A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção".*** São Paulo: Edusp, 1996 (reimpresso em 2006, 2008, etc.).

SERAFINI, Lais, M**ecanismos de comercialização utilizados pelos agricultores familiares no mercado.** BOLSISTA E ALUNA DO CTPNM EM AGROPECUÁRIA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 2012.
SOUZA, Crizan Graça. **Dinâmicas das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins-AM**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM. Manaus: 2024

8 - *Redes de artesãos* em Parintins (AM): uma análise sobre práticas espaciais[47]

Rayça Guimarães Maciel
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

1 Introdução

O artesanato é uma expressão cultural que reflete a identidade de uma comunidade, incorporando saberes tradicionais e práticas transmitidas por gerações. Em Parintins (AM), cidade reconhecida pelo seu vibrante Festival Folclórico, o artesanato desempenha um papel importante na dinâmica cultural e econômica local. A produção artesanal na região é marcada pela diversidade de materiais e técnicas, evidenciando a criatividade e a adaptabilidade dos artesãos (Lima et al., 2017). Este estudo objetiva analisar o contexto técnico e cultural da atuação dos artesãos na sede municipal, explorando como suas atividades influenciam e são influenciadas pelo contexto socioeconômico e cultural de Parintins. Desse objetivo desdobram-se os seguintes objetivos específicos: compreender como os artesãos estão espacialmente distribuídos pelos bairros de Parintins; analisar o perfil socioeconômico dos artesãos; identificar as características técnicas, os materiais utilizados e o uso de ferramentas; examinar a influência cultural e a transmissão de saberes; e investigar a comercialização e as dificuldades enfrentadas. Para isso, a metodologia contou com a aplicação de questionários semiestruturados e diálogos abertos, visitas aos estabelecimentos e trabalhos de campo, com registros dos produtos e dos processos produtivos.

Como hipótese norteadora, afirma-se que a maioria dos artesãos possui formação técnica por meio de ambientes informais de aprendizagem, nos quais a atividade persiste de maneira pouco profissionalizada, no que tange à qualificação dos sujeitos por instituições, ONGs ou agências governamentais.

No estado do Amazonas, a crise de empregos e a frágil base econômica têm levado populações a buscar alternativas de subsistência, destacando-se o artesanato como uma importante fonte de renda (Gonçalves e Benatti, 2023). Estudos apontam que o artesanato contribui significativamente para a economia

[47] Capítulo adaptado do trabalho de Conclusão de curso – Geografia (2025), apresentado na Universidade do Estado do Amazonas (CESP).

local, promovendo inclusão social e valorização cultural (Jorcelino et al., 2020; Andrade e Cavalcanti, 2020).

Com esta pesquisa, pudemos identificar que, em Parintins, a produção artesanal é uma atividade significativa que reflete territorialidades e o uso de recursos regionais. Os artesãos, distribuídos por diversos bairros da cidade, continuam a empregar técnicas tradicionais em suas criações, utilizando materiais como madeira, raízes de árvores, cipós, palhas, sementes, fibras naturais e penas artificiais (Souza et al., 2024). Essas práticas artesanais não apenas preservam saberes intergeracionais, mas também contribuem para a continuidade das relações entre a cidade e os entornos (chamados localmente de interiores).

Diante dos resultados, observa-se que essa atividade informal possui intensa presença em bairros periféricos, onde os artesãos continuam a utilizar técnicas tradicionais transmitidas ao longo de gerações, assegurando a continuidade do conhecimento tácito, que compõe parte da identidade amazônica. Os resultados demonstram, ainda, que o setor artesanal não apenas resiste às adversidades econômicas, mas também se reinventa por meio de iniciativas da economia popular. Assim, é essencial que políticas públicas e incentivos sejam fortalecidos para garantir a valorização e o crescimento dessa atividade, promovendo a inclusão social e a manutenção do patrimônio cultural de Parintins.

2 Contextualização: arte do fazer sustentável

Culturalmente, o artesanato em Parintins está intrinsecamente ligado às festividades locais e à identidade comunitária. A confecção de adereços e vestimentas para o Festival Folclórico, como cocares e colares produzidos com penas artificiais e sementes, evoluiu para outras modalidades de produção, como esculturas, pinturas e até mesmo arte digital. As feiras de artesanato, realizadas principalmente entre os meses de junho e outubro, oferecem aos artesãos a oportunidade de comercializar seus produtos.

Outro segmento relevante é a produção de biojoias, que utiliza materiais orgânicos disponíveis nos complexos ecossistemas do entorno da cidade, como sementes e fibras vegetais. No estado do Pará, a comercialização de biojoias movimentou cerca de R$ 4,4 milhões em 2021, segundo dados do Instituto de Gemas e Joias da Amazônia (Gonçalves e Benatti, 2023). Embora os dados relativos ao Amazonas sejam escassos, é plausível inferir que, dada a abundância de recursos naturais e a tradição artesanal, essa atividade apresenta amplo potencial de crescimento.

Outro caso relevante é o artesanato em tururi, fibra extraída do ubucuzeiro (*Manicaria saccifera*) e da castanheira (*Bertholletia excelsa*). Comunidades amazônicas utilizam essa matéria-prima para produzir diversos itens, como sacolas e artigos de moda (Pinto e Pontes, 2023). Essas iniciativas demonstram como o artesanato, alicerçado em conhecimentos tradicionais e recursos locais, pode fortalecer a economia regional e oferecer alternativas viáveis diante das crises econômicas e da escassez de empregos formais (Farias e Pinheiros, 2019).

O artesanato em Parintins, município localizado no estado do Amazonas, caracteriza-se pela utilização de matérias-primas abundantes na região, como

madeira, raízes de árvores, cipós, palhas, sementes, fibras naturais e penas artificiais. Esses materiais são transformados em peças que representam a fauna, a flora e o cotidiano amazônico, evidenciando a criatividade e a habilidade dos artesãos locais (Gomes, 2024).

A relevância econômica do artesanato em Parintins é evidenciada por iniciativas como a 19ª Mostra de Artesanato e Economia Solidária, realizada em 2024, na qual mais de 70 artesãos comercializaram 56.608 peças, arrecadando um total de R$ 1.742.693,50 (Festival de Parintins, 2024). Esses números ressaltam a importância do artesanato como fonte de renda para muitas famílias locais e evidenciam sua capacidade de dinamizar a economia regional (Caldas, 2025).

Estudos como o de Oliveira (2019) analisam a comercialização do artesanato da etnia Sateré-Mawé em Parintins, destacando a transformação de artefatos indígenas em bens de consumo na cidade. Essa dinâmica evidencia a interação entre culturas e a necessidade de discutir o patrimônio imaterial da região.

A cultura pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades adquiridas pelo ser humano enquanto membro de uma sociedade. Segundo Laraia (2001), "todo comportamento humano é aprendido socialmente, o que significa que o homem não nasce com cultura, mas sim a adquire no processo de socialização". Nesse sentido, o ser humano é produto de sua cultura e, por isso, é moldado por ela em suas formas de pensar, agir e sentir. A cultura não é uma herança biológica, mas sim uma construção histórica que permite ao indivíduo interpretar o mundo **à** sua volta.

Além disso, como destaca Laraia (2001), a cultura é dinâmica, pois está em constante transformação em decorrência das interações sociais. O autor afirma que "a cultura não é algo estático; ela muda à medida que o grupo social sofre transformações em sua organização ou entra em contato com outras culturas". Isso significa que a cultura constitui um processo contínuo de adaptação, no qual valores, crenças e práticas são constantemente reinterpretados. Assim, compreender o conceito de cultura exige reconhecer sua pluralidade, sua complexidade e, sobretudo, sua função como elemento estruturante da vida social.

A pesquisa de Andrade (2015) explora os limites, as possibilidades e as contradições enfrentadas pelos artesãos em Parintins, ressaltando a complexidade das relações sociais e econômicas envolvidas na produção artesanal. O autor enfatiza a importância do artesanato como expressão cultural e fonte de sustento para muitas famílias locais.

Nesse contexto, estudos de Bartoli (2018, 2019, 2022) apontam que o acelerado processo de urbanização ocorrido na Amazônia, detalhado na sub-região de Parintins, tem gerado intenso deslocamento de populações interioranas para as periferias urbanas, em bairros de ocupação antiga e recente. A crise econômica, decorrente da escassez de empregos na cidade, faz com que milhares de pessoas continuem acessando os territórios interioranos como estratégia de reprodução da vida. Nesse contexto, uma série de materiais e recursos provenientes dos interiores é "absorvida" pela cidade para fomentar diferentes formas de complementação de renda. Esse cenário possibilita compreender a atividade artesanal como parte desse intenso processo de articulação entre a cidade e as áreas interioranas.

A produção artesanal em madeira também se destaca no município. Andrade (2015) analisa o sistema territorial da madeira ilegal em Parintins, discutindo as territorialidades das redes de sujeitos envolvidos nesse circuito e as implicações para a sustentabilidade da atividade artesanal.

Portanto, os papéis desempenhados pela cidade de Parintins, além de sua responsabilidade como polo universitário e de sua forte centralidade comercial, decorrem da maneira como os recursos oriundos dos interiores são "absorvidos" pela cidade e processados pelo ambiente criativo da cultura popular.

Dessa forma, o artesão parintinense não apenas preserva e transmite saberes tradicionais por meio das técnicas populares e das tecnologias sociais, mas também contribui para a dinâmica econômica e cultural da região, reafirmando a identidade local por meio da propagação de signos e representações amazônicas.

Pesquisas realizadas com artesãos na Amazônia têm demonstrado a relevância desses trabalhadores na conservação das técnicas tradicionais de coleta de materiais na natureza e na produção artesanal (Carriero e Filippi, 2024; Pereira, 2025). No Amazonas, estudos como os de Andrade e Costa (2015), sobre a produção artesanal de biojoias em comunidades ribeirinhas, e Oliveira (2019), sobre o uso sustentável de fibras de arumã por indígenas Ticuna, reforçam a importância dessas práticas. Além disso, trabalhos de Souza et al. (2020) analisam a valorização do artesanato indígena na cadeia produtiva do turismo.

Os desafios enfrentados pelos artesãos incluem a dificuldade de acesso aos mercados consumidores locais e regionais, a necessidade de certificação de origem dos produtos e a concorrência com produtos industrializados e comercializados por meios digitais (Carriero e Filippi, 2024; Pereira, 2025). No entanto, iniciativas de fomento à economia criativa, como a valorização do artesanato em feiras locais e a certificação de produtos sustentáveis, têm apresentado impactos positivos (Unesco, 2022).

Nesse contexto, o Festival Folclórico de Parintins constitui um elemento catalisador central da cultura local, no qual artistas e artesãos desempenham papel fundamental na criação de alegorias e adereços que compõem o espetáculo. Nagel (2023) propõe uma reflexão sobre as singularidades e potencialidades do processo de criação artística e de organização coletiva do festival, evidenciando a inserção dos folguedos, da cultura diaspórica nordestina e do imaginário dos povos que habitam a Amazônia.

Além do aspecto econômico, o artesanato em Parintins constitui uma importante ferramenta para a preservação e a promoção da cultura local (Caldas, 2025). A produção de acessórios indígenas, como cocares, colares e cestarias, não apenas valoriza as tradições ancestrais, mas também contribui para informar turistas e moradores sobre a riqueza cultural da região (Cunha, 2024; Canal e Barreto, 2024).

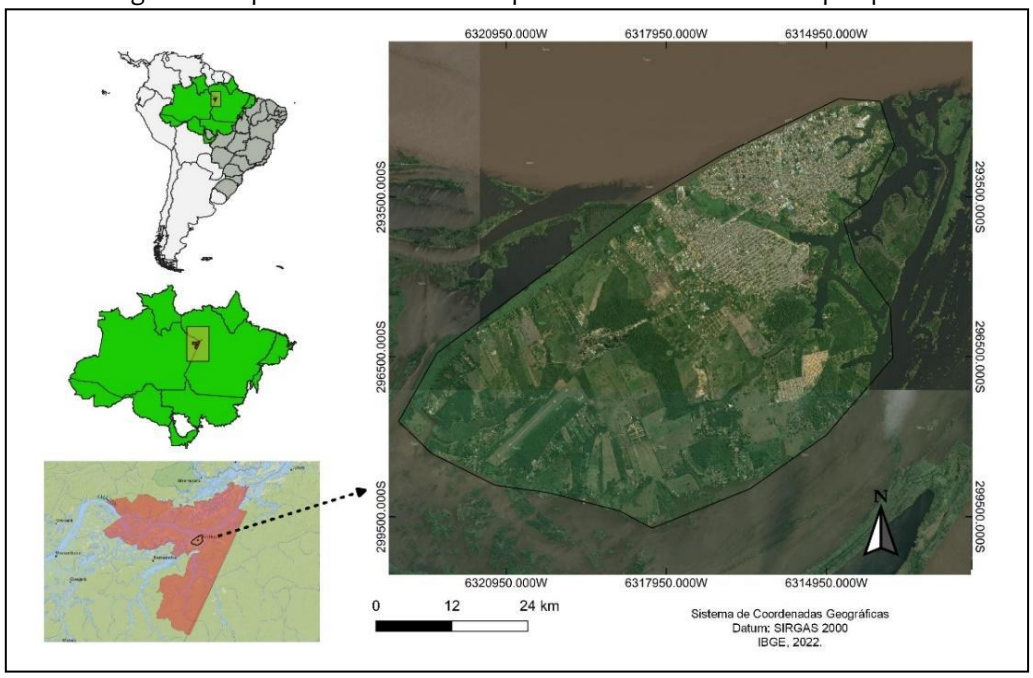
Parintins é um município localizado no estado do Amazonas. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 96.372 habitantes, com densidade demográfica de 16,18 habitantes por km².

Para Schor e Oliveira (2016), a sede do município é considerada uma cidade média de responsabilidade territorial, devido à sua importância como polo

universitário e centro prestador de serviços diversificados, especialmente nas áreas de educação e saúde. A economia de Parintins é diversificada, com destaque para os setores de serviços, comércio e atividades agropecuárias (IBGE, 2025) (Figura 1).

Essas características fazem de Parintins um local de grande relevância para estudos geográficos e culturais, especialmente no que diz respeito à preservação e valorização do patrimônio territorial com viés na análise da multidimensionalidade (Bartoli, 2024).

Figura 1 - Mapa da área selecionada para o desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográficas, Sirgas 2000; IBGE (2022). Elaborado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli (2024).

3 Artesãos e seus contextos socioespaciais

Para a obtenção dos dados, foi realizada a aplicação de questionários. Utilizou-se um questionário semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, para entrevistar os artesãos identificados. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, conforme os objetivos específicos da pesquisa, o questionário abordou os seguintes aspectos:

- Identificação do artesão (idade, gênero, origem e tempo de atuação);
- Técnicas e materiais utilizados;
- Processos produtivos e uso de ferramentas tradicionais;
- Influência cultural e transmissão de saberes;
- Comercialização e dificuldades enfrentadas.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram organizados e tabulados no Microsoft Excel, permitindo a categorização das respostas. Para a análise estatística, utilizou-se o software PAST 4.7, que possibilitou a verificação da distribuição dos dados, a identificação de padrões de similaridade entre os artesãos e a comparação entre diferentes grupos de produtores.

Um exemplo dessa abordagem é o estudo de Souza et al. (2024), que empregou análise geoespacial para avaliar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) em Parintins, Amazonas. Esse estudo demonstrou como ferramentas de geoprocessamento podem ser aplicadas para compreender a distribuição espacial da população e a eficácia das políticas urbanas na região.

Além disso, técnicas de econometria espacial, conforme discutido por Golgher (2015), podem ser utilizadas para identificar dependências e heterogeneidades espaciais nas relações modeladas, aspecto essencial para compreender as concentrações populacionais em áreas específicas. No caso desta pesquisa, sabe-se que, por fatores externos ao escopo do estudo, existe maior concentração de artesãos em bairros mais tradicionais ou em áreas de recente expansão habitacional, em razão da tradição local, do êxodo rural, das oportunidades de moradia e de fatores relacionados ao acesso aos serviços de saúde.

Essas abordagens permitem uma compreensão detalhada das dinâmicas espaciais em Parintins, contribuindo para o planejamento urbano e para a implementação de políticas públicas mais eficazes.

Com a compilação dos dados tabulados, a interpretação dos resultados foi facilitada por meio das análises propostas para a elaboração dos dados. A partir da tabulação, elaboraram-se mapas temáticos para representar espacialmente a distribuição dos artesãos identificados no município, utilizando ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para o georreferenciamento e o software QGIS para a elaboração dos mapas.

Essa abordagem metodológica permitirá uma compreensão ampla e aprofundada da produção artesanal tradicional em Parintins, contribuindo para a valorização desses saberes e para sua preservação pelas futuras gerações.

A primeira etapa consistiu na pesquisa de campo, realizada entre os meses de junho de 2024 e janeiro de 2025, com visitas às áreas de maior concentração de artesãos em Parintins, como feiras, associações e comunidades periurbanas do município (Aninga, Macurani e Parananema).

Considerando as etapas da pesquisa, o segundo estágio correspondeu ao levantamento de dados secundários, por meio da busca de informações nos bancos de dados da Prefeitura Municipal de Parintins e do Governo do Estado do Amazonas. Também foram consultados cadastros de artesãos registrados, informações sobre feiras de artesanato e projetos de incentivo à produção artesanal.

Para documentar visualmente os métodos tradicionais de produção, foram realizados registros fotográficos dos processos produtivos, dos produtos finais e dos espaços de trabalho dos artesãos, conforme metodologia sugerida por Becker (2000) para a pesquisa social.

As entrevistas revelaram que os artesãos de Parintins compreendem suas atividades como uma extensão de sua identidade cultural, enfatizando a importância da transmissão dos conhecimentos tradicionais às novas gerações. Muitos destacaram o Festival Folclórico como um período crucial para as vendas, mas apontaram a necessidade de diversificar as oportunidades de comercialização ao longo do ano.

Um desafio recorrente mencionado pelos artesãos foi a falta de apoio contínuo para a aquisição de materiais e a ausência de estratégias de marketing eficazes para alcançar mercados além de Parintins. Embora eventos como a Mostra de Artesanato e Economia Solidária sejam fundamentais, os artesãos expressaram o desejo de que fossem implementadas iniciativas voltadas à promoção do artesanato local em outras regiões e em plataformas digitais.

A análise documental corroborou esses achados, indicando que, embora haja reconhecimento do valor cultural e econômico do artesanato, são necessárias políticas públicas mais robustas e sustentáveis para apoiar os artesãos de forma contínua.

Foram realizadas 33 entrevistas com artesãos no município de Parintins, dos quais 14 declararam empregar técnicas tradicionais em seus trabalhos, incluindo marchetaria, entalhe em madeira, modelagem e montagem, trançado em fibras naturais, crochê e trançado em cipó. A persistência dessas práticas evidencia a continuidade dos saberes artesanais transmitidos entre gerações, destacando seu papel fundamental na manutenção da identidade cultural local e na valorização dos conhecimentos tradicionais no contexto contemporâneo.

A resiliência dessas práticas pode estar relacionada tanto à valorização da identidade cultural pelos próprios artesãos quanto à demanda por produtos que carregam autenticidade e pertencem a um patrimônio imaterial compartilhado pela comunidade. Dessa forma, o artesanato não apenas preserva conhecimentos ancestrais, mas também se adapta às novas dinâmicas sociais e econômicas, garantindo sua continuidade e relevância no contexto atual.

A partir da pesquisa de campo, foi possível identificar os artesãos registrados no Governo do Estado do Amazonas (quadro 1), que obtiveram licença para comercialização nos estandes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti). Foram identificados 36 artesãos, distribuídos em 17 bairros, evidenciando uma ampla distribuição geográfica da atividade artesanal na área urbana do município.

Quadro 1 - Bairros onde foram feitas as entrevistas e onde residem os artesãos e artesãs registrados pelo Governo do Estado do Amazonas em 2024. Secretária de Turismo e Economia Criativa.

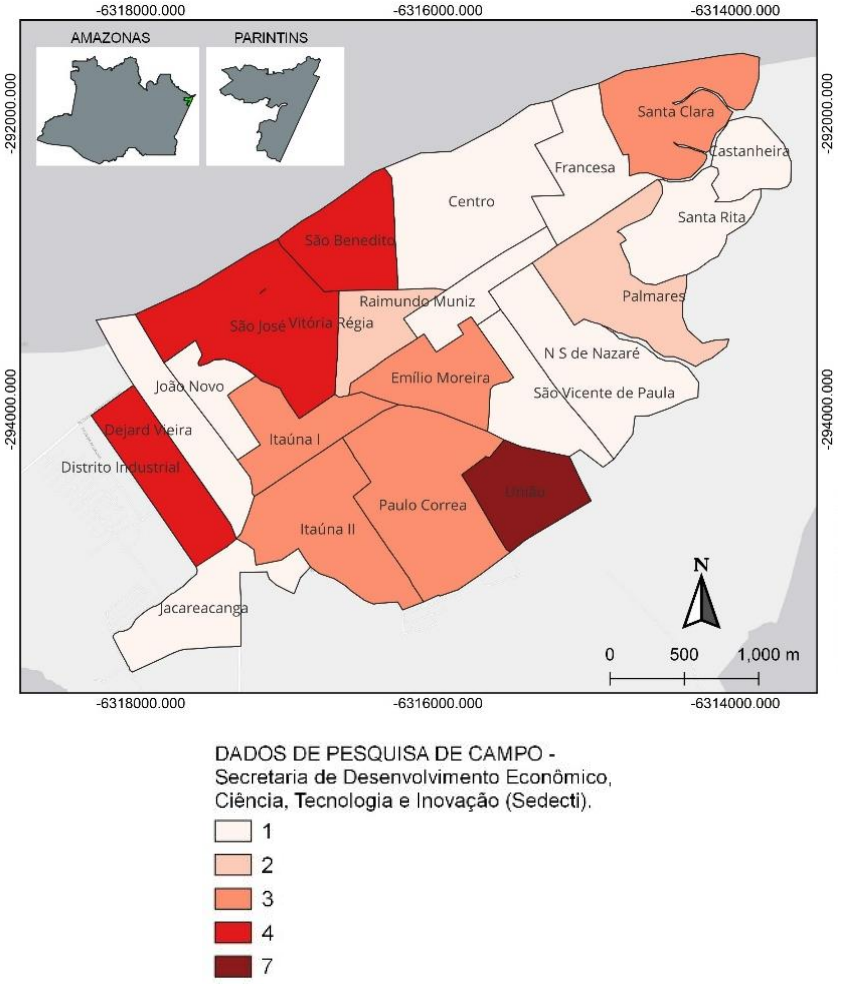
ARTESÃOS - REGISTRO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - SEC. TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA		
BAIRROS	**ENTREVISTAS**	**MATERIAL USADO/TÉCNICA**
PAULO CORRÊA	1	Biojóias e artesanato em cipó.
	2	Artesanato patch apliquê e ecojoias e Biojoias
	3	Boizinho produzido em tecido e madeira
UNIÃO / TEIXEIRÃO / CASTANHAL	1	Matéria Prima: madeira, tecido, cipó e palha.
	2	
	3	
	4	Biojóias, acessórios de pena e bordado em fita.
	5	
	6	Macramê, bordados vagonite, ponto cruz, colar, bonecas de pano, ombreiras, acessórios bovinos.
	7	
LADY LAURA	1	Fibra de Bananeira (bolsas e Caixa de Presentes

PASCOAL ALAGGIO / DISTRITO INDUSTRIAL	2	Joias, customização em sandália e tiaras e matéria prima
	3	Com matéria prima e outros.
	4	Biojoias no curso e faço guardanapos.
SÃO JOSÉ	1	Biojoias
SÃO FRANCISCO / EMILIO MOREIRA	1	Artesanato e pinturas
	2	Produção de Boizinhos
	3	almofadas de capitone, crochê, peso de porta de fuxico
SÃO BENEDITO	1	Colares, pulseiras, brincos, tiaras
	2	Crochê, macramé e bordado em fita.
	3	Pena artificiais, semente, fibras naturais
	4	Produtos feitos a partir do cipó, cestas e animais
SHAN / VITÓRIA RÉGIA	1	Confecções de bonecas todos tipos de itens
	2	Pet apliquê, crochê, fuxico e reciclagem em geral.
ITAÚNA I	1	Biojoias
	2	Ecojoias e biojoias
	3	Artesanato que trabalha: Cipó
ITAÚNA II	1	Brincos artesanais (sementes)
	2	Macramê, semente de morototó, açaí, juburana, palha para fazer os brincos
	3	Ecojoias e biojoias
SANTA CLARA	1	Madeira de lei
	2	Bolsas aplicação de roupas Acessórios e produtos decorativos
	3	Ponto Cruz; Vagonite de Linha e fita; Ponto Oitinho, Crochê, Pintura de tecido, Feltro
PALMARES	1	Biojoias
	2	Artesanato e curso de biojoias
	2	Penaria Ecojoias

Fonte: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SEC/ Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro - Escola de Artes em Parintins, Amazonas. Organizado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli, 2025.

A partir do quadro 1, é possível analisar, utilizando técnicas de análise geoespacial (Figura 2), a concentração espacial de artesãos em Parintins.

Figura 2 - Mapa de distribuição por bairro dos artesãos/artesãs segundo dados cadastrados na Secretaria de Turismo e Economia Criativa do Governo do Estado do Amazonas.



Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográficas, Sirgas 2000; IBGE (2019); Secretaria de Turismo e Economia Criativa do Governo do Estado do Amazonas (2024); Elaborado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli, 2025.

Observando a legenda, pode-se interpretar, por meio da escala cromática em tons crescentes de vermelho, que as tonalidades mais claras representam menor densidade de artesãos, enquanto as mais escuras indicam maior concentração desses profissionais por bairro. Verifica-se que os bairros com maior concentração de artesãos, representados pelas tonalidades mais escuras, são União, São Benedito, São José, Distrito Industrial e Dejard Vieira. Em seguida, observa-se uma concentração intermediária nos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa, Emílio Moreira e Santa Clara.

A distribuição espacial desses profissionais pode estar relacionada a fatores como as dinâmicas da economia criativa, a infraestrutura urbana e a proximidade de centros comerciais e turísticos, conforme discutido em estudos sobre a economia do artesanato na Amazônia (Pereira e Barbosa, 2020). A maior concentração de artesãos nos bairros periféricos indica a importância dessa atividade como complemento de renda, compondo um segmento relevante da economia popular.

A duração das atividades artesanais ao longo do ano constitui um tema que merece aprofundamento em pesquisas futuras, pois observa-se que muitas unidades produtivas permanecem em funcionamento durante todo o ano, com o objetivo de formar estoques e abastecer estabelecimentos comerciais de maior porte localizados na área central da cidade. Esse circuito produtivo demanda investigações mais aprofundadas, especialmente quanto à sua organização, dinâmica e importância para a economia popular.

Entre os registros fornecidos pela Prefeitura Municipal de Parintins, os artesãos estavam distribuídos em 12 bairros distintos (quadro 2).

Quadro 2 - Bairros onde foram feitas as entrevistas e onde residem os artesãos e artesãs registrados pela prefeitura em 2024.

ARTESÃOS - REGISTRO PREFEITURA DE PARINTINS-AM			
BAIRROS	**ENTREVISTAS**	**MATERIAL USADO**	**TÉCNICA**
PALMA-RES	1	Madeira Muirapiranga, madeira Louro, Madeira Molongó	Marchetaria
	2	Madeira Murupá, massa fria (biscuit), Semente de Açaí, Morototó	Entalhe em madeira, modelagem e montagem
	3	Madeira de Molongó	Talharia e escultura em madeira
	4	Madeira Murupá, madeira Angelim	Entalhe em madeira
	5	Pena	Montagem em colares, cocares e em vestimentas.
	6	Massa Fria (biscuit), madeira de Molongó	Modelagem, entalhe em madeira
	7	Fibra de Tucum, Semente de Açaí, linha de Algodão	Trançado, montagem e crochê
	8	Madeira Murupá, Cipó Titica, Madeira Molongó	Montagem
	9	Cipó titica, linha de algodão	Tecelagem e Crochê
	10	Madeira	Marchetaria
DEJARD VIEIRA	1	Madeira de Molongó, Pena	Entalhe e Montagem em peças de imóveis e marchetaria de pequenas peças ornamentais.
CENTRO	1	Semente de Açaí, Palha de Tucum, tecido	Montagem e Tecelagem
	2	Semente de açaí	Montagem
	3	Semente de açaí	Montagem
	4	Fibra e Tucum e Pena	Montagem e Trançado
	5	Semente de Açaí, e pena	Montagem
	6	Semente de Açaí, Madeira de Molongó	Montagem e Entalhe de Madeira
SÃO BENEDITO	1	Pena	Montagem
	2	Pena e Semente de Açaí	Montagem
PAULO CORRÊA	1	Fibra e Tucum e Pena	Trançado e Montagem
	2	Barbante e Semente de açaí	Renda Macramê e montagem
	3	Madeira de Molongó	Entalhe de madeira
SÃO JOSÉ	1	Sementes	Montagem

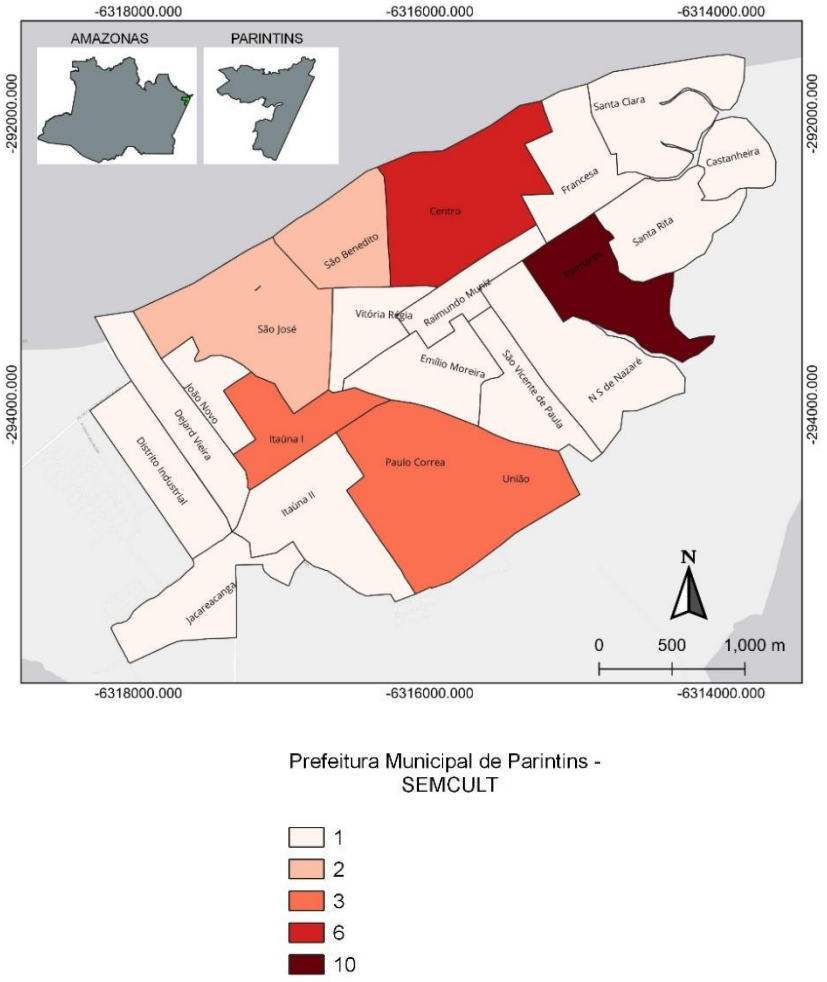
OPERÁRIO	2	Sementes	Bijuteria Regional
ITAÚNA I	1	Semente de açaí	Montagem
	2	Madeira de Pinheiro, Madeira de Murupá	Entalhe de Madeira, Marchetaria
	3	Semente de açaí, madeira de Molongó	Montagem
ITAÚNA II	1	Sementes de Morotó	Montagem
PASCOAL ALÁGGIO	1	Madeira de Arurá	Entalhe
UNIÃO	1	Sementes de Morotó	Montagem
RESIDEN - CIAL PARINTIN S	1	Tinta	Pintura a mão livre
LADY LAURA	1	Madeira de Molongó	Montagem

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura - SEMCULT. Organizado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli (2025).

Os dados permitiram elaborar um mapa temático que apresenta outra distribuição dos artesãos e das artesãs pelos bairros do município (Figura 3). A representação espacial demonstra que os bairros Palmares, Centro, Itaúna I, Paulo Corrêa e União apresentam as maiores concentrações de artesãos. Os demais bairros compõem um grupo mais amplo de pequenas aglomerações de artesãos, representadas por tonalidades mais claras, entre eles São José Operário, São Benedito, Distrito Industrial, Dejard Vieira e Itaúna II.

O bairro Centro aparece na segunda categoria de intensidade da escala de cores por concentrar a maior parte das lojas de comercialização de artesanato, e não por constituir a principal área de residência dos artesãos. Algumas dessas lojas também funcionam como ateliês. Mesmo com a valorização do solo urbano na área central, refletida nos elevados valores dos aluguéis, é interessante observar a permanência dessa atividade no local. Esse fato pode estar relacionado à possibilidade de comercialização direta com os consumidores e à maior acessibilidade ao fluxo de turistas durante os períodos festivos, bem como à chegada de cruzeiros de turismo internacional.

Figura 3 - Mapa de distribuição por bairro dos artesãos/artesãs segundo dados cadastrados na Prefeitura de Parintins – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SEMCULT.



Fonte: Sistemas de Coordenadas Geográficas, Sirgas 2000; IBGE (2019); Secretaria de Cultura / Prefeitura Municipal de Parintins (2024). Elaborado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli (2024).

A distribuição sugere uma correlação entre a localização desses profissionais e a infraestrutura urbana mais consolidada, evidenciando também sua forte presença nas periferias da cidade, onde o artesanato desempenha um papel socioeconômico fundamental (Simonian, 2007).

A presença significativa de artesãos em bairros periféricos reflete dinâmicas de trabalho informal, comuns na economia amazônica, conforme apontam estudos de Geografia Econômica sobre a relação entre cultura e desenvolvimento regional (Oliveira e Souza, 2018). A pesquisa também revelou desafios significativos enfrentados pelos artesãos, tais como a dificuldade de acesso a insumos de qualidade, a carência de incentivos financeiros e a concorrência com produtos industrializados, fatores que impactam diretamente a continuidade e a competitividade do setor (Pereira et al., 2019). Esses entraves são recorrentes nos contextos de produção artesanal na Amazônia, onde a logística de suprimentos e o acesso aos mercados consumidores representam desafios constantes (Santos e Oliveira, 2021).

4 As vozes que trançam lembranças e tradição

A partir de entrevistas realizadas com 33 artesãos e artesãs em Parintins, entre julho de 2024 e fevereiro de 2025, foi possível identificar 14 artesãos que utilizam técnicas tradicionais de produção artesanal. Constatou-se que o ofício é transmitido, em sua maioria, no âmbito familiar, por meio da oralidade e da prática cotidiana. Esse processo de transmissão de conhecimentos está alinhado às discussões de Geertz (1989) sobre a "sabedoria prática" como uma forma de conhecimento não formalizado, mas essencial para a reprodução das práticas culturais.

Trançando fibras naturais, moldando a argila e entalhando a madeira, os artesãos não apenas criam objetos utilitários e artísticos, mas também tecem narrativas que atravessam gerações. No entanto, as mudanças socioculturais e econômicas impõem desafios constantes à continuidade dessas práticas, tornando essencial a valorização e o reconhecimento dessas expressões culturais (Araez, 2012).

O uso de materiais naturais, como palha, cipó, barro e madeira, adquiridos em comunidades locais da região, sempre esteve no cerne do artesanato tradicional. Essas matérias-primas, muitas vezes extraídas de forma sustentável, não apenas conectam o artesanato à terra por meio das territorialidades, mas também reforçam o conhecimento ecológico local (Gomes, 2024).

Manter os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos diante das inovações tecnológicas constitui um desafio constante para esses agentes da tradicionalidade. Por isso, perguntar como aprenderam o ofício remete às lembranças da convivência cotidiana, das observações e do processo de ensino construído ao longo da experiência.

> Aprendi a fazer brincos com minha mãe, olhando ela fazer e ela falando pra gente aprender. Foi um processo de aprendizado passado de geração em geração, mostrando como a criatividade e a vontade de aprender podem transformar conhecimento em arte. (Artesã 1. Parintins, 2024).

O artesanato tradicional não se limita à produção manual de objetos; ele carrega simbolismos, expressa cosmovisões e reforça vínculos comunitários e parentais (Mello e Froehlich, 2016). Cestos, redes, cerâmicas e instrumentos musicais constituem testemunhos materiais de culturas vivas, que dialogam com o passado e se reinventam no presente (Figura 4).

O futuro do artesanato tradicional depende do equilíbrio entre preservação e inovação. Incentivar a permanência dessas práticas requer políticas públicas efetivas, redes de apoio comunitárias e, acima de tudo, o reconhecimento de que cada peça artesanal traz consigo uma história de resistência, pertencimento e identidade cultural.

Figura 4 - A) Box de artesanatos na Casa da Cultura; B) Box de artesanato com produção própria e confecção no local de venda – diversas peças em madeira, cipó, palha e sementes.



Fonte: Fotos do Arquivo da Pesquisa de campo (2024). Elaborado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli (2025).

A transmissão do conhecimento artesanal também enfrenta obstáculos. O desinteresse das novas gerações, associado à busca por alternativas econômicas mais viáveis, ameaça o futuro de muitas técnicas tradicionais. Apesar disso, mestres e mestras artesãs seguem compartilhando seus saberes, reafirmando a importância do ofício para a identidade cultural de suas comunidades.

> A gente aprendeu com os mais velhos e quer passar pros mais novos. Mas é difícil, porque tem muita gente que não quer mais saber. Eu continuo porque é parte de quem eu sou. A gente sabemos que o trabalho dos artesãos tem um papel fundamental na conservação da Amazônia, pois é desenvolvido de forma sustentável, sem agredir o meio ambiente. Além disso, mantém viva a cultura dos artesãos, valorizando os saberes tradicionais e promovendo uma conexão entre a arte e a preservação da natureza. (Artesã 2. Parintins, 2024).

Além disso, os produtos artesanais são cada vez mais valorizados no mercado global, especialmente por seu caráter sustentável e pela autenticidade simbólico-cultural que carregam (Figura 5). No entanto, essa valorização precisa vir acompanhada do reconhecimento do protagonismo dos artesãos e do respeito aos modos tradicionais de produção, garantindo que esse saber não seja apenas apropriado, mas também devidamente respeitado e incentivado (Briedis, 2023).

> Acredito que o mercado está mudando e que os artesãos precisam ser mais valorizados. Muitas pessoas não reconhecem o esforço e a dedicação necessários para produzir cada peça artesanal, o que torna ainda mais difícil o reconhecimento desse trabalho. Além disso, há uma carência de pessoas interessadas em aprender esse ofício, o que pode limitar sua continuidade no futuro. (Artesão 3. Parintins, 2024).

A valorização dos artesãos tradicionais é essencial para que suas técnicas e saberes não sejam esquecidos. É necessário criar mecanismos de incentivo para que esses mestres continuem atuando como guardiões do conhecimento ancestral e

que possam transmiti-lo às novas gerações. Projetos educativos, feiras de artesanato, incentivos financeiros e programas de reconhecimento cultural são algumas das estratégias que podem fortalecer esse legado. Ao mesmo tempo, é fundamental sensibilizar os jovens para a importância dessas práticas, mostrando que o artesanato não é apenas um ofício, mas uma forma de expressão cultural viva e dinâmica, capaz de dialogar com a modernidade sem perder suas raízes.

Os entrevistados relataram que aprenderam o ofício desde a infância, observando e auxiliando seus parentes mais experientes, especialmente avós e pais, um aspecto que reforça a transmissão intergeracional do saber artesanal. Além disso, foi possível identificar a relevância do sistema de aprendizagem comunitária, no qual os conhecimentos são compartilhados coletivamente, reforçando o pertencimento social e o fortalecimento da identidade cultural.

Figura 5. Artesanatos comercializados para turistas e visitantes durante o Festival Folclórico de Parintins.



Fonte: Fotos do Arquivo da Pesquisa de campo (2024). Elaborado por Rayça Guimarães Maciel e Estevan Bartoli (2025).

Ao serem questionados sobre o futuro do artesanato na Amazônia, os entrevistados demonstraram preocupações quanto à diminuição do interesse das novas gerações em aprender o ofício, principalmente devido à baixa rentabilidade e à falta de reconhecimento social da atividade. No entanto, alguns artesãos expressaram otimismo, destacando o potencial da valorização do artesanato no turismo cultural e na economia criativa, desde que haja maior apoio institucional e políticas de incentivo à produção artesanal sustentável.

É fundamental implementar estratégias que fortaleçam o artesanato tradicional, promovam sua inserção em mercados justos e assegurem sua

preservação como patrimônio cultural imaterial. A economia criativa surge como uma alternativa viável, desde que respeite os valores e as dinâmicas sociais das comunidades envolvidas.

Considerações finais

Os resultados corroboram estudos sobre a geografia do trabalho informal e da cultura popular na Amazônia, nos quais a economia criativa desempenha papel significativo na geração de renda, na preservação dos saberes tradicionais, das técnicas artesanais e na manutenção dos atributos simbólico-culturais.

Essa diversidade na distribuição territorial intraurbana evidencia usos intensos do território para a obtenção das matérias-primas. Esse circuito pode ser interpretado como um componente do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), constituindo um tema profícuo para o detalhamento dos fluxos entre cidade e interiores. Tal constatação reforça a importância da atividade artesanal para a economia local e demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento e à valorização dessas práticas. Além disso, a pesquisa revelou desafios enfrentados pelos artesãos, como a dificuldade de acesso a insumos de qualidade, a falta de incentivos financeiros e a concorrência com produtos industrializados.

O artesanato em Parintins constitui uma força motriz para a preservação da cultura local e para a dinamização da economia, especialmente durante eventos como o Festival Folclórico. No entanto, para garantir a sustentabilidade dessa atividade, é imprescindível que haja um apoio mais consistente, pautado na compreensão integral desse circuito. Tanto em termos de recursos quanto de capacitação, além de estratégias que ampliem os mercados para os produtos artesanais, torna-se necessário fortalecer a articulação entre os sujeitos envolvidos, promovendo processos contínuos de aprendizagem que possibilitem melhores condições de permanência e reprodução dessa atividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.; SILVA, M. C. Economia criativa e desenvolvimento sustentável: o papel do artesanato nas comunidades tradicionais. ***Revista Brasileira de Economia Criativa***, v. 6, n. 1, p. 45-62, 2020.

AMAZONAS HOJE. Festival de Parintins 2024: Artesãos arrecadam mais de R$ 1,7 milhão na 19ª Mostra de Artesanato e Economia Solidária, 2024.

ANDRADE, A. M. Q; CAVALCANTI, VIRGÍNIA P (co-ord). Laboratório O Imaginário: uma trajetória en-tre design e artesanato***. Recife***: Zoludesign, 2020

ANDRADE, F. A. V. **Caracterização da cadeia produtiva do artesanato em madeira no Municipio de Parintins sob a ótica da sustentabilidade**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

ANDRADE, F. A. V; LIMA, V. T. A. Artesão e o artesanato em madeira no município de Parintins – AM sob a ótica da sustentabilidade. ***Contribuciones a las Ciencias Sociales***, 2016.

ANDRADE, M.; COSTA, L. Produção artesanal de biojoias em comunidades ribeirinhas do Amazonas. ***Revista Brasileira de Estudos Amazônicos***, v. 10, n. 2, p. 45-63, 2015.

ANSELMO FILHO, S.; LIMA, M. V.; CASTRO, M. A. M.; SILVA, S. H. "A produção do artesanato tradicional da etnia Sateré-Mawé e a reprodução dos saberes indígenas em Parintins - AM." ***Contribuciones a las Ciencias Sociales***, 2016.

ARRAEZ, S. S. Y. ***Importância da transmissão de conhecimento tácito no artesanato: inserido no produto de moda***. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, 2012. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5751.

BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185. 2018

BARTOLI, E. Sistemas territoriais na Amazônia e o papel das cidades para o desenvolvimento regional: a Biorregião de Parintins (AM). **Eutopia:** Revista de Desarollo Territorial, n. 21, junho, p. 30-51. 2022

BARTOLI, E. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: ***Hucitec***, 2000.

BRIEDIS, F. C. ***Artesanato indígena brasileiro: análise da dimensão econômica da sustentabilidade.*** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31068.

CALDAS, N. R. O empreendedorismo feminino e seu impacto no desenvolvimento econômico local estudo de caso da empreendedora EBC em Parintins (AM), 2025.

CANAL, M. A. F. C.; BARRETO, E. D. O; DE CÁSSIA SANTOS DE CASTRO, M. Patrimônio Cultural e Flexibilização da Produção Turística na Amazônia Oriental Brasileira. ***Através de. Revisão de Turismo***, (26), 2024.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARRIERO, A. P. B; FILIPPI, E. E. O desenvolvimento amazônico pela perspectiva da governança econômica indígena brasileira: o caso do artesanato Baniwa. Amazônia: descortinada nas Relações Internacionais. **Boa Vista**: Iole, 2024. p. 109-127 (Cap. 4), 2024.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. ***World Development***, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

CORRÊA, R. L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, A. P. A. G. Paradoxos da conservação da biodiversidade e da salvaguarda do patrimônio imaterial no Estado do Pará, 2024.

DIAS, R. S; MARTINS, C. A. D. M. G. Festival Folclórico de Parintins (AM): análise das potencialidades para o fomento do turismo e da economia local. revista brasileira dos observatórios de turismo-ReBOT, 3 (1), 350-358, 2024.

FARIAS, A. P.; PINHEIRO, S. M. **O impacto do Festival Folclórico de Parintins na economia local: uma abordagem socioeconômica**. Cadernos de Turismo e Cultura, v. 10, n. 2, p. 112-130, 2019.

FESTIVAL DE PARINTINS 2024: Artesãos arrecadam mais de R$ 1,7 milhão na 19ª Mostra de Artesanato e Economia Solidária. Agência Amazonas, Manaus, 1 de julho de 2024. Disponível em <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/festival-de-parintins-2024-artesaos-arrecadam-mais-de-r-17-milhao-na-19a-mostra-de-artesanato-e-economia-solidaria/> Acesso em 07 de janeiro de 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. ***Rio de Janeiro: Paz e Terra***, 1987.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989.

GOLGHER, A. B. **Introdução à econometria espacial**. Paço Editorial, 2015.

GOMES, M. R. S. *A propriedade intelectual aplicada ao conhecimento tradicional no artesanato indígena do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10634.
GONÇALVES, V.; BENATTI, L. P. "**Joia de Território no Estado do Pará: uma análise da cadeia produtiva dos adornos com sementes nativas: jóia do território no estado do Pará: uma análise da cadeia produtiva de adorno com sementes nativas**." MIX Sustentável 9.4 (2023): 113-124.
GONÇALVES, V.; BENATTI, L. P. Joia de território no estado do Pará: uma análise da cadeia produtiva dos adornos com sementes nativas. ***MIX Sustentável***, 9 (4), 113-124, 2023.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins. Acesso em: 15 de março 2025.
NAGEL, C. M. O. **Um Olhar Brincante Sobre O Festival Folclórico De Parintins**. Arteriais - Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, [S.l.], p. 82-90, dez. 2023. ISSN 2446-5356. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ppgartes/article/view/15708>. Acesso em: 22 jan. 2025. doi:http://dx.doi.org/10.18542/arteriais.v9i15.15708.
JORCELINO, T. M; STREIT, J. A. C.; FREITAS, C. R. C. Relevância da pesquisa científica, educação, ciência, tecnologia e inovação florestal à cadeia produtiva do artesanato biojoias. *HUMANIDADES E TECNOLOGIA* (FINOM), 21 (1), 161-176, 2020.
LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
LIMA, M. V.; SILVA, S. H.; CASTRO, M. A. M. "Saber indígena das artesãs tradicionais Sateré-Mawé, um estudo de caso na cidade de Parintins – AM. ***Contribuciones a las Ciencias Sociales***. 2017.
MELLO, C. I.; FROEHLICH, J. M. Artesanato tradicional rural e desenvolvimento territorial no Brasil - Uma análise do estado da arte. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 39, 2016. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41571.
OLIVEIRA, J. S.; SOUZA, M. A. **Espacialização do artesanato na Amazônia: entre a tradição e a inovação**. Caderno de Geografia, v. 28, n. 2, p. 150-168, 2018.
OLIVEIRA, M. G. S.; ALMEIDA, S. M. "A comercialização do artesanato Sateré-Mawé em Parintins-AM." Repositório UFAM. 2019.
OLIVEIRA, R. **Uso sustentável de fibras de arumã por indígenas Ticuna no Alto Solimões**. Revista de Cultura e Sustentabilidade, v. 5, n. 1, p. 22-39, 2019.
PEREIRA, A. M.; BARBOSA, F. R.; NASCIMENTO, T. C. **O artesanato e seus desafios no contexto da economia informal**. Estudos Socioeconômicos, v. 12, n. 3, p. 98-115, 2019.
PEREIRA, M. A.; BARBOSA, R. N. Turismo e economia criativa: o artesanato no Festival Folclórico de Parintins. ***Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo***, v. 14, n. 3, p. 54-70, 2020.
PEREIRA, M. A.; BARBOSA, R. N. Turismo e economia criativa: o artesanato no Festival Folclórico de Parintins. ***Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo***, v. 14, n. 3, p. 54-70, 2020.
PEREIRA, M. E. "O empreendedorismo através do artesanato no município de Parintins-AM. 2025." Disponível em <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8755> Acesso em 07 de janeiro de 2025
PINTO, R. G.; PONTES, A. N. Joias de Nazaré: cultura, arte e fé no design paraense. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINO AMERICANA, 21 (11), 21538-21555, 2023.
SANTOS, L. P.; OLIVEIRA, J. A. Logística e comercialização do artesanato na Amazônia: desafios e oportunidades. ***Revista de Geografia Econômica***, v. 15, n. 2, p. 77-94, 2021, 2021.
SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: **Hucitec.** 1996.

SIMONIAN, L. T. Amazônia: Povos e Fronteiras. São Paulo: **Hucitec**. 2007.
SOUZA, D. A. DE.; NECKEL, A.; ALMEIDA SILVA, C. C. O. DE.; BODAH, B. W. "Uso de análises geoespaciais em Parintins/AM (Brasil) na avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)." urbano. ***Revista Brasileira de Gestão Urbana*** 16 (2024): e20220164.
SOUZA, D. F.; LIMA, C. G. Turismo cultural e economia criativa: o artesanato como vetor de desenvolvimento regional. Caderno de Estudos Urbanos, v. 9, n. 4, p. 130-148, 2018.
UNESCO. Rede de Cidades Criativas da UNESCO (patrimônio cultural e natural), 2022. <https://www.unesco.org/pt/articles/promocao-do-turismo-nos-sitios-do-patrimonio-cultural-e-natural-da-economia-criativa-e-de-outra>. Acessado em 07 de janeiro de 2025.

9 - *Redes de sociabilidade entre as comunidades no Paraná do Ramos e a cidade de Barreirinha (AM): territorialidades da família Andrade*[48]

José Francisco dos Santos Andrade
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação – Parintins – Amazonas - Brasil

Oliver Silva
Universidade Federal do Amapá – Amapá - Brasil

1 Introdução

O estudo teve como objetivo analisar as redes de sociabilidade e sua articulação com os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR), tomando como recorte empírico um núcleo familiar residente às margens do Paraná do Ramos, no município de Barreirinha (AM). A escolha desse caso permite identificar a densidade das relações que conectam a cidade e o interior, revelando a complexidade das redes que articulam dimensões sociais, econômicas, culturais e territoriais. A análise dialoga, sobretudo, com as contribuições de Bartoli (2017, 2018a, 2018b, 2020, 2025), no que se refere à compreensão do (STUR), e de Haesbaert (2010, 2016), ao problematizar os conceitos de região, território e territorialidade como categorias interdependentes na produção do espaço geográfico.

De acordo com Bartoli (2017), a aplicação do modelo analítico STUR evidencia que a análise do processo urbano exige a apreensão da densidade das relações estabelecidas entre as cidades amazônicas e seus respectivos entornos (Bartoli 2017, 2018a, 2018b). Tal perspectiva busca preencher lacunas existentes nas pesquisas sobre os papéis desempenhados pelas cidades na Amazônia, especialmente aquelas de dinâmica ribeirinha, nas quais o dinamismo territorial se encontra fortemente associado à formação e à reprodução da chamada economia informal.

[48] Capítulo adaptado do trabalho de Conclusão de curso – Geografia (2025), apresentado na Universidade do Estado do Amazonas (CESP).

Nas dinâmicas comunitárias, particularmente ao longo do Paraná do Ramos e na sub-região de Barreirinha, onde está situada a comunidade Terra Preta do Limão, observam-se processos territoriais que superam a dicotomia ente o urbano e o rural. Tais espaços configuram-se por meio de interdependências, nas quais os vínculos familiares constituem a base estruturante dos fluxos contínuos de pessoas, mercadorias e informações. As práticas produtivas, por sua vez, são condicionadas pelas especificidades ambientais e pela sazonalidade dos rios, ao mesmo tempo que respondem às demandas do mercado local. Soma-se a isso a centralidade do rio, que atua como eixo organizador da vida social, econômica e cultural, conformando o que autores como Empinotti *et al.* (2021) denominam territórios hidrossociais.

Marques (2010) analisa as redes para explicar a pobreza e a segregação através de mecanismos relacionais que afetam o bem-estar dos indivíduos, enquanto Bartoli (2025) utiliza a análise reticular para descrever o patrimônio territorial situacional e as estratégias de resistência de populações ribeirinhas frente aos processos de urbanização acelerada na Amazônia. Ambos concordam que as redes de sociabilidade não são meras interações espontâneas, mas sim ordenamentos orquestrados por vínculos funcionais e afetivos que moldam a vida social e o território.

Nessa perspectiva, o território analisado não pode ser compreendido como uma unidade homogênea, mas como um mosaico de territorialidades (Haesbaert, 2016), construído a partir da interação entre práticas socioculturais, relações históricas e condicionantes naturais. A articulação entre a cidade e o interior manifesta-se por meio de estratégias diversas, como a mobilidade sazonal, a circulação de produtos agrícolas, o acesso a serviços urbanos e a manutenção de vínculos identitários e culturais, que ressignificam as complexas redes de sociabilidade estruturantes da vida dos ribeirinhos amazônicos.

Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em observações de campo, análise de trajetórias de vida e interpretação das redes familiares, produtivas e territoriais. O estudo foi realizado no município de Barreirinha entre a cidade-sede e a relação com as comunidades de Terra Preta, Preta do Limão, Boca das Piranhas, Laguinho, Limão e Ilha do Limão área rural do mesmo.

Os procedimentos analíticos fundamentaram-se na proposta de Bartoli (2025), especialmente no que se refere às variáveis que articulam o modelo STUR às redes de sociabilidade, entre as quais se destacam: i) a dimensão zonal e topológica, relacionada às conexões estabelecidas por meio da navegação fluvial; ii) as estratégias e escalas de ação dos sujeitos, que evidenciam formas de cooperação, mediação e organização territorial; e iii) a formação de circuitos econômicos, que expressam a complementaridade entre práticas urbanas e rurais, frequentemente mediadas pela economia popular.

Por fim, o artigo foi estruturado em sete tópicos principais. O tópico 2, "Metodologia", apresenta o percurso analítico da pesquisa e detalha os elementos que o compõem, como observações, anotações de campo, entrevistas com os moradores do núcleo familiar e análise das dinâmicas espaciais. Esses procedimentos permitem apreender, a partir das experiências vividas, as formas

pelas quais os sujeitos produzem e ressignificam o espaço ribeirinho a partir das comunidades rurais.

O tópico 3, "Bases teóricas da Pesquisa", apresenta o arcabouço teórico que articula os conceitos de redes de sociabilidade e território como categorias centrais para a compreensão das dinâmicas urbano-ribeirinhas na Amazônia. O tópico 4, "Região, sistemas territoriais e redes de sociabilidade", desenvolve uma breve discussão teórico-conceitual e examina os elementos que caracterizam a formação dessas redes, dinâmicas e complexas. Em seguida, o tópico 5 analisa a trajetória de vida do núcleo familiar estudado e suas relações com a cidade.

Na sequência, os tópicos 6 e 7 dedicam-se à análise das redes familiares que articulam a cidade e as comunidades, bem como das redes territoriais presentes nos interiores do município de Barreirinha e em suas áreas adjacentes. A partir dessa organização, o trabalho propõe uma leitura integrada das dinâmicas territoriais amazônicas e das relações entre o urbano e o rural, para além de perspectivas fragmentadas. Nesse contexto, as redes intensas e diversificadas são passíveis de serem podem ser analisadas pelo modelo (STUR), considerando aprofundamentos relativos às redes de sociabilidade (Bartoli, 2025).

2 Metodologia

Esta pesquisa, de caráter exploratório, adotou uma abordagem teórico-empírica, com dados qualitativos, tendo como recorte geográfico a cidade de Barreirinha (AM) e as comunidades Terra Preta do Limão, Boca das Piranhas, Laguinho, Limão e Ilha do Limão (Figura 1). A área de estudo está localizada no médio rio Amazonas, no município de Barreirinha (AM).

O principal corpo hídrico da região, o Paraná do Ramos, apresenta águas claras e barrentas e transporta sedimentos de oeste para leste. Segundo Corrêa e Bastos (1982) e o Radambrasil (1974), a climatologia da região amazônica é classificada como de clima tropical chuvoso com uma estação seca de curta duração, de acordo com a classificação de Köppen. A região apresenta elevada precipitação pluviométrica, que oscila entre 2.250 mm e 2.500 mm, temperatura média anual de 26°C e umidade relativa de aproximadamente 85%.

Ao delimitar a área de estudo, definiu-se também o percurso analítico com base em autores como Bartoli (2017, 2025), Haesbaert (2016) e Marques (2010), que analisa as redes sociais e suas implicações na vida dos sujeitos. Os procedimentos metodológicos seguiram uma abordagem qualitativa, com observações, revisão bibliográfica e análise dos dados.

A pesquisa seguiu parcialmente a estrutura apresentada por Bartoli (2025) para a análise das redes de sociabilidade. Nesse sentido, optou-se pelas vertentes I, II, III, III e IV na apresentação dos dados (ver Quadro 1 do capítulo 1 desta coletânea).

Os critérios de descrição adotados permitiram situar os dados empíricos em uma perspectiva teórico-metodológica consistente, articulada ao debate em escalas nacional e internacional. Ao compreender esses arranjos sob a forma de redes, torna-se possível apreender as estratégias mobilizadas pela população e pelos

núcleos familiares locais para enfrentar as limitações de acesso em sentido amplo. A seguir, serão apresentadas as bases teóricas que fundamentam o presente estudo.

Figura 1 - Identificação da área de estudo



Organizado por: José Francisco dos Santos Andrade (2025).

3 Bases teóricas da pesquisa

3.1 O estudo das redes no contexto geográfico

Ao utilizar o conceito redes geográficas como elemento central desta análise, é fundamental compreender a natureza instável e dinâmica das redes, que reflete os constantes processos de transformação em sua constituição e em seu funcionamento. Portanto, a rede "deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações" (Silveira, 2021, p. 298).

Diante da necessidade de incorporar novas abordagens teóricas e metodológicas, introduziram-se outros conceitos, como redes sociais e sociabilidade. A inclusão desses conceitos permitiu sintetizar dimensões analíticas relevantes, construídas no desenvolvimento desta pesquisa, considerando a natureza socioespacial e temporal das relações sociais no contexto agrário amazônico.

Barnes (1987) foi um dos principais autores a destacar o conceito de redes sociais como instrumento de análise nas Ciências Sociais. Para ele, as redes sociais

permitem analisar diversas dinâmicas em contextos sociais, incluindo processos políticos, circulação de bens e informações, classes sociais e manutenção de valores e normas. Além disso, o conceito é aplicado à exploração de diferenças estruturais entre sociedades rurais e urbanas, evidenciando como as conexões sociais moldam práticas e relações nos mais variados contextos.

Outra contribuição importante para o estudo das redes sociais e pessoais provém dos trabalhos de Marques (1999, 2010). O autor destaca a importância da análise de redes sociais para compreender os padrões de relacionamento entre os indivíduos em determinado contexto social, permitindo mapear como as conexões se formam, se fortalecem ou se enfraquecem ao longo do tempo e evidenciando as dinâmicas sociais em constante transformação.

Diante desses fatores, Marques (1999, p. 47) evidencia que:

> A força da análise de redes sociais está na possibilidade de se construir estudos muito precisos em termos descritivos sem impor uma estrutura *a priori* à realidade e aos atores, criando um tipo muito particular de individualismo relacional. Este tipo de análise permite a realização de investigações sofisticadas e diretas sobre os padrões de relação entre indivíduos e grupos, aproximando-nos dos tão decantados microfundamentos da ação social sem a perda de visão da estrutura.

No entanto, conforme apontado por Marques, por constituir uma ferramenta analítica, o estudo das redes sociais tem o potencial de lançar luz sobre aspectos da realidade social que antes permaneciam ocultos ou pouco explorados, como as interações, influências e estruturas que moldam as relações humanas.

Scherer-Warren (2021) enfatiza que:

> Os autores que abordam as redes sociais como um conjunto específico e circunscrito de relações sociais tendem a considerar, em suas análises, os tipos de ligações entre os sujeitos dessas redes – relações primárias ou secundárias; fechadas ou abertas; elos fracos ou fortes, ou os mecanismos de reciprocidade ou trocas que conectam os sujeitos – solidariedade, intercâmbios, ações comunicativas, relações de poder (p. 33).

Um dos elementos centrais no estudo das redes sociais são os atributos delimitados por elementos de relacionamento entre os sujeitos (Scherer-Warren, 2021). No contexto da pesquisa, a análise concentrou-se nas relações de parentesco, vizinhança, amizade, migração, renda, localização, deslocamento, comércio, entre outras.

Um dos traços fundamentais das relações entre os sujeitos manifesta-se por meio da sociabilidade. O conceito adquiriu significado amplo e diversificado, abrangendo diferentes esferas das relações humanas em variados contextos de interação. De maneira geral, "oferece uma possibilidade para a compreensão de fenômenos simbólicos organizativos, a partir de tipos específicos de interação nas organizações" (Fantinel, 2016, p. 148).

> O conceito de sociabilidade vem emprestar o sentido ontológico que havia faltado no conceito de gênero de vida, e ainda agora no de meio

> técnico, e relegado como tema de filosofia entre os geógrafos. Juntos, esses conceitos podem nos permitir mudar a ótica do espaço e passar a vê-lo como modo espacial de existência do homem, isto é, geograficidade e tomá-lo como a categoria de análise mais apropriada para a compreensão das tendências societárias de nosso tempo (Moreira, 2007, p. 175).

Frúgoli Jr. (2007) atribui a sociabilidade não apenas aos laços cotidianos ou familiares, mas também às práticas culturais, aos costumes, às festas, aos rituais e aos encontros que marcam o convívio social. Dessa forma, ao abordar o campesinato no contexto amazônico, a pesquisa pode revelar uma riqueza de significados, abrangendo práticas cotidianas, como trocas de trabalho, festas comunitárias, rituais religiosos e sistemas de ajuda mútua, que refletem a diversidade sociocultural e as territorialidades desses sujeitos sociais.

Outra importante contribuição para o entendimento do papel das redes socioespaciais na reprodução camponesa na Amazônia provém de trabalhos elaborados e orientados por Bartoli (2017 e (2017, 2025). O autor lidera o Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) e tem apresentado contribuições importantes ao analisar os sistemas territoriais formados por redes locais de sujeitos que reconstroem vínculos territoriais a partir da cidade. O grupo de pesquisa tem avançado na análise das redes de sociabilidade de famílias que transitam entre as cidades e seus interiores no Baixo Amazonas (Bartoli, 2025).

4 Região, sistemas territoriais e redes de sociabilidade

A compreensão dos sistemas territoriais no contexto amazônico requer, inicialmente, uma reflexão articulada entre os conceitos de região e territorialidade. No caso da comunidade de Terra Preta do Limão em Barreirinha (AM), tais categorias não se apresentam de forma dissociada; ao contrário, configuram-se como dimensões complementares na análise do território. Segundo Haesbaert (2010), a região pode ser entendida em sentido amplo, enquanto a territorialidade refere-se às formas de controle de acessibilidade e às práticas sociais que os sujeitos estabelecem no espaço geográfico. Essa articulação torna-se evidente nas práticas desenvolvidas pelo núcleo familiar analisado, em que as atividades produtivas como o cultivo de espécies frutíferas expressam a dimensão regional, ao passo que os saberes geracionais e as relações sociais constituem a territorialidade.

Nesse sentido, a noção de sub-região, aplicada à comunidade em estudo, reforça a indissociabilidade entre essas categorias. Trata-se de uma construção analítica em que as práticas produtivas, os vínculos familiares e as formas de organização social se integram continuamente, de modo que região e territorialidade se realizam simultânea e relacional. Assim, o espaço não é apenas um suporte físico, mas o resultado de práticas sociais historicamente construídas (Haesbaert, 2010).

A paisagem local, no município de Barreirinha (AM), especialmente no entorno da comunidade Terra Preta do Limão, revela-se como um espaço dinâmico, no qual dimensões socioculturais e naturais se encontram profundamente interligadas. Para Haesbaert (2016), a paisagem pode ser compreendida como um "espaço-momento", isto é, uma construção processual que articula elementos

materiais e simbólicos em constante transformação. Dessa forma, a análise da paisagem regional permite identificar como as práticas produtivas, as relações sociais e os condicionantes naturais se entrelaçam na produção do espaço.

> Para não ficarmos reduzidos a uma "classificação" genérica, propomos manter o termo "região", em sentido mais estrito, para esses espaços-momento que resultam efetivamente em uma articulação espacial consistente (ainda que mutável), complexa, seja esta de dominância econômica, política e/ou cultural. Nesse caso cabe sempre discutir a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos e interesses políticos envolvidos (Haesbaert, 2016, p. 45).

A articulação regional é vista como um processo dinâmico e complexo que envolve a interligação de diferentes dimensões do espaço geográfico, como as dimensões econômica, política, cultural e ambiental (Haesbaert, 2016). Essa articulação pode ocorrer de várias maneiras, tanto em espaços zonais, com maior continuidade e homogeneidade, quanto em espaços reticulares, caracterizados por fluxos, redes e descontinuidades (Bartoli, 2017).

Haesbaert (2016) destaca a importância de analisar a articulação regional a partir da ação dos sujeitos sociais, que, em suas diferentes posições de poder, constroem e reconstroem o espaço geográfico. Nesse sentido, a articulação regional não se limita a um processo funcionalista e economicista, mas também envolve dimensões simbólicas, culturais e políticas da vida social. O autor propõe o conceito de região como artefato, buscando superar a dicotomia entre "fato" e "artifício". Para ele, a região não é um recorte objetivo e preexistente no espaço, nem uma mera construção intelectual do pesquisador. A região como artefato reconhece a interação dinâmica entre as características concretas do espaço geográfico e as formas como ele é percebido, vivido e representado pelos diferentes sujeitos sociais.

As atividades produtivas voltadas tanto para o mercado quanto para a subsistência modificam a organização do espaço e a cultura local. O cultivo de abacaxi, macaxeira, jerimum e cará; a extração de castanha, açaí, tucumã e uxi-amarelo; e a criação de animais demonstram o profundo conhecimento ecológico das comunidades sobre as espécies nativas e sua adaptação às condições locais. A presença do Paraná do Ramos e de seus afluentes evidencia a importância da água na configuração da paisagem regional. A dependência das comunidades em relação ao rio para o transporte e a pesca, bem como a variação do nível das águas, influencia diretamente as práticas agrícolas e extrativistas, configurando um "território hidrossocial", no qual a água é um elemento central na produção do espaço e na vida social.

Além disso, as práticas culturais e tradicionais, como o cultivo de produtos específicos, a pesca em épocas determinadas e a criação de animais, moldam a paisagem e constroem uma identidade regional. A manutenção dessas tradições, mesmo com a migração para a cidade, demonstra a força do vínculo com a terra e com os modos de vida tradicionais.

Com isso, as territorialidades de Barreirinha (AM) resultam da interação dinâmica entre aspectos socioculturais, como as relações familiares e as práticas produtivas, e elementos naturais, como a presença do rio e da floresta. Assim, a região constitui um mosaico de territorialidades, no qual diferentes grupos sociais interagem e constroem o espaço de acordo com suas necessidades, seus valores e seus conhecimentos. Bartoli (2018) argumenta que:

> Torna-se necessário elencar elementos para recondução de uma interpretação de territórios a partir das cidades, pois populações antes distanciadas da "presença" da cidade (acesso a serviços, educação, instituições, bens de consumo etc.), como os indígenas e populações interioranas, passam a usufruir da interação urbana como facilitadora de novas conexões com ambientes rurais, comunidades e aldeias circunvizinhas (p. 3).

De acordo com Bartoli (2017), o (STUR) demonstra que a economia urbana incompleta suscita, entre os citadinos, a manutenção de vínculos territoriais com diversas áreas do entorno das cidades, como comunidades, aldeias e assentamentos. Ocorre o aumento da circulação sub-regional, por meio do transporte fluvial, com a intensificação das complementaridades entre os interiores e a cidade (Bartoli, 2018a), bem como das conexões com a metrópole Manaus e com outras redes regionais e nacionais. As cidades reforçam centralidades e desenvolvem novas formas de distribuição de produtos industrializados, consumo urbano e absorção de recursos regionais, reordenando suas áreas de influência e reconfigurando o espaço intraurbano (Bartoli, 2018b). As camadas populares do (STUR) ficam cada vez mais sujeitas ao domínio do capital mercantil local, incluindo relações e disputas escalares com outros municípios da rede (Bartoli, 2019). O (STUR) abrange cinco vertentes, apresentadas por Bartoli (2020):

> i) zonal e topológico: conectando a cidade por meio de redes temáticas a pontos diversos do entorno sub-regional através da navegação fluvial; ii) produção e configuração do espaço urbano em bairros oriundos de ocupações irregulares e de fragmentos do espaço intraurbano, constituindo fixos úteis para a navegação (beiras de rios populares, por exemplo); iii) econômico dual e complementar: sendo dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade (saltos escalares ocorrem em relações diversas que ultrapassam a sub-região); iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e ressignificados pela inserção ao processo urbano (Bartoli, 2020, p. 12).

As redes locais de sujeitos utilizam as oportunidades existentes na cidade para reconstruir territorialidades, considerando suas dimensões políticas, culturais e econômicas e as relações com a natureza local (Bartoli, 2017).

5 Trajetórias de vida e a cidade

A família Andrade insere-se em um sistema territorial urbano-ribeirinho, caracterizado pela coexistência de diferentes espacialidades de vida. Embora parte de seus membros tenha migrado para a cidade de Barreirinha, outra parcela permanece residindo no interior ribeirinho, preservando vínculos sociais, práticas culturais e costumes transmitidos entre gerações. Mesmo aqueles que alcançaram inserção no ensino superior e ampliaram suas trajetórias educacionais e profissionais mantêm relações simbólicas e afetivas com o território de origem.

Reforçando a designação de região atribuída a essa comunidade, observa-se que, apesar da transição urbana, a família analisada mantém práticas rurais em duas comunidades: Terra Preta do Limão, com foco na produção de farinha e no manejo de plantas frutíferas, como banana e abacaxi e Boca das Piranhas, onde trabalha com verduras e frutas.

No relato de José Francisco dos Santos Andrade sobre a comunidade Terra Preta do Limão, observa-se que sua família deixou o interior e se deslocou para a cidade em busca de novas oportunidades no século XX. Compreende-se, portanto, que sua história está diretamente ligada à terra natal e à comunidade, o que reforça as reflexões de Bartoli (2018).

A família de José Francisco dos Santos Andrade, por exemplo, demonstra a existência de uma rede de conexões entre a comunidade rural Terra Preta do Limão e a cidade de Barreirinha. Essa articulação manifesta-se por meio de fluxos de pessoas, produtos agrícolas, relações familiares e busca por serviços como saúde e educação. As relações familiares destacam-se como um dos pilares sociais essenciais da articulação local-regional, pois o mapa da rede familiar ilustra a intensidade das conexões entre seus membros. As visitas regulares, a troca de produtos agrícolas e o apoio mútuo entre os familiares que residem na cidade e no interior reforçam os laços comunitários e moldam a paisagem local.

Com a aceleração do processo de urbanização na Amazônia, diversos processos socioespaciais têm impactado os entornos das sedes municipais, como ocorre em Barreirinha. A família Andrade iniciou sua trajetória na comunidade rural Terra Preta do Limão, próxima à cidade de Barreirinha, no Amazonas. Os avós paternos, Benedito Samuel Belém Andrade e Raimunda Vieira Amazonas, começaram como agricultores de subsistência. Na década de 1990, em busca de melhores oportunidades educacionais e econômicas, compraram uma casa na cidade de Barreirinha e estabeleceram-se no bairro Ulisses Guimarães. Essa mudança permitiu à família o acesso a serviços urbanos essenciais, como saúde e educação, embora seus membros mantivessem os costumes e as visitas regulares ao interior.

A decisão de mudar para a cidade foi crucial para proporcionar educação aos seis filhos, que hoje possuem negócios próprios e formação acadêmica. Lourenço Amazonas Andrade formou-se em Direito, enquanto Francisco José Amazonas Andrade graduou-se em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, tornando-se professor. Outros membros da família continuaram a trabalhar com agricultura e comércio de alimentos, residindo em comunidades próximas ou na cidade.

Apesar da transição urbana, a família Andrade preserva suas tradições rurais e destaca-se em suas produções agrícolas. Márcio Amazonas Andrade, por exemplo, continua a residir em Terra Preta do Limão, onde se dedica à produção de farinha e ao manejo de plantas frutíferas, como banana e abacaxi. Jone Amazonas Andrade, residente na comunidade Boca das Piranhas, trabalha com a venda de verduras e frutas.

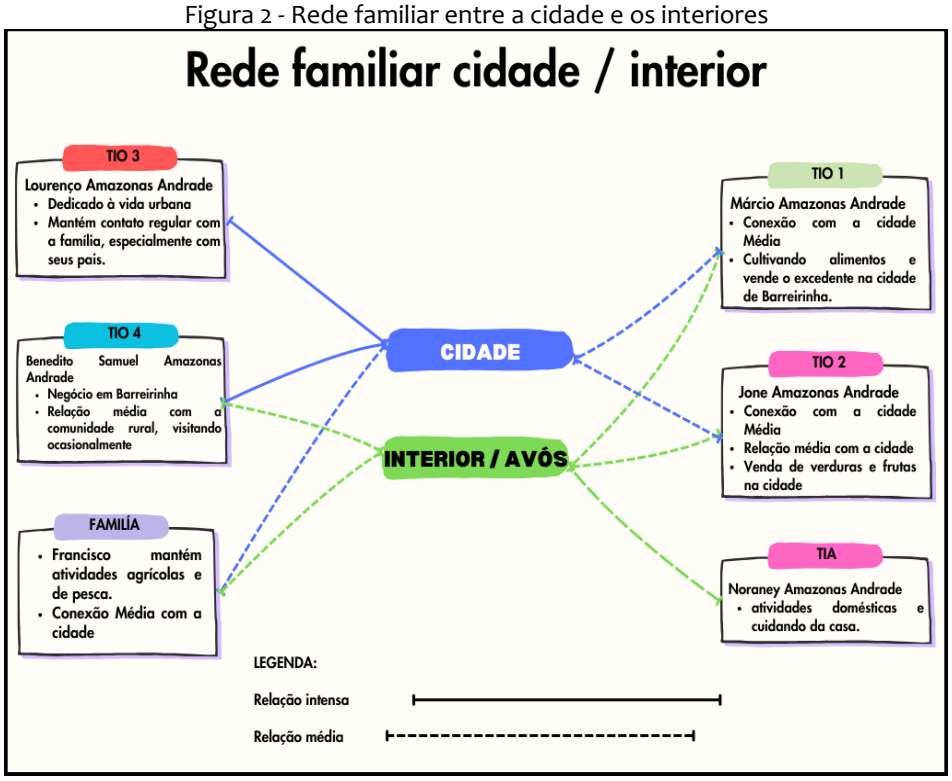
Francisco José Amazonas Andrade e seus filhos mantêm pequenos roçados, cultivando abacaxi, macaxeira e jerimum, além de produzir farinha, tapioca e beiju. Nos tempos vagos, Francisco também se dedica à pesca, tanto para consumo próprio quanto para comercialização na comunidade ou na cidade. Essa continuidade das atividades agrícolas e pesqueiras mostra a forte ligação da família com suas raízes rurais, mesmo após a migração urbana.

6 As redes familiares entre a cidade e as comunidades

As redes familiares locais estabelecem relações seus heterogêneas nos diversos espaços do território, como ocorre com a família Andrade. Francisco José Amazonas Andrade e seus pais, Benedito e Raimunda, mantêm vínculos de apoio mútuo e realizam visitas regulares à cidade. Francisco desenvolve atividades agrícolas e pesqueiras, conectando intensamente suas práticas à comunidade de seus pais. Márcio Amazonas Andrade, por sua vez, possui uma relação intensa com a comunidade rural, cultivando alimentos e mantendo a tradição agrícola da família. Sua conexão com a cidade é intermediária, pois visita a família em Barreirinha e vende seus produtos na área urbana. Jone Amazonas Andrade também mantém uma relação média intermediária com a cidade em razão da venda de verduras e frutas, enquanto vivencia intensamente a vida rural na comunidade Boca das Piranhas.

Lourenço Amazonas Andrade, embora dedicado à vida urbana, mantém contato regular com a família, especialmente com seus pais. Benedito Samuel Amazonas Andrade, que possui um negócio em Barreirinha, mantém uma relação intermediária com a comunidade rural, visitando-a ocasionalmente. Noraney Amazonas Andrade vive na comunidade Terra Preta do Limão, onde se dedica às atividades domésticas e aos cuidados com a casa. A Figura 2 ilustra como as relações familiares variam em intensidade, destacando a importância das conexões rurais e urbanas na vida da família Andrade.

Figura 2 - Rede familiar entre a cidade e os interiores



Organizado por: José Francisco dos Santos Andrade (2025).

Relações intensas

As relações intensas referem-se a conexões profundamente envolventes e comprometidas, nas quais há interação frequente e significativa entre as partes. No contexto da família Andrade, essas relações caracterizam-se pelo elevado nível de apoio mútuo, pelas visitas regulares e por uma forte conexão emocional ou funcional. Como por exemplos, destacam-se: **Francisco José Amazonas Andrade com seus pais**, **Benedito e Raimunda**: Há um apoio constante e visitas regulares, formando uma conexão familiar intensa.

Francisco e a terra de sua comunidade, por meio de atividades agrícolas e pesqueiras, Francisco mantém uma relação simbiótica e vital com seu ambiente.

Márcio Amazonas Andrade e a comunidade rural: ele se envolve profundamente na agricultura e nas tradições familiares, fortalecendo os laços culturais e sociais. Noraney Amazonas Andrade com a comunidade de Terra Preta do Limão: Noraney se dedica intensamente às atividades domésticas e ao cuidado da casa, desempenhando um papel central na dinâmica familiar e comunitária.

Relações intermediárias

As relações intermediárias referem-se a conexões que, embora importantes, não são tão frequentes ou intensas quanto as relações classificadas como intensas. Podem incluir interações regulares, mas, porém, menos frequentes, ou uma menor profundidade de envolvimento emocional ou funcional. Como exemplos, destacam-se:

Márcio Amazonas Andrade com a cidade: Ele visita a família em Barreirinha e vende seus produtos, mas com menos frequência e intensidade do que suas atividades rurais. **Jone Amazonas Andrade com a cidade:** Apesar de vender suas verduras e frutas na cidade, Jone mantém uma vida mais intensa com a comunidade rural. **Lourenço Amazonas Andrade:** Mesmo vivendo uma vida urbana, Lourenço mantém contato regular com a família, especialmente com os pais. **Benedito Samuel Amazonas Andrade com a comunidade rural:** Devido ao seu negócio em Barreirinha, Benedito visita a comunidade rural ocasionalmente (Quadro 2).

Ao observar, na Figura 2, as relações e conexões estabelecidas pela família Andrade, foi possível identificar dois tipos de relações (intensas e intermediárias), que caracterizam a tipologia das interações realizadas cotidianamente nos espaços-territórios em que seus membros residem e desenvolvem suas pluriatividades. Isso permite compreender como as famílias locais, ao se reproduzirem, criam alternativas econômicas, culturais e sociais na mediação situacional de sua realidade. No Quadro 2 identificam-se também as paisagens construídas e naturais, além das áreas em que a família desenvolve suas atividades agrícolas.

Na Amazônia Ocidental, especialmente no contexto de Barreirinha, o território revela-se como uma síntese dinâmica de temporalidades distintas, na qual o chamado "tempo lento", marcado pelas práticas tradicionais, pelos ciclos da natureza e pelos saberes ancestrais, entrelaça-se com o "tempo rápido", impulsionado pelas lógicas do capital, pelas inovações tecnológicas e pela intensificação dos fluxos econômicos e informacionais. Essa coexistência não ocorre de forma harmônica ou linear, mas por meio de tensões, adaptações e resistências que configuram o espaço geográfico como campo de disputas e negociatas permanentes.

Quadro 2 – Aspectos paisagísticos e as redes cidade/interior

	**- Comunidade: Terra Preta do Limão. Localização: à margem direita do Rio Paraná do Ramos em área de terra firme.** **- População aproximada: 3.000 habitantes.** - A área central da comunidade, que margeia o rio, há um flutuante, seguido de uma ponte, próximo à igreja há construções de acesso coletivo como escola, centro social e uma quadra.

	**Comunidade:** Terra Preta do Limão. **Localização:** A beira do rio, na comunidade possui uma área de ancorar as embarcações que transportam pessoas e mercadorias diversas. São embarcações dos próprios moradores da localidade.
	**Localização:** localizada à margem esquerda do Rio Paraná do Ramos. **Registro da retirada de** melancia *(Citrullus lanatus)* na Comunidade da Boca das Piranhas. A produção acontece no período de vazante que ocorre de julho a outubro na várzea.
	**Comunidade:** Terra Preta do Limão. **Construção:** Igreja católica Nossa Senhora de Lourdes, localizada no centro da comunidade de Terra Preta do Limão. Centro de eventos importantes da comunidade. Espaço construído para os católicos professarem sua fé.

	**Comunidade:** Comunidade do Laguinho. **Localização:** Lago do Laguinho "lado esquerdo do Paraná do Ramos". **Pesca:** Pesca de Pirarucu no lago do laguinho.
	**Comunidade:** Terra Preta do Limão. **Localidade:** localizada no Centro da comunidade. **Característica do ambiente e da casa:** A habitação é de alvenaria e madeira em área de terra firme e apresenta um tamanho pequeno habitada só pela família (pai, mãe e 3 irmãos).

Organizado por: José Francisco dos Santos Andrade (2025). Registro Fotográfico: 2019, 2022, 2023, 2025.

7 As redes territoriais no interior de Barreirinha (AM)

Entre a cidade de Barreirinha e suas comunidades próximas, as redes territoriais desempenham papel importante na organização social, econômica e cultural da região. Essas redes são tecidas por laços familiares, de amizade e de produção, conectando os moradores urbanos às áreas rurais e criando uma complexa teia de interações e dependências. Neste item, com base nos dados disponíveis no mapa, abaixo, será apresentada a estruturação da vida nos interiores, incorporando os dados da família analisada, a saber:

a) **Laços Familiares e Comunitários**

As relações familiares são um dos pilares que formam as redes territoriais na região. As conexões são mantidas por meio de visitas regulares, trocas de produtos agrícolas e apoio mútuo, fortalecendo os laços comunitários.

b) Níveis de Proximidade

No mapeamento das redes, os níveis de proximidade entre familiares e amigos são categorizados da seguinte maneira:

- ***F1 ou A1*** – Visita uma vez ao mês.
- ***F2 ou A2*** – Visita uma vez a cada seis meses.
- ***F3 ou A3*** – Visita uma vez ao ano.

Esses níveis indicam a frequência das interações e ajudam a entender a intensidade das relações dentro das comunidades.

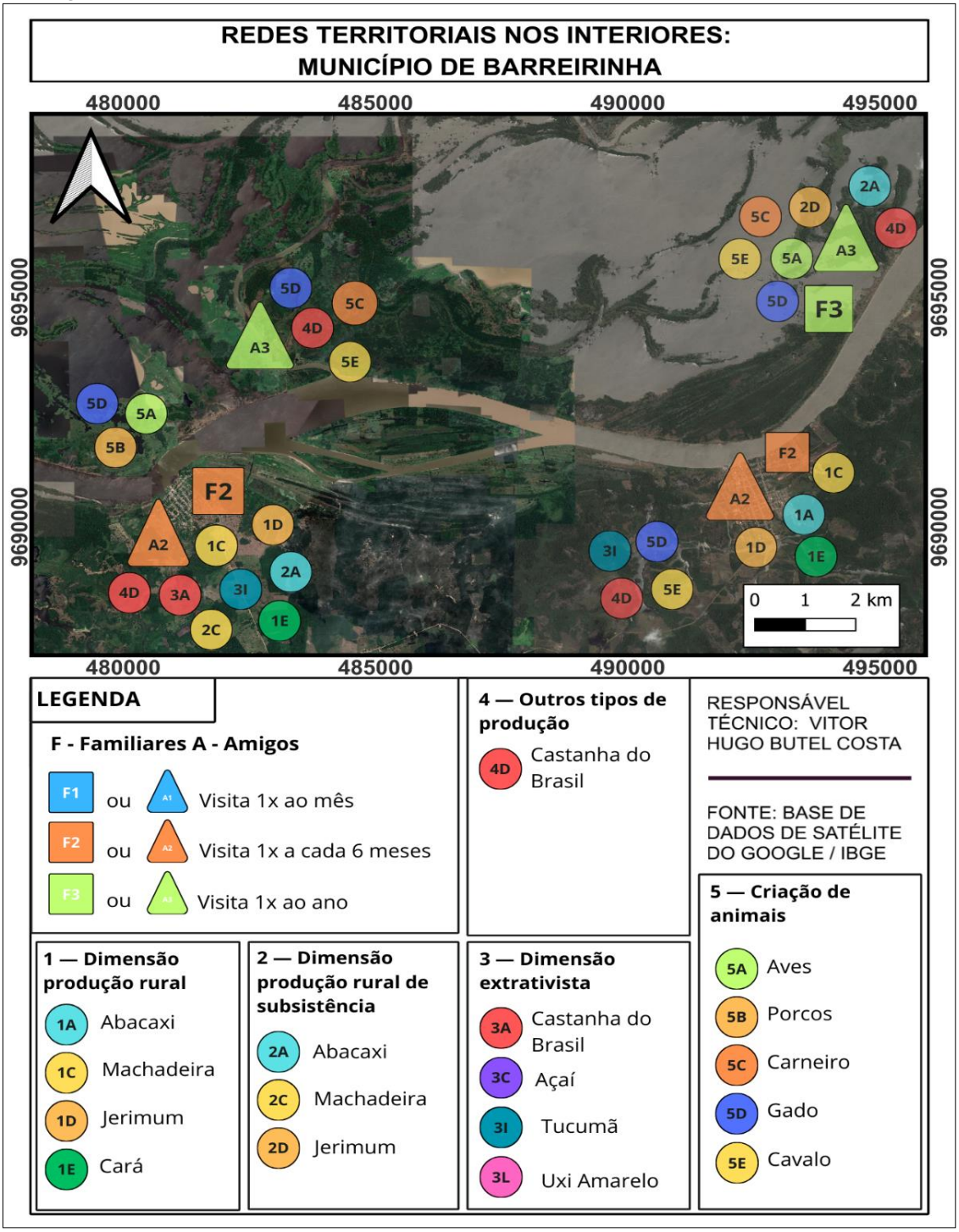
Em Barreirinha e nas comunidades rurais, como Terra Preta do Limão e Boca das Piranhas, as relações familiares e comunitárias constituem a base do desenvolvimento econômico e da coesão social. Nesse contexto, o núcleo familiar de José Francisco dos Santos Andrade destaca-se pela interdependência estabelecida entre os espaços urbano e rural, por meio da troca de produtos agrícolas, da cooperação cotidiana e da ajuda mútua, elementos que fortalecem os vínculos entre vizinhos e parentes. A distinção entre as três categorias de proximidade evidencia a intensidade das interações sociais e demonstra a relevância dessas relações para a manutenção da sustentabilidade social, econômica e territorial das comunidades.

c) Produção Rural e Economia

A produção rural na região de Barreirinha e em suas comunidades próximas é essencial para a economia local, desempenhando papel vital tanto na geração de renda quanto na subsistência das famílias. Essa produção é diversificada e abrange uma variedade de produtos rurais e formas de produção e manejo do solo, além de acompanhar as variações sazonais de vazante e cheia do rio principal. Na Figura 3, a produção é subdividida em duas dimensões: produção para o mercado e produção para a subsistência.

Nesse sentido, o território amazônico não deve ser compreendido apenas como palco de transformações, mas como agente ativo na construção dessas dinâmicas, onde diferentes ritmos coexistem e se sobrepõem. A articulação entre esses tempos evidencia a complexidade da produção do espaço na Amazônia, revelando que o desenvolvimento não pode ser analisado de forma homogênea, mas sim a partir das múltiplas temporalidades que o constituem. Assim, compreender essa inter-relação é fundamental para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, capazes de conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Figura 3 - Redes territoriais nos interiores das áreas de estudo em Barreirinha e adjacências



Organizado por: José Francisco dos Santos Andrade (2025).

Nas formas de uso do solo, nas práticas extrativistas, na agricultura familiar e nos modos de vida dos povos tradicionais, reafirma-se uma relação mais equilibrada com a natureza, pautada na sustentabilidade e na reprodução cultural. Por outro lado, o tempo rápido impõe uma racionalidade técnica e produtivista que tende a reconfigurar o território a partir de interesses externos, muitas vezes

desconsiderando as especificidades locais e promovendo processos de fragmentação socioespacial.

Nos itens seguintes, será descrita a produção da família Andrade no da família Andrade destinada ao abastecimento do mercado municipal da cidade de Barreirinha e ao sustento familiar, bem como a utilização do extrativismo como fonte de renda na diversificada cadeia produtiva desse núcleo. Contudo, é importante enfatizar que se trata de uma cadeia produtiva de pequena escala, que abastece lugares específicos.

7.2.1 Produção para o mercado da cidade de Barreirinha

A produção voltada para o mercado caracteriza-se por cultivos com demanda comercial na cidade e possibilidade de venda para outros municípios. Entre os principais produtos, destacam-se:

Abacaxi (1A): o abacaxi é um dos cultivos mais importantes da região, devido à sua alta demanda, tanto local quanto em mercados mais distantes. Os agricultores utilizam técnicas tradicionais de cultivo, com pouco emprego de maquinário e de agrotóxicos.

Macaxeira (1C): a macaxeira, também conhecida como mandioca**,** é outro produto-chave. Além de ser um alimento básico, seu cultivo é essencial para a economia local. A farinha geralmente é produzida em zonas interioranas.

Jerimum (1D): o jerimum, ou **abóbora,** é amplamente cultivado devido à sua importância na culinária e à boa aceitação no mercado. Sua produção é adaptada aos ciclos sazonais**.**

Cará (1E): O cará é uma raiz tuberosa que, além de ser um alimento nutritivo, tem valor comercial. Seu cultivo é favorecido pelas condições climáticas da região, e a comercialização contribui para a diversificação da economia agrícola local.

7.2.2 Produção para o sustento familiar

Paralelamente à produção para o mercado, há uma significativa produção voltada para a subsistência, que garante a segurança alimentar das famílias e preserva práticas agrícolas tradicionais. Os principais produtos incluem:

Abacaxi (2A): reflete a adaptação dos agricultores às necessidades de subsistência e de mercado.

Macaxeira (2C): a macaxeira destinada à subsistência é fundamental na dieta local. As famílias produzem o suficiente para o consumo próprio e, em muitos casos, para pequenas trocas dentro da comunidade. A produção caseira de farinha de mandioca, tapioca e beiju, a partir da macaxeira, é comum e culturalmente importante para a região.

Jerimum (2D): o jerimum também é cultivado para o consumo familiar.

A venda dos produtos agrícolas em feiras locais e mercados urbanos gera um fluxo contínuo de renda, que tende a ser reinvestida nas propriedades rurais e nas economias locais.

7.3 Coleta a partir do extrativismo e outras produções

Além da agricultura, o extrativismo constitui uma fonte de renda e um componente importante da identidade cultural das comunidades. Por isso, **Castanha-do-brasil (3A**): além de gerar renda e promover o crescimento econômico na região, a castanha-do-brasil contribui para a conservação das florestas, uma vez que as castanheiras necessitam de um ecossistema bem preservado para prosperar. A árvore é protegida por "lei: o Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, proíbe a exploração da castanheira para fins madeireiros em florestas naturais, primitivas ou regeneradas (Brasil, 2017).

Açaí (3C): o açaí é amplamente colhido e consumido na região, sendo um alimento básico nas dietas locais e uma importante fonte de renda. Sua coleta requer habilidades específicas e conhecimentos tradicionais, destacando a forte conexão e as relações culturais presentes na região.

Tucumã (3I): o tucumã, fruto de uma palmeira, é outro recurso natural colhido pelas comunidades.

Uxi-amarelo (3L): o uxi-amarelo é coletado por sua polpa e suas sementes, utilizadas na culinária e na medicina tradicional. A extração desse fruto demonstra o profundo conhecimento ecológico das comunidades sobre as espécies nativas e suas utilidades.

7.4 Criação de animais

Por fim, a Figura 3 destaca a criação de animais como um dos componentes das redes territoriais no município de Barreirinha. Essa atividade diversifica a economia local e melhora a segurança alimentar, proporcionando recursos essenciais à sobrevivência e ao comércio local.

Criação de aves (5A): a criação de aves, como galinhas e patos, é uma prática comum e amplamente adotada na região. As aves são criadas principalmente para a produção de ovos e carne, consumidos pelas famílias e vendidos nos mercados locais. A avicultura contribui para a alimentação diária e gera renda complementar para os moradores.

Criação de porcos (5B): a suinocultura é outra atividade vital para as comunidades, fornecendo carne suína para consumo próprio e comercialização. Os porcos são criados em pequenos criadouros familiares, com a utilização de métodos tradicionais, e alimentam-se de restos de alimentos, como, por exemplo, o caroço do tucumã.

Criação de carneiros (5C): a criação de carneiros, embora menos comum, também está presente. A carne desses animais é valorizada tanto para o consumo local quanto para a venda.

Criação de gado (5D): A a pecuária bovina é uma atividade de destaque na região, com a criação de gado para a produção de leite e o abate. O manejo requer conhecimentos específicos e infraestrutura adequada, como pastagens e abrigos.

Criação de cavalos (5E): os cavalos são criados principalmente para o transporte e o trabalho agrícola. Sua criação é essencial em áreas de acesso limitado e onde o transporte motorizado é inviável. Além disso, esses animais são utilizados

em atividades culturais e eventos comunitários, demonstrando sua importância social e econômica.

A economia local depende principalmente da produção rural, que é sazonal e varia ao longo do ano de acordo com o fluxo do rio principal. Essa produção pode ser dividida entre aquela destinada ao mercado e a voltada à subsistência. A área produtiva inclui cultivos de abacaxi, macaxeira, jerimum, cará e outros produtos essenciais à renda dos agricultores e à segurança alimentar das famílias.

A prática extrativista, como a coleta da castanha-do-brasil, açaí, tucumã e uxi-amarelo, movimenta a economia e preserva a cultura, além de incentivar a conservação ambiental. A criação de animais também fortalece a economia local e a segurança alimentar, sendo galinhas, porcos, carneiros, bovinos e cavalos importantes para a alimentação, o trabalho e o comércio.

Essas práticas refletem tradições, conhecimentos e processos de adaptação às condições locais. A rede evidencia a interdependência e a conexão entre sociabilidade, produção agrícola, extrativismo e criação de animais, promovendo a coesão social e fortalecendo o mercado regional.

Quadro 3 - Produção de Terra Preta do Limão

	- Criação de galinhas e porcos em nosso terreno.
	- Produção de abacaxi *(Ananas comosus)*.

	- Uxi-liso *(Endopleura uchi (Huber) Cuatrec).*
	- Cará roxo *(Dioscorea trifida L.f).*

Registro Fotográfico: José Francisco dos Santos Andrade (2023).

Observa-se que a diversificação das atividades produtivas, como a pesca, o extrativismo e a agricultura de pequena escala, não se limita a uma lógica estritamente econômica, mas incorpora valores simbólicos, identitários e de pertencimento. Essa interdependência entre sociedade e natureza indica que o uso dos recursos naturais ocorre de maneira integrada aos ciclos ecológicos, respeitando os limites e as potencialidades do ambiente, ainda que seja tensionado por processos contemporâneos de mercantilização e inserção em mercados mais amplos.

Dessa forma, as redes familiares como constituem elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio socioambiental e para a resistência diante das transformações impostas por agentes externos. Ao mesmo tempo, revelam a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem essas formas de organização, promovendo condições mais justas de acesso a recursos, assistência técnica e mercados, sem desconsiderar as especificidades locais. Conclui-se, portanto, que compreender as redes familiares em sua totalidade econômica, social e territorial é essencial para pensar caminhos de desenvolvimento que sejam, de fato, sustentáveis e socialmente enraizados na realidade amazônica.

Considerações finais

O trabalho contribui para demonstrar a interação entre as dinâmicas urbanas e rurais no município de Barreirinha. Ao examinar as redes familiares, as práticas produtivas e a influência do rio na organização da vida social, supera-se a ideia de

uma dicotomia urbano-rural, enfatizando sua interconexão e a sobreposição das redes territoriais. Destaca-se a persistência de fortes laços familiares que, apesar da migração para centros urbanos como Barreirinha, mantêm ligação com as comunidades de origem, conforme exemplificado pela família Andrade. Essas conexões manifestam-se por meio de visitas frequentes, trocas de produtos agrícolas e práticas de apoio mútuo, configurando uma rede de relações que articula e integra os espaços urbano e rural.

Além de seu significado social, a produção rural emerge como um pilar econômico e um elemento fundamental da paisagem sociocultural. O texto distingue a produção voltada ao mercado daquela destinada à subsistência, evidenciando a capacidade de adaptação das comunidades às condições locais e às demandas econômicas regionais. O cultivo de produtos como abacaxi, macaxeira e jerimum, aliado à coleta de recursos florestais, como castanha-do-Brasil e açaí, exemplifica essa dualidade produtiva nos circuitos internos do STUR. Adicionalmente, a criação de gado, suínos e aves contribui para a segurança alimentar das famílias e constitui importante fonte complementar de renda.

A natureza sazonal da produção rural, influenciada pelos ciclos hidrológicos do Paraná do Ramos, evidencia a estreita interação entre os meios de subsistência humanos e o ambiente natural. Destaca-se, nesse contexto, a importância da pesca para as comunidades, prática moldada pela dinâmica sazonal dos rios e que revela a capacidade de adaptação das populações que vivem em áreas de várzea. Assim, o estudo contempla tanto as áreas mais elevadas de terra firme quanto as áreas baixas de várzea, demonstrando como as condições físicas do meio natural interferem e condicionam as formas de organização social, produtiva e territorial das comunidades.

O Paraná do Ramos, enquanto via de transporte, fonte de pesca e elemento das práticas agrícolas, ilustra essa relação de interdependência entre sociedade e natureza. Argumenta-se que, nesse território, a interação dinâmica entre redes familiares, práticas produtivas e a influência do rio sustenta uma perspectiva mais integrada das paisagens socioculturais e socionaturais. O estudo demonstra que a região não constitui um espaço homogêneo, mas um mosaico de territorialidades influenciadas por práticas culturais, trajetórias históricas e pela interação contínua com o meio ambiente. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais profunda e complexa das relações entre o urbano e o rural, ao menos no recorte espacial analisado.

REFERÊNCIAS

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. *In:* B. FELDMAN BIANCO (org.). **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159- 193.

BARTOLI, Estevan. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** (Tese de Doutorado) Presidente Prudente: PPGG / UNESP, 2017.

_____. **Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana**. 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/mercator/a/QfDVytxTswq5FJSW6sKBtFx/abstract/?lang=pt Acesso em: 11 jul. 2023.
_____. **Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network.** *Mercator,* v. 17, e17027, p. 1-16, 2018
_____. **Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM).** Revista Espaço e Economia, v. 20, p. 1, 2020 c.
_____. **Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 20, n. 60, p. 20–45, 2025. DOI: 10.14393/RCT206079885. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/79885. Acesso em: 18 nov. 2025.
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. **Castanha-do-Brasil: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico**. Brasília, DF: MMA, 2017. 55 p.: il. color. (Caderno do agente de assistência técnica e extensão rural). Bibliografia: p. 52-55. ISBN: 978-85-7738-333-7.
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Divisão regional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
CORRÊA, Roberto Labato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. In: Revista Cidades, volume 9, número 16, 2012, p.200-220.
EMPINOTTI, Vanessa Lucena; TADEU, Natalia Dias; FRAGKOU, Maria Christina; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. ***Desafios de governança da água: conceito de territórios hidrossociais e arranjos institucionais***. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35102.011.
FANTINEL, Leticia. **As Sociabilidades nas Organizações: Da Sociologia Formal às Interações Cotidianas.** Revista Interdisciplinar de Gestão Social, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12513. Acesso em: 26 nov. 2024.
HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n.41, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QWr6rqWbkWcg69LtMxT7cSQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso 25 de nov de 2023.
MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Ed. Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
MARQUES, R. O.; BARTOLI, Estevan. **Morfologia Urbana da Cidade de Barreirinha (AM) e Sistemas Territoriais: uma proposta metodológica**. Geografar - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, v. 15, p. 336-357, 2020.
MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. E-book. pág.86. ISBN 9788572443661. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572443661/. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 294-336.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 31-52.

10 - *Rede de sociabilidade e* atividades *produtivas de um núcleo familiar da vila de Juruti-Velho/PA*

Eliane de Abreu Pereira
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Robert Santana Santos
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação – Parintins – Amazonas - Brasil

1 Introdução

A Amazônia caracteriza-se por uma complexa diversidade socioespacial, marcada pela coexistência de múltiplas territorialidades e formas de organização social e produtiva (Becker, 2005). Nesse contexto, as comunidades ribeirinhas desenvolvem modos de vida fortemente vinculados aos ciclos naturais, ao conhecimento tradicional e ao uso diversificado dos recursos disponíveis no território. Tais dinâmicas expressam-se por meio de estratégias de reprodução social baseadas na combinação de diferentes atividades produtivas e na manutenção de relações de cooperação e solidariedade entre famílias e grupos comunitários.

Entre essas estratégias, destaca-se a pluriatividade, entendida como a articulação de diferentes práticas produtivas, como agricultura, pesca, criação de animais e extrativismo, que contribuem simultaneamente para a segurança alimentar, a geração de renda e a permanência das famílias em seus territórios. No contexto amazônico, essas atividades não ocorrem de forma isolada, mas se estruturam a partir de redes sociais e econômicas que organizam os fluxos de trabalho, a circulação de produtos e as trocas simbólicas entre os atores locais.

O distrito de Juruti Velho, localizado no município de Juruti, estado do Pará, constitui um território relevante para a análise dessas dinâmicas. Historicamente, as comunidades ribeirinhas da região construíram modos de vida baseados no uso compartilhado dos recursos naturais, na cooperação entre famílias e na articulação entre diferentes práticas produtivas que sustentam a economia local. Entretanto, nas últimas décadas, esse território tem sido atravessado por transformações socioeconômicas significativas, relacionadas à expansão de grandes projetos de infraestrutura, à intensificação das atividades minerárias e às mudanças ambientais

que impactam diretamente as condições de produção e reprodução social das populações locais.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como as redes socioeconômicas contribuem para a organização das atividades produtivas e para a adaptação das famílias ribeirinhas diante das mudanças territoriais e ambientais. O presente estudo tem como objetivo analisar as redes socioeconômicas e as atividades produtivas desenvolvidas por um agricultor, pescador e criador de animais residente na vila Muirapinima, situada no distrito de Juruti Velho (PA). Busca-se compreender de que maneira as relações familiares, os fluxos de troca e as interações territoriais estruturam as estratégias de pluriatividade que sustentam a economia doméstica da família analisada.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada no modelo do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), proposto por Bartoli (2017), que possibilita analisar as conexões territoriais estabelecidas entre comunidades, redes familiares e circuitos de circulação de produtos. O trabalho baseou-se em levantamento bibliográfico e trabalho de campo, incluindo observação direta, registros fotográficos, entrevistas e sistematização das informações em quadros analíticos e fluxogramas que evidenciam as interações socioeconômicas existentes.

Os resultados indicam que as atividades de horticultura, criação de animais e pesca se articulam em um sistema integrado de produção e consumo, sustentado por redes familiares e comunitárias que funcionam como mecanismos de circulação de bens, saberes e práticas culturais. Essas redes também desempenham papel interessante na resiliência das famílias diante das adversidades ambientais e pressões externas, como a estiagem de 2023 e a implantação de infraestruturas regionais, a exemplo do Linhão de Tucuruí, que introduzem novas dinâmicas territoriais na região.

A compreensão dessas interações permite também evidenciar que as redes socioeconômicas constituem elementos centrais na organização do espaço ribeirinho, revelando dinâmicas de mobilidade, cooperação e troca que estruturam a vida social e cultural dessas comunidades. Assim, a Amazônia deve ser compreendida não como um espaço homogêneo, mas como um território dinâmico, marcado por múltiplas interações sociais, econômicas e ambientais.

Para além desta introdução, o artigo foi estruturado em três tópicos principais. O tópico 2, "Metodologia", trata dos procedimentos da pesquisa, fundamentados no modelo do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), proposto por Bartoli (2017). Os dados foram coletados e sistematizados por meio de registros fotográficos e observação direta, o que permitiu criar mapas, fluxogramas e quadros que apresentam vínculos familiares e conexões territoriais, tornando visíveis as redes, as interações e as informações relativas ao sujeito pesquisado. O levantamento documental e empírico dialoga com referenciais teóricos da Geografia e das Ciências Sociais, permitindo articular os dados às discussões sobre regionalização, pluriatividade, bioeconomia e redes de sociabilidade no contexto local.

O tópico 3, "Referencial teórico", apresenta a discussão sobre os conceitos de região, regionalização, biorregião, bioeconomia e redes de sociabilidade,

destacando suas contribuições para a compreensão das dinâmicas territoriais amazônicas. As redes de sociabilidade são abordadas como elementos essenciais na dinâmica dos sujeitos que estabelecem múltiplas relações e interações no território.

Por fim, o tópico 4, "Resultados e discussão", apresenta a análise empírica da rede familiar estudada, caracterizando as atividades produtivas desenvolvidas, os fluxos de circulação e as relações sociais que sustentam a organização econômica local. Examina-se a trajetória de vida do Sr. Lauriel Hipólito Pereira e a localidade onde se desenvolve sua rede familiar, considerando as interações e os cultivos agrícolas mantidos pela família. Essa interação entre redes de sociabilidade e práticas produtivas expressa múltiplas territorialidades, nas quais o saber tradicional, o manejo ambiental e a cooperação familiar configuram um modelo próprio de economia popular amazônica.

2 Metodologia

A pesquisa, de caráter exploratório, adotou uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão das redes socioeconômicas e das estratégias de pluriatividade desenvolvidas por famílias ribeirinhas no distrito de Juruti Velho, localizado no município de Juruti, no estado do Pará.

O estudo utiliza a estratégia de estudo de caso, concentrando-se na trajetória produtiva de um agricultor, pescador e criador de animais residente na vila Muirapinima. A escolha desse caso deve-se à representatividade de suas práticas produtivas no contexto local, uma vez que o sujeito investigado desenvolve múltiplas atividades articuladas às redes familiares e comunitárias que estruturam os circuitos econômicos da região.

O referencial analítico da pesquisa baseia-se no modelo do Sistema Territorial Urbano Ribeirinho (STUR), proposto por Bartoli (2017), que permite analisar as interações territoriais estabelecidas entre comunidades ribeirinhas, redes familiares e fluxos de circulação de produtos. O modelo possibilita compreender como as relações sociais, econômicas e espaciais se articulam na organização das atividades produtivas e nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias.

A coleta de dados foi realizada por meio de trabalho de campo, conduzido entre os anos de 2022 e 2023, envolvendo observação direta, registros fotográficos e anotações. As informações obtidas foram sistematizadas em quadros analíticos, mapas e fluxogramas, permitindo representar as conexões entre os núcleos familiares, os fluxos de circulação de produtos e as interações territoriais estabelecidas entre comunidades vizinhas.

O levantamento empírico foi complementado por pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores da Geografia e das Ciências Sociais que discutem temas como região, regionalização, redes socioeconômicas, territorialidade e organização espacial na Amazônia, entre eles La Blache (1921), Corrêa (1986), Santos (1996), Haesbaert (2010), Becker (2005), Willerding et al. (2020) e Bartoli (2017).

A análise dos dados partiu de uma abordagem interpretativa, articulando as informações coletadas em campo às categorias analíticas do modelo do (STUR). Esse procedimento permitiu identificar as relações entre práticas produtivas, redes de sociabilidade e organização territorial na vila Muirapinima e seu entorno, bem

como as estratégias de pluriatividade que sustentam a reprodução socioeconômica das famílias ribeirinhas.

Quadro 1 – Vertentes de análise do STUR no contexto das redes socioeconômicas familiar

Vertentes da análise do modelo STUR e critérios descritivos das redes familiares e de sociabilidade
i) **zonal e topológico**: conexões entre a cidade e o entorno sub-regional por meio de redes diversas (físicas e sociais) através da navegação fluvial e ribeirinha; a) **os condicionantes físicos e materiais** a classificação do relevo de Juruti Velho é caracterizado por planalto rebaixado, tabuleiros, níveis aplainados, colinas, escarpas tabulares, terraços e várzeas (Trancredi, 2007). O Igarapé Juruti Grande se configura como uma bacia hidrográfica **sazonal (**vazante dos rios), ocorre escassez do pescado e no período da (enchente) o Sr. Lauriel precisa transferir o gado para a terra firme. Na terra firme, o Sr. Lauriel planta árvores de itaúba, extrai açaí e pesca no entorno da vila de Juruti Velho.
b) número de nódulos familiares: O Sr. Lauriel mantém suas atividades de trocas e vendas somente na região do Juruti Velho. Seus produtos, como peixes e outros itens, são comprados principalmente na vila Muirapinima. O tamanho de sua rede é mediano, pois circula alguns quilômetros em direção às comunidades de Maravilha e Macaiani, onde possui familiares e amigos que compram a produção. O Sr. Lauriel possui duas propriedades nas quais cultiva e cria os animais.
c) circulação na cidade e interiores e entre a cidade e interiores: O Sr. Lauriel utiliza uma pequena canoa para se deslocar entre suas propriedades e as comunidades vizinhas na região de Juruti Velho. Além de servir como meio de transporte para sua atividade de pesca. Uma das dificuldades do Sr. Lauriel é o deslocamento até sua propriedade na área de várzea, pois os suprimentos, como gasolina e gelo durante a vazante os preços ficam altos e as rotas longas. Na enchente, os custos giram em torno de R$ 100, com viagens mais rápidas devido à maior mobilidade. Essas condições impactam diretamente os custos e a rotina.
ii) Estratégias e escalas de ação: Tipos de coalizão e relevância na mediação das ações que se desdobram em práticas sobre o território; Como sujeitos se projetam sobre o território a partir de trocas, ajudas ou intercâmbios considerando: **a) redes familiares:** A força de trabalho é familiar e envolve os filhos e os pais. São atividades de cultivo de hortaliças e criação de bovinos. Esse esforço coletivo não apenas impulsiona a renda familiar, mas também fortalece os laços familiares. **b) relações de amizade**: A relação de amizade entre os moradores do bairro do Sr. Lauriel é marcada pela harmonia e colaboração. Frequentemente ajuda nos eventos realizados na sede do Grêmio, uma associação desportiva, a qual participa junto com seus vizinhos. Entre as atividades, destacam-se os torneios de futebol, organizados no final do ano. Esses eventos reúnem equipes de veteranos com partidas amistosas, fortalecendo os laços de amizade e promovendo momentos de lazer. **c) relações institucionais:** O Sr. Lauriel e sua família participam dos eventos organizados pela igreja que frequentam, além de integrar o convívio social da comunidade.

iii) Produção e configuração do espaço urbano em bairros (fixos na rede): A residência do Sr. Lauriel é feita de alvenaria, situada no centro da vila Muirapinima, no bairro da Prainha. Uma área antiga da cidade. Apesar de não ter um porto adequado para embarques, há uma pequena praça localizada na área central da vila, um ponto de referência para os moradores.
iv) Formação de circuitos econômicos duais e complementares (fluxos) Atividades múltiplas da economia popular: a) **na cidade**: trabalha no seu próprio negócio como a plantação de cheiro-verde. b) **nos interiores**: O Sr. Lauriel dedica-se ao trabalho na plantação de maniva e outras atividades produtivas, além de estar envolvido na criação de animais. Por vezes, também se dedica à pesca. c) **Como são absorvidos na cidade** (feiras, mercados, vendas em casa, boxes de rua, etc.); As vendas do Sr. Lauriel acontecem em sua própria casa, localizada na vila Muirapinima, o que facilita a comercialização de seus produtos. **d) ocorrência de redes de trocas**; As trocas ocorrem através de produtos com seus vizinhos e amigos, trocando peixe com a farinha. **e) quem impulsiona** (financia ou encomenda) as forças centrífugas e centrípetas (mercadorias). A submissão das redes locais pelo **capital mercantil dominante** é nítida, (drenagem de renda rural pela cidade) isso mantém o escoamento da produção funcional à produção alienada, também existe as redes ilegais (madeira por exemplo).

Organizado por: Elaine Abreu Pereira (2024). Adaptado de Bartoli (2017).

3. Referencial teórico

3.1 Região e regionalização

O conceito de região ocupa posição central na análise geográfica, sendo historicamente utilizado para compreender as diferentes formas de organização do espaço e as relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Na tradição da geografia clássica, a noção de região foi fortemente influenciada pelos estudos de Vidal de La Blache (1921), que a concebia como resultado das interações entre os grupos humanos e o meio natural, enfatizando as particularidades dos lugares e as formas de vida associadas a cada território.

Posteriormente, o conceito de região passou por importantes reformulações teóricas. Corrêa (1986) destaca que a região não deve ser compreendida apenas como uma divisão espacial baseada em características naturais ou administrativas,

mas como uma construção social resultante de processos históricos, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, as regiões refletem dinâmicas sociais e econômicas que se manifestam de maneira diferenciada no território.

Milton Santos (1996) propôs que a região se articula a partir das relações estabelecidas entre diferentes atores sociais e das redes de circulação de pessoas, mercadorias e informações. Assim, a região passa a ser entendida como parte de um sistema espacial mais amplo, no qual os fluxos e as conexões exercem papel importante na organização do espaço geográfico.

De forma complementar, Haesbaert (2010) ressalta que as regiões devem ser interpretadas considerando os processos de territorialização e as múltiplas escalas de interação social. Nesse sentido, a regionalização não é apenas uma técnica de planejamento ou delimitação espacial, mas também um processo que expressa disputas de poder, identidades territoriais e formas diversas de apropriação do espaço. No contexto amazônico, essas reflexões são particularmente relevantes, pois trata-se de um território construído a partir das práticas cotidianas de comunidades locais, ao mesmo tempo em que é impactado por políticas públicas, projetos de infraestrutura e fluxos econômicos externos (Becker, 2005).

Essas abordagens teóricas permitem compreender que as regiões são construídas a partir da interação entre fatores naturais, sociais e econômicos, constituindo territórios dinâmicos e continuamente transformados pelas práticas sociais. No contexto amazônico, essa perspectiva é particularmente relevante, pois as formas de organização territorial refletem a diversidade de modos de vida das populações locais e suas estratégias de adaptação às condições ambientais e socioeconômicas da região.

No caso da vila de Juruti Velho, as práticas produtivas de um pescador, criador de animais e horticultor articulam-se em diferentes escalas: no âmbito local, por meio das redes familiares e comunitárias que sustentam as trocas econômicas; no regional, mediante a circulação de mercadorias para feiras e povoados vizinhos; e no supraregional, em razão dos impactos de grandes projetos, como o Linhão de Tucuruí, que afetam diretamente as áreas produtivas, os recursos hídricos e as interações sociais. A regionalização, nesse caso, deve ser entendida como um processo dinâmico, que combina a territorialidade construída pelas famílias locais com os recortes institucionais e econômicos impostos externamente.

Portanto, compreender a região e a regionalização significa reconhecer a complexidade das articulações escalares e das disputas territoriais, evitando visões estáticas ou naturalizadas. Para além de conceitos analíticos, constituem instrumentos críticos que possibilitam compreender como comunidades amazônicas, como Juruti Velho, inserem-se em múltiplas redes, resistem às pressões externas e constroem territorialidades próprias.

3.2 Redes socioeconômicas e redes de sociabilidade

As redes socioeconômicas consolidaram-se como um instrumento analítico importante no Brasil, especialmente no estudo de comunidades rurais, assentamentos e práticas produtivas tradicionais. Essas redes podem ser entendidas como conjuntos de relações estabelecidas entre indivíduos, grupos ou

instituições, estruturando fluxos de troca, cooperação e circulação de recursos materiais e simbólicos (Santos,1996).

No contexto das comunidades ribeirinhas amazônicas, as redes de sociabilidade desempenham papel fundamental na organização das atividades produtivas e na manutenção das estratégias de reprodução social. Essas redes se manifestam por meio de relações familiares, parcerias de trabalho, trocas de produtos e mecanismos de ajuda mútua que conectam diferentes unidades domésticas e comunidades.

Radomsky e Schneider (2007) apontam que o desenvolvimento local depende de processos de reciprocidade e de interações interpessoais vitais para a sustentabilidade das atividades econômicas. Para os autores, as redes de sociabilidade estruturam a circulação de bens e serviços e funcionam como mecanismos de confiança que fortalecem o tecido social e econômico das comunidades. Assim, o desenvolvimento local resulta tanto de fatores materiais quanto das relações sociais que o sustentam.

Moura et al. (2023), por exemplo, estudam as redes de economia solidária em diferentes regiões do Brasil, identificando como cooperativas, associações e feiras agroecológicas se estruturam a partir de vínculos de confiança, solidariedade e reciprocidade. Os autores salientam que "as experiências de economia solidária no Brasil evidenciam que a cooperação, a confiança e o compromisso coletivo são pilares fundamentais para a formação de redes socioeconômicas capazes de gerar renda e fortalecer o pertencimento territorial" (Moura et al., 2023, p. 7).

Favero (2012), por sua vez, observou que as políticas públicas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, alteram as dinâmicas das redes de sociabilidade e redistribuem papéis sociais entre agricultores familiares. As redes deixam de ser apenas espaços de ajuda mútua e passam a mediar também fluxos monetários e novas hierarquias sociais. Essa transformação confirma a complexidade das interações entre políticas estatais e laços comunitários, questão que também pode ser observada em contextos amazônicos submetidos a intervenções externas.

Lima (2020) analisou (Assentamentos de Reforma Agrária) para compreender a cooperação e solidariedade entre assentados. O autor identificou que as redes de sociabilidade são fundamentais para a manutenção da vida coletiva, contribuindo para o compartilhamento de recursos e o fortalecimento das identidades locais. Essa dimensão simbólica e relacional das redes é igualmente enfatizada por Menezes e Almeida (2005), que investigaram o território das "fabriquetas" de queijo no sertão sergipano. Os autores demonstram que as práticas produtivas locais não apenas geram renda, mas também consolidam vínculos afetivos e reforçam a identidade territorial, constituindo redes socioeconômicas que transcendem o aspecto mercantil.

Por sua vez, Carmo (2019) analisa as redes de sociabilidade formadas entre moradores do Residencial Viver Melhor, em Manaus, observando como a reconfiguração do espaço urbano altera as relações de vizinhança e parentesco. Sua etnografia revela que, mesmo em contextos de deslocamento e urbanização acelerada, os indivíduos recriam laços de confiança e solidariedade, demonstrando a capacidade adaptativa das redes sociais.

Nesse sentido, as redes de sociabilidade e socioeconômicas constituem infraestruturas sociais invisíveis, que garantem a continuidade das práticas produtivas, culturais e afetivas nos territórios. No caso da vila de Juruti Velho, a compreensão dessas redes é essencial para analisar como famílias ribeirinhas, pescadores, agricultores e pequenos criadores articulam trocas materiais e imateriais, conectando o espaço doméstico aos circuitos regionais de produção e comercialização.

3.3 Bioeconomia e biorregião

Nos últimos anos, o debate sobre bioeconomia tem ganhado destaque nas discussões sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia. A bioeconomia refere-se ao conjunto de atividades econômicas baseadas no uso sustentável dos recursos biológicos, buscando conciliar conservação ambiental, geração de renda e valorização dos conhecimentos tradicionais das populações locais (WILLERDING et al., 2020).

Para Willerding et al. (2020), o desenvolvimento da bioeconomia depende de uma estratégia integrada que considere o potencial natural e humano da região. Os autores destacam que a bioeconomia deve ser entendida como um modelo de desenvolvimento baseado na utilização sustentável da biodiversidade e na inovação científica e tecnológica, articulado às políticas públicas regionais. Essa abordagem pressupõe a valorização da biorregião amazônica como unidade de planejamento, na qual a conservação dos ecossistemas está intrinsecamente ligada à geração de renda e à inclusão social.

Nesse sentido, as biorregiões são "lugares de vida únicos com suas próprias formas de solo e Terra, bacias hidrográficas e climas, plantas nativas, animais e muitas outras características naturais" (Berg, 2006, p. 1). Carro (2004) afirma que o conceito se refere a regiões únicas que compõem a "ecosfera". Trata-se, segundo o autor, de uma abordagem holística que trabalha simultaneamente com o todo e com as partes, sem ser "paroquialista, estreita e excludente", mas "compreensiva, ampla e inclusiva", pois vincula o local ou regional ao planetário e, por isso, apresenta fronteiras flexíveis e permeáveis. Entretanto, além da dimensão físico-biológica, privilegiada nas abordagens estatais e corporativas, deve-se acrescentar a perspectiva "cultural/fenomenológica", tanto no "terreno geográfico" quanto no "terreno da consciência".

No campo institucional, iniciativas recentes como o Programa BioRegio, do Ministério do Desenvolvimento Regional, procuram integrar a noção de biorregião à formulação de políticas públicas, propondo o desenvolvimento regional sustentável com base na bioeconomia (BRASIL, 2024). O programa reconhece a importância de considerar as vocações locais, os saberes tradicionais e a governança territorial como elementos centrais para a implementação de modelos produtivos sustentáveis. Da mesma forma, estudos apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) têm destacado o potencial de produtos florestais não madeireiros e de cadeias produtivas da biodiversidade como alternativas econômicas de baixo impacto ambiental (FAPEAM, 2023).

Os estudos analisados convergem ao indicar o conceito de biorregião como uma unidade socioambiental que articula natureza, cultura e economia, servindo de base para políticas de ordenamento e planejamento territorial. No caso da Amazônia, a biorregião assume papel estratégico na transição para uma economia de baixo carbono e socialmente inclusiva. Além disso, permanecem desafios estruturais, como a falta de infraestrutura, a concentração de investimentos em setores industriais e a limitada participação das comunidades locais nas decisões sobre bioeconomia.

Na região de Juruti Velho, no Pará, esses desafios estruturais ainda constituem obstáculos a serem superados em pleno século XXI, principalmente pelos moradores que desenvolvem a pluriatividade, combinando práticas como pesca, criação de animais de pequeno porte e horticultura, tanto para o sustento quanto para a inserção em redes de trocas locais.

Em síntese, a literatura sobre bioeconomia e biorregião aponta a necessidade de uma bioeconomia territorializada, capaz de conciliar inovação tecnológica, diversidade cultural e justiça ambiental. A valorização da sociobiodiversidade e o fortalecimento das redes de produção comunitária despontam como caminhos fundamentais para a construção de um modelo de desenvolvimento amazônico que seja, simultaneamente, sustentável, participativo e economicamente viável.

4. Resultados e discussão

4.1 Trajetórias de vida e a vila Muirapinima

O Sr. Lauriel Hipólito Pereira, de 60 anos, nasceu na ilha do Macaiani, área de várzea localizada no município de Juruti (PA). Atualmente, reside na vila Muirapinima, situada no distrito de Juruti Velho, inserido no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). Filho de Ana Hipólito e Francisco Pereira, pertence a uma família composta por sete irmãos, dos quais três permanecem em Juruti Velho, três migraram para a cidade de Manaus e um se estabeleceu na região do rio Uaicurapá.

Após migrar da ilha do Macaiani, sua família estabeleceu-se na comunidade do Açaí, onde permaneceu até o falecimento dos pais. Ainda na juventude, Lauriel Hipólito Pereira casou-se com Rosidete Bruce de Abreu e mudou-se com ela para a vila Muirapinima, onde constituiu sua família, formada por onze filhos, permanecendo na localidade até os dias atuais.

Conhecido na comunidade pelo apelido “Curica”, Lauriel construiu sua trajetória de vida a partir de atividades vinculadas ao trabalho agrícola e extrativista, especialmente na produção de juta, no cultivo da mandioca e na pesca artesanal. Inicialmente desenvolvidas em conjunto com seus pais, essas atividades tornaram-se posteriormente fundamentais para a manutenção econômica da unidade familiar. Trata-se de uma trajetória marcada por atividades laborais intensivas e pela constante adaptação às condições ambientais e socioeconômicas da região.

Durante esse período, também participou de movimentos vinculados à Igreja Católica e a organizações sociais locais, evidenciando seu engajamento comunitário

e sua atuação em iniciativas voltadas à defesa de interesses coletivos da população local. Após estabelecer-se na vila Muirapinima, Lauriel continuou a retirar seu sustento principalmente da pesca e do cultivo da mandioca, além de desenvolver atividades complementares, como trabalho de vaqueiro e prestação de serviços eventuais como diarista. Seu primeiro vínculo formal de trabalho ocorreu como vigilante no Hospital Irmã Ávila, função que exerceu durante nove anos. Entretanto, em decorrência de mudanças na administração municipal, perdeu o emprego, passando a dedicar-se integralmente às atividades agrícolas e à produção familiar como estratégia de manutenção da renda doméstica.

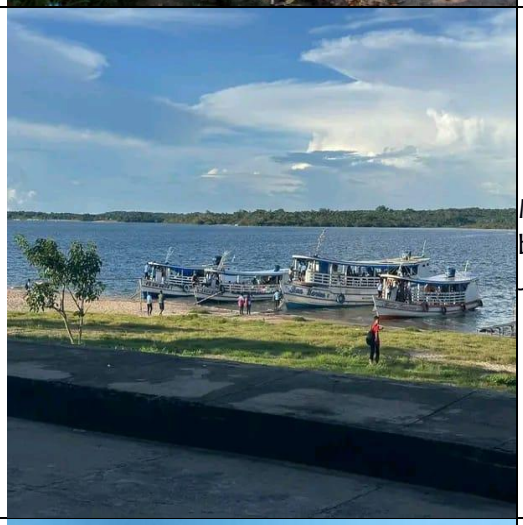
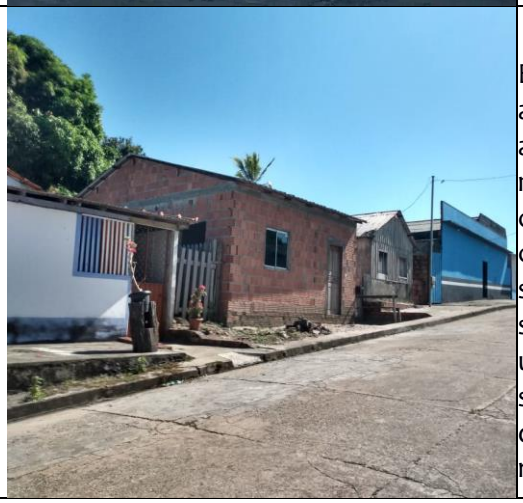
Atualmente, Lauriel Hipólito Pereira exerce atividades como agricultor e pequeno criador. Sua residência, localizada no bairro Prainha, no centro da vila, é construída em alvenaria e madeira. Ele possui três terrenos: um situado em área de várzea e dois em terra firme. Nessas áreas, desenvolve atividades produtivas voltadas tanto ao consumo familiar quanto à comercialização local.

Como agricultor e criador, sua atuação contribui para a dinâmica econômica da comunidade. A comercialização de sua produção ocorre tanto por meio de venda direta quanto por meio de trocas com vizinhos e conhecidos, práticas que fortalecem vínculos sociais e produtivos no interior da comunidade. Os principais pontos de circulação e escoamento de sua produção localizam-se nas comunidades de Maravilha e Nova Macaiani.

Além disso, a pesca permanece como atividade central na composição da renda, destinando-se ao consumo familiar e à comercialização. Essa multiplicidade de funções assegura a diversificação da renda e reforça a resiliência de seu modo de vida. No Quadro 1, são apresentados elementos geográficos e naturais da vila de Juruti Velho (PA), que compõem o cotidiano do Sr. Lauriel e permitem compreender, de maneira ampla, as interações entre território, trabalho e sociabilidade.

Quadro 2 – Aspectos paisagísticos na vila Muirapinima, Juruti Velho (PA)

	- A casa do Sr. LHP, localiza-se na área central da vila, é uma estrutura simples, refletindo o estilo de vida de sua família e abriga oito pessoas atualmente. No quintal da casa, há plantas frutíferas, hortaliças e ervas medicinais, ou seja, tanto para o consumo próprio quanto para a venda.

		- A “cabeceira” Maria Joana como é conhecida, é uma área tranquila e arborizada. A região destaca-se pelas águas serenas do rio, onde pequenas embarcações, como barcos de madeira e canoas, ficam ancoradas nas margens. O ambiente é rodeado por vegetação e algumas casas ao seu redor completam a paisagem. Essa área é um ponto de referência da comunidade, servindo como um lugar de convivência e de atividades ligadas à pesca e ao lazer.
		- O Porto principal da vila Muirapinima é usado para ancoragem dos barcos que realizam viagens tanto para Juruti Novo quanto para Parintins.
		- A rua padre João Sanches de Brito, localizada no centro de Juruti Velho, apresenta características típicas de uma área residencial em comunidades menores. A rua é pavimentada, com construções em ambos os lados, incluindo casas simples e, no lado esquerdo está a sede do Grêmio que é de propriedade de seu Abelci. Na imagem, podemos observar uma inclinação moderada na via, a casa de seu LHP está situada nesta rua do lado direito que é representada por uma residência comum na área.

	- A Escola Zenita Freitas de Mattos é uma instituição de ensino localizada na rua Paz de Andrade, na vila Muirapinima. Essa escola desempenha um papel importante na educação dos jovens da região, incluindo os filhos do Sr. LHP, que as frequentaram. A escola é um legado da comunidade, oferecendo educação e conhecimento aos jovens, além de contribuir para o crescimento educacional e social de seus moradores.
	- A Unidade de Saúde "Irmã Ávila", localizada no centro da vila Muirapinima, é uma unidade que atende a comunidade local, incluindo a família do Sr. LHP e demais comunidades. Esta desempenha um papel essencial no acesso à saúde destas famílias, proporcionando os primeiros cuidados médicos básicos. A imagem mostra o edifício do hospital, que, apesar de simples, serve como um ponto crucial de atendimento para a população de Juruti Velho.
	- A Paróquia Sagrado Coração de Jesus desempenha um papel na vida espiritual e social de seus frequentadores, como é o caso do Sr. LHP e sua família. Como igreja, a mesma oferece uma variedade de serviços religiosos, missas aos domingos, sacramentos, atividades pastorais e eclesiais. Além disso, a paróquia ajuda nos encontros e apoio comunitários, proporcionando um ambiente acolhedor e familiar para todos.

Registro fotográfico: Eliane Abreu (2024).

A trajetória de vida do Sr. Lauriel evidencia como a dinâmica socioeconômica no Baixo Amazonas se estrutura a partir de arranjos territoriais híbridos, nos quais se articulam atividades agrícolas, criação de animais de pequeno porte e pesca artesanal. Essas práticas organizam-se em múltiplas territorialidades, caracterizadas pela circulação entre áreas de várzea e de terra firme, muitas vezes associada à mobilidade sazonal e a uma forte dimensão comunitária.

Esse caráter multifuncional do território evidencia como os sujeitos locais reelaboram continuamente suas estratégias de reprodução social diante das

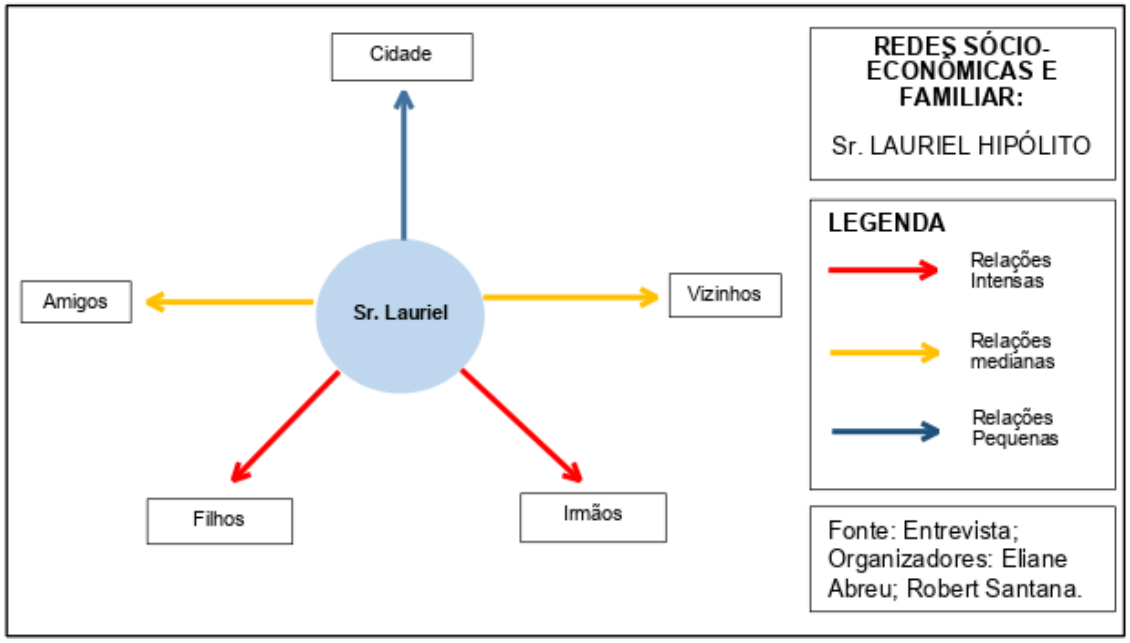
instabilidades econômicas e ambientais, produzindo um espaço social dinâmico e em constante transformação, conforme discutido por Haesbaert (2010) no debate sobre territorialidades e multiterritorialidade.

4.2 Rede familiar ribeirinha e sua interação territorial

As redes familiares constituem um dos principais pilares da organização social na Amazônia e exercem papel fundamental na reprodução econômica, cultural e simbólica das comunidades ribeirinhas, agrícolas e extrativistas. Mais do que unidades domésticas isoladas, as famílias estruturam complexas redes de parentesco, trabalho e solidariedade que sustentam a vida cotidiana e possibilitam a permanência no território. Essas redes manifestam-se nas práticas produtivas, nas trocas de recursos, na circulação de conhecimentos e na cooperação entre parentes, vizinhos e amigos, articulando escalas locais e regionais de sociabilidade.

A representação gráfica da rede familiar do Sr. Lauriel permite visualizar as diferentes intensidades de interação presentes em seu cotidiano. O fluxograma evidencia relações classificadas como intensas, medianas e reduzidas, permitindo identificar os diferentes graus de proximidade social e econômica que estruturam sua rede de sociabilidade. Nesse sentido, o recurso visual não se limita a uma função ilustrativa, mas constitui também um instrumento analítico para compreender a organização das relações sociais no interior da comunidade (Figura 1).

Figura 1 - Representação da rede familiar do Sr Lauriel



Organizado por: Robert Santana e Eliane Abreu (2024).

Observa-se que a relação entre Lauriel e seu irmão, Francisco, apresenta elevado grau de interação, principalmente em função do vínculo familiar e das atividades econômicas compartilhadas. Francisco mantém uma pequena venda de farinha, na qual adquire produtos para revenda e realiza trocas comerciais com agricultores locais. Nesse contexto, as relações entre os dois irmãos articulam

dimensões familiares e mercantis, evidenciando como os circuitos econômicos locais se estruturam a partir de vínculos de confiança e reciprocidade.

No âmbito da unidade familiar, as relações com os filhos também se caracterizam por forte intensidade. Eles participam diretamente das atividades produtivas, colaborando nas plantações, na pesca e na criação de animais mantida pela família. Essa participação evidencia o caráter coletivo da produção familiar e reforça o papel da família como núcleo central de organização do trabalho e da reprodução econômica.

As relações com amigos e vizinhos apresentam intensidade intermediária, sendo frequentemente mediadas por práticas de troca e comercialização de produtos, especialmente pescado e itens agrícolas. Essas interações contribuem para fortalecer os circuitos locais de circulação de mercadorias e reforçam os vínculos comunitários que sustentam a economia ribeirinha.

Por outro lado, a relação com os centros urbanos apresenta menor intensidade. Lauriel mantém contato com a cidade principalmente por meio de suas filhas, que residem em localidades como Juruti Novo (PA) e Parintins (AM), para onde eventualmente envia parte de sua produção. Ainda assim, a cidade desempenha papel importante como espaço de consumo de bens industrializados, evidenciando a inserção parcial da economia local em circuitos mais amplos de mercado.

Essas dinâmicas revelam que as redes familiares e comunitárias constituem infraestruturas sociais fundamentais para o funcionamento da economia local. Conforme argumenta Santos (1996), as redes territoriais não se restringem à dimensão técnica ou material, mas incluem relações sociais que estruturam a circulação de bens, pessoas e informações. Nesse sentido, as interações observadas na rede do Sr. Lauriel evidenciam como os vínculos sociais organizam fluxos econômicos e territoriais no contexto amazônico.

Do ponto de vista das economias familiares, Schneider et al. (2019) destacam que a cooperação entre parentes, vizinhos e comunidades constitui um elemento central para a reprodução social das unidades produtivas rurais. Na realidade observada em Juruti Velho, essa cooperação manifesta-se por meio de trocas de produtos, compartilhamento de trabalho e circulação de saberes, configurando redes de solidariedade que fortalecem a resiliência econômica das famílias.

Além disso, essas redes também expressam múltiplas territorialidades, conforme discutido por Haesbaert (2010), uma vez que articulam diferentes espaços de circulação e pertencimento. A rede familiar de Lauriel conecta áreas rurais, comunidades vizinhas e centros urbanos próximos, demonstrando que a territorialidade ribeirinha se constrói a partir de relações sociais dinâmicas e multiescalares.

Dessa forma, a análise da rede familiar evidencia que a organização socioeconômica local não pode ser compreendida apenas a partir das atividades produtivas isoladas, mas deve ser interpretada como resultado de um sistema de relações sociais que articula família, trabalho e território. Essas redes de sociabilidade constituem, portanto, um elemento estruturante da economia ribeirinha, possibilitando a manutenção das atividades produtivas e a continuidade dos modos de vida amazônicos.

4.3 Atividades agrícolas, pesqueiras e de criação de animais

As atividades produtivas desenvolvidas pelo Sr. Lauriel estruturam-se a partir de um sistema diversificado que integra agricultura, pesca e criação de animais. Essa combinação de atividades evidencia uma estratégia de pluriatividade característica das economias familiares rurais amazônicas, na qual diferentes práticas produtivas se articulam para garantir a reprodução social e econômica da unidade doméstica.

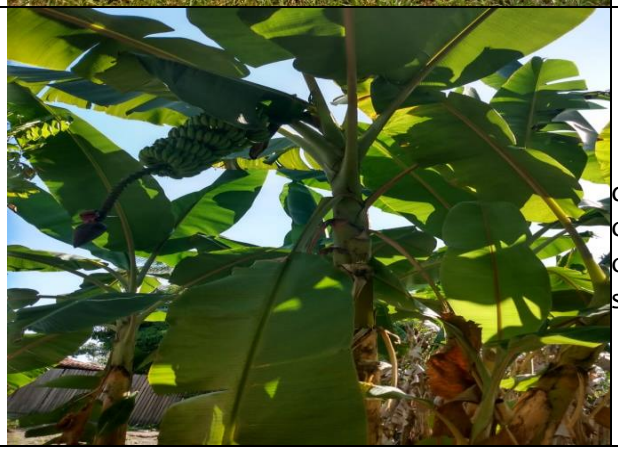
Entre essas atividades, destaca-se o cultivo da mandioca, que constitui um dos principais produtos da agricultura familiar na região. A mandioca desempenha papel central na alimentação e na economia local, sendo utilizada principalmente para a produção de farinha, um dos alimentos básicos das populações ribeirinhas e rurais da Amazônia. Parte dessa produção é destinada ao consumo da própria família, enquanto o excedente é comercializado na comunidade e em localidades próximas, contribuindo para a geração de renda.

Para Pereira et al. (2023), a pluriatividade é uma característica estruturante das economias familiares em reservas extrativistas, nas quais a agricultura e a pesca formam um sistema produtivo complementar. Todavia, o estudo revela a necessidade de maior atenção às dimensões relacionais e simbólicas dessas práticas, como as redes familiares e comunitárias que sustentam a reprodução econômica e cultural local. Essa lacuna aponta para o potencial de pesquisas que integrem a análise das redes socioeconômicas às estratégias produtivas, aspecto fundamental para compreender comunidades como Juruti Velho.

Oliveira Neto et al. (2022) enfatizam a importância das políticas públicas e dos mecanismos de crédito rural, mas observam que a carência de infraestrutura e o isolamento geográfico limitam a inserção dos agricultores em cadeias produtivas de maior escala. Ao observar as atividades do Sr. Lauriel, identificou-se a ausência de assistência técnica e de políticas de apoio à agricultura familiar territorializadas e articuladas às realidades socioambientais locais, que reconheçam a diversidade produtiva amazônica e o papel vital das famílias ribeirinhas e dos pequenos produtores na manutenção da segurança alimentar (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Atividades desenvolvidas pelo Sr Lauriel e sua família

	- Sítio Varre Vento, propriedade do Sr. Lauriel que a utiliza para cultivar suas plantações. No período da cheia, ele transporta sua pequena criação de gado para esse lugar de terra firme.

		- Plantação de maxixe (*Cucumis anguria L*) que o Sr. Lauriel cultiva no seu sítio Varre Vento, tanto para o consumo quanto para venda.
		- Sr. Lauriel é proprietário do sítio Varre Vento, localizado em Juruti Velho, onde dedica-se ao cultivo de laranjeiras (*Citrus sinensis*). Além de serem vendidas, elas servem para seu consumo próprio; a produção também contribui para o sustento da família.
		- Sr. Lauriel tem plantações de bananeiras em Juruti Velho, onde parte da colheita é vendida e outra parte é consumida por ele e sua família.

		- O cheiro-verde *(Allium schoenoprasum)* cultivado pelo Sr. Lauriel em Juruti Velho é uma importante fonte de renda para sua família. O cheiro-verde é vendido para vizinhos e outros moradores da região.
		- Colheita de maxixe *(Cucumis anguria L.)* da plantação do Sr. Lauriel, produto que ele vende e também consome em Juruti Velho.
		- Plantação de Itaúba *(Mezilaurus itaúba)* localizada no Sítio Varre Vento, local também de pasto da criação de gado. O Sr. Lauriel faz essa plantação para o reflorestamento e uso em seu Sítio.

		- Plantação de Mandioca *(Manihot esculenta crantz)* localizada no Sítio Varre Vento, que constitui uma das principais atividades da família do Sr. Lauriel.
		- Forno à lenha é uma estrutura utilizada para torrar farinha que o Sr. Lauriel produz na sua propriedade.

		- Popularmente conhecida como (Gareira) é onde fica a polpa da mandioca armazenada para que, no processo, seguinte, sejam produzida a farinha e seus derivados.
		- O fogão de lenha ainda é muito utilizado na vila de Juruti Velho, pois, devido à distância das metrópoles o gás de cozinha encarece, sendo muitas vezes inviável tê-lo à disposição pelas famílias.

		- Lauriel mantém uma pequena criação de gado na Ilha do Macaiani, situada na região de Várzea. A criação é composta por um rebanho modesto, mas bem cuidado. Essa criação de gado desempenha um papel significativo na vida do Sr. Lauriel, não apenas como fonte de subsistência, mas também como parte de uma tradição agrícola familiar que é passada de geração em geração deixada pelos seus pais.
		- O tambaqui (*Colossoma macropomum*), um dos peixes que Sr. Lauriel costuma pescar, é tanto vendido quanto consumido por ele próprio e sua família. No entanto, devido à estiagem de 2023, a pesca desse peixe se tornou mais difícil.
		- Na imagem um poste do Linhão do Tucuruí, que foi instalado no terreno do Sr. Lauriel, destruindo grande parte da roça e soterrando uma nascente que havia no local.

		- Pequena embarcação (canoa) usada para pesca e transporte da família.
		- Retrato da estiagem de 2023 no principal canal (paraná do Balaio) de conexão ao lago grande de Juruti Velho, localizado próximo à comunidade Capelinha secou bastante, o que dificultou o transporte das mercadorias da produção do Sr. Lauriel.

Registro Fotográfico: Eliane Abreu (2024).

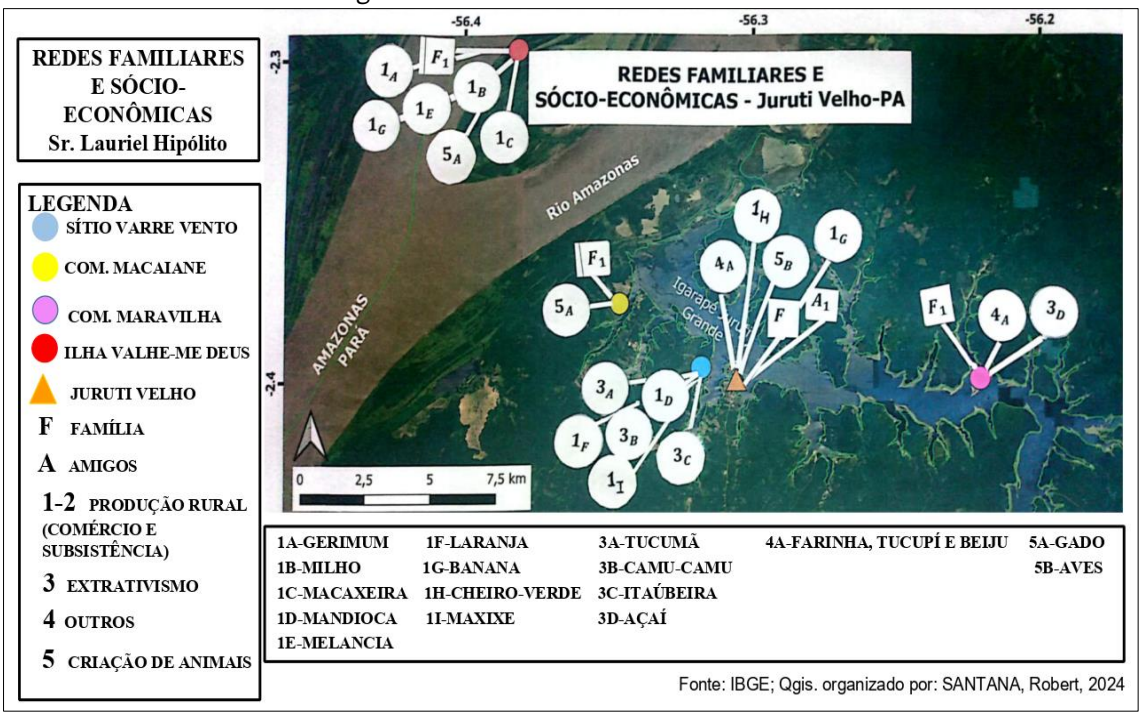
O cultivo e a criação de animais observados no sítio Varre Vento ilustram a lógica da pluriatividade, conceito central nos estudos sobre economias camponesas e ribeirinhas. Ao combinar o cultivo de mandioca, frutas e hortaliças com o reflorestamento e a criação de animais de pequeno porte, o Sr. Lauriel demonstra como as unidades familiares conseguem estruturar sistemas de produção resilientes, que garantem segurança alimentar e geração de renda. Essa estratégia reafirma o caráter multiterritorial das práticas locais, que articulam diferentes usos do espaço conforme a sazonalidade das cheias e vazantes, segundo Haesbaert (2010) e Bartoli (2017).

As técnicas empregadas e os desafios ambientais e de infraestrutura revelam fragilidades estruturais dessas redes produtivas. A instalação do Linhão de Tucuruí exemplifica como fatores externos interferem diretamente na dinâmica ecossistêmica local. Essa realidade remete ao debate sobre a bioeconomia, na medida em que evidencia a urgência de modelos produtivos que valorizem os saberes locais e a diversidade ambiental sem submetê-los à lógica de expropriação imposta pelo capital mercantil. Assim, a economia ribeirinha precisa ser compreendida não apenas pela ótica da produção, mas também pelas disputas territoriais que a atravessam.

Brandão (2016), ao estudar o Assentamento de Vila Amazônia, em Parintins (AM), observa que a agricultura familiar depende fortemente das redes de cooperação entre famílias e vizinhos, que compartilham mão de obra, instrumentos de trabalho e produtos agrícolas. O autor identifica que a "perdurabilidade" das unidades produtivas familiares está relacionada à capacidade de manter vínculos sociais ativos e flexíveis, que garantem a troca de saberes e o apoio mútuo. Assim, as redes familiares não apenas sustentam a economia local, mas também fortalecem o sentimento de pertencimento territorial e a identidade comunitária.

Os vínculos sociais ativos, apresentados na Figura 2, contribuem para a visualização dos fluxos e das conexões que estruturam as atividades do Sr. Lauriel. Esse recurso metodológico, ao organizar informações sobre família, vizinhos e circulação de produtos, transforma dados qualitativos em um sistema interpretativo, permitindo identificar as escalas de interação. A leitura do mapa, portanto, reforça o entendimento de que a territorialidade ribeirinha não é estática, mas atravessada por múltiplas relações que vinculam o local ao regional.

Figura 2 - Redes territoriais nos interiores



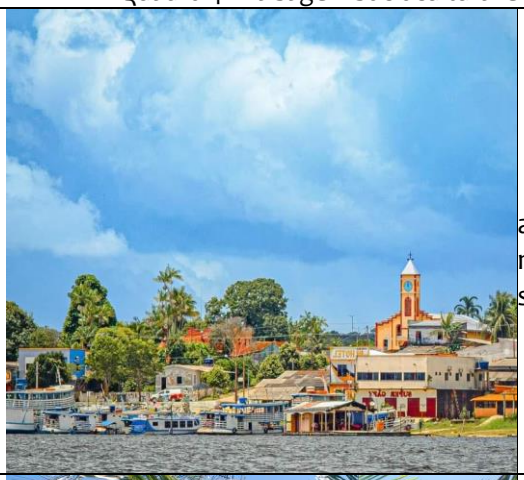
Elaborado por: SANTANA, Robert (2024).

A rede socioeconômica do Sr. Lauriel, na região de Juruti Velho, retrata detalhadamente as complexas relações entre familiares, amigos e vizinhos. O sistema visual utiliza símbolos geométricos específicos, como círculos, quadrados e triângulos, conectando lugares e trocas nas comunidades com maior potencial de venda. Isso permite compreender como os indivíduos se relacionam por meio de laços familiares, amizades próximas ou relações de vizinhança.

A pluriatividade local não é apenas uma questão econômica, mas também social e cultural. A diversificação das atividades revela a capacidade adaptativa dos pequenos produtores diante das pressões ambientais e institucionais e expressa a

permanência de formas tradicionais de ocupação e manejo que sustentam a vida nas várzeas e às margens dos rios. Assim, as atividades agrícolas, pesqueiras e de criação de animais em localidades como Juruti Velho permitem identificar como as famílias amazônicas constroem, por meio do trabalho, redes de sociabilidade e estratégias de sobrevivência que articulam saberes locais, natureza e economia.

Quadro 4 - Paisagem sociocultural e natural em Juruti Velho (PA)

		- A Imagem mostra o porto de atracação de Juruti Velho, lugar que ainda necessita de revitalização, para ter mais segurança e praticidade.
		- As palmeiras das variadas espécies de frutos são abundantes na vila.

Registro Fotográfico: Eliane Abreu (2024).

Segundo Schneider et al. (2019), a combinação entre agricultura, criação de animais e extrativismo constitui uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias. Essa diversidade produtiva reduz a vulnerabilidade diante das flutuações do comércio local e das mudanças climáticas, além de fortalecer a autonomia das comunidades perante às políticas externas. Na rede familiar do Sr. Lauriel, identificou-se que o extrativismo e o cultivo de alimentos coexistem de maneira complementar e integram dimensões ambientais e culturais ao modo de vida camponês, embora apresentem múltiplas formas de relação nas diferentes escalas de inserção.

A análise das atividades produtivas desenvolvidas pelo Sr. Lauriel evidencia que a economia familiar ribeirinha se organiza a partir de estratégias diversificadas de produção e de uso do território. Essas práticas não apenas garantem a subsistência da família, mas também contribuem para a manutenção de modos de

vida tradicionais e para a continuidade das territorialidades ribeirinhas na região de Juruti Velho.

Considerações finais

A análise da trajetória de vida e das práticas produtivas do Sr. Lauriel Hipólito Pereira evidencia que a organização socioeconômica das famílias ribeirinhas em Juruti Velho se estrutura a partir de redes familiares e comunitárias que articulam trabalho, território e estratégias de reprodução social. Essas redes constituem elementos fundamentais para a manutenção dos modos de vida locais, uma vez que possibilitam a circulação de recursos, saberes e formas de cooperação que sustentam a economia familiar em contextos marcados por instabilidades ambientais e transformações territoriais.

Os resultados do estudo demonstram que a pluriatividade desempenha papel central na dinâmica econômica da unidade familiar analisada. A combinação entre agricultura, pesca e criação de animais revela uma estratégia adaptativa que permite diversificar fontes de subsistência e reduzir a vulnerabilidade diante de fatores externos, como variações ambientais, oscilações do mercado e mudanças nas condições de acesso aos recursos naturais. Essa diversidade produtiva evidencia a capacidade das famílias ribeirinhas de reorganizar continuamente suas práticas econômicas em resposta às condições do território.

Além disso, a análise das redes de sociabilidade do Sr. Lauriel mostra que as relações familiares, de vizinhança e de amizade constituem infraestruturas sociais essenciais para o funcionamento da economia local. Por meio dessas redes, estruturam-se circuitos de troca, cooperação e comercialização que conectam diferentes comunidades e espaços territoriais, reforçando o papel da confiança e da reciprocidade nas dinâmicas econômicas da região. Nesse sentido, tais relações confirmam a importância das redes sociais como mediadoras entre os processos produtivos e a organização territorial das comunidades amazônicas.

Do ponto de vista teórico, os resultados dialogam com as discussões propostas por Schneider et al. (2019) acerca da pluriatividade nas economias familiares rurais, ao evidenciar que a diversificação das atividades produtivas constitui uma estratégia recorrente para garantir estabilidade econômica e reprodução social. Ao mesmo tempo, as interações territoriais observadas no caso estudado reforçam a perspectiva de Santos (1996) sobre a importância das redes na organização da circulação de bens e relações sociais no espaço geográfico. Nesse contexto, as práticas produtivas e as relações sociais analisadas também expressam múltiplas territorialidades, conforme discutido por Haesbaert (2010), ao articular diferentes espaços de vida, produção e circulação no interior da região amazônica.

A trajetória do Sr. Lauriel revela, portanto, que as economias familiares ribeirinhas não podem ser compreendidas apenas a partir de indicadores produtivos ou mercantis, mas devem ser interpretadas como sistemas complexos que integram relações sociais, saberes tradicionais e formas específicas de uso do território. Essas práticas constituem estratégias de permanência e adaptação diante de processos mais amplos de transformação econômica e territorial que incidem sobre a região.

Dessa forma, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas socioeconômicas das comunidades ribeirinhas de Juruti Velho, evidenciando como as redes familiares e as estratégias de pluriatividade desempenham papel fundamental na sustentabilidade das economias locais. Ao destacar a centralidade dessas redes na organização da produção e da vida comunitária, o trabalho reforça a necessidade de considerar as especificidades territoriais e socioculturais das populações amazônicas na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Por fim, ressalta-se que pesquisas futuras podem aprofundar a análise das redes sociais e produtivas em diferentes comunidades da região, ampliando a compreensão sobre as formas pelas quais as populações ribeirinhas reorganizam suas estratégias de reprodução social diante das mudanças ambientais, econômicas e territoriais que caracterizam a Amazônia contemporânea.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BERG, Peter. **Bioregionalism (2006): Places of Life.** *Planet Drum Foundation*, 2006.

BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano ribeirinhos em Parintins (AM).** (Tese de Doutorado do Programa de PósGraduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista – UNESP) Campus Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/18fcd7d6-a1d4-4312-8f9c-da21bb274e0b Acesso em: 06 de out. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A agricultura familiar e as redes de cooperação em assentamentos amazônicos.** *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 12–30, 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional. Bioeconomia e desenvolvimento regional: o Programa BioRegio.** Brasília: MDR, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdr. Acesso em: 4 out. 2025.

CARRO, Anthony. **Bioregionalismo: bases conceituais e práticas.** *Revista de Estudos Ambientais*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 25–42, 2004.

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. **A economia verde e o desenvolvimento sustentável: um olhar crítico.** *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 341–368, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da). **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FAPEAM. **Estudo analisa potencial de produtos amazônicos da bioeconomia.** Manaus: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, 2023. Disponível em: https://www.fapeam.am.gov.br. Acesso em: 4 out. 2025.

FAVERO, Celso. **Políticas públicas e redes de sociabilidade em contextos rurais.** *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 99–118, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** Paris: Armand Colin, 1921.
LIMA, Roberto de Souza. **Redes de solidariedade e cooperação em assentamentos rurais: um estudo de caso.** *Revista de Extensão Rural*, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 45–63, 2020.
LIPIETZ, Alain. **O capitalismo e o Estado-região.** In: HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
MENEZES, Antônio; ALMEIDA, Marcos. **Redes produtivas e sociabilidade no sertão sergipano: o território das fabriquetas.** *Revista Brasileira de Sociologia*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 87–104, 2005.
MOURA, Maria Helena; RIBEIRO, Lucas; ALMEIDA, Júlia. **Redes socioeconômicas e economia solidária no Brasil: práticas de reciprocidade e resistência.** *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1–18, 2023.
OLIVEIRA NETO, Paulo; SILVA, Tiago; SANTOS, R. **Agricultura familiar e políticas públicas na Amazônia: limites e potencialidades.** *Revista Amazônia Moderna*, Belém, v. 8, n. 1, p. 56–79, 2022.
RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. **Redes de sociabilidade e desenvolvimento local: perspectivas teóricas e empíricas.** *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 123–142, 2007.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
SCHNEIDER, Sérgio et al. **Pluriatividade e reprodução social na agricultura familiar brasileira.** *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 345–370, 2019.
TANCREDI, Nicola Saverio Holanda. **Aplicação de geoprocessamento na análise ambiental das bacias hidrográficas do Igarapé Juruti Grande e rio Aruã – Juruti – Pará.** Dissertação 107 f (Mestrado em Geologia e Geoquímica), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11758. Acesso em: 16 de mar. 2026.
VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento.** 4. ed. São Paulo: SENAC, 2006.
WILLERDING, Ana Lúcia et al. **Estratégias para o desenvolvimento da bioeconomia no estado do Amazonas.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 95–118, 2020.

11 - Entre cidades e a Terra Indígena Sateré-Mawé: relações entre Parintins, Barreirinha e a Aldeia de Ponta Alegre

Joelton Silva dos Santos

Suani Ferreira da Silva

Estevan Bartoli

Patrício Azevedo Ribeiro

1 Introdução

O povo indígena Sateré-Mawé habita, majoritariamente, as sub-regiões do Baixo e Médio Amazonas, tendo como referência a Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, localizada na fronteira dos estados do Amazonas e do Pará.

O presente capítulo resulta de um estudo realizado na aldeia/comunidade Ponta Alegre, pertencente à TI Andirá-Marau e localizada ao longo do rio Andirá, território rural da sub-região do Baixo Amazonas. O estudo baseou-se em observações e relatos da família Miquiles, que reside na aldeia desde a criação da referida TI.

A povoação que deu origem a Ponta Alegre formou-se aproximadamente no início do século XX (Lorenz, 1992). Inicialmente, o local foi habitado por indígenas Sateré-Mawé provenientes de outras aldeias da região conhecida como Andirá Velho e das cabeceiras dos igarapés Manjuru, Miriti, Urupadi, Marapatá e Taracuá.

Considerando que, desde o século XVI, os Sateré-Mawé tiveram seu território alterado pelas missões jesuítas, pela busca das drogas do sertão e pela extração da borracha (Lorenz, 1992; Batista, 2001), atualmente são afetados pela expansão de diferentes atividades econômicas nos interiores de Barreirinha, Maués e Parintins. O capitalismo e o processo de urbanização têm alcançado rapidamente as aldeias indígenas, impactando o modo de vida Sateré-Mawé. Nesse contexto, identifica-se o enfraquecimento de atividades como a pesca, a caça, a coleta e os plantios, que anteriormente constituíam os principais meios de subsistência.

Assim, o objetivo central do trabalho é descrever e analisar as redes de sociabilidade de um dos membros da família Miquiles, considerando as relações

estabelecidas com as cidades de Barreirinha e Parintins por meio da constituição de uma rede conectada à TI pela navegação fluvial.

Como recurso teórico-metodológico, consideram-se as categorias espaço e território para apreender as dimensões das mudanças e as relações de troca que ocorrem entre as cidades e a TI por meio da navegação. Pautada em uma abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou formulários, entrevistas e registros fotográficos em campo. Quanto ao alcance do objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva.

O capítulo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresentam-se conceitos clássicos da Geografia, como espaço e território, estabelecendo diálogo com estudos urbanos na sub-região de Parintins por meio do modelo dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) (Bartoli, 2017, 2020).

No segundo momento, a pesquisa volta-se à descrição e à análise empírica das redes de sociabilidade e das relações de troca entre a aldeia e a cidade de Parintins, considerando tanto os fluxos materiais — transporte de produtos, deslocamentos de pessoas e circulação de mercadorias — quanto os fluxos imateriais — trocas simbólicas, redes de ajuda mútua, comunicação e vínculos familiares — entre as zonas urbana e rural da região.

Nesse contexto, são analisadas as forças centrípetas – que atraem os moradores para o espaço urbano, como o acesso a serviços de saúde, educação, comércios e programas sociais – e as forças centrífugas, que reforçam a permanência no território indígena, sustentadas pelos vínculos identitários, pelas práticas tradicionais de subsistência e pela autonomia na produção e no manejo dos recursos naturais da região.

Por fim, são apresentados e discutidos dados por meio de tabelas, mapas e figuras que ilustram os trajetos da navegação realizada pela família Miquiles, os fluxos comerciais, os deslocamentos e as formas de organização territorial observadas em Ponta Alegre, articulando o referencial teórico à realidade empírica local.

2 Espaço, território e os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos

O conceito de espaço geográfico ocupa posição central no pensamento geográfico moderno. Para Milton Santos (2006, p. 62), o espaço não se reduz a uma superfície neutra, mas se constitui como um "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações". Os sistemas de objetos referem-se aos elementos materiais vias, edificações, redes técnicas, relevo etc., enquanto os sistemas de ações envolvem fluxos sociais, econômicos e culturais, ou seja, as práticas que se desenvolvem nesse espaço.

Milton Santos (2006) argumenta que o espaço é produzido historicamente, moldado por lógicas sociais, econômicas e políticas, e que essa produção revela contradições, por exemplo, entre regiões integradas ao mercado global e aquelas subordinadas. O autor distingue espaço, configuração territorial e território usado, considerando que a materialidade natureza e infraestrutura e a ação humana são indissociáveis.

Enquanto o espaço é compreendido como o campo das interações, o território envolve apropriação, controle e significação social e política. Raffestin (1993) enfatiza que o território constitui um sistema de ações, mais do que um objeto estático, sendo produzido por relações de poder entre atores que buscam controlar fluxos e nós espaciais por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Rogério Haesbaert (2004) defende uma visão relacional e simbólica do território, ressaltando que este extrapola a perspectiva funcional ou administrativa e envolve disputas simbólicas, microterritórios, territórios-rede e lógicas constantes de desterritorialização. Assim como espaço e território, redes, fixos e fluxos encontram-se no cerne dos sistemas territoriais.

A noção de rede complementa a análise espacial-territorial: as redes nos conectam a lugares, atores e instituições e, por meio delas, circulam fluxos de mercadorias, pessoas e ideias. Essa interdependência entre fixos e fluxos é central: os fixos, como infraestruturas, portos e edifícios, sustentam os fluxos, enquanto estes também reconfiguram os fixos conforme as necessidades sociais.

Nas dinâmicas amazônicas, o recurso fluvial constitui o principal eixo de mobilidade e articulação territorial, especialmente nos municípios do Norte do Brasil. Um exemplo é o das comunidades rurais ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que dependem do deslocamento fluvial para acessar mercados, serviços urbanos e redes de parentesco. Nesses territórios, os fluxos fluviais reforçam a importância das redes sociais e econômicas que articulam os espaços rurais e urbanos.

O conceito de território ocupa posição central na Geografia e tem sido amplamente discutido por diversos autores, destacando-se como uma categoria essencial para compreender as relações de poder, apropriação e uso do espaço.

Para Raffestin (1993), o território é o resultado de um processo de apropriação e produção mediado por relações de poder, sendo, portanto, uma construção social. De modo semelhante, Haesbaert (2004) amplia essa compreensão ao propor a ideia de multiterritorialidade, enfatizando que os indivíduos e grupos podem pertencer simultaneamente a diferentes territórios, articulando dimensões materiais e simbólicas.

Já Milton Santos (2006) compreende o território como o espaço apropriado por um grupo social, dotado de técnica, tempo e emoção, ou seja, como o território usado, aquele vivido e transformado nas práticas cotidianas. Essa perspectiva aproxima-se da realidade amazônica, na qual o território é entendido como o espaço da vivência, da identidade e da sobrevivência coletiva. Enfim, tem a ver com o que Teixeira (1998) denominou de *fator amazônico* em sua ressignificação na década de 1990, pois para os povos rurais da Amazônia o território é vida em uma conexão orgânica com a natureza.

No contexto do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), o território assume forma dinâmica, marcada pela circulação entre os meios urbano e ribeirinho. Essas conexões revelam a coexistência de forças centrípetas, que atraem a população para o espaço urbano em busca de serviços, e forças centrífugas, que reforçam a permanência e o apego ao território originário ou tradicional. Assim, o território ribeirinho constitui-se como um campo de fluxos e permanências, no qual

se expressam identidades, redes familiares e modos de vida que articulam cidade e rio.

O conceito do STUR, desenvolvido por Bartoli (2017, 2020), busca compreender as relações de interdependência entre o urbano e o ribeirinho na Amazônia. O STUR é entendido como um sistema relacional e dinâmico, estruturado por fluxos de pessoas, produtos e informações que conectam comunidades ribeirinhas e núcleos urbanos. Nessa perspectiva, o território amazônico é marcado pela coexistência de forças centrípetas, que atraem os moradores para as cidades em busca de serviços e oportunidades, e forças centrífugas, que reforçam a permanência nas comunidades por meio da identidade, da ancestralidade e das práticas tradicionais. Assim, o STUR revela um território em movimento, no qual o urbano e o ribeirinho se articulam continuamente, configurando um modo singular de territorialização amazônica, baseado na mobilidade fluvial, nas redes familiares e na constante ressignificação do espaço vivido.

Um dos elementos centrais de análise do STUR refere-se à influência urbana sobre os modos de vida ribeirinhos, que se manifesta em diferentes dimensões econômicas, culturais, alimentares e simbólicas.

Pesquisas recentes apontam que, com o aumento da mobilidade entre as comunidades e os núcleos urbanos de Parintins e Barreirinha, observa-se uma transformação gradual nos hábitos alimentares e nas práticas de consumo, com a introdução de produtos industrializados e a diminuição da dependência de alimentos provenientes da agricultura de subsistência (Bartoli, 2017; Agnelo, 2020).

Essas mudanças refletem um processo de *urbanização difusa* (Santos, 2006), no qual a influência da cidade ultrapassa seus limites físicos e alcança o território ribeirinho, reconfigurando práticas cotidianas, relações econômicas e valores culturais.

Ao mesmo tempo, as comunidades mantêm elementos de resistência territorial, expressos na continuidade de atividades tradicionais, como a pesca e o cultivo de mandioca, reafirmando sua identidade e autonomia frente às pressões externas.

De acordo com observações locais em Ponta Alegre, o transporte regular de produtos industrializados da cidade para a aldeia, como frangos, refrigerantes, enlatados, macarrão e biscoitos, reforça a presença da cidade no cotidiano alimentar dos moradores.

Esse fenômeno ilustra o que Milton Santos (2006) denominou de *urbanização difusa*, em que os elementos urbanos se disseminam pelo território e passam a redefinir práticas e valores mesmo em territórios rurais.

3 Os Sateré-Mawé e o contexto urbano

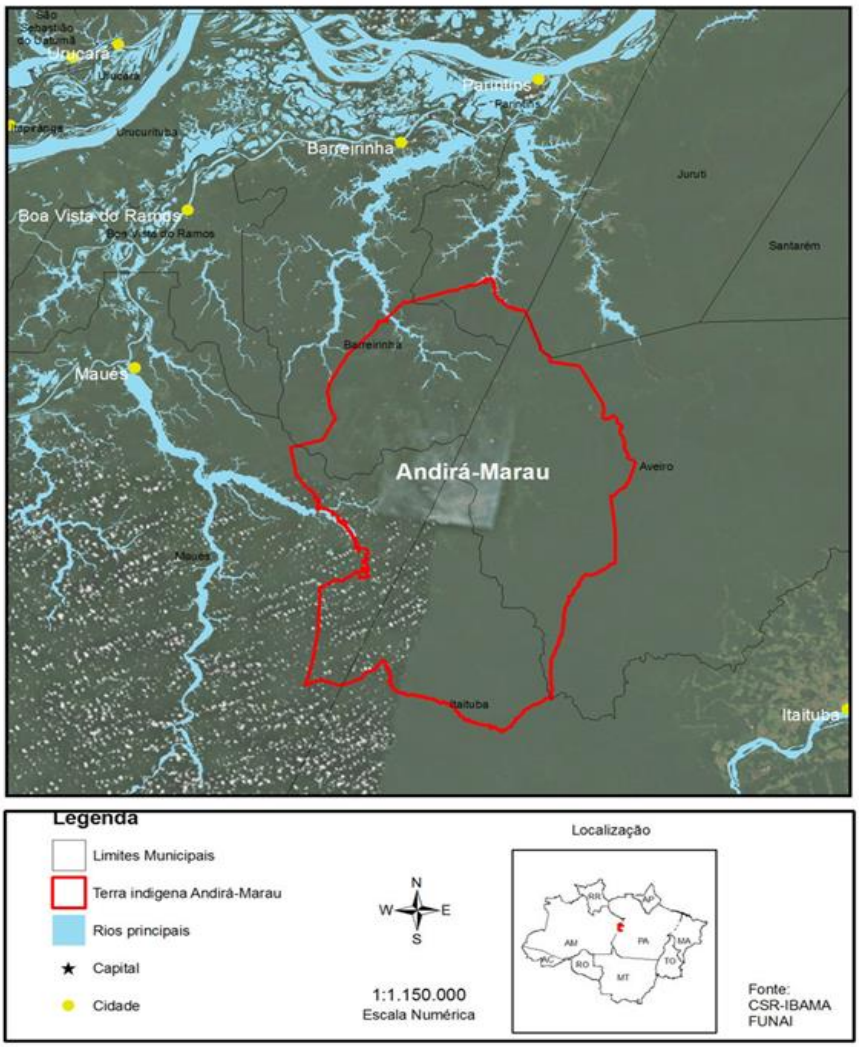
Esse povo é conhecido regionalmente como *Mawé*; porém, autodenomina-se Sateré-Mawé. Sateré é o *clã* mais importante, do qual se indica, tradicionalmente, a linha sucessória dos *tui'sas* – tuxaua ou principal (Lorenz, 1992; Batista, 2001).

O primeiro registro histórico do contato desse povo com os não indígenas data de 1669, com a fundação de missão jesuíta na ilha Tupinambarana, atual Parintins. Em razão das guerras com os Munduruku, Parintintim e do contato com

os portugueses, os Sateré-Mawé perderam grande parte de seu território original (Lorenz,1992).

Do ponto de vista territorial, os Sateré-Mawé estão localizados, majoritariamente, na TI Andirá Marau (Figura 1).

Figura 1 – Terra Indígena Andirá-Marau



Fonte: organizado pelos autores.

Souza (2025) enfatiza que os Sateré-Mawé estão distribuídos ao longo de quatro grandes rios: Andirá, Marau, Urupadi e Uaicurapá. O conjunto dessa população totaliza aproximadamente 16 mil indígenas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. Um percentual significativo reside em áreas urbanas.

Agnelo (2020) ressalta o crescente desinteresse de parcelas da população Sateré-Mawé pelas atividades tradicionais de produção agrícola, principalmente nas aldeias mais próximas dos núcleos urbanos de Maués, Barreirinha e Parintins. Essa mudança é atribuída à ampliação do acesso aos benefícios assistenciais, à aproximação com os mercados urbanos e à transformação das relações de trabalho e consumo entre as famílias indígenas. Ressalta-se, contudo, que o Estado nem sempre oferece orientações equitativas e adequadas sobre esses benefícios.

Quanto ao modo de subsistência das famílias, observa-se que, na aldeia/comunidade Ponta Alegre, há mercados varejistas que atendem a diferentes necessidades comunitárias, oferecendo produtos industrializados, alimentos, itens de higiene, limpeza e cosméticos, além de gás de cozinha, diesel, gasolina e munição, entre outros. Algumas famílias de comerciantes possuem embarcações próprias, o que facilita a aquisição de produtos na cidade mais próxima.

Esses produtos chegam pelo porto principal de Ponta Alegre e podem ser adquiridos nas mercearias localizadas ao redor da Igreja de São João Batista (Figuras 2).

Figuras 2 –Ponta alegre. Porto principal e Igreja de São João Batista



Registro Fotográfico: Gomes (2022).

Uma hipótese a ser considerada em estudos futuros é a de que a urbanização tem transformado a identidade cultural indígena Sateré-Mawé. Santos (2014, p. 55) aponta que "o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer como condição de viver bem". Assim, percebem-se, na comunidade, características que a diferenciam de outras comunidades em vários aspectos.

Analisar, compreender e descrever a relação entre sociedade e natureza constitui uma atividade essencial do conhecimento geográfico. A busca pela compreensão dos modos de vida dos sujeitos envolve o estudo das categorias tempo, espaço e mundo, reguladas pela interferência das relações humanas (Santos, 2008).

A intensificação das relações interétnicas e a introdução de culturas globais nas aldeias aceleraram o crescimento e a circulação de dinheiro nas comunidades. As famílias ampliaram o consumo e a aquisição de produtos e materiais industrializados e tecnológicos. "O crescimento das cidades elevou o contingente populacional em regiões próximas das tribos indígenas (sic), provocando uma aproximação forçada entre os índios (sic) e a população não indígena" (Quermes; Carvalho, 2013, p. 769).

É necessário refletir sobre as consequências da escassez de peixes e de animais de caça e sobre o aumento do consumo de alimentos industrializados. Como esses produtos são comprados com dinheiro, as famílias que os adquirem não os compartilham entre si da mesma forma que faziam com peixes e caças antes das influências capitalistas. O crescimento do consumo de produtos industrializados

também traz outras preocupações, como doenças anteriormente desconhecidas e de difícil tratamento. "Os agrotóxicos das empresas multinacionais matam mais do que os condenados e indesejáveis conflitos originados por disputas de terras ou invasão de terras indígenas" (Venere, 2005 apud Quermes; Carvalho, 2013, p. 773).

4 Trajetória de vida e as redes de sociabilidade

Conforme anunciado na introdução, selecionou-se uma família com residência em Ponta Alegre e na cidade de Parintins, com o objetivo de analisar sua trajetória de vida e sua rede de sociabilidade dessa família.

A vida da família Miquiles acompanha o ritmo das águas do rio Andirá, no coração da TI dos Sateré-mawé. Para seus membros, o barco que carrega afetivamente o nome da *hari* (velha, em Sateré-Mawé), *Mãe Elizabeth*, que é a mãe chefe familiar em questão, não é apenas um meio de transporte, mas também, a extensão do lar e o elo vital entre a aldeia e o mundo exterior.

A matriarca Elizabeth transmitiu aos filhos os conhecimentos relativos ao cultivo e à arte de pilotar embarcações durante as cheias e as vazantes, desviando de troncos e bancos de areia, comuns na região durante a vazante. Esse legado foi transmitido aos três filhos que realizam os trajetos entre a aldeia e Parintins.

O principal foco da família Miquiles é o transporte de cargas e passageiros. Os produtos excedentes das roças — farinha, castanha e frutas sazonais — provêm de Ponta Alegre e de outras aldeias e comunidades vizinhas e são cuidadosamente embarcados no porão durante a viagem. O percurso rio abaixo tem como destino as cidades de Barreirinha ou Parintins e pode durar várias horas, dependendo do fluxo das águas.

Ao chegar à cidade, a família Miquiles não apenas desembarca produtos e passageiros, mas também adquire itens essenciais que não são produzidos na aldeia, como alimentos congelados e enlatados, ferramentas de trabalho e pesca, materiais escolares e combustíveis, entre outros. Essa relação comercial é delicada, pois determinados produtos que retornam à aldeia podem produzir mudanças culturais entre os Sateré-Mawé.

Nessas viagens, há uma conexão entre o trabalho e os vínculos afetivos dos Sateré-Mawé. A família Miquiles enfrenta o desafio de manter laços com os parentes que vivem na cidade e com aqueles que permanecem na aldeia. Por isso, o barco Mãe Elizabeth atua como uma espécie de cordão umbilical: quando chegam à cidade, a prioridade não é apenas vender os produtos, mas também reencontrar os parentes e amenizar a saudade entre os que ficam e os que partem.

O ir e vir da embarcação constitui o coração da vida da família Miquiles e do povo Sateré-Mawé. Trata-se de uma rotina que envolve muito mais do que logística: é um ato de domínio ambiental, organização econômica familiar e transmissão de conhecimentos. O barco a motor, modelo batelão, possui quinze metros de comprimento e motor de 90 HP. O trajeto é planejado nos mínimos detalhes e, ainda assim, algumas vezes depende das condições fortuitas e dos conhecimentos sobre os caminhos de navegação, pois o rio não perdoa o comandante que desconhece o percurso.

O piloto ou comandante é o irmão mais novo da família. A navegação é conduzida com base em sinais da natureza, como as condições climáticas, a chuva, o vento, a neblina, a cor da água, a formação das ondas, os troncos, os pedrais e as pontas de praia ao longo do percurso.

A chegada ao porto geralmente é aguardada por parentes e parceiros comerciais. A descarga é realizada rapidamente para evitar furtos e acomodar os passageiros que permanecem alojados na embarcação até o retorno à aldeia.

A volta à aldeia é sempre mais pesada, pois, além dos passageiros, há bagagens e mercadorias dos comerciantes locais e, por vezes, materiais de construção e eletrodomésticos.

O barco da família Miquiles, portanto, não apenas percorre quilômetros de rios: ele une as dimensões da identidade Sateré-Mawé, garantindo que o sustento, a cultura e o afeto sigam o fluxo contínuo das águas.

O Quadro 1 apresenta os parentes que o entrevistado da família Miquiles possui na cidade.

Quadro 1 - Redes de ajuda na cidade

Parente	Bairro	Tipo de contribuição
Tios/ Tias	Centro (Casa do Indígena)	- Empréstimo de pequena quantia em dinheiro - Cuidam dos avós doentes - Mantimentos da agricultura familiar (frutas, farinha e outros)
Cunhada	Itaúna II	- Empréstimo de pequena quantia em dinheiro - Transporte na cidade
Irmão	Itaúna II	- Leva e busca meus filhos para a escola, quando preciso
Irmão	Centro	- Transporte na cidade - Empréstimo de pequena quantia em dinheiro - Cuida dos meus filhos quando necessário

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um dos aspectos mais relevantes da família Miquiles relaciona-se aos trajetos da embarcação do tipo batelão (Figura 4), que percorre o rio Andirá. Em média, as viagens ocorrem quatro vezes por mês, com duração de oito horas durante a cheia, quando a embarcação navega pelos furos. No período entre a vazante e a enchente, o percurso dura aproximadamente nove horas, seguido pelos canais e alcançando o rio Amazonas, a depender das condições do rio Andirá e do regime das águas.

Figura 4 - B/M Mãe Elizabeth



Registro Fotográfico: Ferreira (2020).

No trajeto entre a comunidade de Ponta Alegre e a cidade de Parintins, observa-se a formação de um sistema territorial em funcionamento, pois esse deslocamento envolve relações entre fixos e fluxos, conforme proposto no modelo dos STUR.

Os *fixos* correspondem às infraestruturas materiais como, os portos, trapiches, embarcações, pontos de comércio e equipamentos públicos, que possibilitam a circulação e o intercâmbio entre os espaços. Os *fluxos* representam os movimentos de pessoas, produtos, informações e significados que conectam os dois territórios, expressando uma dinâmica constante de ida e volta, característica das territorialidades ribeirinhas.

A pesquisa revelou que a rede de relações territoriais da aldeia/comunidade Ponta Alegre é composta por aproximadamente 4 nódulos principais, representando as localidades com as quais os moradores mantêm vínculos regulares de sociabilidade, comércio e deslocamento.

Entre essas localidades, destacam-se como nódulos Parintins, Barreirinha e as comunidades vizinhas ao longo do rio Andirá, que exercem papéis complementares dentro do STUR.

A cidade de Parintins constitui o nódulo central da rede, por concentrar serviços de saúde, educação e comércio, atuando como polo de atração (força centrípeta) para os moradores ribeirinhos. Já as comunidades adjacentes como Vila Amazônia, Santa Rita do Boto e Nossa Senhora do Carmo formam nódulos secundários, responsáveis por trocas de produtos, apoio familiar e cooperação em atividades produtivas, caracterizando as forças centrífugas que sustentam a vida comunitária e o vínculo com o território.

Nos anos de 2023 e 2024, a região amazônica vivenciou eventos climáticos extremos, marcados por secas severas e níveis fluviais historicamente baixos, que afetaram significativamente a navegabilidade dos rios. Por exemplo, estudiosos estimam que mais de 3,3 milhões de hectares de superfícies de água foram perdidas no bioma amazônico em 2023, sendo cerca de 59,4 % desse total concentrado no estado do Amazonas.

Esse contexto afetou diretamente o trecho de navegação entre a aldeia/comunidade Ponta Alegre e o município de Parintins, pois a redução do calado resultado da seca dificultou as viagens de embarcações, aumentou o tempo de percurso e encareceu o custo do transporte de insumos e produtos agroextrativistas, configurando uma nova tensão no sistema territorial local.

A Figura 5 demonstra as variações sazonais do nível das águas do rio Andirá e sua relação com o ciclo hidrológico amazônico, destacando os períodos de cheia, vazante e transição.

Figura 5 – Pedral em período de seca



Registro Fotográfico: Ferreira (2023).

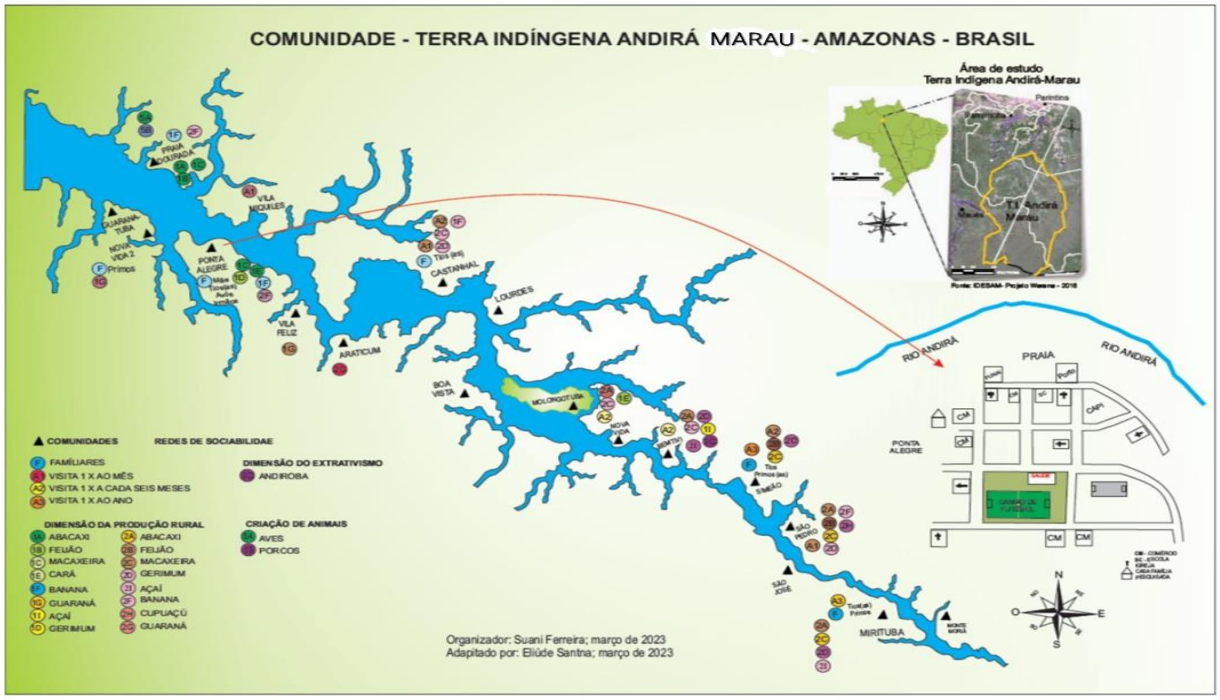
Entre os nódulos identificados (Figura 5), destacam-se as comunidades de Guaranatuba, Vila Miquiles, Castanhal e Simeão conectados ao núcleo urbano de Parintins, com o qual concentram as interações mais frequentes.

As comunidades de Guaranatuba e Vila Miquiles são visitadas regularmente devido à proximidade geográfica e à presença de parentes próximos, configurando relações de cooperação produtiva, especialmente no cultivo, na troca e venda de banana, guaraná, abacaxi, macaxeira e feijão. A comunidade Ponta Alegre, por sua vez, desempenha papel relevante nas atividades religiosas e festivas, fortalecendo os laços simbólicos e de solidariedade entre as famílias ribeirinhas.

A localidade de Ponta Alegre funciona como um nódulo intermediário, por ser ponto de parada e abastecimento durante as viagens fluviais, além de espaço de trocas comerciais ocasionais. Entretanto, o nódulo urbano de Parintins se destaca como o polo principal da rede, concentrando os fluxos de maior intensidade tanto materiais (venda de produtos, compras, acesso a serviços de saúde e educação) quanto imateriais (relações familiares, comunicação, dependência administrativa).

Quanto à estrutura da rede familiar, sete parentes estruturam as relações principais, evidenciadas pelas circunferências azuis no mapa (Figura 5). As relações de amizade também são numerosas, chegando à última comunidade de Mirituba à montante. A variedade de cultivos e extrativismo passam a compor as relações de trocas na dinâmica da rede.

Figura 6 - Roteiro de sociabilidade e nódulos familiares mais importantes



Fonte: Ferreira (2023).

5 Produção rural

A produção rural das aldeias ou comunidades indígenas da região do rio Andirá, como Ponta Alegre, é caracterizada, de modo geral, por uma escala familiar e comunitária, baseada em técnicas tradicionais de cultivo e manejo adaptadas às condições ecológicas locais.

Trata-se de uma produção diversificada, que combina atividades agrícolas, extrativistas e pesqueiras, e que desempenha papel central na segurança alimentar e na manutenção dos modos de vida ribeirinhos.

As principais culturas são mandioca, milho, banana e açaí, complementadas por pequenas áreas destinadas às hortaliças e às espécies frutíferas, além da coleta de produtos florestais, como castanha, andiroba e tucumã.

Em sua maior parte, a produção destina-se ao consumo doméstico, ou seja, à subsistência, embora parte do excedente especialmente a farinha de mandioca e a banana, seja comercializada nos mercados de Parintins e Barreirinha, garantindo renda complementar às famílias.

Uma das técnicas tradicionais mais relevantes é o sistema de roçado em capoeira, que consiste na derruba seletiva e queima controlada de pequenas áreas de vegetação secundária, seguida do cultivo em consórcio de diferentes espécies alimentares.

Para a plantação dos roçados são feitos puxiruns, também é conhecido como *Ajuri* ou *Mutirão*. "O *Puxirum* é uma atividade desenvolvida em grupo visando à troca de serviços. Quando reunido, o grupo tende a beneficiar um membro que, em outro momento, presta serviço equivalente em benefício àqueles que o ajudaram. É um processo de ajuda mútua, onde todos são beneficiados. O *puxirum*

é uma prática tradicional na Amazônia brasileira, passada de geração a geração entre os povos rurais, sobretudo no trabalho da plantação roça. Portanto, é uma atividade presente nas relações sociais de trabalho de quem vive no meio rural amazônico" (Ribeiro, 2023, p. 39).

Essa prática, transmitida de geração em geração, garante a fertilidade do solo, o controle de pragas naturais e a renovação cíclica da paisagem agrícola, mantendo o equilíbrio entre produção e regeneração ambiental (Santos, 2006; Agnelo, 2020).

Figura 7–Derrubada e queimada do roçado



Registro Fotográfico: Ferreira (2023).

Em algumas comunidades indígenas da região do rio Andirá, observa-se um processo de especialização produtiva que diferencia os núcleos locais dentro do sistema territorial ribeirinho.

Essa especialização, embora mantenha a base tradicional de subsistência, reflete estratégias de adaptação econômica e uso diferenciado do território, conforme as potencialidades ambientais e as demandas de mercado.

Ponta Alegre, por exemplo, apresenta uma produção diversificada, voltada principalmente ao autoconsumo e à comercialização eventual de farinha e banana. Não se identifica uma especialização marcante, mas um sistema produtivo equilibrado, sustentado por diferentes atividades que garantem segurança alimentar e alguma inserção mercantil.

Na aldeia Castanhal, localizada em um trecho intermediário do rio Andirá, destaca-se a produção de abacaxi da variedade Pérola, cultivado em pequenas áreas próximas às várzeas e comercializado periodicamente na cidade de Parintins.

Essa produção representa um exemplo de especialização agroextrativista voltada ao mercado local, favorecida pelas condições de solo arenoso e pela proximidade dos canais de transporte fluvial, o que facilita o escoamento da produção.

A aldeia *Bem-te-vi*, situada em área de terra firme próxima ao médio curso do rio Andirá, apresenta uma produção voltada à diversificação agroextrativista, com destaque para o cultivo de açaí (Figura 7).

Embora a produção seja predominantemente de autoconsumo, parte significativa do excedente é destinada à troca com comunidades vizinhas e, ocasionalmente, à comercialização em Parintins, integrando-se aos fluxos característicos do STUR.

A estratégia produtiva adotada pela comunidade demonstra uma capacidade adaptativa frente às variações ambientais e econômicas, associando práticas agrícolas tradicionais com o aproveitamento de produtos sazonais da floresta e das áreas de várzea.

Essa lógica produtiva, baseada na diversificação e complementaridade, garante certa autonomia alimentar e reforça o vínculo territorial das famílias com seu espaço de vida, confirmando a presença de forças centrífugas no interior do sistema, ou seja, fatores que favorecem a permanência no território em detrimento da migração urbana.

Figura 8 - Colheita de açaí, subsistência e comércio na Aldeia Bem-te-vi



Registro Fotográfico: Gomes (2023).

Considerações finais

A estrutura observada demonstra que o sistema territorial local se organiza em torno de uma rede policêntrica, no qual o fluxo de pessoas, mercadorias e informações não ocorre apenas em direção à cidade, mas também entre as próprias aldeias e comunidades ribeirinhas. Essa configuração reafirma o modelo proposto por Bartoli (2017, 2025), no qual o território ribeirinho se expressa por meio de conexões múltiplas e interdependentes, sustentadas pela mobilidade fluvial e pelos laços familiares.

Essa centralidade urbana caracteriza uma força centrípeta no sistema territorial, enquanto as comunidades vizinhas, conectadas por vínculos de parentesco e trocas solidárias, representam as forças centrífugas que sustentam o equilíbrio da rede e a continuidade do território ribeirinho.

Dessa forma, a qualidade da rede territorial de Ponta Alegre demonstra uma organização policêntrica e interdependente, em que cada nódulo desempenha uma função específica – seja de apoio produtivo, religioso, comercial ou simbólico –,

reafirmando a complexidade das territorialidades navegantes descritas por Bartoli (2017; 2020).

Ademais, o estudo revela a importância da embarcação fluvial como o meio de transporte central para o fluxo de ida e volta entre a aldeia e as cidades, tanto para comercialização, quanto para o acesso às políticas públicas, geralmente concentradas no contexto urbano. Desse modo, a embarcação constitui uma ferramenta relacional que conecta o ambiente rural ao urbano, permitindo a mobilidade dos Sateré-Mawé.

REFERÊNCIAS

AGNELO, José Raimundo. **Transformações socioterritoriais e modos de vida indígenas na Amazônia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2020.

ANA – **Agência Nacional de Águas. Boletim Hidrológico da Bacia Amazônica**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ana. Acesso em: 8 nov. 2025.

BARTOLI, Estevan. **O retorno ao território a partir da cidade:** sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2017.

BARTOLI, Estevan. Territorialidades navegantes e sistemas urbano-ribeirinhos na Amazônia. **Revista Geoamazônia**, v. 8, n. 15, p. 45-67, 2020.

BATISTA, M. P. **O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá**. Manaus, 2001. (Mimeo).

GIL, Antônio Carlos; LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população indígena. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

IMAZON – **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.** Severe drought in the Amazon triggered surface water loss. Belém: Imazon, 2024. Disponível em: https://imazon.org.br. Acesso em: 8 nov. 2025.

INMET – **Instituto Nacional de Meteorologia. Boletim Climático: eventos extremos na Amazônia** (2024–2025). Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inmet. Acesso em: 8 nov. 2025.

LORENZ, S. S. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo; CARVALHO, Jucelina Alves de. **Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas: estudo de caso em aldeias Guaranis. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 769-791, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/10 .pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Patrício Azevedo. **"Eu vou arriscando o último palito de fósforo": movimento indígena e quilombola e a Política de Assistência Social no meio rural**

amazônico / Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Josias Ferreira de. **Sateré-Mawé:** desafios de lideranças e professores na construção da educação escolar indígena na aldeia de Ponta Alegre, Município De Barreirinha/AM. Tese. (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; BRASIL, Edivaldo; SILVA, Odair José da. **Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo do Povo Sateré-Mawé**. UNICEF, 2011.

TEIXEIRA, J. B. A Assistência Social na Amazônia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 56, p. 97-113, mar. 1998.

UNICEF. **Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena – Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo. s.d.**

VENERE, Marcelo. **Agrotóxicos e conflitos socioambientais na Amazônia**. Cuiabá: UFMT, 2005. apud QUERMES; CARVALHO (2013).

12 - *Relação entre as redes de sociabilidade e a produção regional na Amazônia nos Sistemas Territoriais Urbanos-Ribeirinhos em Parintins (AM)*

Itacinara Paulain Smith
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação - Parintins – Amazonas - Brasil

1 Introdução

A urbanização na Amazônia configura-se como um processo marcado por particularidades que desafiam interpretações tradicionais sobre a produção do espaço urbano. Em cidades como Parintins, inseridas em contextos fluviais e fortemente articuladas às dinâmicas ribeirinhas, o urbano não se dissocia das relações com os rios, lagos e territórios do entorno. Ao contrário, é justamente nessa interface entre a cidade e o interior que se estruturam formas particulares de viver, trabalhar e produzir o espaço, especialmente entre os sujeitos vinculados à economia popular (Bartoli, 2017).

Nesse território, as redes de sociabilidade assumem papel peculiar, na medida em que viabilizam não apenas a reprodução material da vida, mas também a construção de territorialidades que extrapolam os limites administrativos da cidade. Práticas cotidianas como a pesca, a comercialização de produtos regionais e as trocas não mercantis revelam circuitos que conectam Parintins a diferentes municípios e comunidades, confirmando uma dinâmica urbano-regional complexa e multifacetada. Essas redes, longe de serem estáticas, adaptam-se continuamente às condições ambientais, econômicas e sociais, reforçando a capacidade de organização e mobilidade dos sujeitos.

Contudo, esse processo ocorre de forma contraditória, em razão das tensões intrínsecas à urbanização local, como as deficiências de infraestrutura, os problemas de moradia e os conflitos pelo uso dos recursos naturais. Espaços produzidos na cidade, como o Beco Submarino, ilustram essas tensões ao concentrarem, em

escala local, tanto fragilidades socioambientais quanto a força das redes de sociabilidade que sustentam o cotidiano de seus moradores. Assim, compreender essas territorialidades implica reconhecer que o urbano amazônico se constrói a partir de múltiplas lógicas, nas quais coexistem diferentes formas de apropriação e uso do espaço.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo descrever e analisar as territorialidades de sujeitos da economia popular em Parintins, com ênfase nas redes de sociabilidade construídas a partir da atividade pesqueira e da troca de produtos regionais. Para analisar os elementos situacionais relacionados às forças que impulsionam ou atraem os sujeitos em seus deslocamentos pela sub-região do Baixo Amazonas, adotou-se uma pesquisa de caráter exploratório.

O artigo está dividido em quatro tópicos principais, além desta introdução. O tópico 2, "Metodologia", apresenta as variáveis dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR), propostos por Bartoli (2017), identificando as práticas pesqueiras que se articulam em diferentes escalas e conectam o pescador a diversos territórios. Busca-se relacionar tais territorialidades aos sistemas territoriais por meio da análise quanti-qualitativa de duas redes de sujeitos. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em trabalho de campo, entrevistas com moradores e análise das dinâmicas espaciais, permitindo apreender, a partir das experiências vividas, as formas pelas quais esses sujeitos produzem e significam o espaço ribeirinho por meio da pesca.

O tópico 3, "Relação entre região, regionalização e os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos", apresenta uma breve discussão sobre a relação entre região e cidades. Ao prosseguir com o estudo dos elementos teórico-conceituais, examinam-se as redes de sociabilidade, posteriormente interpretadas como territorialidades urbano-ribeirinhas.

O tópico 4, "Parintins: redes e espaços-territórios", aborda a trajetória de vida dos entrevistados na cidade de Parintins. No caso do Entrevistado 1, analisa-se a rede de sociabilidade construída a partir do comércio popular, pois ele possui um box no mercado, onde vende diversos produtos regionais. Quanto ao Entrevistado 2, descreve-se a rede de sociabilidade vinculada à pesca e à obtenção de renda por meio dessa atividade. O trajeto realizado desde a captura até a venda do pescado atravessa lagos e cidades como Urucará, Itacoatiara e Manacapuru, ao longo do rio Amazonas, além de Barreirinha, situada no Paraná do Ramos.

A materialização territorial do caso específico do Entrevistado 2 motivou o estudo da rede de sociabilidade desse pescador, que também atua como empresário do setor. Ao sair para pescar, articula-se com os funcionários da embarcação; ao chegar aos municípios, relaciona-se com os atravessadores e, posteriormente, retorna ao município de origem, mantendo uma articulação contínua entre os territórios percorridos. O Entrevistado 2 estabelece relações com diferentes grupos e classes sociais, redefinindo sua atuação local e regional em um contexto dinâmico de múltiplas redes.

Nesse sentido, a pesquisa proporcionou uma experiência de produção do conhecimento e de verificação das hipóteses levantadas, contribuindo para o estudo do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) a partir das redes de sociabilidade e da produção regional na Amazônia, entre o urbano-ribeirinho e a

cidade de Parintins (AM). Parte-se da hipótese de que as redes de sociabilidade constituem elementos estruturantes das dinâmicas urbano-regionais amazônicas e são fundamentais para compreender as conexões entre a cidade e o interior. Ao identificar essas relações, pretende-se não apenas aprofundar a análise da urbanização regional, mas também dar visibilidade aos sujeitos que, por meio de suas práticas cotidianas, sustentam e redefinem continuamente o território.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso exploratório, com abordagem quanti-qualitativa. O método fundamenta-se na pesquisa exploratória, conforme defendem Lima e Moreira (2015, p. 31) "a pesquisa qualitativa, ao buscar a compreensão detalhada dos significados e características situacionais do problema ou objeto investigado, permite o aprofundamento e complexificação do fenômeno investigado".

O estudo adotou uma abordagem mista para aprofundar a compreensão das redes de sociabilidade dos entrevistados, moradores do Beco Submarino, no bairro da Francesa, em Parintins (AM). Foram selecionados dois participantes com base no tempo de residência no beco: um morador antigo e outro mais recente.

As entrevistas abordaram temas como as redes de sociabilidade urbano-ribeirinhas, as relações com cidades circunvizinhas e as comunidades rurais do município de Parintins. Além disso, foram analisadas produções acadêmicas sobre a cidade de Parintins e a Amazônia, incluindo artigos, reportagens publicadas em sites oficiais, teses e dissertações.

Para a obtenção dos dados, aplicaram-se questionários com perguntas abertas e fechadas, que abordaram os seguintes aspectos: perfil socioeconômico e condições de moradia; redes de sociabilidade; e circuitos da atividade pesqueira.

A partir da seleção dos dados e da interpretação dos resultados, foram elaborados mapas temáticos para representar espacialmente o Beco Submarino, no bairro da Francesa, em Parintins, e o trajeto realizado pelo Entrevistado 2 durante suas pescarias. Utilizaram-se as ferramentas Google Earth Pro, versão 2024, e QGIS 3.40.7.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram inicialmente registrados manualmente, depois digitalizados e, em seguida, transcritos no Microsoft Word. Os participantes foram identificados como Entrevistado 1 e o Entrevistado 2. Antes das entrevistas, realizou-se uma visita ao Beco Submarino para conhecer o local da pesquisa, com registros fotográficos e anotações de campo.

3 Relação entre região, regionalização e os sistemas territoriais urbano-ribeirinhos

Para entendermos a relação entre região, regionalização e os sistemas territoriais urbanos-ribeirinhos, precisamos compreender o conceito de região. De acordo com Bernardes (2020, p. 286 apud Santos, 1985, p. 90) "a região se definiria como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas do seu funcionamento econômico, dada pela rede de relações". Para Santos (1985), a

região é um espaço vetorial de um lugar definido por um determinado grupo, onde os fluxos estabelecem sua individualidade com relação a outros espaços vetoriais.

Richard Hartshorne (1939), vinculado à abordagem regional da Geografia, criticou perspectivas anteriores e contribuiu para o desenvolvimento do conceito de região, propondo que a Geografia deveria se ocupar do inter-relacionamento dos fenômenos. Nesse sentido, Coscioni (2015) afirma que:

> Na geografia regional, o conhecimento do inter-relacionamento de fenômenos que constitui a diferenciação de área da superfície terrestre, que é o objetivo central da geografia para Hartshorne, deve se particularizar, descrevendo e explicando como esse inter-relacionamento contribui para produzir configurações geográficas em áreas específicas do mundo. (Coscioni, 2015, p. 21).

Para o geógrafo regional, o estudo de determinada área exige sua divisão analítica, a fim de observar a dinâmica e os fluxos de pessoas, diferenciando os elementos que colaboram para configurar sua geografia e distingui-la de outras áreas.

Nesse contexto, a região constitui uma delimitação do espaço geográfico dotada de características funcionais próprias:

> A região vista como *artefato* é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, 'construto" ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). (Costa, 2010, p. 109).

Costa (2010) concebe a região como artefato, buscando superar a visão dualista entre realismo e idealismo, concreto e teórico. Para o autor, a região é, simultaneamente, produto e produtora, diferenciando-se em função dos processos de globalização e da fragmentação das circunstâncias econômicas e sociais.

Nesse processo de articulação do sujeito com a região, destaca-se o espaço-momento, dependente das relações estabelecidas pelos grupos sociais. O sujeito inserido nesse espaço conecta-se a novas concepções geográficas de desterritorialização. Costa (2010) afirma que:

> A região pode ser vista como um "espaço-momento" cuja diferenciação resulta muito mais da efetiva articulação espacial em rede, complexa, amplamente aberta à transformação, cuja dominância em termos de densidade, disposição e dimensão espaciais (econômica, política, cultural ou "natural") dependerá dos grupos sociais e do contexto geo-histórico em que estiver inserida. (Costa, 2010, p. 196),

Assim, os grupos sociais que vivem em determinada região pertencem a uma rede complexa e ampla, que possibilita transformações cujo desenvolvimento depende dos sujeitos nela inseridos. As pesquisas sobre as dinâmicas populares têm

ocorrido nas cidades amazônicas, especialmente em Parintins, onde Bartoli (2017, 2022, 2024, 2025) tem demonstrado que as populações migrantes constroem territórios e territorialidades, em Parintins e nas cidades do entorno, por meio de suas redes de sociabilidade.

Bartoli (2022, p. 48) constata "[...] a situação sub-regional parintinense [...] cuja constatação da existência de um milieu urbano-ribeirinho portador de enorme densidade de relações territoriais". Os urbano-ribeirinhos que vivem em Parintins, especialmente nas proximidades dos rios, mantêm relações políticas, econômicas, sociais e culturais com indivíduos e grupos residentes no entorno ou na sede municipal.

> A análise de novas centralidades multidimensionais e dinâmicas escalares que incluem as territorialidades das famílias "urbano-ribeirinhas", consideram desde suas relações umbilicais com interiores, aldeias comunidades e vilas até as beiras de rio e os múltiplos modais de moradias situadas em palafitas até as embarcações. (Bartoli, 2022, p. 48).

Ao observar a região de Parintins, identificam-se paisagens, territórios, territorialidades e lugares diferenciados em relação a outras regiões. As articulações fluviais e ribeirinhas são marcadas por uma diversidade singular que inspira inúmeras interpretações analíticas. Segundo o site da Sema (2025), o entorno da cidade abrange áreas protegidas próximas ao município de Parintins, como a APA Nhamundá, situada em Nhamundá e Parintins, e a APA Guajuma, em Nhamundá, além de Terras Indígenas, Unidades de Conservação estaduais e territórios quilombolas.

A pesca comercial é uma das atividades mais praticadas em Parintins e integra a dieta básica da população local. O crescimento populacional e a demanda por alimentos no espaço urbano aumentaram a pressão sobre os estoques pesqueiros dos lagos e rios, alterando as condições de trabalho e renda dos pescadores. Em contrapartida, observaram-se avanços na pesca comercial, como embarcações de maior calado e alcance e melhorias nos apetrechos, a exemplo das redes e canoas motorizadas. Entre os fatores enumerados no modelo dos STUR, destacam-se as ações condicionantes que articulam as redes de sujeitos aos territórios de seu entorno (Bartoli, 2019).

De acordo com Bartoli (2019), a força centrífuga do STUR:

> [...] é aquela relativa à busca do complemento dual: economia mercantil dominante influenciando a popular (usufruindo e de certa forma moldando a atividade da navegação) e compondo parte expressiva da economia urbana. A estrutura da cidade propicia condições para práticas espaciais fornecendo base de ação para que sujeitos atinjam localidades cada vez mais distantes, distribuindo assim produtos industrializados. (Bartoli, 2019, p. 43).

A força Centrípeta no STUR, por sua vez, consiste:

> [...] no movimento contínuo de populações que: a) migram na busca de benesses que a cidade oferta, como no acesso a serviços, instituições de fomento, ensino, saúde, bancos, mercados e tantas outras "facilidades"

> urbanas, indutoras de novos contextos de inserção de sujeitos que passam a reordenar territórios. b) necessitam "absorver" recursos dos interiores para complementar renda: madeira para moradia popular, barcos ou para pequena indústria moveleira; peixes para alimento ou processamento (abastecendo o capital mercantil de entrepostos e frigoríficos da cidade); palha; piaçava; carne de caça ou quelônios, pequenas produções de gado etc. (Bartoli, 2019, p. 43).

A relação estabelecida no modelo teórico dos STUR é essencial para compreender a situação social vinculada às redes familiares e de sociabilidade, fornecendo bases mais precisas para o entendimento das redes que compõem as dinâmicas da economia popular de Parintins e da região. As forças centrífugas e centrípetas somente podem ser analisadas em contextos particulares.

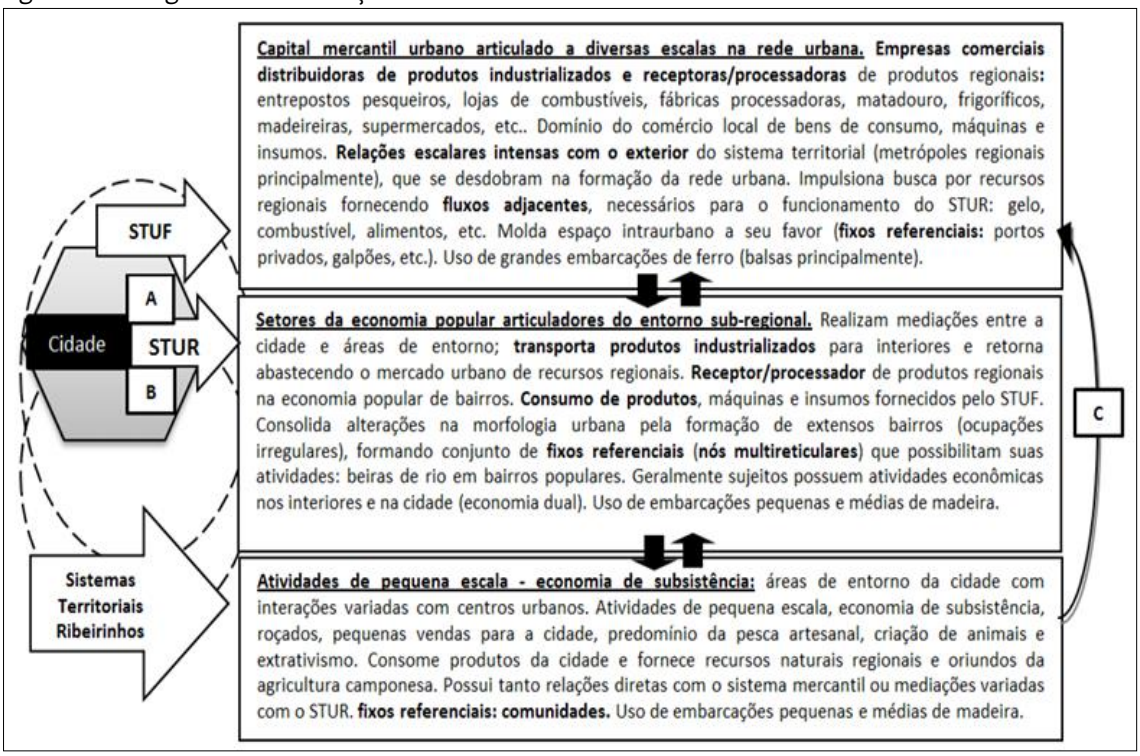
Nesse sentido, ao reconhecer a articulação regional dos espaços, cabe analisar suas consequências a partir da comercialização do pescado e das práticas espaciais de um pescador de Parintins, cuja rede de comercialização se estende a outras regiões do estado. As características que se destacam nessa rede pesqueira contribuem para confirmar a hipótese inicial.

Nessa perspectiva, o capital mercantil articula-se em diferentes escalas da rede urbana, e as redes analisadas mantêm relações com o exterior do sistema territorial, principalmente no que se refere à busca por recursos regionais. Segundo Bartoli (2017, 2018a, p. 4-16):

> Nesse contexto, diversas cidades vieram desenvolvendo sistemas territoriais a partir de frações do capital mercantil associadas a setores da chamada economia popular, utilizando as cidades enquanto nós multireticulares para extração (com raros processamentos), de recursos regionais. Ao mesmo tempo, são distribuidoras de diversos produtos industrializados para áreas interioranas, sendo alguns essenciais para que o sistema territorial funcione como no caso do comércio de alimentos e combustíveis.

É importante ressaltar que os movimentos dessas redes se organizam em torno dos sujeitos que delas participam; neste caso específico, trata-se da rede de um pescador e de um vendedor de produtos regionais. Em convergência com as atividades de pequena escala e a economia de subsistência, ocorrem interações com os territórios circunvizinhos e com o entorno da cidade, formando uma rede urbana regional, conforme a Figura 1, adaptada de Bartoli (2017, 2018a).

Figura 1 - Fluxograma das interações dos sistemas territoriais mediadores da influência urbana



Fonte: Bartoli (2017; 2018a).

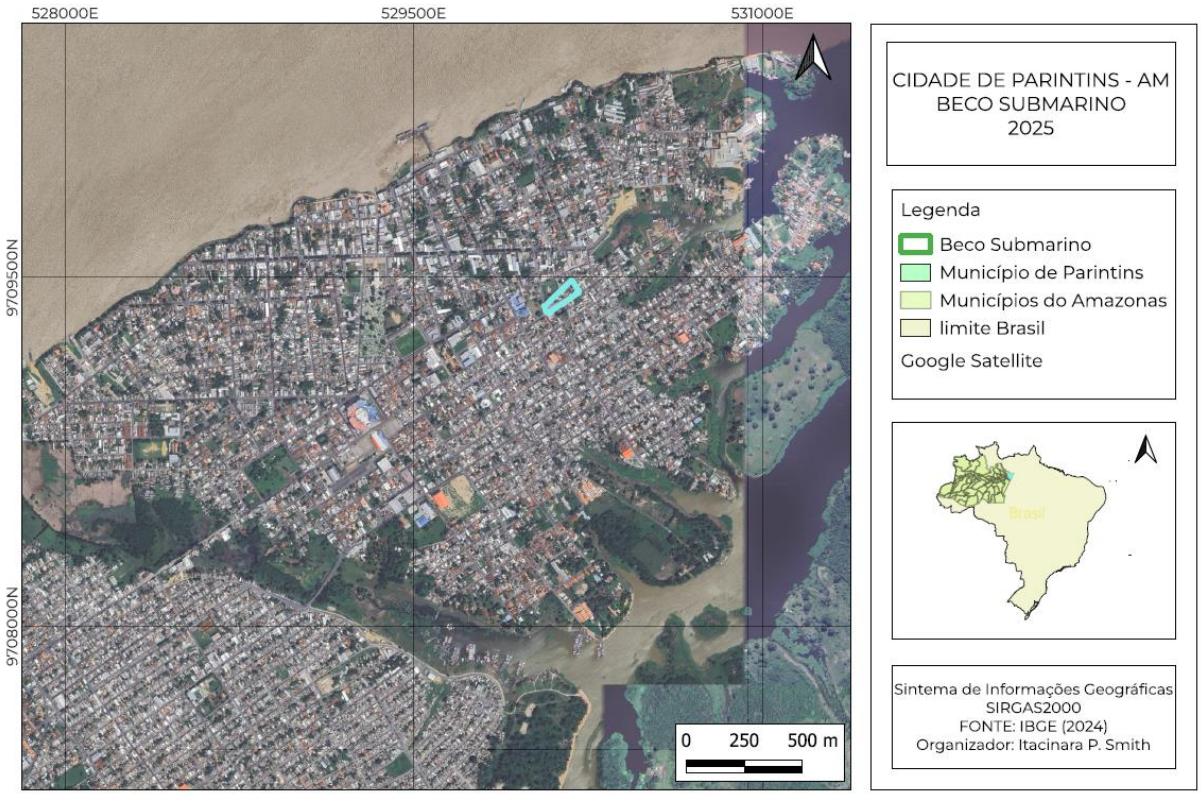
Em síntese, a literatura conduziu à observação dos condicionantes que conectam redes e territórios em uma região de dinâmica multifacetada, que incorpora novos elementos e adapta práticas antigas, alterando significativamente as formas de explorar e cuidar do espaço. Isso demonstra as interações vivenciadas cotidianamente por cada sujeito no lugar, compondo uma realidade com inúmeras ramificações e variadas mediações.

4 Parintins: redes e espaços-territórios

O processo de urbanização na Amazônia Ocidental tem promovido transformações expressivas, especialmente em cidades como Parintins, inseridas em contextos fluviais e ribeirinhos. Trata-se de uma realidade complexa, marcada por desafios socioespaciais que abrangem questões ambientais, limitações de emprego, acesso à saúde, saneamento básico, moradia e redes de sociabilidade, estas últimas constituindo o eixo central deste estudo.

De acordo com Souza (2013, p. 56), "a ocupação inicial da área urbana de Parintins até a década de 1960 ocorreu simultaneamente na área central", ou seja, nas terras mais altas do arquipélago. As partes mais baixas, cercadas por uma rede de lagos que compõem o arquipélago de Tupinambarana, foram ocupadas de forma irregular (Souza, 2020). Muitos moradores constroem suas casas nessas áreas por não encontrarem outros lugares disponíveis ou por falta de renda (Figura 2).

Figura 2: Cidade de Parintins e o Beco Submarino



Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

A ocupação do Beco Submarino, situado no bairro da Francesa, remonta a mais de seis décadas. É produto do processo de formação do próprio bairro, ocorrido sem planejamento estatal. Para Souza (2024, p. 116), "esse processo atingiu principalmente as áreas mais baixas do relevo da cidade e posteriormente se expandiu para as outras áreas ocupadas". Essa malha urbana desenvolveu-se inicialmente em direção ao oeste, no bairro São Benedito, e, em seguida, ao leste, no bairro da Francesa.

Souza (2013, p. 58) argumenta que "a primeira explosão demográfica urbana ocorreu em 1975, após a segunda maior enchente do rio Amazonas, em que 13,45% dos ribeirinhos se mudaram para cidade". Posteriormente, outras pessoas chegaram à cidade em busca de melhores condições de vida, no contexto do chamado êxodo rural.

Nas áreas mais baixas de Parintins, os moradores enfrentam diversos transtornos decorrentes da sazonalidade do rio Amazonas e dos demais corpos hídricos que circundam o arquipélago (Figura 3).

Figura 3 - Localização do beco Submarino



Fonte: Google Eart.Pro (2024). **Organizado por:** Itacinara Paulain Smith (2025).

A Figura 3 apresenta o Beco Submarino, sinalizado em amarelo e demarcado em toda a sua extensão. As residências dos entrevistados foram representadas por marcadores: a do Entrevistado 1, em vermelho; e a do Entrevistado 2, em amarelo.

Inserido nessa dinâmica, o Beco Submarino configura-se como um fragmento intraurbano da sede municipal, caracterizado pela recorrência de inundações nos meses de maio, junho e julho. Tal condição decorre, sobretudo, de sua proximidade com a Lagoa da Francesa, cuja planície de inundação recebe aporte hídrico tanto do rio Amazonas quanto do lago Macurani, intensificando a vulnerabilidade socioambiental da área.

O regime fluviométrico acompanha a variação do nível do rio Amazonas. De acordo com Marques (2017, p. 59), "o rio Amazonas começa a subir em novembro/dezembro e vai até junho/julho. Já a vazante começa em julho/agosto e se estende até outubro/novembro". O movimento sazonal das águas ocasiona transtornos aos moradores dessas áreas.

Souza (2017), com base no relato do ex-prefeito Benedito Azêdo (1973–1977), registrado na obra Histórias e memórias políticas do município de Parintins (2012), afirma que a Lagoa da Francesa era tradicionalmente utilizada por lavadeiras e funcionava como ancoradouro para pequenas embarcações, apresentando águas limpas e adequadas a múltiplos usos. Na época, o espaço desempenhava funções cotidianas essenciais para a população local e também era utilizado como área de lazer.

Diante das condições limitadas de atracação, a construção do calçamento da orla favoreceu o embarque e o desembarque de passageiros e mercadorias. Na década de 1980, implantou-se a escadaria da Francesa, intervenção que ampliou a

mobilidade das pessoas e contribuiu para a reconfiguração socioespacial da área, marcada pela incorporação de novos elementos urbanos (Souza, 2017).

A proximidade do Beco Submarino com a orla da Lagoa da Francesa condiciona a predominância de moradias em palafitas, como forma de adaptação às dinâmicas hidrológicas locais. Entretanto, há exceções, com casas construídas em alvenaria sobre terrenos aterrados. A ausência de saneamento básico e de tratamento de esgoto compromete o bem-estar dos moradores, embora o abastecimento de água e a coleta de lixo ocorram regularmente (Figura 4).

Figura 4 - Beco Submarino (Bairro Francesa) – esgoto a céu aberto



Registro Fotográfico: Adailson de Souza (2024).

Contudo, esses espaços conformam microterritorialidades situacionais que mediam a circulação de pessoas e mercadorias, atuando como nós de articulação de fluxos e dinâmicas cotidianas. Neles, constituem-se territorialidades e redes de sociabilidade que envolvem sujeitos de diferentes lugares, impulsionados pela busca de inserção e permanência no espaço urbano. Bartoli (2017) e Souza (2024) destacam que esse processo tem um caráter seletivo da cidade, cuja estrutura e organização não asseguram acesso equitativo a todos os indivíduos.

Os moradores que lá residem são de diversas localidades. Segundo Souza (2024, p. 184):

> A maioria dos informantes é do município de Parintins, com 30% (26 pessoas) da zona rural e 36% (32 pessoas) da zona urbana. Além disso, 14% informaram ser emigrantes do estado do Pará que residem em Parintins. Os residentes originários de Nhamundá e Barreirinha representam 5% (4 pessoas) e 6% (5 pessoas) dos moradores, respectivamente. Itacoatiara e Urucurituba, municípios do Amazonas, compõem 2% cada (2 pessoas) dos moradores abordados. Da capital, Manaus, obtivemos 4% das respostas (4 pessoas), enquanto de Tabatinga, apenas 1% (1 pessoa). Esses dados sugerem uma tendência de migração interna no estado e interestadual.

Esses dados reforçam os casos observados neste estudo e demonstram que, ao considerar as dinâmicas urbanas da Amazônia, as territorialidades dos setores populares constituem elementos imprescindíveis para a discussão atual. Em cidades marcadas por intensas dinâmicas fluviais e ribeirinhas como Nhamundá e

Barreirinha, no Amazonas, e Juruti, Óbidos e Faro, no Pará, a análise do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), propostos por Bartoli (2017, p. 10), permite compreender um "subsistema mediador na cidade". Os municípios fronteiriços de Parintins mantêm ligações principalmente econômicas e de serviços, uma vez que muitos moradores se deslocam diariamente até a sede municipal para vender seus produtos e adquirir mercadorias industrializadas.

Por fim, a cidade e os espaços-territórios produzidos e ocupados por seus moradores no contexto ribeirinho refletem tanto a ação de fatores externos quanto as relações internas do lugar, estrategicamente vinculadas aos rios, à floresta e a outros territórios. Essa questão será abordada no próximo item, "Trajetória de vida e rede de sociabilidade a partir do comércio popular", que identifica sujeitos e relações por vezes despercebidos pelas lentes analíticas do conhecimento científico.

.

4.1 Trajetória de vida e rede de sociabilidade a partir do comércio popular

O primeiro participante da pesquisa, identificado como Entrevistado 1 (Sr. M. V. S.), possui 65 anos de idade e é pai de oito filhos. Reside no Beco Submarino há mais de trinta anos, juntamente com a esposa e parte da família. Sua moradia, construída em palafita, apresenta dimensões amplas, possui seis quartos, cozinha, sala de estar e banheiro interno. Atualmente, o domicílio abriga 21 pessoas, incluindo o entrevistado, a esposa, filhos, genros, noras, netos e a companheira de um dos netos. Observa-se que o núcleo familiar apresenta elevado adensamento domiciliar, refletindo o déficit habitacional existente na cidade de Parintins.

O Entrevistado 1 migrou da comunidade São Pedro do rio Uaicurapá, localizada na zona rural do município, para a cidade de Parintins. Em razão do tamanho da família, seus parentes constituíram uma vila no rio Uaicurapá, denominada Vila Santana, demonstrando a formação de vínculos territoriais entre os espaços rural e urbano.

No que tange às condições socioeconômicas, o entrevistado possui renda média mensal de R$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais), proveniente da comercialização de produtos em seu box na feira do Bagaço[1]. Sua esposa, M. P. S., de 61 anos, é aposentada e recebe um salário mínimo mensal, no valor de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais). Entre os cinco filhos que residem com o casal, apenas dois (uma filha e um filho) encontravam-se, no momento da entrevista, inseridos no mercado formal de trabalho, atuando no setor varejista do município. Ademais, todos os membros da família são beneficiários do auxílio estadual, no valor mensal de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

O Entrevistado 1 relatou possuir seis irmãos, dos quais três — duas irmãs e um irmão — residem em Parintins, são aposentados e possuem residência própria no bairro Paulo Corrêa. Os demais vivem na Vila Santana, na zona rural do município. O entrevistado mantém comunicação diária com as irmãs residentes na área urbana, enquanto o vínculo com os irmãos que permanecem na zona rural ocorre com menor frequência, devido à distância e às limitações de acesso às tecnologias de comunicação.

Em relação aos deslocamentos intraurbanos, o entrevistado relatou que, para percursos mais longos, utiliza serviços de mototáxi, enquanto, para trajetos curtos, como o acesso ao seu local de trabalho, faz uso de bicicleta. No âmbito familiar, destacou que, até o momento da entrevista, apenas três de suas filhas possuem residência própria, localizadas nos bairros Pascoal Allágio, São Benedito e no próprio Beco Submarino. Os demais filhos residem no pavimento superior da moradia, demonstrando uma dinâmica recorrente no local, na qual múltiplas famílias compartilham o mesmo domicílio.

Embora não possua propriedade ou residência na zona rural, o entrevistado mantém uma rede de sociabilidade ativa com comunidades circunvizinhas. Nessas interações, estabelecem-se trocas de caráter não mercantil, nas quais produtos regionais, como farinha e outros gêneros alimentícios, são permutados por bens diversos, como roupas. Além disso, realiza, em média, uma visita anual à Vila Santana para reencontrar familiares e amigos, utilizando embarcações regulares ou lanchas expressas, considerando a distância aproximada de 25 km entre a localidade e Parintins. Essas práticas são comuns nas redes de troca não mercantis entre a cidade e o interior.

O entrevistado possui um box na Feira do Bagaço (Figura 5), onde comercializa produtos regionais, como farinha de mandioca, frutas, verduras, hortaliças e cascas de plantas medicinais. Seus fornecedores são oriundos, predominantemente, de comunidades do município de Parintins e da cidade de Santarém, no Pará, evidenciando a articulação de redes de abastecimento em escala intermunicipal.

Figura 5 - Box do Sr. M.V. S. (Entrevistado 1), na feira do Bagaço

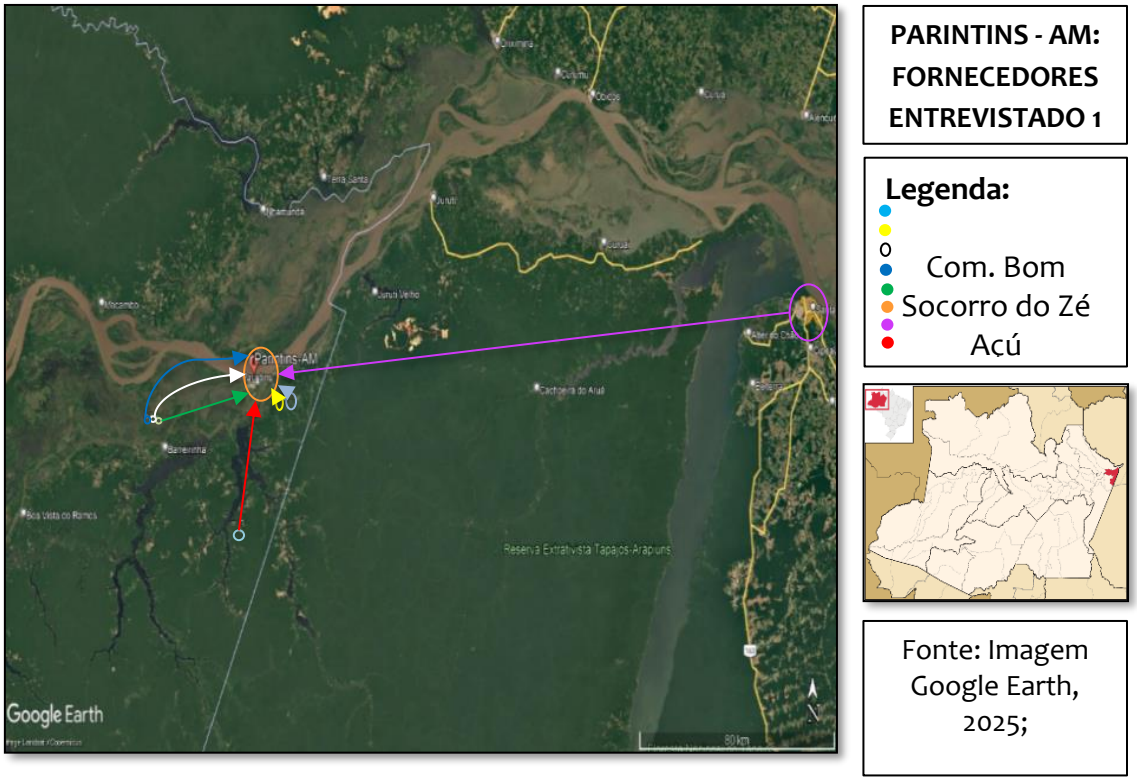


Registro Fotográfico: Adailson de Souza (2024).

Uma das hortaliças vendidas no box é o cheiro-verde, fornecido por produtores da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Limão de Baixo, situada no Paraná do Limão, a 17 km da sede municipal. O jerimum, a pimenta-de-cheiro e a couve esta última em pequena quantidade são fornecidos pelas comunidades Limão de Cima e Limão do Meio. Outros produtos, como carvão, castanha-do-brasil, coco,

laranja e limão, são fornecidos por produtores da comunidade Bom Socorro do Zé Açu, localizada a 14 km da sede municipal.

Figura 6 - Localização das Comunidades Fornecedoras para o entrevistado 1



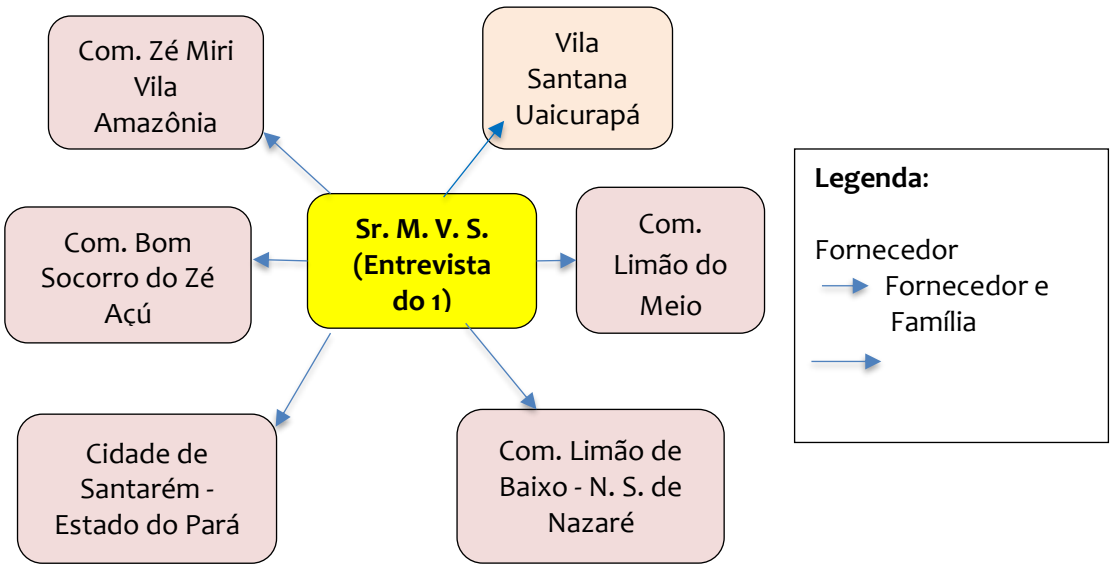
Fonte: Google Eart Pro (2025). Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

Seus irmãos e parentes residentes na Vila Santana do rio Uaicurapá fornecem produtos derivados da mandioca, como farinha, tucupi, goma de tapioca e cascas de plantas medicinais.

A comunidade Zé Miri, situada a 12 km da sede municipal, fornece caju, banana, graviola, limão e outras frutas e hortaliças. Por fim, da cidade de Santarém, no Pará, provêm cebola, tomate, alho, repolho, cenoura, limão e banana para revenda.

O Entrevistado 1 procura comercializar diversos produtos regionais em seu box, como banana, hortaliças e cascas de plantas, muito utilizadas na preparação de chás medicinais, a fim de atender aos clientes. Isso demonstra que sua rede de sociabilidade é intensa e diversificada.

Figura 7 - Fluxograma das redes de sociabilidade na cidade e nas comunidades



Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

Observa-se que a rede de sociabilidade desse morador do Beco Submarino se estende por diferentes lugares, apresentando níveis variados de intensidade nas interações estabelecidas. Nesse contexto, articulam-se relações formais e informais que se configuram de acordo com os sujeitos envolvidos e os espaços nos quais tais vínculos se desenvolvem. As trocas realizadas nas comunidades rurais, bem como as relações com fornecedores em escala intermunicipal, demonstram a complexidade dessas conexões e a diversidade de circuitos que estruturam essa rede.

Essas relações revelam distintos níveis de sociabilidade, nos quais cada sujeito se insere e se articula de maneira específica, conforme suas práticas, seus interesses e suas possibilidades de mobilidade. Pertencer a uma rede de sociabilidade local ultrapassa a simples inserção espacial, pois implica relações contínuas de convivência, reciprocidade e construção de vínculos sociais que sustentam a reprodução da vida cotidiana.

4.2 Rede de sociabilidade a partir da pesca do entrevistado 2

O segundo participante da pesquisa, identificado como Entrevistado 2 (Sr. M. B. F.), possui 54 anos e reside no Beco Submarino há aproximadamente dez anos. É casado e pai de três filhos, todos do primeiro casamento, e construiu sua trajetória econômica por meio da comercialização de pescado. Quanto à distribuição espacial dos filhos, apenas uma filha reside em Parintins, no bairro Pascoal Allágio, enquanto os demais vivem na cidade de Manaus.

No que diz respeito ao espaço urbano, o Entrevistado 2, além de possuir residência na cidade de Parintins, passa parte do tempo a bordo de sua embarcação, que permanece ancorada na Lagoa da Francesa durante o período de

enchente e, na vazante, na margem do rio Amazonas. Sua atividade econômica está centrada na captura, compra e comercialização do pescado, dispondo de três embarcações, sendo uma destinada à pesca e as demais utilizadas para locação em atividades de lazer nos finais de semana.

A rede de sociabilidade estabelecida pelo entrevistado caracteriza-se por ser pequena, embora intensa. Seus vínculos concentram-se, sobretudo, com os funcionários cujo número varia entre 12 e 18 trabalhadores, conforme a sazonalidade da atividade e dos atravessadores nos municípios onde realiza a comercialização do pescado. A remuneração dos trabalhadores ocorre de acordo com os dias efetivamente trabalhados. No âmbito familiar, o entrevistado relatou manter contato exclusivamente com seus filhos, indicando uma rede familiar mais limitada em comparação às relações de natureza econômica.

A moradia do Entrevistado 2 é construída em alvenaria sobre um terreno aterrado, composta por um quarto, um banheiro, sala e cozinha, onde reside com sua atual esposa. O entrevistado não possui imóvel ou propriedade na zona rural. Sua renda média mensal é de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), não sendo beneficiário de programas sociais ou outras fontes complementares de rendimento.

Para além do seu morar suas práticas de aquisição de produtos se estabelece a partir de relações de troca com a zona rural, adquirindo produtos como banana e farinha de mandioca mediante a permuta por pescado. Quanto à mobilidade urbana, não dispõe de meio de transporte próprio, utilizando predominantemente serviços de mototáxi para seus deslocamentos na cidade.

Ao descrever a dinâmica de sua atividade pesqueira nos lagos da região, o Entrevistado 2 relatou utilizar uma embarcação do tipo batelão, equipada com motor Yamaha de 72 HP. No dia programado, parte da cidade de Parintins, iniciando sua pescaria no Lago do Limão o qual, segundo o entrevistado, ainda apresenta significativa disponibilidade de pescado, seguindo posteriormente para o Lago Dona Flor e, em seguida, para o Lago do Marapá.

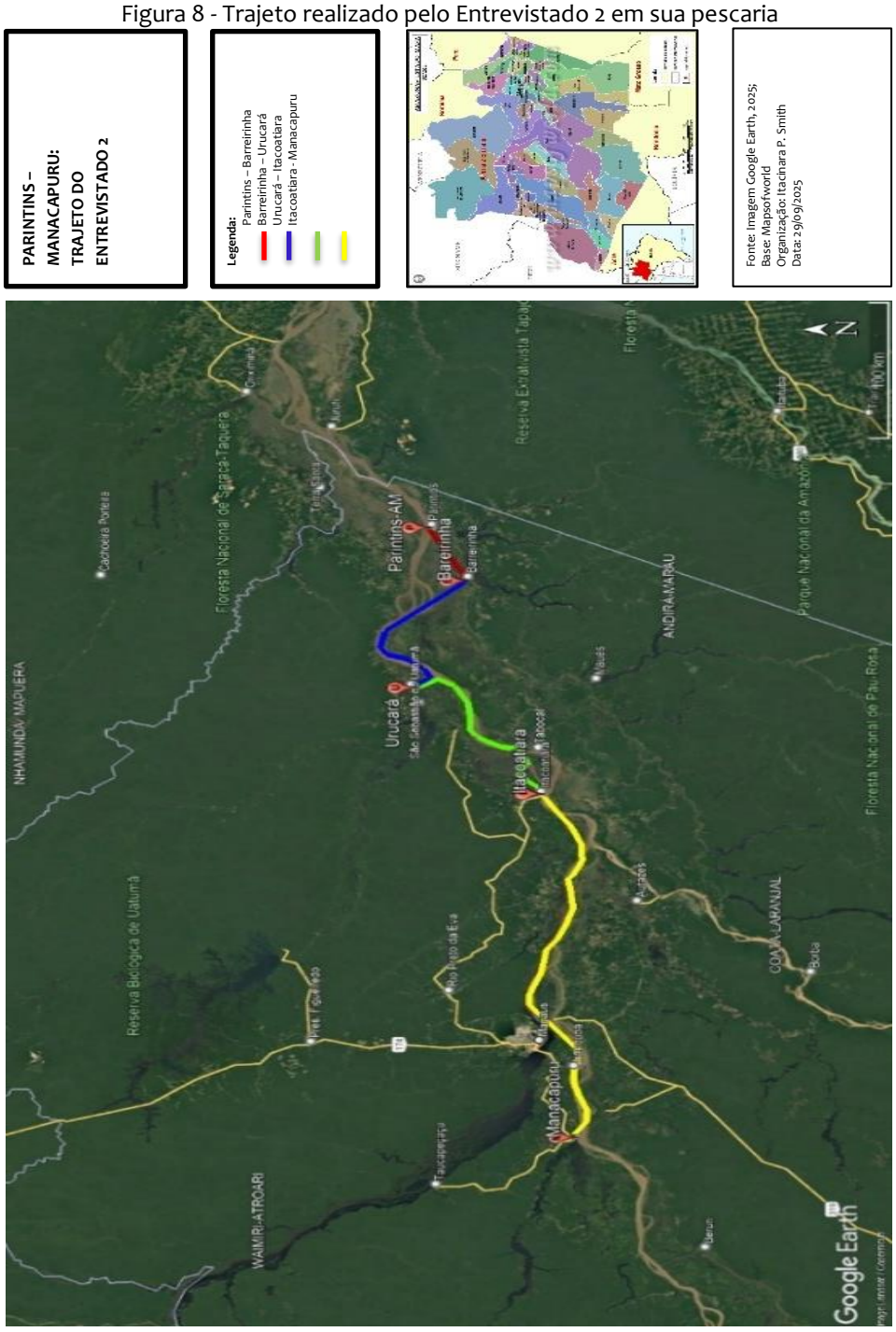
A primeira etapa de comercialização ocorre no município de Barreirinha (AM), localizado a aproximadamente 37 km de Parintins, onde o pescado é vendido a atravessadores[49]. Após essa parada, o entrevistado retoma a atividade pesqueira, percorrendo novamente os lagos do Marapá, Dona Flor e Limão, além do Lago do Mauarizal. Na sequência, atravessa o rio Amazonas e dirige-se ao município de Urucará (AM), situado a cerca de 81 km de Barreirinha, onde realiza nova comercialização do pescado.

Após deixar o município de Urucará, o entrevistado retoma a atividade pesqueira nos lagos da região, com destaque para o Lago do Madrubá e o Lago do Canaçari. Na sequência, desloca-se para o município de Itacoatiara (AM), situado a aproximadamente 99,62 km de Urucará, onde dá continuidade às suas atividades. Posteriormente, segue pelo rio Amazonas até o município de Manacapuru (AM), localizado a cerca de 243,72 km de Itacoatiara, onde encerra o percurso de pesca e comercialização.

[49] O atravessador é o agente que se ocupa com a comercialização do pescado, na feira, nas ruas e povoados.

O trajeto realizado pelo Entrevistado 2 foi apresentado por meio de diferentes cores, a fim de facilitar a compreensão espacial do percurso. O trecho entre Parintins e Barreirinha está indicado em vermelho; de Barreirinha a Urucará, em azul; o deslocamento de Urucará a Itacoatiara é destacada em verde; por fim, o trajeto entre Itacoatiara e Manacapuru encontra-se representado em amarelo. Considerando a totalidade desses deslocamentos, o percurso atinge aproximadamente 446,69 km, evidenciando a extensão territorial das atividades desenvolvidas pelo entrevistado. (Ver Figura 8).

Figura 8 - Trajeto realizado pelo Entrevistado 2 em sua pescaria



Fonte: Google Eart (2024). Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2024).

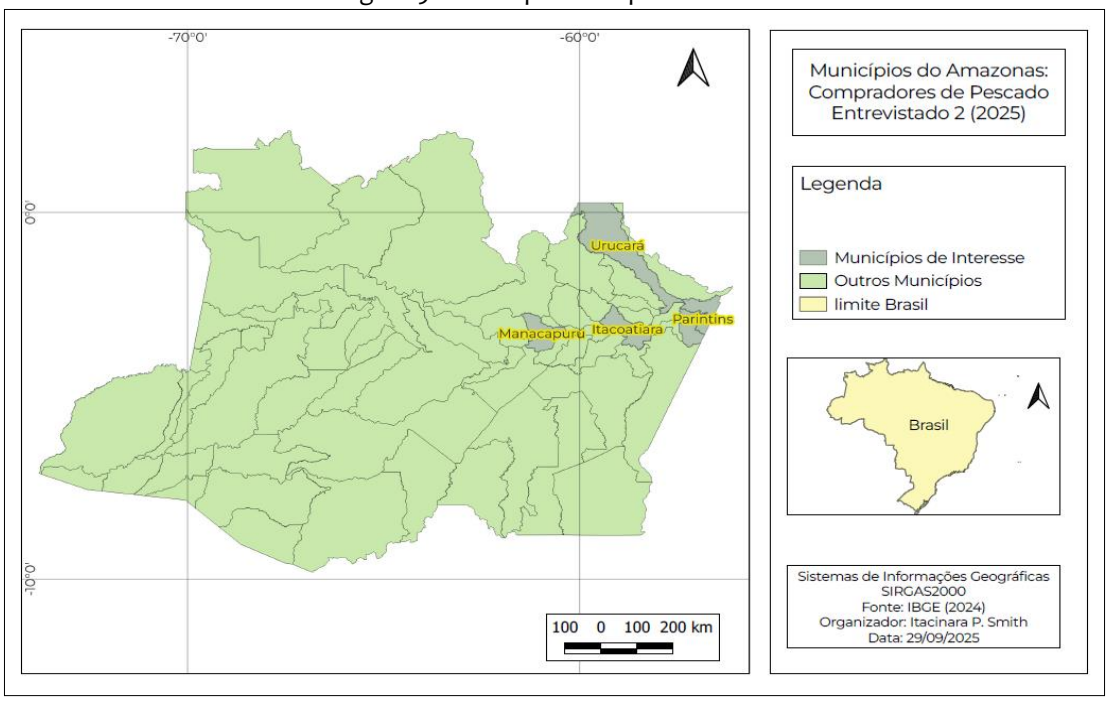
Ao analisar a rede de sociabilidade vinculada à atividade pesqueira do Entrevistado 2, observa-se a amplitude da dimensão territorial na qual está inserido, uma vez que percorre extensas distâncias que demandam dias de navegação pelos rios para serem conectadas. Nesse contexto, as práticas de troca de produtos configuram-se como elemento fundante de uma dinâmica local que se articula a diferentes níveis de circulação, envolvendo não apenas a rede familiar, mas também outros sujeitos e múltiplas redes de interação.

Tais relações evidenciam a complexidade dos fluxos que estruturam essas territorialidades, nas quais aspectos econômicos, sociais e espaciais se entrelaçam. Para Marques (2010) e Bartoli (2025), essas redes apresentam caráter dinâmico e adaptativo, metamorfoseando-se continuamente para atender aos interesses e necessidades dos sujeitos que delas participam, ao mesmo tempo em que se consolidam nos territórios onde se estabelecem.

A (Figura 9) apresenta o mapa dos municípios compradores de pescado do Entrevistado 2, demonstrando a abrangência espacial de sua rede de comercialização. Observa-se que a rede de pescado é extensa, na medida em que abastece feiras e mercados dessas localidades, articulando-se tanto ao circuito inferior quanto ao circuito superior da economia.

Ao retornar ao seu local de origem, a logística da rede mantém a mesma base de funcionamento, o que demonstra a continuidade e a organização das práticas estabelecidas. Isso revela um território com múltiplas facetas que orbitam o ser amazônico em estreita relação com o meio natural. Desse modo, ao se consolidarem, essas interações contribuem para a formação de diversas redes ribeirinhas, urbanas, indígenas, quilombolas, coletivas e individuais, reforçando a complexidade das territorialidades na região.

Figura 9 - Municípios Compradores de Pescado



Fonte: IBGE (2024), SIRGAS (2000). Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

A comercialização do pescado nesses municípios é realizada diretamente com atravessadores, sendo que, conforme relato do entrevistado, já existem compradores previamente definidos para sua produção, não ocorrendo a venda "à cambada". No entanto, ao retornar à cidade de Parintins em sua embarcação (Figura 10), o entrevistado não realiza atividades de pesca, concentrando-se apenas no deslocamento de retorno.

Considerando a totalidade do percurso Parintins, Barreirinha, Urucará, Itacoatiara, Manacapuru e retorno a Parintins, a duração média da viagem é de aproximadamente 20 dias, confirmando a complexidade logística e a extensão territorial envolvida nessa atividade.

Nesse contexto amazônico, frequentemente caracterizado como "vazio demográfico", chama atenção o processo contemporâneo de urbanização no qual tal domínio morfoclimático se insere. No interior dessa dinâmica, destacam-se as redes de sociabilidade a partir da atividade deste pescador urbano, cuja atuação articula a uma rede de comercialização de pescado que se configura como principal fonte de renda para diversos outros agentes, como pescadores, atravessadores, feirantes e comerciantes.

Sob essa perspectiva, a pesca assume papel central tanto do ponto de vista econômico quanto social em toda a região amazônica. A aquisição de apetrechos no comércio, por sua vez, contribui para a expansão dessas redes, integrando-as a diferentes circuitos de circulação. Além disso, o pescado ocupa lugar de destaque na culinária regional, não apenas em razão da diversidade de espécies, mas sobretudo por seu significado cultural, consolidado como base alimentar historicamente associada aos povos originários e incorporada aos hábitos dos moradores urbanos.

Figura 10 - Embarcação utilizada em sua pescaria e uma parte das redes de Pesca



Registro Fotográfico: Adailson de Souza (2024).

Entre as atividades pesqueiras, o entrevistado utiliza malhadeiras específicas, adequadas a cada tipo de espécie e ajustadas aos diferentes períodos do ano. Entre os meses de janeiro e março, emprega redes voltadas à captura de

curimatã e tambaqui; já no intervalo de maio a julho, utiliza malhadeiras apropriadas para a pesca do jaraqui. Nos demais meses, especialmente entre agosto e dezembro, adota procedimentos semelhantes, adaptando os apetrechos conforme as espécies disponíveis.

Essas práticas ocorrem tanto em lagos de várzea quanto em áreas de terra firme, evidenciando a diversidade de ambientes explorados ao longo do ciclo anual. No Quadro 1, são apresentadas as principais espécies capturadas e comercializadas pelo Entrevistado 2, permitindo uma melhor compreensão da dinâmica produtiva associada à sua atividade.

Quadro 1 - Relação dos pescados capturados e comercializados

Posição	Tipos de pescados
1º lugar	Jaraqui *(Semaprochilodus)*
2º lugar	Curimatã *(Prochilodus nigricans)*
3º lugar	Pacu *(Piaractus mesopotamicus)*
4º lugar	Mapará *(Hypophthalmus edentatus)*
5º lugar	Peixes de couro
6º lugar	Tambaqui (*Colossoma macropomum*)
7º lugar	Espécies variadas

Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

O entrevistado iniciou sua trajetória na atividade pesqueira aos dezesseis anos, após o falecimento de seu pai. Desde então, trabalhou em diversas embarcações vinculadas à captura e comercialização de pescado, ao longo do que acumulou experiências significativas, como a capacidade de identificar a localização de cardumes, entre outras habilidades próprias da prática. Sua esposa, Sra. J. R. M., frequentemente o acompanha nas viagens, desempenhando funções na cozinha da embarcação e, quando necessário, assumindo a condução do barco. Em relato, informou que aprendeu, de forma empírica, a pilotar a embarcação diante das exigências do cotidiano de trabalho. Atualmente, possui habilitação como Arrais Amador, enquanto o entrevistado detém a certificação de Comandante. Ressalta-se, ainda, que, até o momento da pesquisa, o entrevistado não é associado à Colônia de Pescadores Z-17, nem a qualquer outra entidade representativa.

Outro aspecto relevante apontado pelo entrevistado refere-se ao perfil de seus empregados, destacando que cerca de 30% não possuem certidão de nascimento e aproximadamente 20% não são alfabetizados. Tal situação gera dificuldades operacionais, especialmente no momento da remuneração, uma vez que alguns trabalhadores questionam os valores recebidos. Entretanto, não é possível afirmar, com base nos dados disponíveis, a existência de exploração de mão de obra.

Quando questionado sobre a possibilidade de abandonar a atividade pesqueira em favor de outra ocupação, o entrevistado afirmou não ter interesse, destacando sua identificação com o trabalho e a ausência de outras habilidades profissionais. Segundo seu relato, a pesca lhe proporcionou conquistas importantes

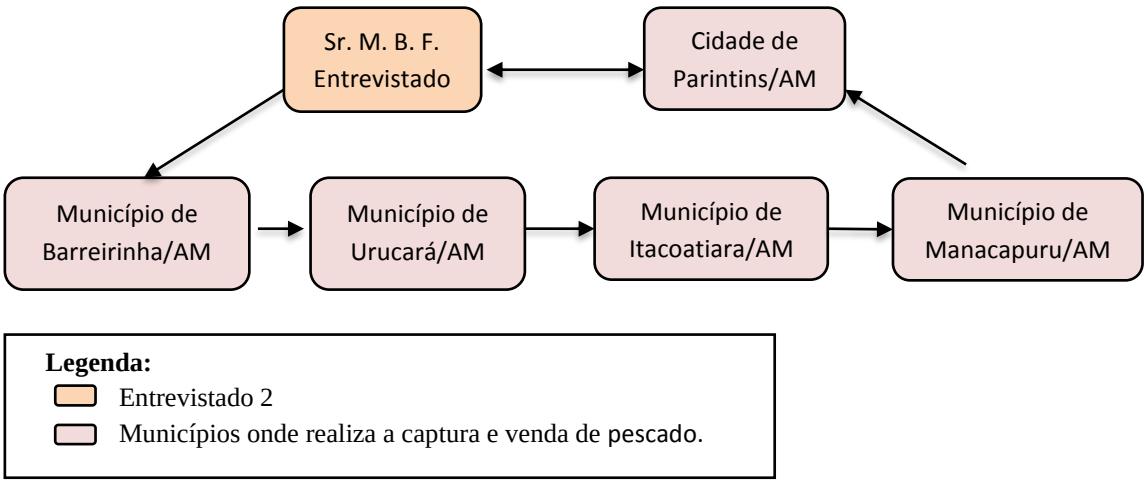
ao longo dos anos, como a aquisição de moradia própria e embarcações, além de lhe proporcionar satisfação pessoal, sobretudo em períodos de boa produtividade.

Adicionalmente, mencionou que, ao longo de sua trajetória, já auxiliou diversas pessoas, especialmente por meio da doação de pescado. Relatou também que, em algumas situações, ao encontrar outros pescadores em atividade nos lagos, ocorrem práticas de troca, como combustível por pescado ou pescado por farinha de mandioca, evidenciando relações de reciprocidade presentes no contexto da economia local.

As dinâmicas de enchente e vazante constituem fatores determinantes para a variação na captura do pescado, influenciando diretamente a produtividade da atividade pesqueira. Durante o período de enchente, compreendido entre os meses de outubro e março, a pesca apresenta maior abundância, podendo atingir volumes de até 10 toneladas por viagem. Em contrapartida, no período de vazante, que se estende de setembro a abril, observa-se uma redução significativa na quantidade de pescado capturado.

Ao longo de sua trajetória, o entrevistado relatou ter vivenciado diversos conflitos nos lagos onde realiza suas atividades, embora, até o momento, não tenha registrado perdas materiais ou prejuízos relacionados ao pescado. Tais conflitos decorrem, principalmente, de dois fatores: o período do defeso, que impõe restrições à pesca, e a existência de áreas consideradas de uso exclusivo, nas quais determinados grupos se reconhecem como "proprietários", limitando o acesso de outros pescadores.

Figura 11 - Fluxograma do entrevistado M. B. F.



Organizado por: Itacinara Paulain Smith (2025).

No município de Parintins, assim como em diversas outras localidades da região, a obtenção de renda por parte dos munícipes está fortemente associada à comercialização de produtos oriundos da floresta, dos rios e dos lagos, bem como da agricultura familiar e da agropecuária, entre outras atividades. Nesse contexto, o Entrevistado 1 garante seu sustento por meio da venda, em seu box, de produtos fornecidos por comunidades circunvizinhas, enquanto o Entrevistado 2 obtém sua renda a partir da comercialização de pescado nos municípios anteriormente

mencionados. Tais práticas evidenciam a dinâmica de circulação econômica que interliga diferentes territórios e agentes.

Ambos os entrevistados residem no Beco Submarino, área que atualmente passa por um processo de reestruturação urbana. Nesse espaço, está prevista a construção de 504 unidades habitacionais por meio do Prosai, Programa de Saneamento Integrado de Parintins, que beneficiará os bairros Castanheiras, Francesa, Palmares, Santa Clara e Santa Rita de Cássia. Conforme aponta Costa (2024):

> Além das obras de saneamento básico, serão reassentadas 832 famílias, cerca 4,1 mil pessoas que vivem em áreas de risco de alagamento, em 504 unidades habitacionais ou outras soluções de moradia de acordo com o perfil dos beneficiários.
> As obras incluem ainda a construção de um novo mercado, parques urbanos, praças, ciclovias, playgrounds, quadras poliesportivas, quiosques, um Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC) e o Centro de Qualificação da Mulher Parintinense. (Jornalismo Parintins, 19/12/2024).

Em diálogo com os moradores acerca do projeto, destacou-se a preocupação de que as unidades habitacionais previstas não sejam suficientes para atender à totalidade das famílias, tendo em vista que muitos domicílios são compartilhados por mais de um núcleo familiar, como exemplificado pelo caso do Entrevistado 1. Ademais, segundo os relatos, a configuração das moradias compostas por dois quartos, sala, cozinha e banheiro é considerada limitada, o que reforça a apreensão quanto à capacidade de acomodação dessas famílias.

Paralelamente, os moradores ressaltam que o beco apresenta um ambiente tranquilo e marcado por relações de proximidade, uma vez que, por se tratar de um espaço reduzido, todos se conhecem. Nesse sentido, muitos expressam o desejo de permanecer no local, sobretudo pela sua localização estratégica, próxima à orla da Francesa e com fácil acesso a diferentes serviços, apesar das recorrentes inundações. A análise das dinâmicas vivenciadas pelos entrevistados evidencia, ainda, a presença simultânea de forças centrífugas e centrípetas no âmbito do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

Nesse contexto, o sistema territorial do qual os entrevistados obtêm seus rendimentos integra um circuito de comercialização que articula a cidade aos territórios circunvizinhos. Conforme argumenta Bartoli (2019), "o circuito de comercialização e de atividade da pesca coligam pontos da cidade a amplas faixas de territórios circunvizinhos e cidades da rede urbana regional, além de movimentar frações expressivas da economia urbana". Tal circuito é constituído por múltiplos nichos, abrangendo não apenas a comercialização de produtos regionais, mas também a circulação de diversos bens que dinamizam a economia local.

Considerações finais

Com o objetivo de contribuir para os estudos sobre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), a presente pesquisa dedicou-se à análise das territorialidades de sujeitos inseridos na economia popular. Nesse contexto,

Parintins, por se configurar como uma cidade média com responsabilidade territorial (Bartoli et al., 2020), desempenha papel relevante ao receber fluxos migratórios provenientes tanto de municípios do Amazonas quanto do estado do Pará, o que intensifica as redes de sociabilidade estabelecidas entre esses sujeitos e o espaço urbano.

Dessa forma, evidencia-se que tais redes constituem elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica sub-regional amazônica. As forças centrífugas, por sua vez, são estruturadas por territorialidades que mantêm fortes vínculos com os ambientes rurais, especialmente no que se refere à produção e comercialização de produtos regionais. Nesse sentido, a atividade pesqueira, aliada à comercialização em diferentes sub-regiões do estado, revela a significativa capacidade de deslocamento desses sujeitos, possibilitando a análise da circunscrição espacial de suas práticas. Trata-se, portanto, de agentes que percorrem extensos circuitos, demonstrando que a influência urbana ultrapassa os critérios tradicionais de análise.

Por conseguinte, os atributos das redes de sociabilidade, articulados à produção regional na Amazônia e às relações entre cidade e interior, especialmente no âmbito da economia popular e das atividades pesqueiras, constituem subsídios que corroboram a hipótese de que as dinâmicas urbano-regionais amazônicas estão profundamente vinculadas às territorialidades dos setores populares. Tais elementos revelam-se, assim, imprescindíveis para a compreensão das conexões estabelecidas entre a cidade e os territórios do entorno.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, E. Sistemas territoriais em Parintins (AM): mediações urbanas e ordenamento territorial. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2017. Disponível em: https://www.journalppc.com. Acesso em: 9 set. 2024.

BARTOLI, Estevan. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: O Sistema Territorial Pesqueiro de Parintins, Am/Urban-Riverine territorialities: the Parintins-AM´ S fisheries Territorial System. **REVISTA GEONORTE**, v. 10, n. 35, p. 38-56, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso em 09 de set. de 2024.

BARTOLI, Estevan. SCHOR, Tatiana. OLIVEIRA, José Aldemir. Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). ***Terra Plural***, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net. Acesso em 10 de set. de 2024.

BARTOLI, Estevan. Sistemas territoriais na Amazônia e o papel das cidades para o desenvolvimento regional: a biorregião de Parintins (AM). **Eutopía**. Revista de Desarrollo Económico Territorial, n. 21, p. 30-51, 2022. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec. Acesso em: 10 de set. de 2024.

BARTOLI, Estevan. CIUDADES EN LA AMAZONIA, SISTEMAS TERRITORIALES Y LA RED URBANA. **Mercator** (Fortaleza), v. 17, p. e17027, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso em 21 de ago. de 2025.

BERNARDES, Antônio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação** (Online), v. 27, n. 50, 2020. Disponível em: https://www.revista.fct.unesp.br. Acesso em 14 de ago. de 2025

COSCIONI, Fernando José. Reflexões sobre as posições epistemológicas de Richard Hartshorne em ***The Nature Of Geography*.** 2015. Disponível em https://revistas.usp.br. Acesso em 12 de ago. de 2025.
COSTA. Rogério H. da (Rogégio Haesbaert da), 1953 – **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea/Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br. Acesso em 12 de ago. de 2025.
COSTA, Iandro. Prosai Parintins: Senado aprova operação de crédito de U$ 70 milhões para obra**s.** 2024. Disponível em: https://jornalismoparintins.com.br. Acesso em: 20 de ago. de 2025.
CHRISTOFOLETTI, Antônio, 1936. **Geomorfologia**. São Paulo. Edgard Blucher. 2ª edição. 1980.
HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography**. A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. Annais of the Association of American Geographers, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.
MARQUES, Rildo Oliveira. Erosão nas margens do Rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM. 2017. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br. Acesso em 10 de ago. de 2025
LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Erika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 37, p. 27-55, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br. Acesso em 10 de ago. de 2025.
SOUZA, Agnaldo Corrêa de. A compreensão das práticas e iniciativas locais para construção do desenvolvimento situado na Amazônia. 2020. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br. Acesso em 12 de ago. de 2025.
SOUZA, Crizan Graça de. **Dinâmica das moradias: entre as ocupações Castanhal, Nova Conquista e as palafitas na cidade de Parintins**-AM / Crizan Graça de Souza. 2024. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br. Acesso em 09 de set. de 2024.
SOUZA, Nilciana Dinely de. O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação. 2013. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://repositório.usp.br. Acesso em 10 de ago. de 2025.
SOUZA, Valdilene Siqueira de. Centralidade urbana em cidades ribeirinhas da Amazônia: Parintins-AM. 2017. Disponível em: https://tedehomologacao.ufam.edu.br. Acesso em 12 de ago. de 2025.
Sobre as UC – SEMA. Disponível em: https://www.sema.am.gov.br. Acesso em 21 de ago. de 2025.

13 - Redes de sociabilidade da comunidade Santana do Miriti, assentamento de Vila Amazônia, em Parintins (AM)

Adailson Barroso de Souza
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas – Brasil

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

Crizan Graça de Souza
Secretaria Municipal de Educação – Parintins – Amazonas - Brasil

1 Introdução

Nas últimas décadas, a Amazônia tem experimentado um intenso processo de urbanização, caracterizado por profundas transformações na estrutura das cidades, ao mesmo tempo que se observam a persistência e a resiliência dos territórios rurais. Esse processo revela a constituição de espaços regionais híbridos, marcados pela coexistência entre o novo e o antigo, nos quais a incorporação de infraestruturas modernas, a ampliação das atividades econômicas e a intensificação da mobilidade populacional articulam-se aos modos de vida ribeirinhos (Oliveira, 2002). Tais dinâmicas não implicam a ruptura total das vivências nas comunidades interioranas, mas evidenciam processos de adaptação e reinvenção social que permitem a permanência dos sujeitos em seus territórios (Bartoli, 2017).

Segundo Santos (2002), essa configuração resulta da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo constantemente redefinida pelas práticas sociais. De acordo com Becker (2013), a Amazônia contemporânea configura-se como uma região estratégica, marcada por dinâmicas territoriais complexas e pela integração seletiva aos circuitos da economia global. Para Bartoli (2017), tais transformações dão origem a arranjos territoriais específicos, nos quais as relações entre o urbano e o rural não são antagônicas, mas complementares, configurando um espaço híbrido que articula diferentes formas de organização socioespacial.

No interior dessas dinâmicas, as redes de sociabilidade exercem papel central na organização das atividades produtivas e na estruturação das relações sociais. Marques (2010) ressalta que tais redes assumem características específicas, especialmente em territórios marcados por desigualdades socioespaciais e formas de economia popular. Conforme Granovetter (1985), as ações econômicas estão

profundamente enraizadas nas relações sociais, sendo mediadas por vínculos de confiança, reciprocidade e cooperação. Castells (1999) destaca que as redes constituem a forma organizacional predominante nas sociedades contemporâneas, estruturando fluxos que conectam diferentes escalas territoriais.

Apesar dos avanços teóricos, observa-se que ainda há uma lacuna significativa no que se refere à compreensão empírica das redes de sociabilidade em comunidades específicas da Amazônia, especialmente no município de Parintins (AM), onde as dinâmicas territoriais apresentam particularidades relacionadas às condições geográficas e às formas de organização social locais.

Assim, os assentamentos rurais funcionam como espaços de interação social e de experimentação de novas formas de produção, venda, troca e rede de sociabilidade. Essa dinâmica exige reconhecer de como as redes sociais e territoriais conectam as comunidades rurais às cidades mais próximas. Diante disso, formula-se a seguinte questão: de que maneira as redes de sociabilidade estruturam as relações sociais, produtivas e territoriais das famílias da Comunidade Santana do Miriti, no Assentamento Vila Amazônia, em Parintins (AM)?

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo analisar as redes de sociabilidade na Comunidade Santana do Miriti, buscando compreender como essas relações se reproduzem pelo território e se articulam entre o espaço rural e o urbano.

A pesquisa teve como objetivo analisar as redes de sociabilidade da comunidade Santana do Miriti, localizada no Assentamento Vila Amazônia, em Parintins (AM), buscando compreender como as relações sociais, produtivas e territoriais estruturam fluxos de troca, cooperação e comercialização de produtos que conectam os espaços rural e urbano na região. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) descrever a trajetória de vida do sujeito pesquisado, destacando os vínculos familiares, produtivos e de vizinhança que compõem sua rede de sociabilidade; ii) identificar e caracterizar os fluxos materiais e imateriais presentes na rede, com ênfase nas formas de ajuda mútua, trocas e comercialização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo; iii) analisar os elementos paisagísticos, infraestruturais e ambientais que condicionam as práticas produtivas e o escoamento da produção na comunidade; e iv) discutir de que maneira essas redes se articulam ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), contribuindo para compreender as interdependências entre os espaços rural e urbano na Amazônia.

O artigo está dividido em três tópicos principais, além desta introdução. O item 2, "Metodologia", trata dos procedimentos da pesquisa a partir dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR), desenvolvidos por Bartoli (2025). Os dados foram coletados e sistematizados por meio de registros fotográficos e observação direta, permitindo a elaboração de mapas, fluxogramas e quadros que apresentam vínculos familiares e conexões territoriais, tornando visíveis as redes, as interações e as informações relativas ao sujeito pesquisado. O levantamento documental e empírico dialoga com referenciais teóricos da Geografia e das Ciências Sociais, articulando os dados às discussões sobre regionalização, pluriatividade, bioeconomia e redes de sociabilidade no contexto local.

O item 3 “Rede de Comercialização no Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR)” apresenta teoricamente as redes como formas organizacionais fundamentais para a circulação de bens, informações e serviços, destacando que, no contexto amazônico, essas redes assumem especificidades relacionadas às condições geográficas, à centralidade dos rios como eixos de mobilidade e à presença de economias baseadas na agricultura familiar e no extrativismo.

As redes de comercialização das comunidades ribeirinhas articulam-se às cidades próximas por meio de fluxos contínuos de produtos e pessoas, configurando uma relação de interdependência entre esses espaços. Nesse sistema, produtos oriundos das comunidades, como alimentos e recursos naturais, são inseridos nos circuitos urbanos, enquanto bens industrializados e serviços são redistribuídos para as áreas rurais.

O item 4, “Resultados e discussão”, identifica como as dinâmicas socioeconômicas da comunidade analisada se estruturam a partir da articulação entre redes de sociabilidade, práticas produtivas diversificadas e interações territoriais que conectam os espaços rural e urbano. A trajetória de vida do sujeito pesquisado revela a centralidade das relações familiares e comunitárias na organização do trabalho e na circulação de bens, demonstrando que atividades como agricultura, pesca e criação de animais não ocorrem isoladamente, mas se integram em estratégias de pluriatividade que garantem a reprodução social da unidade familiar. As redes de parentesco, vizinhança e amizade configuram-se como infraestruturas sociais fundamentais, mediando trocas, cooperação e comercialização de produtos e possibilitando a inserção da produção local em circuitos econômicos mais amplos. Tais relações econômicas estão enraizadas em vínculos sociais e territoriais, reforçando a compreensão de que o espaço amazônico se organiza por meio de sistemas híbridos e interdependentes, nos quais o rural e o urbano se articulam continuamente, conforme proposto pelos STUR. Contudo, a análise das assimetrias e limitações dessas redes diante das dinâmicas de mercado e das transformações contemporâneas do território demanda maior aprofundamento.

2 Metodologia

Este item apresenta os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, incluindo a escolha dos métodos, das técnicas e das estratégias utilizadas na coleta e na análise dos dados. Nesse sentido, “a Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14).

A pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, aproximando o pesquisador da realidade investigada. Voltou-se à resolução de problemas e indagações por meio do conhecimento científico e adotou uma abordagem qualitativa, com apoio de procedimentos quantitativos, buscando compreender as inter-relações entre os aspectos sociais, econômicos e territoriais que caracterizam Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). A abordagem qualitativa é entendida por Chizzotti (1998, p. 12) como “uma lógica própria para o estudo dos fenômenos

humanos e sociais, procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem", isto é, observando os fatos, o ambiente, as pessoas e a maneira como as redes sociais se estruturam.

Segundo Gil (2002, p.61), a pesquisa exploratória "tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa". Já a pesquisa descritiva, conforme Vergara (2007), preocupa-se em relatar com precisão os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, sem manipulá-los. Nesse sentido, a combinação dessas abordagens permite levantar informações relevantes, compreender o ambiente estudado e oferecer subsídios para interpretações mais aprofundadas.

A pesquisa partiu de revisão bibliográfica e levantamento documental sobre as redes sociais e suas particularidades nesse território. O mapeamento dos dados obtidos teve como suporte os registros em diário de campo, gravador e telefone celular. Como técnicas de pesquisa, aplicaram-se questionários diagnósticos e semiestruturados, que possibilitaram observar as relações e conexões do lugar. Inicialmente, buscou-se compreender o perfil socioeconômico dos participantes, considerando composição familiar, escolaridade dos provedores, renda mensal, ocupação ou trabalho e tempo de residência na comunidade. Em seguida, mapearam-se as redes sociais e as formas de produção desenvolvidas pelos moradores, as principais práticas econômicas e as situações de troca de mercadorias, cooperação e comercialização de produtos.

Os resultados obtidos foram analisados e sistematizados a partir de técnicas descritivas e de análise qualitativa de conteúdo, complementadas por observações diretas de campo (Minayo, 2012) e registros fotográficos. Essa combinação de métodos possibilitou uma leitura integrada dos aspectos que estruturam o sistema urbano-ribeirinho. O suporte teórico baseou-se nos estudos de Marques (2000, 2019), que tratam das relações de interdependência entre diferentes atores sociais, e de Bartoli (2012, 2016, 2020), que considera o território como produto e condição das práticas sociais nele desenvolvidas.

3 Rede de comercialização no sistema territorial urbano-ribeirinho (STUR)

O conceito de redes de comercialização refere-se ao conjunto de interações, fluxos e relações estabelecidas entre diferentes agentes que participam da circulação de bens ou serviços, como produtores, atravessadores, receptores e consumidores finais. Essas relações articulam-se por meio de arranjos logísticos e sociais que possibilitam o deslocamento das mercadorias em diferentes escalas territoriais.

As redes de comercialização são estudadas em diferentes campos. Para Souza (2010), na perspectiva da Economia e da Sociologia Urbana, o "mercado como rede" rompe com a interpretação clássica, pois compreende o mercado para além do encontro entre oferta e demanda, enfatizando a interdependência e os vínculos concretos entre os agentes econômicos. Portanto, o mercado é entendido como um sistema de relações materiais e imateriais, no qual as trocas e a

comercialização são sustentadas por redes sociais que fortalecem a confiança entre os diferentes agentes do processo, conforme afirma Marques (2019).

Nessa perspectiva, quando aplicada ao contexto amazônico, especificamente ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), a análise evidencia situações relacionadas à organização territorial, à mobilidade fluvial e à economia popular. Conforme Bartoli (2016, 2020), os STUR configuram arranjos híbridos que integram o urbano e o ribeirinho, tornando as redes de comercialização articuladas e capazes de intermediar as relações entre a produção local e agentes mercantis mais distantes.

As redes de comércio urbano-ribeirinho ocorrem, em sua maioria, em feiras livres, portos e rotas fluviais, que interligam produtores, comerciantes e consumidores finais. Produtos regionais como peixes, frutas, madeira, artesanato e farinha são produzidos nas comunidades ribeirinhas e ofertados nas áreas urbanas, enquanto mercadorias industrializadas ganham espaço nas áreas rurais, transportadas das cidades para as comunidades. De acordo com Bartoli (2020), essas trocas se relacionam entre as economias formal e informal, revelam complexas redes de comercialização.

Com isso, as redes sociais nos STUR não se restringem aos canais formais de comércio, mas envolvem também práticas informais, como trocas entre vizinhos, redes familiares e circuitos de solidariedade, que ampliam a circulação de bens e saberes regionais. Portanto, este estudo permite compreender como o comércio promove a interação entre diferentes agentes e espaços. Mais do que uma negociação, os STUR configuram-se como eixos fundamentais de integração e reprodução desses sistemas territoriais.

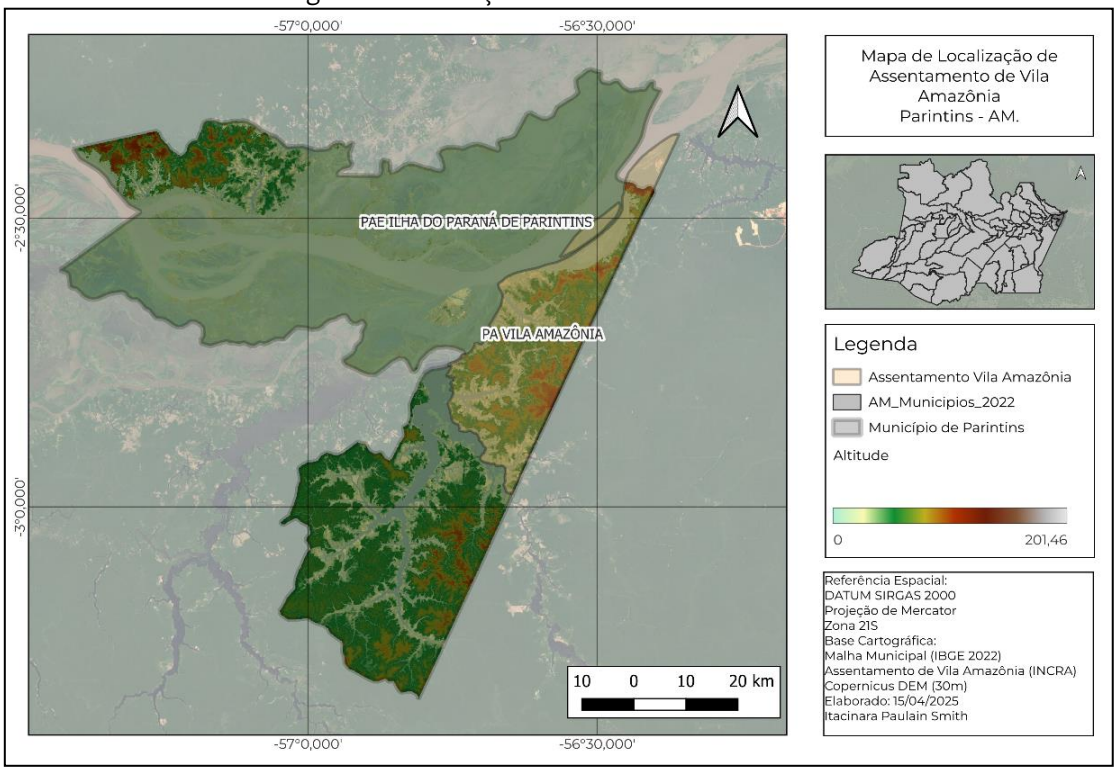
4 Resultados e discussão

4.1 Aspectos contextuais da Gleba de vila Amazônia

A gleba Vila Amazônia, localizada no município de Parintins (AM), configura-se como um espaço de relevância histórica, social e territorial, marcado por processos de ocupação associados à colonização agrícola e à formação de comunidades ribeirinhas. Sua constituição está diretamente vinculada às políticas de uso e ocupação do território amazônico, bem como às dinâmicas de mobilidade populacional que caracterizam a região, articulando fatores históricos e condições geográficas na organização do espaço.

A gleba Vila Amazônia constitui um espaço dinâmico, no qual se articulam elementos históricos, sociais, econômicos e ambientais. O território da gleba (**Figura 1**) abrange uma área de 300 mil hectares e integra a implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, criada pelo então Presidente da República José Sarney, no dia 25 de setembro de 1987, que desapropriou 78.270 hectares. Atualmente a gleba está dividida em 61 comunidades, conforme identificado por Carvalho (2010) e Medeiros (2017).

Figura 1 - Localização do Assentamento de Vila Amazônia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Organizador por: Itacinara Smith, (2025).

No momento da implementação do assentamento da Gleba Vila Amazônia, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2.478 famílias foram beneficiadas com lotes da reforma agrária. Atualmente, segundo o Conselho dos Assentados da Gleba Vila Amazônia (COAGVA), residem no assentamento 2.472 famílias.

Santos (2002) entende o espaço como uma construção social na qual os fixos infraestrutura, equipamentos, solo e habitação e os fluxos mercadorias, pessoas e informações são indissociáveis. Aspectos físicos e socioambientais do sítio influenciam tanto os fluxos quanto as redes sociais e produtivas. Dessa forma, elementos naturais como relevo, solo, acessos e hidrografia conferem suporte dinâmico às relações estabelecidas nas comunidades de terra firme. Na Gleba Vila Amazônia, esses elementos são determinantes, pois os solos menos férteis dificultam a produção e limitam o fortalecimento das redes produtivas em grande escala.

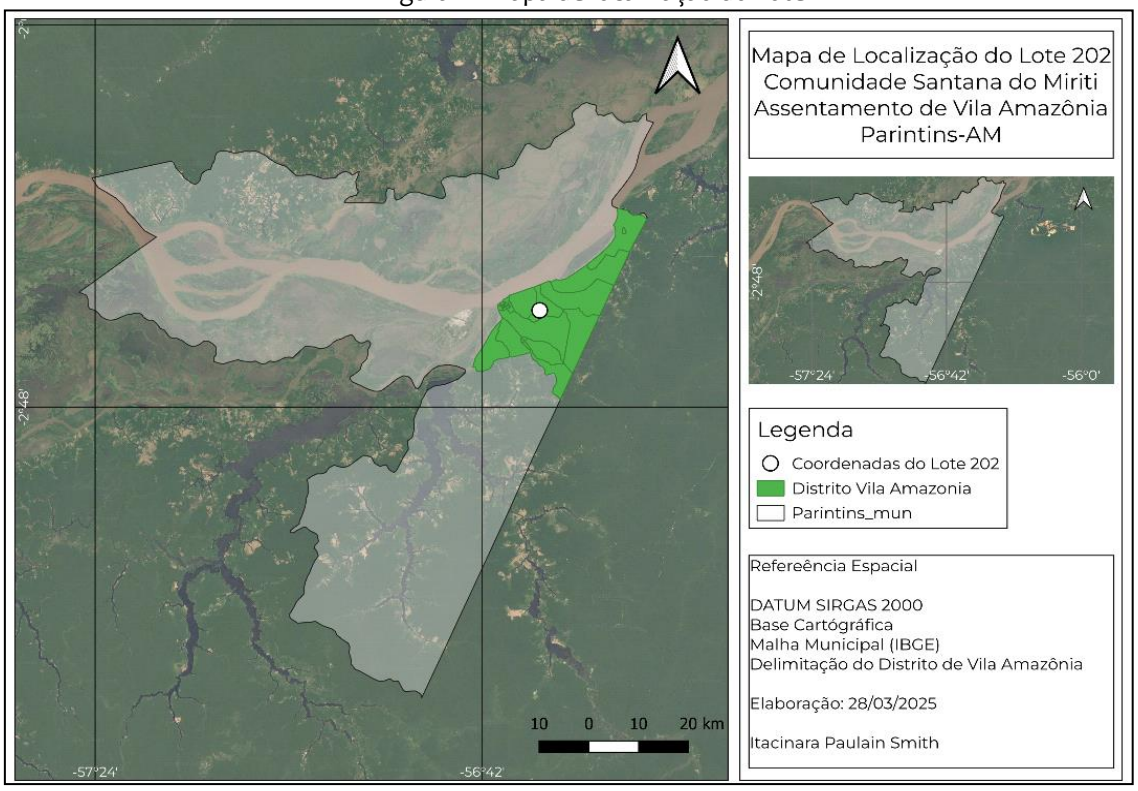
Outro fator refere-se ao acesso à energia elétrica. Embora a comunidade disponha do serviço, ainda ocorrem frequentes interrupções, que limitam a refrigeração de alimentos, a comunicação, o acesso às redes de internet e o uso de máquinas. Segundo Haesbaert (2004):

> Escolhemos a expressão 'aglomerados de exclusão' para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de 'desterritorialização' – ou de 'territorialização precária' – a que estamos nos referindo (...) *(Haesbaert, 2004, p. 313).*

Ao analisar uma comunidade rural na Amazônia, especialmente em Parintins, observa-se que um dos principais problemas estruturais é a ausência de infraestrutura capaz de atender às demandas e necessidades da população local. Os moradores vivem em áreas desprovidas de serviços mínimos, os chamados "espaços opacos", mas persistem na reprodução da vida. Entre esses fatores, o acesso à água é essencial e, diferentemente das áreas de várzea, mostra-se mais limitado, influenciando diretamente as redes de comercialização e circulação de produtos. Para Corrêa (1997), as características físicas dos espaços atuam como mediadoras dos processos, sem determiná-los. No caso analisado, os aspectos naturais influenciam as redes, pois a sazonalidade dos rios dificulta a conexão entre os espaços rural e urbano.

Nesse contexto, a comunidade Santana do Miriti e a rede de sociabilidade do morador entrevistado (Figura 2) adaptam-se aos períodos de enchente e vazante dos rios, que constituem vias de acesso a diferentes lugares da região.

Figura 2 - Mapa de localização do Lote 202



Organizador por: Itacinara Paulain Smith (2025).

Atualmente, o Assentamento vila Amazônia apresenta uma infraestrutura composta por diferentes equipamentos públicos e comunitários, incluindo unidades de ensino das redes municipal e estadual. Nas comunidades Santa Rita e Boa Esperança, há oferta de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, este último sob responsabilidade da rede estadual. Já na comunidade do Laguinho, a oferta educacional está sob a gestão do poder público municipal. Além disso, o assentamento dispõe de outros serviços e espaços coletivos, como posto de saúde, posto policial, centro comunitário e instituições religiosas de diferentes

denominações, incluindo igrejas católicas e evangélicas, que desempenham papel relevante na organização social local.

Na comunidade de Santana do Miriti, onde reside o sujeito da pesquisa, integra o assentamento de vila Amazônia e localiza-se a aproximadamente 6,73 km da sede do assentamento, bem como a cerca de 7,13 km da cidade de Parintins, com tempo médio de deslocamento de aproximadamente 30 minutos por via fluvial. Essa proximidade relativa com o núcleo urbano reforça as interações territoriais entre a comunidade e a cidade, evidenciando a dinâmica de circulação característica dos contextos urbano-ribeirinhos.

4.2 Trajetória de vida

Na região da Gleba Vila Amazônia, observa-se a presença de famílias que desenvolvem atividades econômicas diversificadas, com destaque para a agricultura, pecuária e extrativismo, configurando um sistema produtivo típico da economia familiar amazônica. Diante disso, a pesquisa empírica foi realizada com um antigo morador da comunidade Santana do Miriti, cuja trajetória de vida está integralmente vinculada ao território da Vila Amazônia, onde nasceu, cresceu e constituiu sua unidade familiar.

A área utilizada para o desenvolvimento das atividades produtivas foi herdada de seus genitores, demonstrando a continuidade intergeracional do uso da terra. No âmbito da regularização fundiária, o entrevistado obteve o Título de Concessão de Uso, concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 22 de fevereiro de 2022, formalizando juridicamente sua permanência e atuação no território.

Além da propriedade rural, o sujeito da pesquisa possui um imóvel residencial de madeira no bairro Teixeirão, na cidade de Parintins, legalmente, sem vínculo com processos de ocupação irregular. A construção de uma territorialidade que articula os espaços rural e o urbano reflete-se nas práticas de mobilidade e uso do território características dos contextos urbano-ribeirinhos amazônicos.

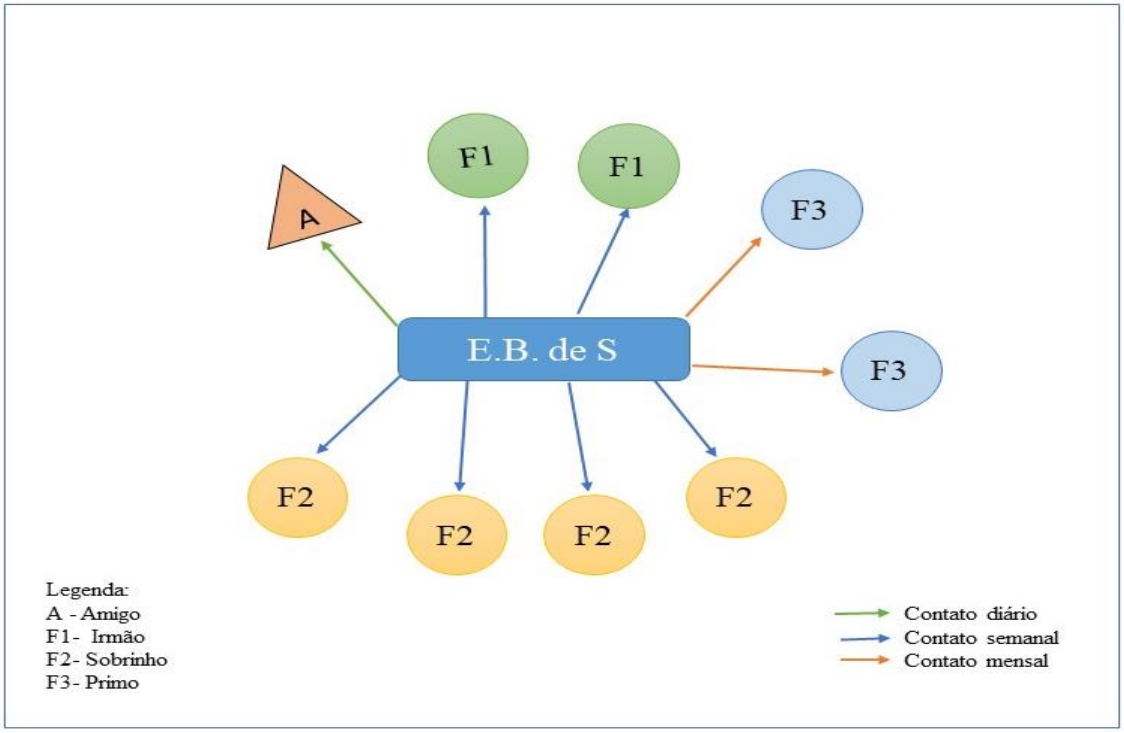
O entrevistado, E. B. de S., possui 63 anos e apresenta uma trajetória familiar marcada por duas uniões conjugais. Do primeiro casamento, nasceram dois filhos; do segundo, dois filhos biológicos e uma filha de criação. Além disso, o entrevistado é pai de outros dois filhos concebidos anteriormente às referidas uniões, com os quais mantém contato esporádico em razão do distanciamento geográfico: um reside no município de Barreirinha (AM) e outro, em Juruti (PA). Em contraste, o vínculo com os demais filhos é mais próximo, com contatos quase diários.

Quanto à sua trajetória, o entrevistado nasceu e cresceu na comunidade Santana do Miriti, onde construiu as primeiras experiências sociais e produtivas. Ainda jovem, deslocou-se para a cidade de Parintins com o objetivo de dar continuidade aos estudos. Nesse período, ingressou no mercado de trabalho como ajudante em uma embarcação que realizava viagens para Manaus, desde cedo vivência seu vínculo às dinâmicas de mobilidade fluvial características da região.

Após permanecer um período no espaço urbano, o entrevistado retornou à comunidade e passou a estruturar sua rede de sociabilidade, ancorada em parentesco, vizinhança e amizade. Com a sua rede formada passou a desenvolver

suas atividades voltadas à produção de alimentos no âmbito da agricultura familiar e do extrativismo, prática que vinha sendo realizada há aproximadamente três décadas. A aquisição de uma embarcação do tipo bajara tornou-se imperativo nesse processo, ao viabilizar seu deslocamento entre a comunidade e a sede do município de Parintins, além de permitir o transporte de produtos próprios e de outros moradores. (Ver **Figura** 3).

Figura 3 - Compra e transporte de produtos da agricultura familiar.



Organizado por: Adailson Barroso (2025).

O uso da embarcação possibilitou a inserção da produção local nos circuitos urbanos de comercialização. O entrevistado observou, ainda, a limitada circulação de moeda entre os usuários do transporte fez com que as passagens fossem pagas mediante trocas, nas quais os passageiros quitavam o serviço com a entrega de produtos. Posteriormente, esses bens eram comercializados pelo entrevistado, caracterizando a coexistência entre formas mercantis e não mercantis de troca.

As atividades de transporte fluvial realizadas pelo entrevistado implicavam custos operacionais associados principalmente ao consumo de combustível, sendo utilizados, em média, oito litros de gasolina e quatro litros de óleo por viagem, com duração aproximada de 30 minutos até a cidade de Parintins. Adicionalmente, eventuais falhas mecânicas no motor geravam despesas médias em torno de R$ 400,00 para aquisição de peças, comprovando os custos de manutenção envolvidos na atividade.

A residência do Sr. E. B. de S., localizada na comunidade Santana do Miriti, residem também dois irmãos, quatro sobrinhos, dois primos e um amigo, configurando um arranjo familiar ampliado. Nesse contexto, as atividades agrícolas e a produção de gêneros alimentícios que integram a rede de sociabilidade desse

núcleo familiar estruturam-se a partir da cooperação e da reciprocidade. A Figura 4 ilustra o lugar de suas vivências.

Figura 4 - Casa em madeira, tipo palafita do Sr. E. B. dos S.



Registro Fotográfico: Adailson Barroso (2025).

É interessante observar a predominância do uso da madeira nas casas das comunidades do assentamento de vila Amazônia a utilização da madeira do Assentamento Vila Amazônia, geralmente extraída dos terrenos dos assentados. A elevação da residência em relação ao solo busca evitar o ingresso de animais peçonhentos no interior da casa, enquanto o assoalho utiliza um material facilmente obtido local. Na Figura 4, a residência aparece como o principal lugar de vivência do entrevistado.

Diferentemente de períodos anteriores, quando dispunha de transporte motorizado, atualmente utiliza uma bicicleta, o que implica um tempo médio de deslocamento de aproximadamente 45 minutos entre o porto da Vila Amazônia e seu lote. No que se refere às condições de infraestrutura, a área onde se localiza sua propriedade apresenta limitações significativas, especialmente quanto ao acesso à água encanada e à energia elétrica. Em relação ao abastecimento de água, o entrevistado atribui a ausência do serviço à falta de organização coletiva dos moradores, destacando a necessidade de aquisição de tubulações para viabilizar a instalação por parte da empresa responsável. No tocante à energia elétrica, ressalta-se que a implementação do serviço também depende de mobilização comunitária e de solicitação formal aos órgãos competentes, evidenciando os desafios estruturais enfrentados no contexto rural amazônico.

A intensidade e a frequência das interações, expressas por meio de trocas de produtos e ajuda mútua entre parentes, vizinhos e visitantes, são dinâmicas. Entre vizinhos, as interações ocorrem cotidianamente; com visitantes, tende a ocorrer semanalmente; e, com parentes, especialmente primos apresentam periodicidade mensal. Essas práticas atribuem centralidade às relações sociais na organização das atividades produtivas e na reprodução da vida comunitária.

Em março de 2018, o entrevistado sofreu um grave acidente que o impossibilitou de exercer suas atividades laborais por determinado período. O acidente resultou em queimaduras de terceiro grau na coxa e na perna direita, sofridas enquanto trabalhava no porão de uma balsa. O incidente foi provocado por um telefone celular que se encontrava em seu bolso e entrou em contato com uma rede elétrica próxima, ocasionando uma explosão. Para conter as chamas, o entrevistado lançou-se à água.

Diante disso, foi necessário deslocá-lo para a área urbana de Parintins para receber tratamento de saúde, o que implicou no seu afastamento temporário das atividades produtivas e da gestão de sua propriedade rural. Durante esse período, na ausência de vigilância, sua área foi ocupada indevidamente por terceiros, levando-o a recorrer judicialmente por meio de uma ação de reintegração de posse, o que confirma a fragilidade das garantias territoriais nos contextos rurais amazônicos.

Atualmente, a renda média mensal é aproximadamente R$ 1.200,00, proveniente da atuação como maquinista. Em períodos anteriores, quando se dedicava mais intensamente à comercialização de produtos da agricultura familiar, sua renda mensal atingia cerca de R$ 1.800,00, o que indica uma variação associada às mudanças em suas atividades produtivas ao longo do tempo.

O afastamento da comunidade intensificou a interrupção dinâmicas produtivas e de circulação. O entrevistado observou que outros produtores passaram a utilizar a infraestrutura viária terrestre, favorecidos pelo acesso a financiamentos que possibilitaram a aquisição de veículos motorizados. Atualmente, a produção é escoada por via terrestre até o porto da Vila Amazônia e, posteriormente, transportada para Parintins por meio de uma balsa que opera em intervalos regulares. Destaca-se, ainda, a ampliação da malha viária, com a interligação até a Serra da Valéria, ponto turístico situado na divisa com o estado do Pará. Com a pavimentação da via, as conexões territoriais e os fluxos econômicos da região tendem a se intensificar (Ver **Figura 5).**

Figura 5 - Via principal asfaltada (foto A); Acesso ao ramal do lote do Sr. E. B. dos S. (foto B); Porto da vila Amazônia (foto C) e canoas no período da vazante (foto D)



Registro Fotográfico: Adailson Barroso (2024, 2025).

O entrevistado relata memórias do período em que residia na comunidade, destacando sua participação em atividades cotidianas e socioculturais, como a prática de futebol e a frequência às celebrações religiosas dominicais, as quais contribuíam para a coesão social e para a construção de um sentimento de pertencimento ao território. Segundo seu relato, esse período é associado a condições de vida consideradas satisfatórias.

Entretanto, ocorreram inúmeras mudanças após o deslocamento de seus filhos para a cidade, motivado pela busca de melhores oportunidades educacionais, e posterior agravamento de seu estado de saúde, que resultou em limitações para as atividades produtivas. Esses fatores contribuíram para seu afastamento temporário da comunidade e para a reconfiguração de sua dinâmica de vida.

O entrevistado manifestou intenção de retornar à comunidade, com o objetivo de retomar, ainda que de forma parcial, suas atividades produtivas no terreno de sua propriedade, bem como restabelecer os vínculos sociais com familiares, vizinhos e amigos. Ainda que reconheça possíveis limitações em sua capacidade produtiva em comparação a períodos anteriores, destaca o valor simbólico e subjetivo associado ao trabalho na terra. Nesse sentido, prevê seu retorno em curto prazo, considerando que se encontra recuperado de sua enfermidade e conta com o apoio de seus familiares, especialmente de seus filhos.

4.3 A rede de sociabilidade na comunidade Santana do Miriti

O Sr. E. B. de S. passou parte da juventude fora da comunidade de origem em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, o que resultou na interrupção da trajetória escolar. Esse processo implicou, simultaneamente, a reconfiguração de suas relações sociais, marcada pela ampliação de vínculos para além do espaço comunitário. Segundo Marques (2010):

> As relações, portanto, fazem parte do conjunto de elementos que constrói as condições de vida dos indivíduos em sentido multidimensional, produzidas de forma paulatina, tanto na constituição dos seus padrões de relação, quanto na aquisição de grande parte dos seus atributos. O resultado desses processos se acumula no tempo ao longo das trajetórias de vida e constitui os indivíduos como são em um dado momento (Marques, 2010, p. 188).

O deslocamento do entrevistado para a comunidade implicou mudanças em suas relações sociais, tanto no âmbito familiar quanto nas redes de amizade, incluindo vínculos anteriormente estabelecidos no contexto escolar e no bairro de origem. Esse processo de mobilidade espacial pode ser compreendido como um mecanismo de reconfiguração relacional, uma vez que a migração tende a provocar a perda parcial das estruturas de relacionamento, gerando, ao longo do tempo, a redução das redes e o empobrecimento da diversidade das interações sociais, (Marques, 2010).

A mudança na trajetória de vida do sujeito implica transformações contínuas em suas redes de sociabilidade, que se reorganizam conforme os diferentes

contextos e fases da vida. Para inserir-se no novo ambiente, o entrevistado estabeleceu relações baseadas na confiança, mediadas por processos de aproximação com sujeitos que compartilham características, experiências e condições semelhantes. Para Marques (2010), essas relações de maior intensidade e apoio tendem a consolidar-se entre sujeitos considerados próximos, especialmente quando envolvem formas mais complexas e duradouras de cooperação.

Ao retornar à comunidade, o entrevistado encontrou vizinhos e parentes inseridos em atividades extrativistas. A partir dessa inserção social e produtiva, passou a integrar esse sistema, adotando práticas semelhantes e diversificando sua produção, o que induz a influência das redes sociais na orientação das estratégias econômicas e na organização das atividades produtivas no território.

Diferentemente de períodos anteriores, quando possuía transporte motorizado, atualmente o entrevistado utiliza uma bicicleta, o que implica um tempo médio de deslocamento de 45 minutos entre o porto da Vila Amazônia e seu lote. A área onde se localiza a propriedade apresenta inúmeras limitações de infraestrutura, especialmente quanto ao acesso à água encanada e à energia elétrica. Em relação ao abastecimento de água, o entrevistado atribui a ausência do serviço à falta de organização coletiva dos moradores e destaca a necessidade de adquirir tubulações para viabilizar a instalação pela empresa responsável. O fornecimento de energia elétrica também depende de mobilização comunitária e de solicitação formal aos órgãos competentes, configurando desafios estruturais no cotidiano dos moradores.

Com o deslocamento para a cidade, o entrevistado interrompeu parte das atividades produtivas anteriormente desenvolvidas em seu terreno. Entre os cultivos descontinuados, destacam-se a cana-de-açúcar, cultivada em aproximadamente um hectare, com produção estimada em 240 feixes por ciclo de quatro meses; o maracujá, plantado em uma área de 0,5 hectare, com rendimento médio de 120 sacas a cada seis meses; e a mandioca, cultivada em cerca de três hectares, cuja produção resultava em aproximadamente 36 sacas de farinha. Da mandioca, eram produzidos derivados e comercializados como tucupi, crueira e tapioca. A comercialização desses produtos ocorria, predominantemente, por intermédio de terceiros atuantes na cidade de Parintins, inserindo a produção em um circuito mediado por atravessadores.

Atualmente, observa-se que o entrevistado busca reconstituir sua base produtiva e relacional, parcialmente fragilizada ao longo dos anos. Ainda assim, os produtos vinculados à rede anterior continuam sendo comercializados, conforme apresentado no (**Quadro 1**), indicando a permanência de conexões econômicas e sociais em seu lugar de origem.

Quadro 1 - Produtos do agroextrativismo transportados e comercializados pelo entrevistado

Rede	Produtos oriundos do agroextrativismo
Entrevistado	Cana-de-açúcar, maracujá Abacaxi e farinha de mandioca, tucupi, crueira e tapioca, ovos de galinha, cupuaçu e carvão.
Irmão 1	Macaxeira, cará, verdura

Irmão 2	Macaxeira, jerimum e açaí
Sobrinho 1	Abacaxi, jerimum, verdura e açaí
Sobrinho 2	Feijão, tucumã e carvão
Sobrinho 3	Macaxeira, jerimum, verduras e açaí
Sobrinho 4	Abacaxi, macaxeira e jerimum
Primo 1	Abacaxi, cará, jerimum, castanha-do-brasil, açaí, tucumã, farinha de mandioca, carvão e galinha.
Primo 2	Cará, verdura e castanha.

Organizado por: Adailson Barroso (2025).

Nesse sentido, a rede de sociabilidade do morador entrevistado da comunidade Santana do Miriti pode ser compreendida como um conjunto de interações contínuas estabelecidas no âmbito de suas atividades produtivas e sociais. Marques (2010) e Bartoli (2025) apontam que as redes sociais apresentam estruturas e padrões de organização que variam conforme o contexto, influenciando a diversidade de interações e estratégias desenvolvidas pelos sujeitos. O caso analisado confirma a forma como essas redes se configuram e se adaptam às condições territoriais e socioeconômicas específicas da realidade estudada.

4.4 Aspectos paisagísticos e as redes na comunidade

Os principais elementos que estruturam o sistema territorial no qual se inserem as redes do entrevistado compreendem as rotas fluviais, as estradas de terra e os ramais, as unidades de moradia, as áreas de produção rural e os espaços de convívio comunitário, como igrejas e escolas. Esses componentes, de forma articulada, sustentam a organização socioespacial e viabilizam as interações sociais, econômicas e territoriais no contexto analisado.

Quadro 2 - Localização e Plantações no Lote 202

Localização e plantações do lote 202	Descrição
	- Lago do Miriti - Comunidade Nossa Senhora da Aparecida, por onde o entrevistado escoava a sua produção, no período da enchente.
	- Igreja em construção da Comunidade Santana do Miriti.
	- Escola Municipal em construção, da Comunidade Santana do Miriti.

	- Plantação de Mandioca *(Manihot esculenta Crantz)* do entrevistado.
	- Colheita do Tucumã *(Astrocaryum aculeatum).* - Plantação de **Tucumã** *(Astrocaryum aculeatum)* e **Pajurá** *(Couepia bracteosa Benth).*
	- Castanheira *(Lecythidaceae)* plantada no ano de 2010.

	- Plantação de Cupuaçu *(Theobroma grandiflorum)*.
	- Cacimba (poço com água potável), que o entrevistado utilizava para cozinhar e beber.

Registro Fotográfico: Adailson Barroso (2024).

Os aspectos paisagísticos da comunidade Santana do Miriti revelam uma territorialidade marcada pela interação entre elementos naturais e antrópicos, sendo a paisagem uma expressão material das práticas sociais desenvolvidas no território. A paisagem não se limita à dimensão visual, mas constitui o resultado das relações entre "sistemas de objetos e sistemas de ações", segundo Santos (2006), sendo transformada pelas atividades produtivas e dinâmicas de sociabilidade dos sujeitos (Bartoli, 2025).

Na comunidade e no lote do morador entrevistado, destacam-se elementos paisagísticos como áreas de cultivo agrícola, espaços de extrativismo, corpos d'água e estruturas residenciais, que, em conjunto, configuram um ambiente típico da Amazônia rural. Esses elementos não apenas refletem as condições naturais do lugar, mas também confirmam a organização do trabalho e as estratégias de uso do território associadas à agricultura familiar e ao extrativismo. Assim, a paisagem torna-se um indicador das práticas produtivas e das formas de reprodução social dos moradores.

Além disso, observa-se que os aspectos paisagísticos estão diretamente relacionados às redes de sociabilidade estabelecidas na comunidade. As áreas de produção, os caminhos de circulação e os espaços de convivência funcionam como pontos de articulação entre os sujeitos, favorecendo a construção de vínculos baseados na cooperação, na troca e na reciprocidade. Conforme argumenta Eduardo Marques (2010), as redes sociais apresentam estruturas que variam conforme o contexto territorial, influenciando as formas de interação e as estratégias adotadas pelos indivíduos.

Nesse sentido, a paisagem da comunidade de assentamento não pode ser compreendida de forma dissociada das redes que a estruturam, uma vez que as relações sociais orientam a organização espacial e a utilização dos recursos disponíveis. A circulação de pessoas e produtos, mediada por caminhos terrestres e fluviais, caracteriza a integração entre diferentes pontos do território, reforçando a ideia de conectividade socioespacial. Essas dinâmicas aproxima-se da concepção de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), desenvolvida por Bartoli (2017 e 2025), na qual os fluxos entre comunidades e centros urbanos sintetizam um sistema interdependente e articulado.

Dessa forma, os aspectos paisagísticos refletem transformações recentes aliadas às conexões com o espaço urbano, incluindo a ampliação de infraestruturas e a diversificação das formas de mobilidade. De acordo com Becker (2013), a Amazônia contemporânea é marcada por dinâmicas territoriais complexas e por uma integração seletiva aos circuitos econômicos. No contexto local, contudo, a readaptação manifesta-se pelas nas novas formas de uso do território, das coisas e dos objetos.

Portanto, a análise dos aspectos paisagísticos da comunidade Santana do Miriti é fundamental para compreender as redes de sociabilidade, uma vez que materializa as relações sociais, produtivas e territoriais estruturante do cotidiano dos sujeitos. A paisagem pode ser interpretada como um componente ativo da dinâmica territorial, revelando as interdependências entre natureza, sociedade e economia no contexto amazônico.

Considerações finais

A presente pesquisa possibilitou compreender a realidade de um sujeito cuja base de sustento esteve historicamente vinculada à produção extrativista, desenvolvida em articulação com seus familiares. Essa produção destinou-se, de forma recorrente, ao abastecimento das feiras de Parintins, inserindo-se na economia local e nos circuitos de comercialização urbano-ribeirinhos.

O estudo das redes de sociabilidade na comunidade Santana do Miriti, situada no Assentamento da gleba Vila Amazônia, identificou que as dimensões social, produtiva e territorial constituem a base das interações comunitárias são fundamentais para a reprodução econômica e cultural da região. Verificou-se que a sociabilidade se organiza a partir de relações de parentesco, vizinhança e cooperação, estruturando uma rede que sustenta as atividades da agricultura familiar e do agroextrativismo e orienta a dinâmica territorial e as estratégias de permanência dos sujeitos no espaço amazônico.

Diante disso, a pesquisa possibilitou compreender as dinâmicas territoriais e as redes de sociabilidade estabelecidas no contexto da comunidade Santana do Miriti, inserida na Gleba vila Amazônia, no município de Parintins (AM). O território estudado não pode ser interpretado isoladamente, mas como parte de um amplo sistema amplo de relações que articula o rural e o urbano, configurando um espaço híbrido, marcado pela interdependência entre diferentes escalas e formas de organização socioespacial.

Os resultados demonstraram que as redes de sociabilidade exercem uma função particular entre atividades produtivas e a reprodução da vida comunitária. Estruturadas por relações de parentesco, vizinhança e amizade, essas redes sustentam práticas de cooperação, troca e reciprocidade, fundamentais para a manutenção da economia local, especialmente no âmbito da agricultura familiar e do agroextrativismo. Nesse sentido, a sociabilidade não se configura apenas como uma dimensão social, mas também como elemento estruturante do território.

A trajetória de vida do sujeito pesquisado revelou a importância das mobilidades e das transições espaciais na reconfiguração das redes sociais e produtivas. O deslocamento entre comunidade e cidade, motivado por fatores como trabalho, educação e saúde, implicou transformações nas formas de inserção territorial, evidenciando tanto processos de ampliação quanto de fragilização das redes. Assim, observou-se a permanência de vínculos e práticas que garantem a continuidade das relações com o território de origem.

Nos aspectos produtivos, verificou-se que as atividades desenvolvidas estão diretamente condicionadas às redes de sociabilidade e às condições de infraestrutura disponíveis. A ausência ou precariedade de serviços básicos, como transporte, energia e abastecimento de água, constitui um dos principais desafios enfrentados pelos moradores, impactando diretamente a capacidade produtiva e a qualidade de vida. Além disso, os conflitos territoriais identificados, como disputas fundiárias e problemas relacionados ao uso do solo, evidenciam a vulnerabilidade das populações locais diante das limitações institucionais e estruturais.

A análise dos aspectos paisagísticos permitiu compreender a paisagem como expressão material dessas relações, evidenciando a interação entre elementos naturais e sociais na configuração do território. Assim, a paisagem se apresenta como um componente ativo na compreensão das dinâmicas territoriais, refletindo tanto as práticas produtivas quanto as formas de organização social.

Conclui-se que o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) constitui como uma importante chave interpretativa para compreender as relações estabelecidas entre a comunidade e o espaço urbano, evidenciando fluxos contínuos de pessoas, produtos e informações. Nesse contexto, o território amazônico revela-se dinâmico e complexo, exigindo abordagens analíticas que considerem a articulação entre diferentes dimensões social, econômica, política e ambiental.

Dessa forma, a pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre território e redes de sociabilidade na Amazônia, ao evidenciar a centralidade das relações sociais na produção do espaço e na construção das estratégias de reprodução da vida. Como esperança futura, sugere-se o aprofundamento de investigações que explorem comparativamente outras comunidades, bem como a análise das políticas

públicas voltadas ao fortalecimento das infraestruturas e das condições de permanência das populações nos territórios rurais amazônicos.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, Estevan. **Redes e territórios na Amazônia: a dinâmica urbano-ribeirinha e a integração regional.** Manaus: EDUA, 2020.
BARTOLI, Estevan. **Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho: dinâmicas e redes socioespaciais na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2018.
CARVALHO, José Barbosa de. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas.** Manaus, Valer, 2010.
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985.
HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Economia solidária e redes de comercialização na agricultura familiar.** Brasília: IPEA, 2020.
MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo.** São Paulo: Editora UNESP; Centro da Metrópole, 2010.
MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de histórias**: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000). 2017. 275 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20287. Acesso em: 22 de março de 2026.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

14 - Redes de sociabilidade no contexto agrário amazônico: o caso da comunidade do Paraíso - Urucará-AM.

Juane Serrão Nunes
Universidade do Estado do Amazonas - Parintins-Amazonas-Brasil

Arenilton Monteiro Serrão
Universidade Federal do Amazonas – Manaus – Amazonas - Brasil

1 Introdução

O estudo sobre as redes de sociabilidade no contexto agrário amazônico constitui um importante campo de pesquisa para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estruturam o modo de vida das comunidades ribeirinhas na Amazônia. Ao utilizarmos a abordagem das redes de sociabilidade, buscamos destacar os traços fundamentais das relações entre os sujeitos sociais, evidenciando as conexões que se formam a partir da convivência cotidiana, do trabalho e das práticas culturais (Frúgoli Jr, 2007).

A comunidade do Paraíso, localizada na zona rural do município de Urucará, Amazonas, representa um exemplo dessa realidade. As relações que estruturam a vida social de seus moradores são construídas a partir de um conjunto de práticas e saberes que expressam uma sociabilidade fortemente vinculada ao território e às condições naturais do ambiente. A materialização das redes de sociabilidade abordadas neste capítulo resulta da análise das relações de parentesco, vizinhança, amizade, renda, localização, deslocamento e comércio, entre outros aspectos. Essas dimensões revelam as interações sociais existentes e a maneira como os indivíduos e famílias articulam suas estratégias de sobrevivência e convivência dentro de um espaço marcado por tradições e por novas influências externas.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender as redes de sociabilidade de duas famílias moradoras da comunidade Paraíso, evidenciando como suas relações sociais e territoriais se estruturam, se fortalecem ou se transformam diante das dinâmicas contemporâneas do campo amazônico. A partir dessa análise, buscamos contribuir para a compreensão das formas como o campesinato mantém suas redes de apoio, cooperação e troca, fundamentais para a reprodução da vida material e simbólica no contexto agrário amazônico.

O capítulo está estruturado em tópicos principais, com destaque para o item "Formação, trajetória e as relações sociais dos moradores da comunidade Paraíso, lago do Carará", o qual apresenta a origem da comunidade, sua composição étnica, cultural e religiosa. Já o item "As redes territoriais e de sociabilidade da comunidade Paraíso" explora o papel dos laços familiares na dinâmica territorial, econômica e social, evidenciando o fortalecimento das redes locais. Destarte, o tópico

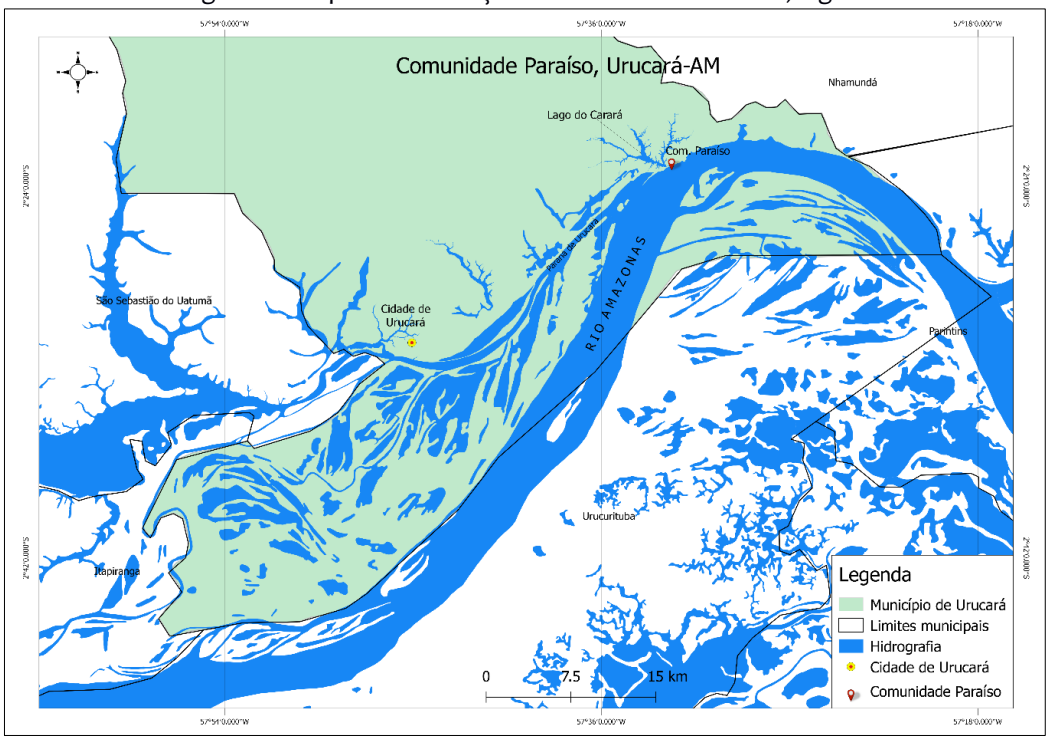
"Caracterização da paisagem sociocultural e natural" descreve os elementos humanos e ambientais que compõem o espaço vivido pelos moradores. Por fim, o item "Dimensão da Pesca na Rede Familiar: cultura, conflitos e o território em disputa" analisa a relevância da pesca enquanto prática econômica, cultural e simbólica, revelando as disputas e as formas de resistência que permeiam o território camponês amazônico.

2 Metodologia

O arcabouço metodológico deste capítulo fundamenta-se nos aportes teórico-metodológicos propostos por Bartoli (2017), a partir da abordagem dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR), e ampliado pelas contribuições de Bartoli (2025) sobre as Redes de Sociabilidade na Amazônia. O estudo articula as investigações desenvolvidas por discentes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), campus Parintins, cujas trajetórias pessoais e familiares estão vinculadas aos chamados "interiores", termo êmico utilizado regionalmente para designar "zonas rurais, comunidades, vilas e territórios indígenas ou quilombolas" (Bartoli, 2025, p. 23).

A pesquisa foi realizada na comunidade Paraíso (Figura 1), localizada no município de Urucará, Amazonas, e integrou procedimentos metodológicos voltados à compreensão das dimensões das redes de sociabilidade de duas famílias camponesas.

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade Paraíso, lago do Carará



Fonte: CPRM, 2013. IBGE, 2021. Org.: Serrão, A. M. (2025).

Para dar continuidade aos estudos sobre os Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas

destinados à caracterização dos perfis socioeconômicos das famílias, possibilitando a coleta de informações sobre trabalho, renda, mobilidade, práticas produtivas e relações sociais. Como desdobramento metodológico, os resultados subsidiaram a construção de cartografias colaborativas, instrumento que valoriza o conhecimento dos próprios moradores e permite representar espacialmente os vínculos sociais, produtivos e territoriais que estruturam o cotidiano desses moradores.

3 Bases teóricas da pesquisa

3.1 O estudo das redes no contexto geográfico

Ao utilizarmos o conceito em nossa abordagem de estudo, destacando as redes geográficas camponesas como elementos centrais de nossa análise, é crucial compreendermos a natureza instável e dinâmica das redes, refletindo os constantes processos de transformação em sua constituição e funcionamento. Portanto, "deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações" (Silveira, 2021, p. 298).

Diante da necessidade de inclusão de novas abordagens teóricas e metodológicas, introduzimos outros conceitos, como redes sociais[50] e sociabilidade. A inclusão desses conceitos permitiu sintetizar algumas dimensões analíticas relevantes que foram construídas no desenvolvimento desta pesquisa, considerando a natureza da dimensão socioespacial e temporal das relações sociais no contexto do campesinato amazônico.

Barnes (1987), é um dos principais autores a destacar o conceito de redes sociais como um instrumento de análise em estudos nas Ciências Sociais. Para ele, as redes sociais permitem analisar diversas dinâmicas em contextos sociais, incluindo processos políticos, circulação de bens e informações, classes sociais, e a manutenção de valores e normas. Além disso, o conceito é aplicado para explorar diferenças estruturais entre sociedades rurais e urbanas, evidenciando como as conexões sociais moldam práticas e relações nos mais variados contextos.

Outra importante contribuição no estudo das redes sociais e pessoais vem dos trabalhos de Marques (1999) e (2010). O autor destaca a importância da análise de redes sociais para compreender os padrões de relacionamento entre os indivíduos em um contexto social específico, permitindo mapear como as conexões se formam, se fortalecem ou se enfraquecem ao longo do tempo, evidenciando as dinâmicas sociais em constante transformação.

Mediante esses fatores, Marques (1999, p. 47) evidencia que:

> A força da análise de redes sociais está na possibilidade de se construir estudos muito precisos em termos descritivos sem impor uma estrutura *a priori* à realidade e aos atores, criando um tipo muito particular de individualismo relacional. Este tipo de análise permite a realização de investigações sofisticadas e diretas sobre os padrões de relação entre

[50] As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (Corrêa, 2012, p. 201).

> indivíduos e grupos, aproximando-nos dos tão decantados microfundamentos da ação social sem a perda de visão da estrutura.

No entanto, como apontado por Marques (op.cit.), por ser uma ferramenta analítica, o estudo das redes sociais tem o potencial de lançar luz sobre aspectos da realidade social que antes permaneciam ocultos ou pouco explorados, como as interações, influências e estruturas que moldam as relações humanas.

Scherer-Warren (2021) enfatiza que

> Os autores que abordam as redes sociais como um conjunto específico e circunscrito de relações sociais tendem a considerar, em suas análises, os tipos de ligações entre os sujeitos dessas redes – relações primárias ou secundárias; fechadas ou abertas; elos fracos ou fortes, ou os mecanismos de reciprocidade ou trocas que conectam os sujeitos – solidariedade, intercâmbios, ações comunicativas, relações de poder (p. 33).

Um dos elementos centrais no estudo das redes sociais são os atributos, delimitados por elementos de relacionamento entre os sujeitos (Scherer-Warren, 2021). No contexto da pesquisa, a análise se concentrará nas relações de parentesco, vizinhança, amizade, migração, renda, localização, deslocamento, comércio e outros.

Um dos traços fundamentais das relações entre os sujeitos se dá através da sociabilidade. O conceito adquiriu significado amplo e diversificado, abrangendo diferentes esferas das relações humanas em contextos variados de interação. De maneira geral, "oferece uma possibilidade para a compreensão de fenômenos simbólicos organizativos, a partir de tipos específicos de interação nas organizações" (Fantinel, 2016, p. 148).

> O conceito de sociabilidade vem emprestar o sentido ontológico que havia faltado no conceito de gênero de vida, e ainda agora no de meio técnico, e relegado como tema de filosofia entre os geógrafos. Juntos, esses conceitos podem nos permitir mudar a ótica do espaço e passar a vê-lo como modo espacial de existência do homem, isto é, geograficidade e tomá-lo como a categoria de análise mais apropriada para a compreensão das tendências societárias de nosso tempo (Moreira, 2007, p. 175).

Frúgoli Jr (2007) atribui a sociabilidade não apenas aos laços cotidianos ou familiares, mas também às práticas culturais, costumes, festas, rituais e encontros que marcam o convívio social. Dessa forma, ao abordar o campesinato no contexto amazônico, a pesquisa pode revelar uma riqueza de significados, abrangendo práticas cotidianas, como trocas de trabalho, festas comunitárias, rituais religiosos e sistemas de ajuda mútua, que refletem a diversidade sociocultural e as territorialidades desses sujeitos sociais.

Outra importante contribuição sobre o entendimento do papel das redes socioespaciais na reprodução camponesa na Amazônia vem dos trabalhos elaborados e orientados por Bartoli (2017 e 2025). O autor lidera o Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) e vem apresentando importantes

contribuições ao analisar os sistemas territoriais formados por redes locais de sujeitos que reconstroem vínculos territoriais a partir da cidade. O grupo de pesquisa tem avançado na análise das redes de sociabilidade de famílias que transitam entre as cidades e seus interiores no baixo Amazonas (Bartoli, 2025).

4 Rede de sociabilidade no contexto agrário amazônico

4.1 Formação, trajetória e as relações sociais dos moradores da comunidade Paraíso, lago do Carará

A formação da comunidade do Paraíso, localizada na entrada do lago do Carará, remonta ao início da década de 1990, quando famílias oriundas da várzea do Paraná do Albano foram forçadas a se deslocar em razão de fenômenos naturais como as terras caídas e as fortes enchentes/cheias que comprometeram as áreas de moradia e os sítios agrícolas. Diante dessas adversidades, algumas famílias de moradores buscaram um local que oferecesse melhores condições de permanência, dando origem a um novo núcleo comunitário que passou a ser denominado comunidade Paraíso. Nesse processo inicial de ocupação e organização do território, duas famílias desempenharam papel fundamental na estruturação da localidade: a família Almeida Nunes e a família Monteiro Serrão, consideradas as bases do processo de formação socioespacial do lugar.

Ao longo dos anos, as ramificações dessas famílias pioneiras se expandiram, contribuindo para o crescimento populacional e para o fortalecimento das relações sociais no interior da comunidade. Esses vínculos de parentesco passaram a constituir importantes redes de sociabilidade, sustentadas por relações de cooperação, solidariedade, convivência e também por conflitos, especialmente relacionados a recursos pesqueiros. Ao longo dessas três décadas de existência da comunidade, conexões externas foram ampliadas e estabelecidas com outros sujeitos sociais e grupos familiares de comunidades vizinhas e da cidade de Urucará e de municípios como Parintins, Urucurituba, Itapiranga, Barreirinha, Manaus e outros. Cada vivência vem se modificando ao longo do ano, algumas pessoas não residem mais na localidade, outras já faleceram, deixando importantes legados e aprendizados para as futuras gerações (Figuras 2 e 3).

Figura 2 e 3 – Patriarca da família Serrão em atividade de pesca



Registro Fotográfico: Serrão, A. M. (2025).

Como característica das comunidades ribeirinhas na Amazônia, não existe uma única atividade realizada por esses sujeitos sociais; esse fator depende muito do território onde estão inseridos. Em algumas localidades, seus moradores têm mais disponibilidade de tempo para pecuária extensiva, com a criação de animais de grande, médio e pequeno porte; em outras, dedicam maior parte do tempo à agricultura (diversidade de cultivos). No entanto, há aquelas que aperfeiçoaram as técnicas de pesca, tornando-se bons pescadores.

No caso específico da comunidade do Paraíso, as experiências de vida que os moradores trouxeram das áreas de várzea, aliadas à localização privilegiada da comunidade em relação ao rio Amazonas, lagos e igarapés da região, favoreceram o desenvolvimento da pesca como principal atividade econômica. A proximidade com esses ambientes aquáticos proporcionou o aperfeiçoamento das técnicas de captura dos recursos pesqueiros. Ainda assim, apesar da pesca se apresentar como principal atividade econômica, ela é complementada pela a agricultura, pecuária, programas sociais que juntas garantem a diversificação das fontes de renda e a reprodução do modo de vida camponês na comunidade.

As duas famílias foco desta pesquisa construíram sua trajetória de vida a partir da combinação de diferentes atividades econômicas. A agricultura é praticada de forma esporádica, principalmente por meio de pequenos roçados abertos em áreas de capoeira na terra firme, destinados ao cultivo de mandioca e banana. Na faixa de várzea, aproveitando os depósitos de sedimentos férteis deixados pelo rio Amazonas durante o ciclo anual das cheias e vazantes, as famílias desenvolvem cultivos de ciclos curtos, como macaxeira, jerimum, melancia, maxixe, milho e melão. Paralelamente, em áreas de terra firme, são abertos pequenos roçados para o plantio de capim destinado à alimentação do gado, que realiza um movimento pendular entre várzea e terra firme conforme o período de enchente.

Realizada ao longo de todo o ano, a pesca ocorre em diferentes ambientes aquáticos, demonstrando as distintas territorialidades dos moradores frente às dinâmicas hidrológicas da região. No rio Amazonas e no paraná de Urucará, essa prática se mantém constante, garantindo alimento e renda por meio da captura de espécies de escamas, como jaraqui, pacu, curimatã e tambaqui, amplamente consumidas e comercializadas nos mercados locais e regionais. Além dessas espécies, as famílias Almeida Nunes e Monteiro Serrão também se voltam para os chamados peixes de couro, conhecidos regionalmente como peixe liso, grupo que inclui bagres amazônicos de elevado valor comercial, como dourada, filhote, surubim, pirarara e jaú. Nos lagos da região, tanto durante o período de enchente quanto na vazante, ocorre a captura diversificada de espécies, destacando-se o pirarucu, importante recurso pesqueiro e símbolo da sociobiodiversidade amazônica.

O conjunto de atividades como a pesca, agricultura e a pecuária, somado ao acesso a programas sociais, como o Bolsa Família do governo federal, o Auxílio Estadual e o Seguro-Defeso, desempenha papel fundamental na obtenção de renda e na reprodução social dessas famílias camponesas. Esses recursos contribuem para a melhoria das condições de vida, possibilitando a construção e a melhoria das moradias, bem como a aquisição de bens essenciais ao trabalho e à mobilidade fluvial, como canoas, botes de alumínio, rabetas, barcos de centro e bajaras. Além

disso, viabilizam a compra de apetrechos de pesca, como malhadeiras, tarrafas, espinhéis e outros instrumentos indispensáveis à atividade pesqueira.

A pesca, principal atividade, conecta os moradores a diferentes agentes e redes comerciais que atuam na região, destacando-se a presença de atravessadores provenientes de municípios como Itacoatiara e Parintins, no Amazonas, além de Santarém, no Pará. Esses agentes externos acessam às comunidades ribeirinhas utilizando embarcações de maior porte e capital financeiro, estabelecendo relações comerciais que, embora garantam o escoamento da produção, criam vínculos de dependência econômica entre os camponeses e o mercado regional.

Nesse contexto, observa-se a monopolização do território da pesca pelo capital mercantil, uma vez que os atravessadores controlam os preços e as condições de compra do pescado, apropriando-se de parte significativa da renda gerada pelo trabalho das famílias ribeirinhas. Ao adquirirem o pescado por valores inferiores aos praticados nos centros urbanos, esses intermediários ampliam suas margens de lucro, enquanto os pescadores permanecem em posição de vulnerabilidade econômica.

Quando os excedentes da pesca não são comercializados diretamente com os atravessadores, as famílias foco desta pesquisa recorrem às redes locais de troca com comunidades vizinhas, estabelecendo circuitos alternativos de circulação de alimentos e recursos. Além do valor financeiro atribuído ao pescado, a troca também ocorre por meio do escambo de produtos regionais, como farinha, pupunha, tapioca em goma e massa de mandioca (crueira), elementos centrais da alimentação e da cultura local. Esse sistema fortalece vínculos comunitários, amplia a segurança alimentar e reduz a dependência exclusiva do mercado externo, permitindo que os moradores mantenham certa autonomia diante das desigualdades comerciais impostas pelos agentes intermediários.

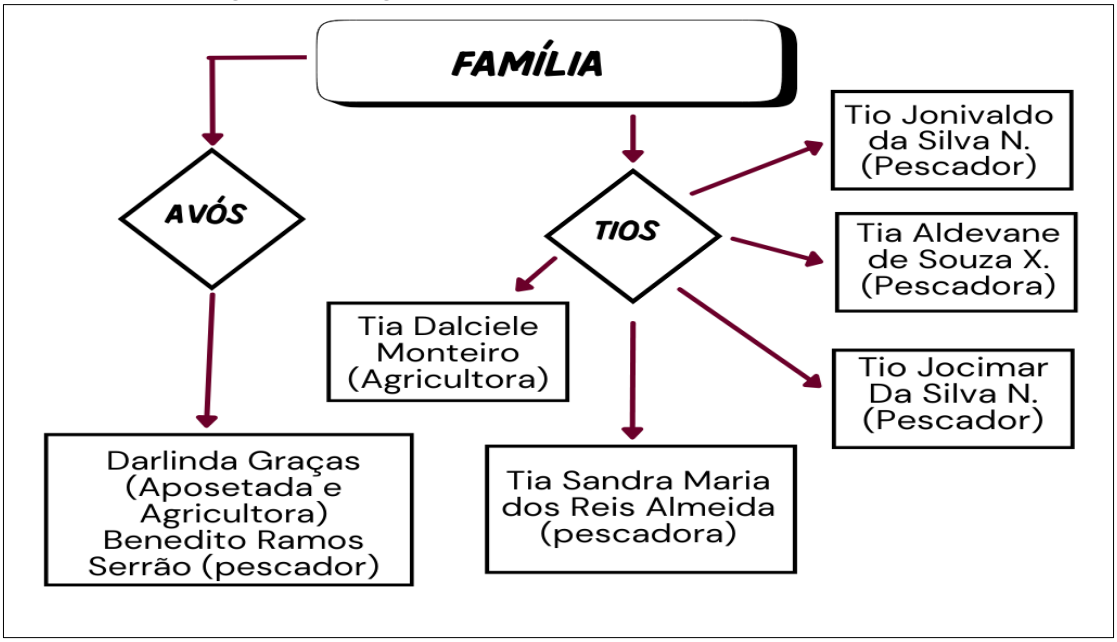
Destarte, a comunidade Paraíso destaca-se por suas belezas naturais, marcadas pela grande diversidade de plantas, aves e pela presença de uma imponente falésia fluvial localizada em frente à comunidade, elemento que compõe a paisagem e a identidade local. Contudo, nem tudo se resume à beleza do lugar, pois os moradores também enfrentam períodos difíceis, especialmente quando ocorre a escassez de peixe, comprometendo até mesmo o consumo familiar. Nesses momentos, muitas famílias precisam deslocar-se até as cidades para adquirir alimentos, o que levanta uma reflexão inevitável: como sobrevivem aqueles que não dispõem de recursos financeiros para realizar essas compras?

4.1.2 Redes e as relações familiares

Neste fluxograma (Figura 4) está representada a rede familiar Almeida Nunes/Monteiro Serrão, composta majoritariamente por membros que residem na comunidade Paraíso, onde se evidenciam relações familiares intensas, especialmente entre tios, avós e demais parentes próximos. Essas conexões revelam uma organização social baseada na proximidade, na cooperação cotidiana e no fortalecimento dos vínculos de parentesco que estruturam a dinâmica social e produtiva da comunidade. Entre os integrantes dessa rede familiar predominam relações de troca e ajuda mútua, expressas nas atividades produtivas desenvolvidas

coletivamente, como o cultivo de açaí e macaxeira, além da criação de porcos e gado destinados, sobretudo, ao consumo próprio.

Figura 4 - Fluxograma rede Familiar na comunidade do Paraíso



Orgs.: Autores (2026).

Composta por 45 famílias, somando um total de 159 habitantes, sua origem remonta à década de 1990, quando camponeses que viviam na várzea do Paraná do Albano foram obrigados a se deslocar devido ao fenômeno das terras caídas, que destruiu parte de suas propriedades. Dessa forma, esse território deve ser considerado em suas multidimensões, o que significa conceber as formas de produção, de apropriação e de controle do espaço social que são construídas socialmente. Em outros termos, o espaço social é produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (Lefebvre, 1991).

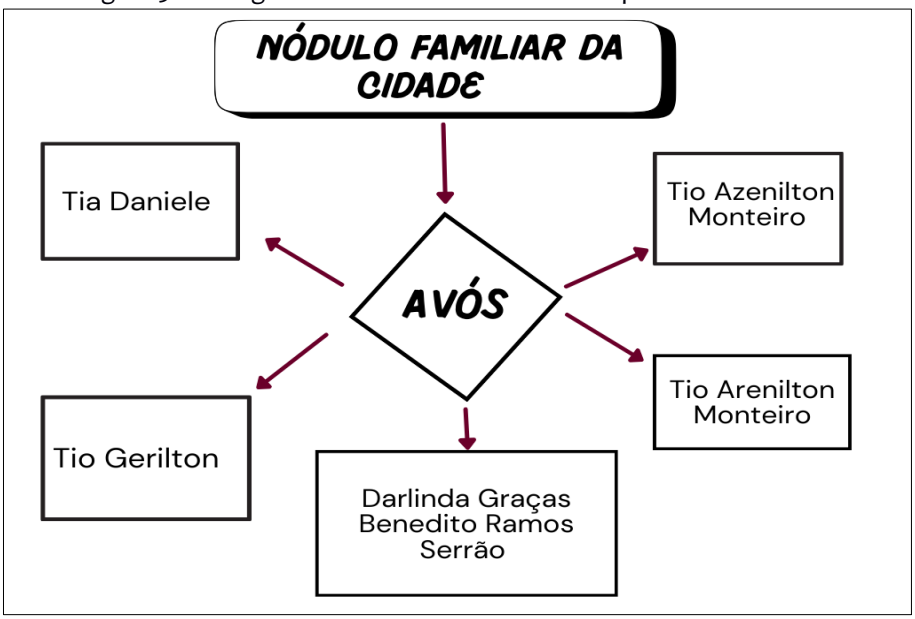
As condições de moradia na comunidade do Paraíso refletem transformações socioeconômicas associadas ao aumento da renda proveniente do conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores, com destaque para a pesca. Esse processo tem introduzido, de forma gradual, elementos cada vez mais urbanos na configuração das habitações, atualmente predominantes em alvenaria. As antigas casas de madeira, que no passado possuíam coberturas feitas com folhas de palmeiras, como o buçú ou a palha preta, vêm sendo substituídas por materiais industrializados, inicialmente por telhas de amianto e, mais recentemente, por telhas de alumínio, conhecidas regionalmente como telhão.

4.1.3 Relações intensas

As relações mais intensas na comunidade estabelecem-se, sobretudo, entre meus avós e tios(as), sendo marcadas por constantes práticas de troca e cooperação. Essas interações envolvem a partilha de alimentos, como peixe, farinha e tapioca, além da troca de favores no cotidiano das atividades produtivas,

especialmente no plantio e nos trabalhos de roçado. Predomina uma lógica de reciprocidade baseada na ajuda mútua: "eu ajudo hoje, e quando chegar minha vez, você me ajuda", fortalecendo os vínculos familiares e comunitários que sustentam a vida coletiva na comunidade. Outro aspecto importante dessas relações é o empréstimo de embarcações de pequeno porte, como canoas, frequentemente cedidas pelos tios para a realização da pesca. Após o uso, o empréstimo é retribuído de forma simbólica e solidária, geralmente com a entrega de parte do pescado obtido.

Figura 5 - Fluxograma Nódulo Familiar no Município de Urucará-AM



Organizadores: Autores (2026).

Neste fluxograma (Figura 5), está representada a rede familiar Serrão/Nunes compostas principalmente por familiares que residem no município Urucará (AM), em que as relações são menos intensas entre tios e avós. Na cidade há um nódulo de 3 moradias onde as relações são menos intensas, em que as visitas acontecem uma vez por mês na casa de Dona Darlinda e Seu Benedito.

4.3 As redes territoriais, econômicas e de sociabilidade da comunidade Paraíso

A comunidade Paraíso desempenha papel relevante na constituição das redes territoriais e econômicas locais, sobretudo no que se refere à garantia do sustento familiar, exercendo significativa influência sobre a dinâmica socioeconômica, especialmente porque parte dos moradores não possui emprego formal vinculado à administração pública municipal. Diante dessa realidade, as famílias buscam alternativas para geração de renda complementar, destacando-se a abertura de roçados destinados à produção de farinha, tapioca e massa de crueira. Esses produtos, além de atenderem ao consumo doméstico, são comercializados de forma pontual, possibilitando a obtenção de recursos financeiros utilizados na compra de outros alimentos e itens essenciais para a manutenção da vida cotidiana.

4.3.1 Níveis de proximidades

O nível de proximidade entre os moradores é elevado, pois, a comunidade é composta quase inteiramente por "parentes", mas também por pessoas que mudaram da zona rural para a urbana.

- **F1 ou A1 -** visita uma vez ao mês, são aquelas pessoas que trabalham com diárias e vêm apenas quando são convidadas para trabalhar em "puxirum".
- **F2 ou A2 –** visita uma vez a cada seis meses, são os parentes que vêm sempre de outras comunidades para fazer a produção da farinha, pois a maioria das roças ficam prontas para a colheita no período de seis meses.
- **F3 ou A3 –** visita uma vez ao ano, são parentes que vêm apenas em datas comemorativas como Natal, e sempre em sua volta para a cidade levam consigo um meio de produção.

4.3.2 Produção agrícola

A produção, como citado, é apenas para o sustento familiar e para a subsistência dificilmente é fornecida para os comerciantes locais, pois a produção não é tão grande para viabilizar a produção de alimentos para a zona urbana.

AÇAÍ 3C - A produção de açaí na comunidade ocorre em pequena escala e está voltada, principalmente, para o sustento das próprias famílias. Algumas unidades domésticas mantêm poucos pés da cultura, sendo o fruto destinado quase exclusivamente ao consumo familiar.

MACAXEIRA 1C - O plantio é realizado exclusivamente durante o período da vazante, em áreas de várzea existentes na comunidade, onde o solo, enriquecido pelos sedimentos depositados pelas águas, apresenta elevada fertilidade e favorece uma maior produtividade agrícola, cuja produção destina-se prioritariamente à subsistência das famílias.

JERIMUM 1D – Seu plantio é apenas para a subsistência, sendo sua produção bem menor, também cultivada em áreas de várzea juntamente com outras plantações.

MELANCIA 2F - Seu plantio é apenas para a subsistência e feito apenas no período da vazante. Alguns dos moradores oferecem os frutos para outras pessoas, seja em retribuição à ajuda de mão de obra ou por ser "parente".

4.3.3 Principais atividades de criação

Criação de Gado Bovino 5D - A criação de gado bovino destaca-se como uma atividade de grande importância econômica e social na comunidade, sendo praticada pela maioria dos moradores. Parte da produção é destinada à venda para proprietários de açougues locais, enquanto em outras situações ocorrem negociações baseadas na troca de animais magros por animais mais gordos, conforme a valorização do quilo vivo no mercado regional. A pecuária bovina apresenta dinâmica diversificada, adaptando-se às condições ambientais entre

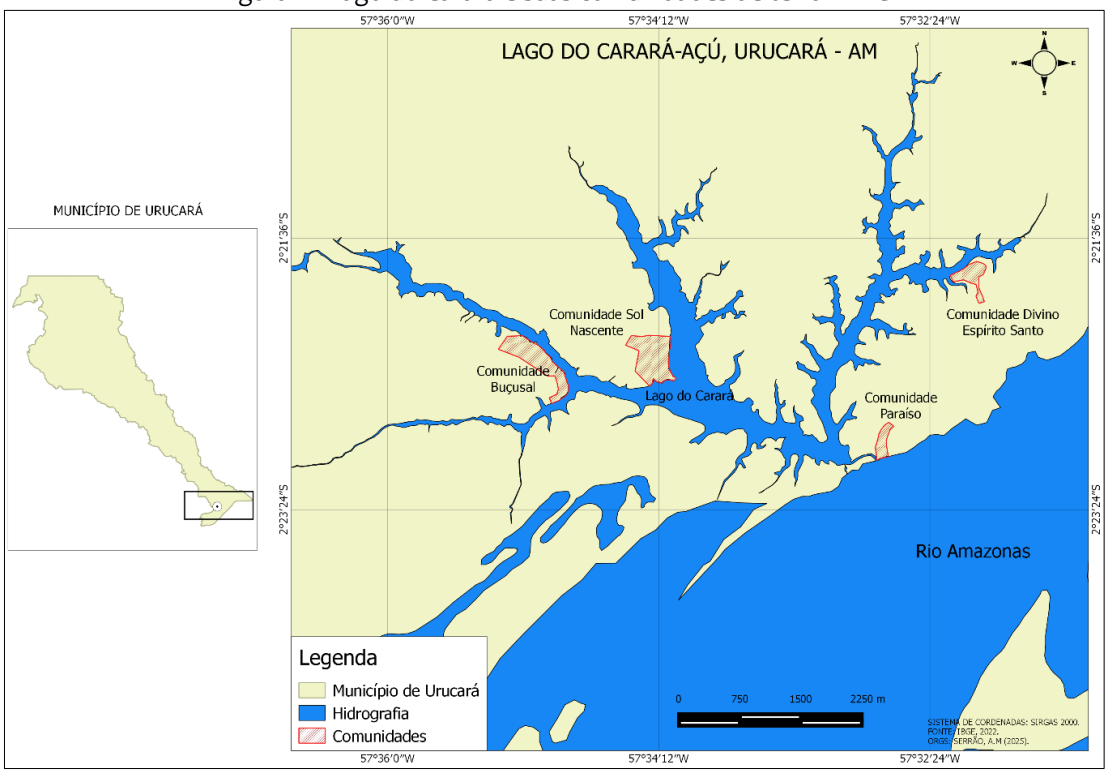
diferentes áreas, especialmente entre a várzea e a terra firme, onde o manejo do rebanho acompanha o regime das cheias e vazantes.

Criação de Porcos 5B – A criação de porcos é bem menor; apenas três famílias possuem criação de suínos, usados apenas para comemorações como aniversários, Natal e Ano-Novo. A maioria gosta de vender o animal vivo, pois o lucro é maior do que abatido.

4.4 Sociobiodiversidade do lago do Carará

O lago do Carará-Açu é constituído por quatro comunidades, cada uma delas marcada por atividades produtivas predominantes que estruturam seus modos de vida e formas de sustento (Figura 6).

Figura 6 - Lago do Carará e suas comunidades de terra firme



Fonte: IBGE (2010). Org.: Serrão, A. M. (2024).

- A comunidade Divino destaca-se pela forte produção agrícola, especialmente o cultivo da mandioca e a fabricação de farinha destinada à comercialização, além da prática da caça, que representa importante complemento alimentar para as famílias locais.
- Já a comunidade Sol Nascente apresenta grande dedicação à agricultura como base da subsistência, somada ao conhecimento tradicional de alguns moradores na construção de embarcações, como barcos e canoas, atividade essencial para a mobilidade e o trabalho na região ribeirinha.
- Na comunidade Buçusal, sobressaem-se a abertura de roçados e áreas de campo destinadas ao plantio de mandioca e capim para a alimentação do gado, sendo também expressiva a produção de farinha voltada à venda nos centros urbanos.

- Nesse contexto territorial, a comunidade Paraíso diferencia-se por possuir maior vocação para a pesca, atividade que exerce forte influência econômica, cultural e social sobre seus moradores, consolidando-se como o principal meio de sustento e elemento central na organização do cotidiano comunitário.

4.5 Caracterização da paisagem sociocultural e natural

Geologicamente assentada sobre a formação Alter do Chão, apresenta como solo predominante o latossolo amarelo, com fragmentos de gleissolo em alguns pontos. A comunidade é cercada pelos pequenos lagos Laguinho e Realeza, tem ao fundo o Lago do Carará e, à sua frente, o majestoso rio Amazonas (Figuras 7 e 8).

Figura 7 e 8- Localização e organização das moradias da comunidade Paraíso



Registros: Jr Marinho (2024).

Quadro 1 - Paisagem sociocultural e natural da comunidade do Paraíso

	Moradias mista (madeira e alvenaria) **Localidade:** margem esquerda do rio Amazonas, foz do lago do Carará-Açú. **Características do ambiente e da casa:** As moradias são em áreas de terra firme, nas quais as casas são habitadas o ano todo. **Elementos do entorno:** cercadas por dois lagos e com o rio Amazonas em frente. Na margem direita, há faixas de várzeas e terra firme ao fundo. Solo destinado aos cultivos e à criação de animais.

	**Embarcação 1** **Tipologia:** batelão de pequeno porte com motor ao centro. **Tipo de uso:** familiar, múltiplo uso, destinado à pescaria, passeios, fretes, ida à cidade, lazer e outros.
	**Embarcação 2** **Tipologia:** canoa com motor rabeta. **Tipo de uso**: pescaria, transporte de mandioca, ida à cidade, visitas a parentes em outras comunidades, passeios, lazer, festejos.

Fotografias: autores (2025). **Org.:** Autores (2025).

4.6 Dimensão da Pesca na Rede Familiar: cultura, conflitos e o território em disputa

Como já destacado, a pesca ocupa lugar central na vida das famílias estudadas e dos demais moradores da comunidade do Paraíso, constituindo-se como uma atividade de profunda relevância histórica, econômica e cultural. Suas raízes remontam às trajetórias das famílias oriundas das várzeas do paraná do Albano, onde a pesca já representava uma importante fonte de renda e subsistência. Mesmo diante das mudanças territoriais provocadas por fenômenos naturais, como grandes enchentes e processos de terras caídas, que levaram essas populações a se estabelecerem em áreas de terra firme, a relação com a água permaneceu. A localização geográfica privilegiada da comunidade, próxima a ambientes aquáticos, possibilitou a continuidade dessa prática.

A atividade pesqueira desenvolvida pelos familiares da rede Serrão/Nunes organiza-se como uma das principais fontes de renda e subsistência do grupo, estruturando-se em diferentes períodos ao longo do ano. Entre os meses de maio, setembro e novembro, intensifica-se a pesca destinada à comercialização, quando embarcações de atravessadores provenientes de municípios como Santarém e Parintins, além de outras localidades, especialmente do estado do Pará, chegam à região para adquirir o pescado. Entre as espécies mais comercializadas, destaca-se o jaraqui, cujo valor por quilograma varia, em média, entre um e três reais, dependendo da abundância dos cardumes e da oferta disponível no período.

No mês de setembro, a captura do tambaqui torna-se mais expressiva em função da vazante dos rios, período em que os peixes ficam mais concentrados, favorecendo a atividade pesqueira. Nessa época, o valor do quilograma pode alcançar cerca de quinze reais quando a oferta é reduzida; contudo, com o aumento da quantidade capturada, o preço tende a diminuir, chegando aproximadamente a sete reais. Já no mês de novembro, o pescado que mais movimenta o mercado regional é a dourada, espécie de alto valor comercial, cujo preço pode atingir cerca

de vinte e cinco reais por quilograma, tendo como principal destino os mercados consumidores do estado do Pará.

Paralelamente à pesca comercial, mantém-se a pesca destinada ao consumo próprio das famílias, garantindo a segurança alimentar dos moradores. Entre as espécies mais consumidas destacam-se o surubim, aracu, pacu e a sardinha, fundamentais na dieta cotidiana da comunidade.

> Na pesca industrial, o barco funciona como uma empresa e tem um proprietário que fica em terra administrando o empreendimento. Atuando como um empresário, ele é responsável por abastecer a sua embarcação com os itens básicos, a saber: gelo, água, alimentos, utensílios a pesca e outros. Também é responsável por negociar a sua produção com outros autores sociais, que lhe compram quando o barco chegar. Quando as embarcações atracam nos portos, já esperam por elas os compradores da produção, encarregados pelas compras e exportações do mercado (Alves e Lima, 2020, p. 13).

Nesse contexto marcado por distintos interesses mercantis em torno do pescado ofertado pelos camponeses locais, Henri Acselrad (2004) evidencia que os conflitos relacionados à pesca e ao uso dos recursos naturais emergem, sobretudo, das dificuldades em estabelecer direitos claros de propriedade e controle sobre bens de uso comum. Tais conflitos não envolvem apenas os pescadores, mas também comerciantes e demais agentes econômicos que disputam o acesso aos recursos pesqueiros em espaços onde não há delimitação de propriedade privada, intensificando tensões quanto ao uso e à apropriação do território aquático.

Na microrregião do Carará, destacam-se duas modalidades principais de pescadores que atuam sobre os recursos pesqueiros locais. De um lado, encontram-se os pescadores profissionais, cujas embarcações são provenientes de diferentes municípios dos estados do Amazonas e do Pará, operando com maior capacidade de captura e inserção nos circuitos comerciais regionais. De outro, estão os pescadores artesanais ou de subsistência, formados por sujeitos oriundos da própria localidade, constituídos majoritariamente por camponeses ribeirinhos que realizam a pesca como estratégia de reprodução social, voltada tanto à segurança alimentar quanto à obtenção de renda complementar.

4.6.1 Vertente zonal ou topológica da comunidade Paraíso

Dada a relação histórica da comunidade com a pesca, as embarcações de pequeno e médio porte são fundamentais para a manutenção das redes, o alcance dos territórios pesqueiros e o deslocamento até outras comunidades e à cidade de Urucará. Diante disso, quase todas as famílias possuem motores rabetas acoplados a botes de madeira ou alumínio. A frota local conta ainda com nove batelões (do tipo motor de centro e bajara) e 30 canoas de madeira. Pela facilidade de navegação entre os lagos, as rabetas e canoas são os meios preferenciais para a pesca, garantindo agilidade no acesso aos recursos. Assim, esses transportes são vitais para a subsistência e a comercialização do pescado (Figuras 9, 10, 11 e 12).

Figura 9 - Tipo de transporte: bote de madeira com motor rabeta



Registro Fotográfico: Serrão, A. M. (2025).

Figura 10 - Tipo de transporte: batelão e bajara com motor de centro



Registro Fotográfico: Serrão, A. M. (2024).

A Figura 9 ilustra canoas de madeira, um meio de transporte amplamente utilizado pelos moradores da Comunidade Paraíso para o deslocamento até o município de Urucará. Essa viagem ocorre mensalmente para o abastecimento de mantimentos, sendo a embarcação também empregada na atividade pesqueira. Já a Figura 10 apresenta o batelão, a canoa e o motor rabeta posicionados à margem de um furo próximo ao rio Amazonas durante o período de vazante.

Figura 11 – Pesca do peixe liso por moradores da comunidade



Registro Fotográfico: Serrão, A. M. (2017).

A Figura 11 apresenta um dos tipos de pescado mais procurados pelos compradores e ilustra como ele é preparado para a venda. O produto é comercializado tanto em Macapá quanto em Santarém.

Figura 12 – Entreposto pesqueiro localizado na Costa do Remanso



Registro Fotográfico: Serrão, A. M. (2020).

A Figura 12 exibe um flutuante localizado na enseada do Remanso, no município de Parintins. Esse entreposto comercial desempenha um papel estratégico, adquirindo o pescado dos produtores locais e revendendo-o para frigoríficos em Parintins (AM), Macapá (AP) e Santarém (PA).

4.7 Conflitos e disputas territoriais

Os conflitos territoriais motivados pelo furto de gado intensificam-se durante o período da vazante. A vulnerabilidade dos rebanhos aumenta devido à proximidade dos animais com os portos, onde o fluxo de balsas e barcos é

constante, facilitando o acesso de terceiros. Somado a isso, a distância entre a residência dos proprietários e os terrenos na área de várzea, conhecidos como Albano, dificulta a vigilância diária e favorece a ocorrência desses ilícitos.

4.8 Elementos Simbólicos e Culturais

Os elementos simbólicos são marcantes no cotidiano das famílias da comunidade Paraíso, onde o catolicismo exerce um papel central (Figura 13). Os festejos religiosos ocorrem anualmente em agosto, em homenagem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, integrando atividades sociais como bingos, leilões e almoços comunitários a ritos sacramentais, incluindo batismos, primeiras comunhões e casamentos. Essa programação reforça a forte influência da Igreja Católica na organização social da localidade.

Figura 13 – Igreja católica no centro da comunidade



Registro Fotográfico: Dalsemira Serrão (2024).

Figura 14 – Levantamento do mastro, festejos da padroeira.



Registro Fotográfico: Dalsemira Serrão (2024).

A Figura 13 apresenta a Igreja Católica, situada no centro da comunidade, onde ocorrem as celebrações dominicais e os festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em agosto. Já a Figura 14 ilustra o levantamento do mastro, rito que marca o início das festividades. Durante a cerimônia, oferendas são fixadas ao mastro, que permanece erguido até o encerramento da festa. Sua derrubada, ocorrida um dia após o término do evento, é um momento simbólico que revela o responsável pela organização do festejo no ano seguinte.

Considerações finais

As considerações finais deste capítulo evidenciam que a trajetória de vida dos moradores da comunidade Paraíso, no lago do Carará-Açu, é marcada por processos de adaptação frente às dinâmicas ambientais da Amazônia. A mudança das áreas de várzea do paraná do Albano para a terra firme, motivada por fenômenos naturais como grandes enchentes e terras caídas, não representou uma ruptura com os modos de vida pretéritos, mas sim uma reconfiguração de novas territorialidades. Nesse novo contexto, os moradores mantiveram práticas históricas, reelaborando suas estratégias de sobrevivência em um território que, embora distinto, continuou fortemente vinculado à lógica das águas.

Nesse cenário, a pesca reafirma-se como elemento central na organização da vida social, econômica e cultural da comunidade, constituindo-se como principal atividade de sustento e renda. Associada a ela, destaca-se a combinação de atividades típicas do campesinato amazônico, estruturadas na tríade "terra de trabalho, água de trabalho e floresta de trabalho", que expressa a integração entre diferentes ambientes produtivos (Witkoski, 2021). A agricultura em pequena escala e a criação de animais complementam a pesca, enquanto atividades não camponesas, como trabalhos acessórios e acesso a programas sociais, ampliam as possibilidades de reprodução social das famílias, demonstrando a complexidade e a diversidade das estratégias adotadas.

Outro aspecto fundamental refere-se ao protagonismo das famílias Almeida Nunes e Monteiro Serrão, cuja atuação foi decisiva para a formação da comunidade Paraíso na década de 1990. Essas famílias não apenas ocuparam e organizaram o território, mas também estabeleceram as bases das relações sociais que estruturam a vida comunitária até os dias atuais. Por meio de vínculos de parentesco, solidariedade e cooperação, consolidaram uma rede de apoio mútuo que sustenta as práticas produtivas e fortalece o sentimento de pertencimento ao lugar.

Por fim, destaca-se o papel das redes de sociabilidade, tanto no âmbito familiar quanto coletivo, como elemento estruturante da comunidade. Essas redes se expressam nas trocas de alimentos, no compartilhamento de instrumentos de trabalho, na ajuda mútua nas atividades produtivas e na construção de relações que extrapolam a dimensão econômica. Assim, a comunidade Paraíso revela-se como um espaço onde território, trabalho e relações sociais estão profundamente entrelaçados, evidenciando a força das dinâmicas locais na construção e manutenção dos modos de vida no contexto agrário amazônico.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 53 a 68, 1991. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8897. Acesso em: 18 abr. 2026.

ALVES, Alexandre de Brito.; LIMA, Francisco Daniel Mota. **Trabalhadores das Águas Impactos Socioeconômicos e Mudanças na Pesca Artesanal (Bragança- PA).** Paper

do Nea 2020, Volume 1, n. 2, Edição/ Série 480. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10359. Acesso em: 18 jan. 2026.
BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. *In:* B. FELDMAN BIANCO (org.). **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159- 193.
BARTOLI, Estevan. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** (Tese de Doutorado) Presidente Prudente: PPGG / UNESP, 2017.
BARTOLI, Estevan. **Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM).** Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 20, n. 60, p. 20–45, 2025. DOI: Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/79885. Acesso em: 16 dez. 2025.
CORRÊA, Roberto Labato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. In: Revista Cidades, volume 9, número 16, 2012, p.200-220.
DIAS, Leila Christina. **Rede Geográfica**. GEOgraphia, v. 22, n. 49, 14 dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47614. Acesso no dia 18 Nov 2025.
FANTINEL, Leticia. **As Sociabilidades nas Organizações: Da Sociologia Formal às Interações Cotidianas.** Revista Interdisciplinar de Gestão Social, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12513. Acesso em: 26 nov. 2024.
FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular, 1.ed. São Paulo, 2008, 197-215.
FRÚGOLI Jr., H. **Sociabilidade Urbana.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de A. J. de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n.41, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QWr6rqWbkWcg69LtMxT7cSQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso 25 de nov de 2023.
MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Ed. Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. E-book. pág.86. ISBN 9788572443661. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572443661/. Acesso em: 16 out. 2025.
RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143.
SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio *et al* (orgs.): **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP (Programa de Pós-Graduação em Geografia), 2008.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 294-336.
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 31-52.
WITKOSKI, Antônio Carlos.**Terras, florestas e águas de trabalho: As formas de uso dos recursos naturais nas várzeas amazônicas**. Manaus: Editora Valer, 2021. 560 p.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por meio do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA), pelo acolhimento acadêmico e pelas oportunidades de formação que contribuíram significativamente para minha trajetória intelectual e profissional. Expresso minha profunda gratidão ao Professor Dr. Estevan Bartoli, cuja condução da disciplina Geografia Cultural constituiu-se como elemento fundamental para a construção teórica e metodológica deste trabalho. Agradeço, igualmente, ao Professor Me. Arenilton Monteiro Serrão, pelo apoio, pelas contribuições e pelo refinamento da pesquisa, fundamentais para o amadurecimento científico e para a consolidação desta investigação.

15 - Relações familiares entre a cidade e a zona rural: dinâmicas socioterritoriais da família Trindade em Barreirinha (AM)

Rafael Beltrão Bahia
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas - Brasil

Estevan Bartoli
Universidade do Estado do Amazonas – Parintins – Amazonas - Brasil

Rildo Oliveira Marques
Secretaria de Estado de Educação – Barreirinha – Amazonas – Brasil

Luís Fernando Belém da Costa
Secretaria Municipal de Educação – Barreirinha – Amazonas – Brasil

1 Introdução

O espaço rural amazônico é marcado por práticas tradicionais que vão além da subsistência, revelando formas complexas de organização social, econômica e territorial. Este estudo tem como objetivo geral investigar a rede de relações entre a zona rural e a cidade a partir do cotidiano da família Trindade, moradora da comunidade Yapuna, localizada na zona rural de Barreirinha (AM). Os objetivos específicos são: descrever a trajetória e as mudanças na rede de sociabilidade da família; cartografar os circuitos produtivos, de comércio, trocas e o extrativismo.

Ao considerar a mobilidade, os circuitos econômicos, os meios de transporte e os modos de vida, o trabalho propõe refletir sobre as múltiplas dimensões do território vivido e suas transformações. Como afirma Milton Santos (2004, p. 39), o espaço é "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações", sendo constantemente moldado pelas relações sociais.

Em um primeiro momento, realizam-se breves considerações em relação ao modelo teórico-metodológico STUR - Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (Bartoli, 2017, 2022). Enfatiza-se que intensas e diversificadas redes existentes são passíveis de serem analisadas pelo modelo, considerando aprofundamentos analíticos relativos às redes de sociabilidade (Bartoli, 2025).

No segundo momento, a trajetória da família é analisada como elemento central para compreender as transformações nas redes de sociabilidade e nas práticas territoriais vividas na zona rural de Yapuna. A partir da história familiar que se inicia com os avós estabelecidos na década de 1960, observa-se a formação de vínculos duradouros com o território, sustentados por atividades rurais, extrativistas e de pesca.

Ao longo das gerações, essas práticas sofreram adaptações, refletindo mudanças nas condições socioeconômicas e nas dinâmicas de mobilidade entre o campo e a cidade. Parte dos descendentes migrou para os centros urbanos em busca de educação e trabalho, mantendo, contudo, laços afetivos e econômicos com a zona rural de origem. Assim, a trajetória da família expressa um processo contínuo de reconfiguração do território vivido, no qual o espaço rural e o urbano permanecem articulados por meio de relações de troca.

Os resultados apresentam uma visão abrangente das dinâmicas socioespaciais que estruturam o cotidiano da família Trindade, revelando as múltiplas formas de articulação entre o campo e a cidade. As práticas produtivas, os fluxos de mobilidade, o uso dos meios de transporte e os sistemas de troca demonstram que o território vivido é resultado de interações contínuas entre natureza, cultura e economia. A análise evidencia, ainda, a pertinência do modelo STUR para compreender as conexões entre redes ribeirinhas e urbanas no contexto amazônico.

A pesquisa possibilitou uma abordagem inovadora na produção do conhecimento, indo além da simples verificação das hipóteses formuladas. Desse modo, os resultados alcançados contribuíram significativamente para o entendimento do Sistema Território Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), tomando como referência a rede de sociabilidade e a dinâmica produtiva regional da Amazônia. Essa análise abrange as interações entre as comunidades ribeirinhas e a cidade de Barreirinha (AM), evidenciando as conexões socioespaciais e os processos de construção territorial característicos dessa realidade amazônica.

2 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, voltada à compreensão das relações sociais, econômicas e territoriais no espaço ribeirinho amazônico. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca interpretar os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando seus significados e contextos de vida. Nesse sentido, o estudo prioriza a análise das práticas cotidianas, das relações familiares e dos fluxos entre o rural e o urbano, tomando como referência a experiência vivida pela família Trindade, residente na comunidade Yapuna. Essa abordagem possibilita apreender a realidade social não apenas em seus aspectos objetivos, mas também simbólicos e culturais, fundamentais para a compreensão do território vivido.

Além disso, incorpora elementos da pesquisa etnográfica, por envolver a observação direta, a convivência e o registro sistemático das práticas e interações sociais locais, conforme propõe Geertz (1989). Essa combinação metodológica permitiu captar a complexidade das relações sociais e espaciais, integrando observações empíricas e interpretações teóricas.

O recorte espacial da pesquisa corresponde à comunidade Yapuna, situada na zona rural do município de Barreirinha, estado do Amazonas, localizada em uma área denominada cabeceira do Yapuna, às margens do rio Andirá. Esse recorte foi definido em função da relevância do local como exemplo representativo das

dinâmicas ribeirinhas amazônicas, marcadas pela interdependência entre o campo e a cidade.

O recorte temporal abrange o período de 2023 a 2024, intervalo em que foram realizadas as etapas de campo, entrevistas, observações e registros cartográficos. Esse período possibilitou acompanhar diferentes fases do ciclo produtivo e das dinâmicas fluviais, fundamentais para a análise do modo de vida e da organização espacial local.

Foram adotados três principais procedimentos metodológicos, que se complementam e garantem a consistência da análise empírica e teórica:

A observação in loco foi essencial para compreender o cotidiano da família, suas práticas produtivas, modos de vida e relações de sociabilidade. Foram realizados registros fotográficos, anotações descritivas e mapeamento participativo das atividades de pesca, agricultura, extrativismo e trocas comerciais, permitindo captar as dinâmicas territoriais do espaço vivido.

As entrevistas com os membros da família Trindade possibilitaram identificar a trajetória da família, fluxos migratórios e vínculos entre o rural e o urbano. Os relatos orais forneceram informações sobre os processos de mobilidade, as práticas de subsistência e as estratégias de reprodução social da família, contribuindo para a compreensão das redes de sociabilidade locais.

Foram elaborados mapas temáticos e esquemas representando os circuitos produtivos, as relações familiares e os fluxos de troca entre o campo e a cidade. As representações espaciais foram produzidas a partir de imagens de satélite (Google Earth Pro, 2024) e ajustadas conforme o modelo teórico-metodológico STUR, proposto por Bartoli (2017, 2022, 2025). Essa etapa permitiu visualizar a configuração das redes territoriais e compreender a interdependência entre os espaços urbano e rural.

Assim, a metodologia adotada possibilitou compreender o território vivido da família Trindade em suas múltiplas dimensões produtiva, social, simbólica e espacial, evidenciando como as interações entre o rural e o urbano configuram redes territoriais complexas no contexto ribeirinho amazônico.

3 Sistemas territoriais e as redes de sociabilidade

Com a aceleração do processo urbano na Amazônia, diversos processos socioespaciais têm impactado os entornos das sedes municipais. De acordo com Bartoli, a partir da aplicação do modelo analítico STUR, a análise do processo urbano requer apreensão da densidade de relações que as cidades possuem com seus entornos (Bartoli, 2017, 2018a, 2018b). A abordagem visa "preencher lacunas" em pesquisas sobre os papéis das cidades na Amazônia, pois em cidades de dinâmica ribeirinha há dinamismo associado à formação da chamada "economia informal".

Os estudos do STUR contribuem ao demonstrar: que a economia urbana incompleta suscita por parte dos citadinos a manutenção de vínculos territoriais com áreas diversas do entorno das cidades (comunidades, aldeias, assentamentos, etc.); as redes locais de sujeitos utilizam as oportunidades existentes na cidade para a reconstrução de territorialidades (considerando dimensões políticas, culturais,

econômicas e com relações com a natureza local – Bartoli, 2017); ocorre um aumento da circulação sub-regional (transporte fluvial) com intensificação de complementaridades entre interiores e a cidade (Bartoli, 2018a) e desta com a metrópole Manaus e demais redes regionais e nacionais; cidades reforçam centralidades e promovem o desenvolvimento de novas formas de distribuição de produtos industrializados, consumo urbano e absorção de recursos regionais, reordenando suas áreas de influência e reconfigurando o espaço intraurbano (Bartoli, 2018b); as camadas populares do STUR ficam cada vez mais sujeitas ao domínio do capital mercantil local, incluindo relações e disputas escalares com outros municípios da rede (Bartoli, 2019). O STUR aparece em cinco vertentes que são apresentadas em Bartoli (2020):

> i) zonal e topológico: conectando a cidade por meio de redes temáticas a pontos diversos do entorno sub-regional através da navegação fluvial; ii) produção e configuração do espaço urbano em bairros oriundos de ocupações irregulares e de fragmentos do espaço intraurbano, constituindo fixos úteis para a navegação (beiras de rios populares, por exemplo); iii) econômico dual e complementar: sendo dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade (saltos escalares ocorrem em relações diversas que ultrapassam a sub-região); iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e resignificados pela inserção ao processo urbano (p. 12).

Tais elementos estruturantes das relações cidade-interiores são de suma importância para a análise da comunidade Yapuna, pois a navegação interliga o habitante produtor, "extrator, pescador, comerciante, entre outros, que também vive na cidade, mas necessita retornar com frequência às comunidades com vínculos "umbilicais" que geralmente possuem longa trajetória de interação das famílias" (ibid., p. 26) ".

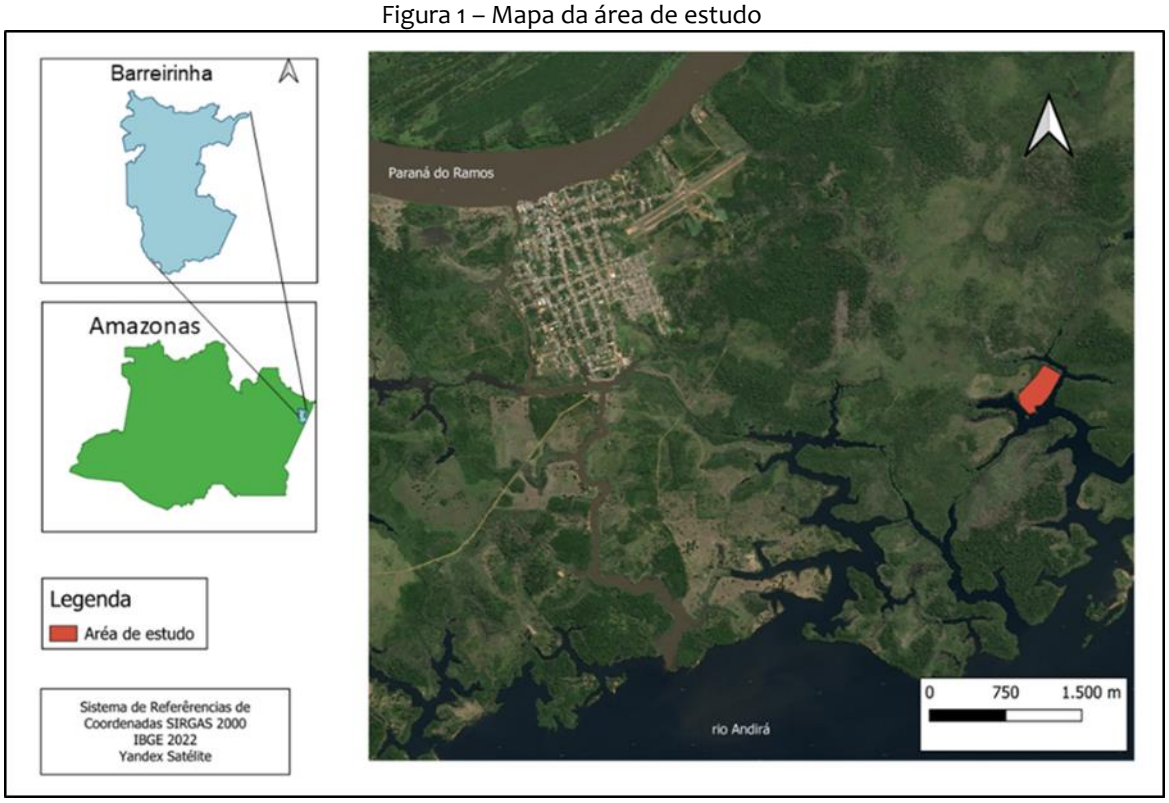
3.1 Trajetória da família

A constituição do núcleo familiar teve início com os avós maternos, que se estabeleceram na comunidade do Yapuna no ano de 1960, permanecendo nesse local até a década de 1980. Antes de seu falecimento, os avós transferiram o terreno rural à filha, como forma de presente de casamento. Foi nesse espaço que a filha consolidou seu núcleo familiar, constituindo sua residência e criando sete filhos. A (Figura 1) abaixo está o mapa da área de estudo, que localiza a zona urbana de Barreirinha e a zona rural de Yapuna, onde reside a família.

Com o decorrer dos anos, os filhos atingiram a vida adulta e passaram a buscar novas oportunidades fora da zona rural, motivados pela perspectiva de melhores condições de vida e acesso à educação. Uma das filhas optou pela carreira na área da educação, fixando residência no município de Boa Vista do Ramos, mantendo, entretanto, contato esporádico com o meio rural. Outra filha seguiu a

trajetória profissional na área da saúde, residindo atualmente na zona urbana de Barreirinha, também com visitas pouco frequentes à comunidade do Yapuna.

Figura 1 – Mapa da área de estudo



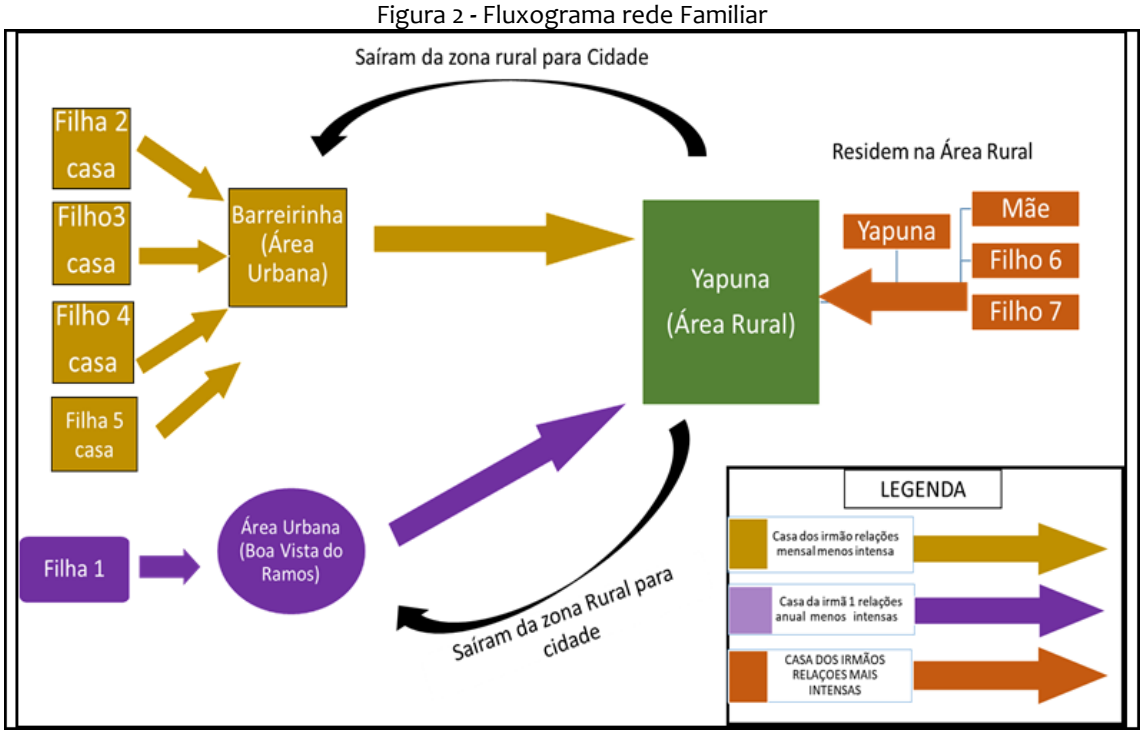
Fonte: IBGE (2022). Google Earth Pro. SIRGAS 2000. Yandex Satélite. Data:04/11/2025.
Organizador: Tiago Xisto (2025).

Outros dois filhos migram entre o trabalho autônomo e a vida urbana, estabelecendo-se na cidade e realizando visitas ocasionais à área rural, principalmente para atividades de pesca e caça de subsistência. Por outro lado, dois filhos permanecem na comunidade rural, sendo os principais responsáveis, juntamente com a matriarca da família, pela manutenção das atividades produtivas e pela sobrevivência a partir dos recursos naturais e agrícolas locais.

Atualmente, observa-se que a rede familiar se encontra distribuída entre o campo e a cidade. No interior, três membros (a mãe e dois filhos) residem de forma permanente, dedicando-se às atividades agrícolas e extrativistas. Já cinco filhos estão fixados nas áreas urbanas de Boa Vista do Ramos e Barreirinha, deslocando-se ao interior esporadicamente, sobretudo em períodos de folga ou em ocasiões relacionadas a práticas tradicionais e ao fortalecimento dos laços familiares.

O fluxograma da rede familiar (Figura 2) demostra a rede de relações e os fluxo de visitas entre parentes que são visitadas na zona rural pelos parentes que vivem na zona urbana (cidade).

Figura 2 - Fluxograma rede Familiar



Organizado polos autores.

O Fluxograma acima demonstra a dinâmica das relações familiares entre membros de uma família que migraram da zona rural para áreas urbanas distintas, evidenciando os diferentes níveis de intensidade das conexões afetivas e sociais. Observa-se que, embora a maioria dos filhos tenha se estabelecido em Barreirinha, área urbana próxima, mantendo relações familiares mensais com a casa dos irmãos, a filha 1 reside em Boa Vista do Ramos, outra área urbana, onde as relações ocorrem anualmente, indicando menor proximidade.

Na área rural de Yapuna permanecem a mãe e dois filhos, com laços familiares mais intensos, o que reforça a importância do espaço rural como núcleo central das relações simbólicas e identitárias da família. O fluxo migratório unidirecional, da zona rural para a cidade, demonstra o fenômeno da migração rural-urbana, mas evidencia que as relações familiares se mantêm, mesmo que com variações na intensidade, reafirmando a coexistência do espaço rural e urbano como espaços interdependentes na configuração das redes sociais familiares.

Essa configuração espacial e relacional revela o hibridismo entre modos de vida rurais e urbanos, destacando a permanência das práticas e valores tradicionais no contexto contemporâneo das cidades regionais.

O mapa (Figura 3) destaca com mais clareza o percurso dos membros da família entre a zona rural e a zona urbana.

Figura 3: Mapa do fluxo da família para zona urbana e zona rural.



Fonte: Google Earth Pro. Data: 04/11/2025. Organizador: Rafael Beltrão.

A família Trindade mantém dois núcleos de moradia – um na zona rural e outro na cidade – conectados por fluxos regulares de pessoas, bens e informações. Essa dinâmica forma uma rede socioterritorial, em que as trocas simbólicas e econômicas reforçam o pertencimento a ambos os espaços. O modelo STUR é útil para descrever tais conexões, identificando nodos, escalas de ação e circuitos econômicos complementares. Utiliza-se parte do quadro metodológico proposto por Bartoli (2025), destacando critérios das características das redes em relação ao STUR.

3.2 A vida na zona rural e o espaço social

O Yapuna, nome dado ao terreno da família Trindade, está localizado na zona rural do município de Barreirinha (AM). Na zona rural, a organização espacial da família se destaca pela rede de sociabilidade, fortalecida por atividades como pesca, caça e trabalhos que beneficiam diversas partes envolvidas. Outras atividades, como construção de cercas, limpeza de caminhos para locomoção terrestre e manutenção da trilha da rede elétrica, também são realizadas de modo colaborativo.

A vida na zona rural é marcada pela proximidade com a natureza e pelo ritmo mais lento e pacífico. As atividades diárias incluem cuidados com a horta, com os animais e, dependendo da região, o cultivo de lavouras ou a criação de gado. O contato com a terra e com os elementos naturais proporciona uma sensação de bem-estar e pertencimento que é difícil de ser encontrada na vida urbana.

A família utiliza práticas de extrativismo vegetal e animal para sua sobrevivência e como fonte de renda ligada à comercialização na cidade. Atualmente, o local apresenta grande fartura de pescado e caça terrestre, além de diversas plantações de banana, mandioca, entre outras culturas. Eles também extraem das matas consideráveis safras de castanha-da-Amazônia, que são

comercializadas fora do município de Barreirinha. Com todas essas fontes de renda, a família consegue sustentar-se, manter-se e pagar suas contas.

A família Trindade vive em estreita relação com a natureza, praticando atividades como pesca, caça, extrativismo e agricultura familiar. Essa vida, embora simples, é rica em trocas sociais, afetivas e econômicas com vizinhos e parentes da cidade.

4 Os circuitos territoriais na zona rural

4.1 Produção rural e criação de animais (subsistência e comercialização)

A economia familiar baseia-se em práticas de cultivo e no uso sustentável dos recursos do território. A agricultura familiar é voltada ao cultivo de banana, mandioca, milho e hortaliças, combinando segurança alimentar com geração de renda para a família. Além disso, a produção é realizada em pequena escala, respeitando os ciclos naturais e o conhecimento tradicional transmitido entre gerações. Parte significativa dessa produção é destinada ao autoconsumo, garantindo a subsistência e a diversidade alimentar. O excedente é comercializado nas feiras locais ou trocado entre vizinhos, fortalecendo os laços de solidariedade e a economia. Essa prática revela a importância do território rural como espaço de vida, trabalho e identidade sociocultural.

A criação de gado, porcos e aves é essencial para nossa economia, representando uma das principais fontes de renda para a família. A cada quatro meses, abatemos alguns animais para serem comercializados em açougues locais, e gerando recursos para a manutenção das atividades da família. Além disso, retiramos o leite das vacas leiteiras, que é utilizado exclusivamente para a produção de mingaus e doces tradicionais que preparamos para nosso consumo e para a comercialização nas feiras locais. Essa prática não apenas garante a segurança alimentar da família, mas também fortalece o vínculo com as tradições e os hábitos locais, ao mesmo tempo que contribui para a diversificação das fontes de renda. A produção de leite e a criação de animais desempenham, assim, um papel crucial no sustento econômico e cultural da família, refletindo a interdependência entre os diferentes aspectos da atividade rural.

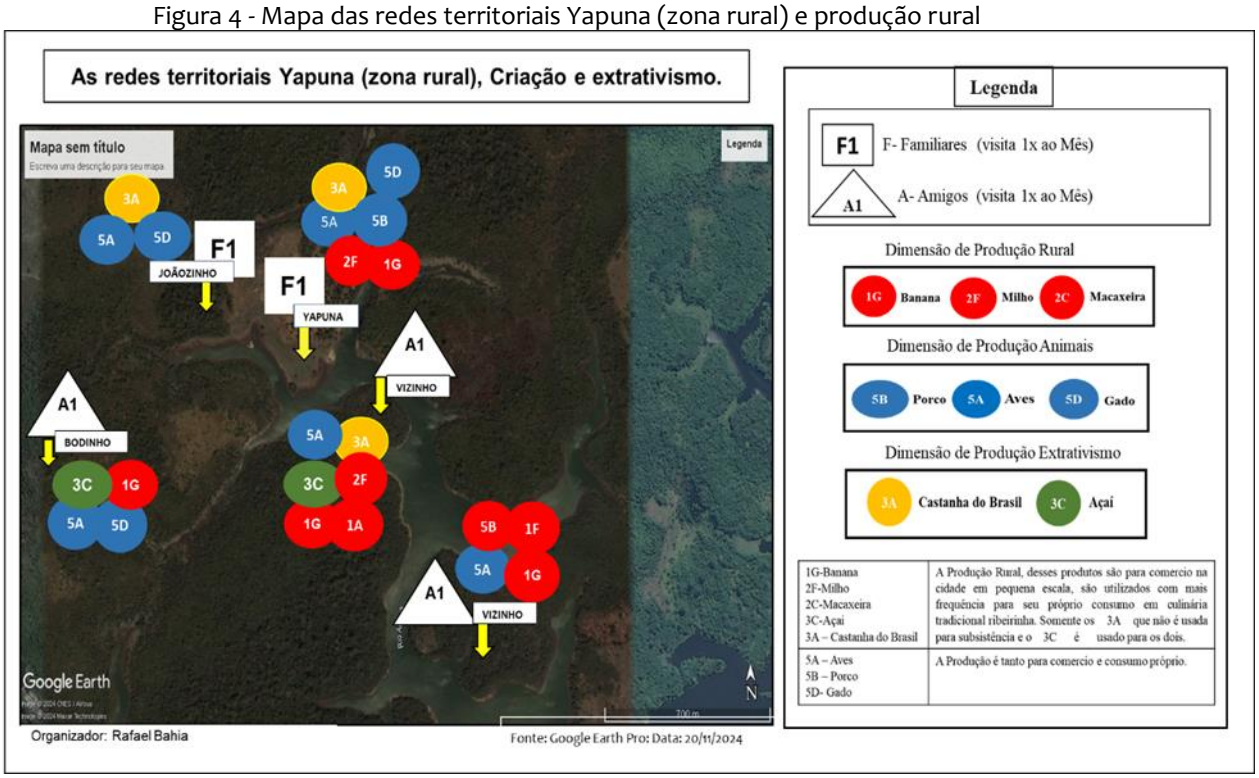
A criação de suínos - é uma atividade tradicional que contribui significativamente para a subsistência da família rural. Os suínos são vendidos nas cidades por R$15,00 o quilo, proporcionando uma fonte de renda para a família. Além disso, os porcos frequentemente servem como moeda de troca, sendo usados em negociações de serviços ou produtos entre os moradores das áreas rurais. Essa prática fortalece os circuitos comunitários e auxilia na economia da família. As Figuras 5 e 6 destacam essa dinâmica produtiva e social no contexto rural.

A criação de aves - como patos e galinhas, na zona rural, é uma atividade comum para gerar renda e suprir as necessidades alimentícias. Esses animais são vendidos na cidade entre R$ 35,00 e R$ 50,00 cada, proporcionando uma fonte de lucro para os produtores rurais. Além disso, as aves frequentemente são usadas como moeda de troca entre vizinhos, facilitando negociações de bens ou serviços. Essa prática fortalece a economia local e promove a troca de produtos essenciais. A

criação de aves é, portanto, uma forma importante de sustento e colaboração na vida rural. A Figura 8 destaca essa dinâmica, evidenciando o papel da criação de aves como elemento fundamental de sustento e colaboração na vida rural.

A criação de gado na zona rural ribeirinha - é uma prática importante para a subsistência da família. Além da produção de carne, o gado também é essencial para a obtenção de leite, queijo e outros derivados. Essa atividade rural, muitas vezes realizada de forma familiar, garante alimentos frescos e produtos derivados que são consumidos localmente ou comercializados na cidade. No entanto, desafios como o manejo adequado e a preservação ambiental exigem atenção. A prática é fundamental para a economia e a cultura da família, conforme evidencia a Figura 7 abaixo**.**

Figura 4 - Mapa das redes territoriais Yapuna (zona rural) e produção rural



Fonte: Google Earth Pro: Data: 20/11/2024. Organizador: Rafael Bahia.

A imagem acima (Figura 4) apresenta um mapa detalhado das redes territoriais na zona rural de Yapuna, destacando a relação entre os moradores, a produção rural para subsistência e o extrativismo na região. Por meio de símbolos, são indicados os familiares (F1) e amigos (A1), assim como os locais de residência (Yapuna, Joãozinho, Bodinho e Vizinhos). A produção rural está dividida em diferentes categorias, representadas por círculos coloridos: produtos agrícolas (banana, milho, macaxeira, abacaxi, açaí e castanha-do-Brasil), animais (aves, porco e gado) e atividades extrativistas.

A legenda detalha a frequência de visitas e o uso dos produtos, diferenciando entre o consumo próprio e a comercialização na cidade. O mapa evidencia a interdependência social e econômica entre os moradores da zona rural,

destacando a diversidade de atividades produtivas e a importância da cooperação e troca para a subsistência local.

4.2 Extrativismo

A coleta de castanha-do-pará e urucum gera renda e reforça a relação cultural com o ambiente. O extrativismo praticado pelos ribeirinhos envolve a coleta de recursos naturais de forma sustentável, com destaque para a castanha-do-pará e a madeira. A castanha-do-pará é um dos principais produtos extraídos da região amazônica, sendo uma importante fonte de renda para as famílias ribeirinhas. Além do consumo local, a castanha é comercializada em feiras e mercados, tanto para o consumo direto quanto para a indústria de alimentos.

4.3 Pesca e Caça

Nesta área, há uma grande abundância de pescado, que a família utiliza como meio de subsistência para a alimentação diária. Além disso, a pesca também serve como fonte de renda, especialmente quando se captura uma grande quantidade é levada para ser comercializada na cidade. Os próprios pescadores vendem o peixe ou o fornecem aos feirantes, que o revendem. Também é comum que o peixe seja utilizado como moeda de troca entre os moradores da cidade, sendo trocado por itens como farinha, tapioca, tucupi e outros alimentos que não são cultivados ou produzidos na zona rural.

Durante a cheia do rio, essas atividades se intensificam devido à abundância dos recursos naturais. Os produtos são transportados por meio de canoas e rabetas, em caixa de isopor, para serem vendidos na cidade.

Nesta localidade, observa-se uma expressiva diversidade de espécies ictiológicas, refletindo a riqueza dos ecossistemas aquáticos da região. Entre as espécies mais comuns destacam-se o cará (*Geophagus*), o aracu (*Leporinus friderici*), o pacu (*Mylossoma spp.*), o tucunaré (*Cichla ocellaris*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Em termos de abundância, aracu, pacu e branquinha configuram-se como as espécies mais frequentemente capturadas, sendo amplamente utilizadas tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização local. O tucunaré, bodó e o tambaqui aparecem em quantidade intermediária, compondo parte importante da dieta cotidiana das famílias ribeirinhas. Já o pirarucu, embora apresente elevado valor econômico, é menos abundante devido às restrições legais de pesca e à sua necessidade de manejo sustentável. O cará, por sua vez, é uma espécie de menor porte, encontrada com facilidade nas margens lago (cabeceira do Yapuna), desempenhando papel complementar na subsistência alimentar da comunidade.

Em Barreirinha, observa-se um modo peculiar de comercialização do pescado, que reflete as práticas tradicionais e a organização socioeconômica local. Quando os pescadores retornam das atividades de pesca, o transporte do pescado é realizado em triciclos, desde a beira do rio até as residências.

Na frente das casas, são posicionadas caixas de isopor sobre as calçadas, onde o pescado é exposto e comercializado diretamente na comunidade. Essa forma de venda caracteriza-se pela informalidade e pela proximidade entre

produtores e consumidores, evidenciando uma dinâmica de economia familiar e de autossustento típica das populações ribeirinhas.

Já na caça, a abundância ocorre durante a subida do nível do rio (cheia), quando se formam pequenas ilhas de terra firme, deixando os animais ilhados sem ter para onde ir. As espécies mais encontradas são pacas, marrecas, tatus, cutias e porco-do-mato.

A comercialização do pescado e da caça ocorre de duas maneiras: quando são vendidos para comerciantes donos de peixarias, que impõem um preço elevado de até 15 reais por quilo, ou pelos próprios pescadores, que utilizam um triciclo para sair pelas ruas da cidade e vender a um preço mais acessível, variando entre 8 e 10 reais por quilo.

4.4 A moradia como nódulos das redes

A residência da família localizada no Yapuna, construída predominantemente em madeira e situada às margens do rio, constitui um exemplo representativo da adaptação humana ao ambiente ribeirinho. Essa tipologia de moradia rural reflete tanto as necessidades práticas quanto os aspectos culturais dos moradores.

A escolha do local revela uma estratégia que visa facilitar o acesso à água do rio conhecido como rio Cabeceira do Yapuna, bem como à rede de energia elétrica, por meio do programa "Luz para Todos", e aos meios de transporte fluvial (canoa ou casco) disponíveis durante o período de cheia. No entanto, durante a vazante do rio, o acesso à residência se dá por estradas de terra, evidenciando a funcionalidade e a versatilidade do espaço habitado. Assim, a casa não apenas cumpre uma função prática de abrigo e adaptação ao meio natural, mas também expressa valores simbólicos e culturais inerentes à identidade ribeirinha.

Dentro da casa, os cômodos são espaçosos e funcionais. Há dois quartos utilizados como dormitórios, com camas, redes, ventiladores, aparelhos de rádio e televisão, além de móveis que mesclam o rústico e o moderno, atendendo às necessidades do dia a dia. A cozinha, por exemplo, dispõe de um freezer equipamento moderno, mas também mantém o fogão a lenha, elemento tradicional herdado de uma cultura passada, no qual são preparados alimentos simples, porém saborosos, cultivados nas próprias hortas ou adquiridos diretamente da produção local.

Desse modo, a casa materializa o hibridismo e os modos urbanos, pois reúne práticas, objetos e valores que mesclam o passado rural com as demandas e comodidades da vida moderna.

5 Meios de transporte

A canoa[51], geralmente feita de madeira e propulsada por remos, tem sido utilizada por gerações como meio de transporte nas águas dos rios e igarapés. Ela é simples, eficiente e, quando manuseada por pessoas experientes, pode ser

[51] Embarcação leve de pequeno porte, feita de uma só peça alongada, movida a remo, vela ou motor de popa, us. em pesca fluvial ou costeira, a serviço de navios, em práticas desportivas etc.

conduzida com grande precisão, permitindo aos ribeirinhos navegar em áreas de difícil acesso. Esse tipo de embarcação é particularmente comum em regiões onde os rios serpenteiam e formam pequenos canais estreitos, impossíveis de serem percorridos por outros meios de transporte. Ela desempenha um papel essencial ao permitir o acesso a serviços fundamentais, como saúde, educação e mercados. Além disso, facilita o transporte de produtos para a comercialização, como peixe, frutas e madeira, garantindo o sustento das famílias e a manutenção da economia local.

Na localidade, identificam-se quatro tipos de embarcações, dentre as quais se destacam duas canoas confeccionadas em madeira de itaúba. Essas embarcações são utilizadas como principal meio de transporte entre a comunidade de Yapuna e a cidade, sendo responsáveis pelo deslocamento de pessoas e pelo transporte de produtos.

O uso do casco permanece essencial para as atividades de pesca, uma vez que facilita o acesso aos lagos de forma mais eficiente. Foram observados dois cascos construídos em madeira de castanheira, também conhecida regionalmente como *loiro bola*.

Ambos os tipos de embarcações são adquiridos na comunidade da Freguesia do Andirá, local reconhecido pela confecção tradicional desses meios de transporte. Observa-se, assim, uma forte relação de troca, compra e venda entre as famílias da localidade e os artesãos dessa comunidade, evidenciando a importância das redes de intercâmbio econômico e cultural para a manutenção das práticas tradicionais de construção naval.

Por outro lado, a rabeta[52], que é uma embarcação com motor de popa, ganhou popularidade nas últimas décadas devido à sua maior velocidade e capacidade de transporte. Por meio mais moderna e robusta, permite aos ribeirinhos viajar longas distâncias. A rabeta é essencial para o transporte de mercadorias, alimentos e até mesmo para o deslocamento de pessoas entre vilarejos e cidades.

O transporte na localidade é realizado, predominantemente, por meio de uma canoa equipada com motor do tipo rabeta de 5 HP, configuração amplamente utilizada entre as famílias ribeirinhas. As áreas circundantes são compostas por várzeas, o que favorece a navegação nas águas do rio Andirá, especialmente durante o período de cheia.

Nesse contexto, observa-se que a família faz uso frequente desse meio de transporte, com um gasto mensal aproximado de R$ 600,00. A canoa desempenha papel essencial nas atividades cotidianas, sendo utilizada para a pesca, a caça, o transporte de madeira e, inclusive, o deslocamento de animais destinados à comercialização na cidade.

Essa perspectiva reforça a compreensão de que o uso das embarcações ultrapassa a dimensão funcional, constituindo também uma expressão das relações simbólicas e identitárias das comunidades ribeirinhas. As Figuras 22 e 23 ilustram essa relação, evidenciando como as embarcações fazem parte do cotidiano e da

[52] O motor de rabeta, também conhecido como centro-rabeta é um tipo de motor indicado para barcos e embarcações que navegam em rios, lagos e mares.

cultura local, representando não apenas um meio de transporte, mas também um elemento de pertencimento e identidade coletiva.

5.1 Trilhas ou estradas de terra

Durante a estação de estiagem, quando o nível do rio desce, torna-se impossível utilizar o transporte aquático para conectar a comunidade Yapuna. Nesse período, a família recorre a outra modalidade de transporte e segue por terra, o que envolve um percurso de cerca de 1h 30 min de caminhada. Durante o trajeto, passam por várias propriedades vizinhas e enfrentam diversos obstáculos e dificuldades. Essa alternativa gera bastante preocupação, principalmente pelo fato de que a casa na zona rural está distante, o que aumenta o risco de furtos, tanto da residência quanto da criação de animais e das plantações.

Mesmo diante das adversidades impostas pelas variações sazonais do rio, os moradores mantêm vínculos afetivos e produtivos com o território, reafirmando a centralidade da terra e das práticas tradicionais na organização do espaço vivido. Assim, a estação de estiagem, embora marcada por desafios, revela também o dinamismo e a flexibilidade das estratégias cotidianas que garantem a continuidade da vida no Yapuna.

A experiência da família evidencia como a relação entre natureza e sociedade se materializa no território, expressando um processo contínuo de adaptação às condições ambientais e às transformações socioculturais que caracterizam o modo de vida ribeirinho na Amazônia.

5.2 Porto ribeirinho

As margens do rio funcionam como um verdadeiro porto, configurando-se como espaços de vivência e interação social. Nesses locais, diversas atividades são realizadas, como o embarque e desembarque de produtos que chegam da cidade ou que são destinados a ela. As margens também servem como área de guarda das embarcações, desempenhando um papel fundamental na organização das dinâmicas cotidianas da área rural.

Além disso, o rio constitui uma importante fonte de água para as necessidades domésticas. As mulheres utilizam suas margens diariamente para lavar roupas, louças e para o banho, enquanto as crianças usufruem do local como espaço de lazer e convivência. Dessa forma, o ambiente ribeirinho assume múltiplas funções econômicas, sociais e culturais sendo essencial para a manutenção do modo de vida local (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Porto da yapuna e Area de banho

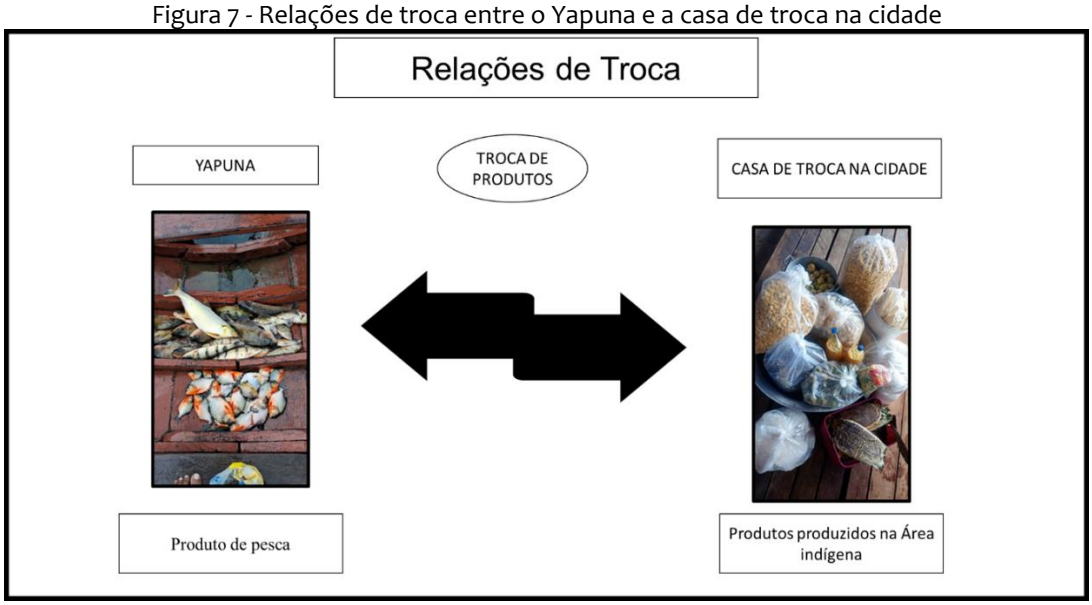


Registro Fotográfico: Rafael Beltrão, Data: 14/01/2025.

Nesse contexto, as margens do rio podem ser compreendidas como espaços vividos, ou "lugares", segundo Yi-Fu Tuan (1977, p. 6), para quem "lugar é segurança, espaço é liberdade ... o que começa como espaço indiferenciado torna-se lugar à medida que o conhecemos melhor e lhe atribuirmos valor". Assim, esses ambientes não se constituem apenas como cenários físicos, mas como lugares carregados de significado, apropriados e integrados às práticas cotidianas dos moradores, refletindo a íntima relação entre o espaço natural e a experiência social.

6 Relações e trocas

Figura 7 - Relações de troca entre o Yapuna e a casa de troca na cidade

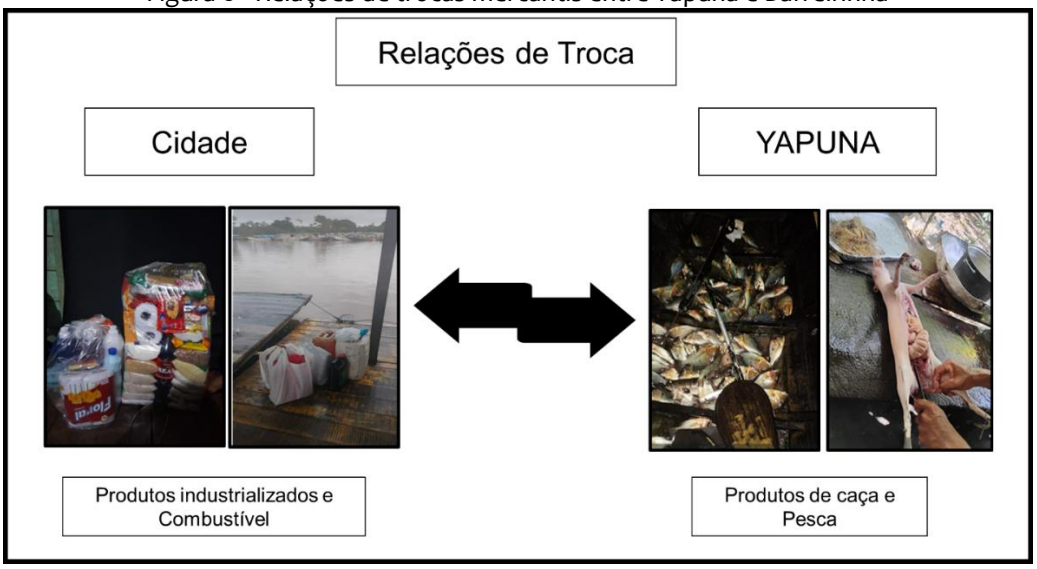


Registro Fotográfico: Rafael Beltrão, Data: 14/01/2025.

As imagens apresentadas na Figura 7 evidenciam a relação de troca existente entre os moradores da comunidade Yapuna. Observa-se que, pelo menos duas vezes ao mês, os habitantes realizam trocas de produtos com a chamada casa de troca (casa na zona urbana). Nessa dinâmica, os moradores do Yapuna oferecem caças inteiras e aproximadamente de 10 a 20 quilos de peixe, recebendo, em

contrapartida, diversos produtos fornecidos pelos indígenas da casa de troca, como meio saco de farinha, cerca de 20 frascos de goma para tapioca, 10 quilos de cará, meio saco de beijuzinho, 10 litros de tucupi, entre outros itens de produção local. Essa prática ocorre de forma regular, representando uma importante estratégia de subsistência e manutenção dos laços sociais e culturais entre as comunidades envolvidas.

Figura 8 - Relações de trocas mercantis entre Yapuna e Barreirinha



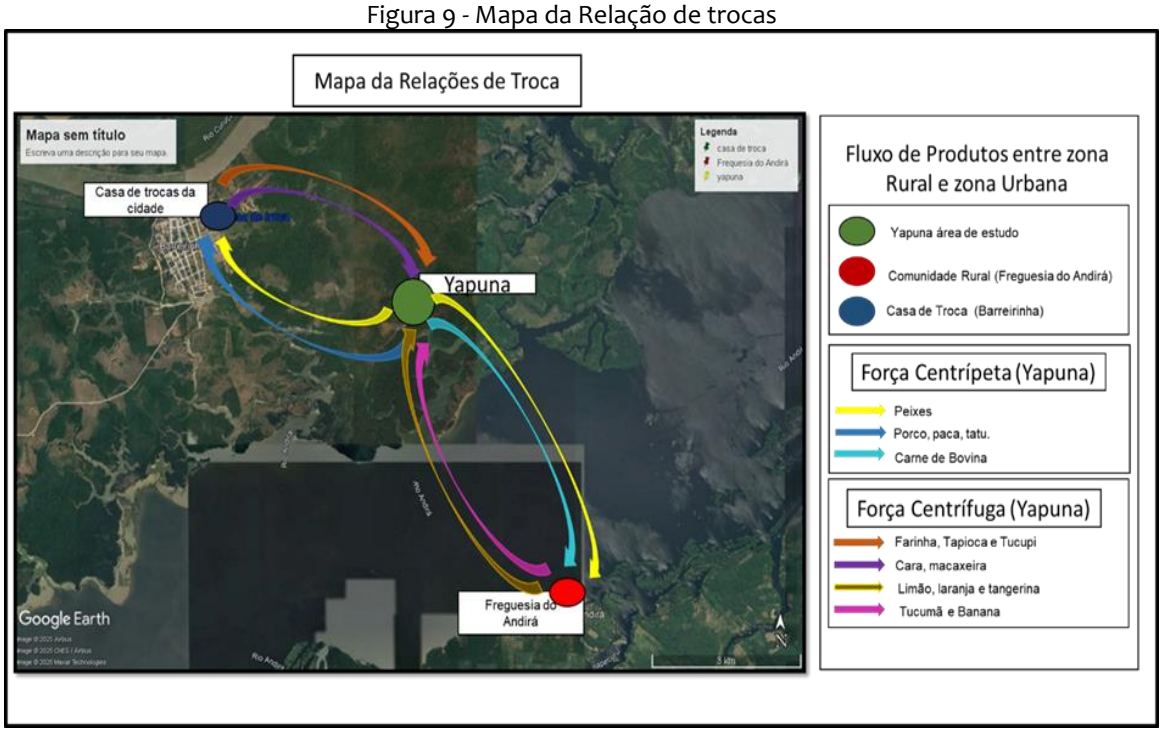
Registro Fotográfico: Rafael Beltrão. Data: 14/01/2025.

Há também uma relação mercantil entre a cidade e a comunidade Yapuna (zona rural). Quando os moradores trazem a caça, o pescado e outros produtos cultivados ou extraídos localmente, eles os comercializam na cidade. Com o dinheiro obtido dessas vendas, adquirem produtos industrializados, como arroz, macarrão, óleo de cozinha, açúcar, café, salsicha, frango e pão torrado, entre outros itens fundamentais para o dia a dia. O gasto médio mensal com esses produtos varia entre R$ 700,00 (setecentos reais) e R$ 900,00 (novecentos reais).

Além dos alimentos, há despesas com combustíveis, essenciais para a mobilidade e manutenção das atividades produtivas. Compra-se de 20 a 30 litros de gasolina, que é utilizada para abastecer a canoa com motor rabeta principal meio de transporte e as roçadeiras empregadas na limpeza e manutenção do campo. Outro gasto ocorre com a compra de óleo para os motores dois tempos (de 1 a 3 litros), que é misturado à gasolina, enquanto o óleo queimado é usado na corrente do motosserra, na retirada de madeira. O diesel, adquirido em quantidade aproximada de 2 a 5 litros, embora menos utilizado, serve ocasionalmente para a confecção de lamparinas, principalmente em períodos de falta de energia elétrica. Esses gastos com combustíveis somam, em média, entre R$ 500,00 e R$ 600,00 por mês.

Essa dinâmica evidencia a interdependência entre o meio rural e o urbano, revelando como as práticas tradicionais de subsistência se articulam com o consumo de produtos industrializados, caracterizando um processo contínuo de hibridização econômica e cultural.

Figura 9 - Mapa da Relação de trocas



Fonte: Google Earth Pro. Data: 04/11/2025. Organizador: Rafael Beltrão.

A Figura 9 mostra o fluxo de trocas entre a área Yapuna, a sede de Barreirinha e a comunidade de Freguesia do Andirá. Essa relação de troca ocorre, geralmente, uma ou duas vezes por mês, quando se esgota o estoque de materiais consumidos no dia a dia. Nesse momento, os moradores se deslocam em busca de mantimentos, principalmente na casa de parentes na comunidade de Freguesia.

Nessas trocas, costumam oferecer carnes de caça como porco, paca, tatu e o tradicional pescado, em troca de produtos como limão, laranja, tangerina, tucumã, banana e farinha. Já em Barreirinha (na chamada "casa de troca"), localizada em uma residência onde vivem povos originários, são realizadas trocas de produtos como farinha, tapioca, tucupi, cará e macaxeira, que, por sua vez, são trocados por carne bovina e peixes trazidos da zona rural (Yapuna).

Considerações finais

A análise da trajetória da família Trindade possibilitou compreender como as práticas cotidianas, produtivas e simbólicas articulam o espaço rural da comunidade Yapuna à cidade de Barreirinha, revelando uma rede de relações que ultrapassa o campo da subsistência e evidencia um território vivido em constante transformação.

O trabalho descreveu as redes de sociabilidade, cartografando os circuitos econômicos e refletindo sobre as dinâmicas socioespaciais à luz do modelo STUR (Bartoli, 2025). Os resultados confirmam que o território ribeirinho amazônico se constitui como um sistema complexo e híbrido, no qual o espaço é continuamente moldado por fluxos materiais e imateriais entre cidade e interior, reafirmando a importância de compreender essas interações para a análise da territorialidade amazônica contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARTOLI, E. *O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)*. Presidente Prudente: PPGG / UNESP, 2017 (Tese de Doutorado)

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. **Mercátor**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a:.

BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, E.Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território** *(GOT)*, nº 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020 b.

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020 c.

BARTOLI, E. Redes de Sociabilidade na Amazônia e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM). **Revista Campo – Território.** 2025.

MARQUES, R. O.; BARTOLI, Estevan . Morfologia Urbana da Cidade de Barreirinha (AM) e Sistemas Territoriais: uma proposta metodológica. **Geografar** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, v. 15, p. 336-357, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

TUAN, Yi-Fu. *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977. p. 6.

Entender as recentes transformações nos espaços rurais (camponeses e ribeirinhos), e de populações tradicionais e originárias na Amazônia, requer a compreensão dos impactos do fenômeno urbano em suas múltiplas dimensões. O livro reúne textos que contribuem para repensar as redes urbano ribeirinhas como virtualidades: governança, soberania alimentar, ordenamento do território, papel das cidades nos circuitos camponeses-ribeirinhos e diversas outras temáticas importantes para a crise atual que atravessamos. São textos de pesquisadores e alunos que transitam entre nossos interiores e as cidades, com olhares sensíveis e engajados.

NETAM
NÚCLEO DE ESTUDOS TERRITORIAIS DA AMAZÔNIA

ALEXA CULTURAL

ISBN 978-85-5467-816-6